

PROJETO DE LEI Nº 154, DE 19 DE 11 DE 2010

SANCIONADA

Nesta Data: 15 / 12 / 2010.


Francisco de Sousa Coutinho
PREFEITO MUNICIPAL

Inst tui o Plano Diretor Participativo do município de Massapê do Piauí - PI e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, APROVA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Da Definição do Plano Diretor

Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, como instrumento orientador e normativo para o seu desenvolvimento, estabelecendo diretrizes, políticas socioeconômicas, físico-ambientais e administrativas, objetivando orientar o processo de transformação do município, assegurando uma melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Art. 2º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do município de Massapê do Piauí obrigatoriamente incorporarão e observarão as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Capítulo II

Da Abrangência do Plano Diretor

Art. 3º O Plano Diretor do município de Massapê do Piauí abrange todo o território municipal, zonas urbana e rural, envolvendo as funções da vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Aprovado em

1ª votação

Discussão Por

unanimidade

Sala das Sessões, em

19 / 11 / 2010


Secretário



LEI Nº 154, DE 15 DE 12 DE 2010.

Inst tui o Plano Diretor Participativo do município de Massapê do Piauí - PI e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, APROVA E EU, PREFEITO DO MUNICÍPIO, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Capítulo I

Da Definição do Plano Diretor

Art. 1º Fica instituído o Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, como instrumento orientador e normativo para o seu desenvolvimento, estabelecendo diretrizes, políticas socioeconômicas, físico-ambientais e administrativas, objetivando orientar o processo de transformação do município, assegurando uma melhor qualidade de vida a seus habitantes.

Art. 2º O Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual do município de Massapê do Piauí obrigatoriamente incorporarão e observarão as diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Capítulo II

Da Abrangência do Plano Diretor

Art. 3º O Plano Diretor do município de Massapê do Piauí abrange todo o território municipal, zonas urbana e rural, envolvendo as funções da vida coletiva, em que se incluem habitação, trabalho, circulação e lazer, com vistas à melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

SANCIONADA

Nesta data: 15 / 12 / 2010.


Francisco de Sousa Coutinho
PREFEITO MUNICIPAL

Capítulo III

Do Zoneamento

Art. 4º O zoneamento constitui um instrumento urbanístico necessário a elaboração do Plano Diretor, mediante o qual o território é dividido em compartimentos levando em conta o diagnóstico das condições físicas, ambientais, econômicas e sociais do município.

§1º O macrozoneamento define diretrizes e objetivos gerais para grandes áreas do município, de acordo com as atividades que decorrem de sua história econômica, social e cultural, e tendo em vista as atuais características e potencialidades. Para fins de planejamento físico-territorial, de uso e ocupação do solo, estabelece-se o seguinte macrozoneamento:

I. Macrozona Urbana - Parcela do território delimitado pelo contorno do Perímetro Urbano, englobando todos os bairros.

II. Macrozona de Expansão Urbana - Parcela do território situada logo após o contorno do perímetro urbano, servindo de elemento de transição entre o uso rural e urbano, garantindo a proteção ambiental.

III. Macrozona das Chapadas - Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte e ao oeste com o município de Jaicós; ao sul e ao leste com a Macrozona dos Carnaubais.

IV. Macrozona dos Carnaubais - Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com a Macrozona das Chapadas; ao sul com o município de Patos do Piauí, ao leste com as Macrozonas Boa Esperança e Boa Vista e a oeste com o município de Jaicós.

V. Macrozona Boa Esperança - Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com o município de Jaicós; ao sul com a Macrozona Boa Vista, ao leste com o município de Belém do Piauí e a oeste com a Macrozona dos Carnaubais.

VI. Macrozona Boa Vista - Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com a Macrozona Boa Esperança; ao sul

com os municípios de Patos do Piauí e Caridade do Piauí; ao leste com o município de Simões e a oeste com a Macrozona dos Carnaubais.

Capítulo IV

Do Espaço Urbano

Art. 5º O território do município de Massapê do Piauí delimita-se por um perímetro definido em Lei específica, cujo espaço fica dividido em zonas urbana e rural.

Art. 6º O zoneamento urbano é um instrumento através do qual a cidade é dividida em pequenas áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo. O território urbano do município de Massapê do Piauí zoneia-se da seguinte forma, como disposto em mapa anexo:

- I - Zona Urbana Consolidada 01 - ZUC 01
- II - Zona Urbana Consolidada 02 - ZUC 02
- III - Zona de Ocupação Prioritária - ZOP
- IV - Zona Urbana não Consolidada e Controlada - ZUNCC
- V - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS
- VI - Área de Preservação Permanente - APP: (Rio Boa Esperança, Açudes, Barragens, Olhos D'água, Riachos, Cachoeiras, Margens e entornos)

§ 1º A zona urbana atual está subdividida em unidades administrativas, denominadas de bairros, a saber:

- I - Centro
- II - Areia Branca

§ 2º A delimitação espacial dos bairros é ilustrada em mapas no Anexo I, que passa a ser parte integrante desta Lei.

§ 3º A delimitação dos perímetros urbanos serão definidas em lei específica

§ 4º Os parâmetros para o uso, a ocupação e o parcelamento do solo serão definidos em lei específica.

Capítulo V

Do Espaço Rural

Art. 7º A zona rural atual do município de Massapê do Piauí está subdividida nos seguintes povoados, a saber:

- I - Abóbora
- II - Lagoa Grande
- III - São Francisco
- IV - Peixe
- V - Porteiras
- VI - Vilão de Cima
- VII - Vilão de Baixo

TÍTULO II

DA POLÍTICA URBANA

Capítulo I

Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes

Art. 8º São princípios fundamentais do Plano Diretor do município de Massapê do Piauí:

- I - garantia à moradia digna;
 - II - garantia a terra e à cidade;
 - III - garantia ao meio ambiente;
 - IV - garantia à participação popular na definição das políticas públicas;
 - V - garantia ao acompanhamento popular das ações da gestão pública municipal;
 - VI - incentivo à participação dos munícipes como instrumento de construção da cidadania e meio legítimo de manifestação das aspirações coletivas e afirmação democrática;
 - VII - fortalecimento da municipalidade como espaço privilegiado de gestão pública democrática e criativa, de solidariedade social e de valorização da cidadania;
 - VIII - garantia do direito ao espaço urbano e rural e às infraestruturas de que dispõe ou de que venha a dispor como requisito básico ao pleno desenvolvimento dos potenciais individuais e coletivos dos munícipes;
- 

IX - garantia de condições para um desenvolvimento socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente equilibrado, considerando-se a técnica, os recursos naturais e as atividades econômicas e administrativas realizadas no município como meios a serviço da promoção do desenvolvimento humano;

X - combate às causas da pobreza e a redução das desigualdades sociais, assegurando-se a todos acesso aos recursos, infraestruturas e serviços públicos que lhes proporcionem meios físicos e psicossociais indispensáveis à conquista de sua própria autonomia;

XI - garantia do pleno cumprimento das funções sociais da propriedade, nos termos da Lei;

XII - promoção de medidas e incentivos à economia e ao desenvolvimento rural do município de Massapê do Piauí.

Art. 9º A Política Urbana do município de Massapê do Piauí tem por objetivo o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana através de adequado ordenamento territorial, de forma a garantir moradia digna e o bem-estar de seus habitantes, a justiça social, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento de atividades econômicas, em consonância com as políticas de desenvolvimento municipal.

§ 1º Considera-se função social da propriedade:

I - o uso racional e adequado da propriedade urbana e rural;

II - o uso adequado dos recursos naturais;

III - a preservação do meio ambiente;

IV - a observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

V - a exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

§ 2º O Plano Diretor determinará os critérios que assegurem a função social da propriedade, observado o disposto na Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, "Estatuto da Cidade".

Art. 10. A política urbana observará as seguintes diretrizes gerais:

I - promover a participação da população nas decisões que afetam a organização do espaço, a prestação de serviços públicos e a qualidade de vida no município;

II - promover e compatibilizar a ordenação do território municipal com o desenvolvimento urbano sustentável, observando-se os aspectos econômicos, sociais e a proteção dos patrimônios cultural e ambiental;

III - promover a reestruturação do sistema municipal de planejamento e gestão;

IV - preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e os patrimônios cultural, histórico, paisagístico, artístico e arquitetônico do município;

V - assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

VI - promover a adequada distribuição e assegurar o suprimento de infraestrutura urbana e rural;

VII - garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios das obras e serviços de infraestrutura;

VIII - adotar instrumentos e mecanismos que coíbam a especulação imobiliária, aumentando a oferta de terras e moradia, possibilitando o cumprimento da função social da propriedade, conforme definido no Estatuto da Cidade e na Constituição Federal;

IX - promover a preservação, educação e recuperação ambiental;

X - adequar legislação urbanística e edilícia às características locais e às necessidades da população, assegurando-se seu efetivo cumprimento.

XII - ampliar a oferta de unidades habitacionais para as camadas de baixa renda;

XIII - criar um Cadastro Imobiliário fidedigno que facilite a fiscalização e o controle, criando meios para a sua regular atualização;

XIV - promover a regularização fundiária e urbanística das áreas irregularmente ocupadas em posses urbanas, loteamentos clandestinos ou irregulares existentes e passíveis de regularização, cadastrados pelo Poder Público Municipal, observados o disposto no Estatuto da Cidade;

XV - ampliar a oferta de infraestrutura e de serviços urbanos, reduzindo as desigualdades no acesso aos serviços e melhorando a qualidade dos serviços existentes, com base nos estudos e levantamentos atualizados;

XVI - garantir:

a) saneamento;

b) iluminação pública;

c) abastecimento de água;

- d) sistema de telefonia;
- e) moradia, educação, saúde, lazer;
- f) integração dos bairros ao conjunto da cidade.

§1º A expansão urbana do município de Massapê do Piauí será regulamentada mediante lei específica.

§2º O uso do solo do município de Massapê do Piauí será exercido nos termos e limites definidos em lei específica.

§3º O despejo de dejetos domésticos e de resíduos sólidos, além de observar a legislação federal e estadual vigente, será regulamentado por lei específica, observando a peculiaridades locais.

Art. 11. A política urbana municipal será implementada, entre outros instrumentos, por meio de planos regionais e/ou setoriais, compatibilizados com o Plano Diretor.

TÍTULO III

DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Art. 12. Constituem meios e ações para a consecução dos objetivos deste Plano Diretor:

- I - planos, programas e projetos;
- II - instrumentos de política urbana;
- III - diretrizes de políticas setoriais.

Capítulo I

Dos Planos, Programas e Projetos

Art. 13. Fica estabelecida como meta a ser atingida pelo município, no prazo de dez anos, a implantação dos seguintes planos e ações:

- I - criação, revisão e atualização sistemática das leis acessórias à Lei Geral do Plano Diretor;
- II - formulação dos seguintes planos municipais setoriais, articulados e integrados:
 - a) de Expansão e Adequação Viária;

- b) de Habitação;
- c) de Saúde;
- d) de saneamento
- e) de Educação, Cultura e Esportes;
- f) de Valorização Histórica, Paisagística e Cultural;
- g) de Qualificação do Espaço Urbano;
- h) de Valorização da Cidadania;
- i) de Meio Ambiente;
- j) de Transporte Coletivo Urbano e Rural;
- k) de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA TERRITORIAL E URBANA

Capítulo I

Dos Instrumentos Fiscais, Jurídicos e Políticos

Art. 14. Para assegurar aos municípios o direito de exercer a gestão democrática da cidade, corrigir distorções no consumo e uso de bens comunais, efetivar os objetivos fixados nesta lei, bem como realizar planos e programas setoriais, projetos e obras, o Poder Público utilizar-se-á dos seguintes instrumentos de implementação da Política Urbana, nos termos da legislação federal, estadual ou municipal:

I - Instrumentos fiscais:

a) Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, inclusive o progressivo no tempo;

c) Incentivos e benefícios fiscais;

d) Contribuição de melhoria decorrente de obras e benfeitorias públicas.

II - Instrumentos financeiros e econômicos:

a) Fundo Municipal de Desenvolvimento a ser regulamentado por lei específica que indicará o percentual das verbas públicas a ele reservado e a destinação de seu uso;

III - Instrumentos jurídicos e políticos:

a) Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, que poderão ser aplicados em toda zona urbana não edificada, subutilizada ou não utilizada, nos termos da Lei;

b) Desapropriação, inclusive a urbanística, prevista no inciso III do § 4º do artigo 182 da Constituição da República, que poderá ser aplicada a todos os vazios urbanos contidos na Zona Urbana;

c) Discriminação de terras públicas destinadas prioritariamente a assentamentos da população de baixa renda;

d) Concessão do direito real de uso de imóveis integrantes do patrimônio público;

e) Fixação de padrões e condições para a instalação de fontes poluidoras e controle das existentes;

f) Tombamento de bens públicos ou privados de caráter cultural, histórico ou paisagístico, de reconhecido valor para a preservação da identidade e da paisagem local;

g) Operações consorciadas;

h) Instituição de unidades de conservação;

i) Outorga onerosa do direito de construir e de alteração do uso;

j) Transferência do direito de construir;

k) Concessão de uso especial para fins de moradia;

l) Direito de superfície;

m) Direito de preempção, nos termos da Lei;

n) Usucapião especial de imóvel urbano;

o) Operações urbanas consorciadas.

§ 1º Por meio da utilização isolada ou combinada de instrumentos, o Poder Público Municipal promoverá a regularização fundiária sempre que a propriedade imobiliária urbana seja insumo indispensável ao assentamento pacífico, organizado e legalmente desimpedido da população considerada de baixa renda.

§ 2º Os instrumentos de natureza fiscal serão utilizados com a finalidade extrafiscal de induzir o ordenamento urbanístico e a justa distribuição social dos encargos da urbanização.

§ 3º Os instrumentos mencionados neste artigo regem-se pela legislação que lhes é própria, observado o Estatuto da Cidade e esta Lei.



Art. 15. A aplicação sucessiva dos instrumentos previstos no artigo 182 da Constituição Federal far-se-á nos termos da lei federal, respeitadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior e os seguintes prazos:

I - o parcelamento compulsório em um ano, a contar da data de notificação ao proprietário;

II - o imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana progressivo no tempo, conforme as normas Tributárias do município e legislações correlatas;

III - a desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública, a ser iniciada em, no máximo, dois meses, a contar do início do exercício subsequente àquele último em que foi aplicado o IPTU Progressivo no tempo, através da edição de decreto expropriatório.

Art. 16. Na hipótese da inserção de novos instrumentos na legislação federal ou estadual, estes serão incluídos na relação apontada no artigo 14 desta lei, promovendo-se, no processo legislativo dessa inclusão, as demais alterações no texto desta ou das demais leis componentes do Plano Diretor, com vistas à manutenção da compatibilidade entre os respectivos textos.

Capítulo II

Das Políticas Setoriais

Seção I

Do Planejamento Urbano

Art. 17. O desenvolvimento urbanístico do município de Massapê do Piauí será norteado pelas seguintes diretrizes:

I - equacionamento da relação da ocupação urbana com o sítio natural para a garantia da qualidade urbanística e ambiental;

II - qualificação dos espaços urbanos e da paisagem;

III - pavimentação das vias urbanas;

IV - orientação da expansão urbana para o traçado de novos loteamentos;

V - revitalização de áreas de interesse histórico, cultural e paisagístico;

VI - proteção e revitalização urbanística e paisagística;

VII - execução de programas de co-gestão da iniciativa pública e privada para potencializar investimentos nas áreas de interesse;

VIII - execução de programas de fomento econômico e capacitação profissional;

IX - readequação viária do município de Massapê do Piauí para promover a acessibilidade e a estruturação intraurbana, em especial, a construção de vias estruturantes e de indução ao crescimento;

X - definição de áreas próprias para implantação de equipamentos comunitários, como praças, áreas verdes e estruturação das áreas de passeios, dentre outros;

XI - definição de áreas próprias para implantação de conjuntos habitacionais;

XII - realização de cadastro imobiliário.

Seção II

Do Planejamento Ambiental

Art. 18. São princípios e diretrizes para ações e políticas a serem estabelecidas na área ambiental:

I - promover a ampliação, recuperação e monitoramento das áreas verdes de uso público da Sede do município;

II - realizar o plantio de mudas próprias à arborização das vias urbanas;

III - recuperar e preservar a vegetação, controlar a erosão das margens dos açudes, dos olhos d'água, das nascentes, dos grotões e dos riachos que banham o município;

IV - adotar medidas preventivas e de combate à degradação do solo;

V - promover a melhoria, proteção e programas de despoluição dos recursos hídricos.

VI - promover a conscientização e educação ambiental.

VII - promover a conscientização dos proprietários de agroindústrias locais a fazerem o correto manejo de seus dejetos e resíduos, fazendo com que estes tenham um fim ecológico.

Seção III

Do Planejamento Econômico



Art. 19. O desenvolvimento econômico será estimulado pelos seguintes instrumentos e estratégias:

- I - incentivar e apoiar a estruturação de pequenos e médios empreendimentos solidários, para fomentar a agricultura e pecuária, visando agregar valores à economia;
- II - promover a capacitação e valorização da mão-de-obra;
- III - apoiar a incorporação da produção informal à economia;
- IV - apoiar a microempresa, com desenvolvimento de canais de comercialização;
- V - apoiar eventos voltados ao desenvolvimento rural, cultural e tecnológico locais;
- VI - adequar o espaço físico, como suporte às atividades produtivas e industriais;
- VII - incentivar o desenvolvimento da agroindústria e da formação de cooperativas como forma de vitalizar o setor primário presente na região.

Seção IV

Do Planejamento Social

Art. 20. A promoção do desenvolvimento social será assegurada pelas seguintes diretrizes:

- I - possibilitar o acesso da população aos serviços de educação, saúde, cultura e lazer;
 - II - possibilitar moradia digna por meio de programas de lotes urbanizados, da autoconstrução e da habitação popular;
 - III - estimular a criação de programas contra o analfabetismo;
 - IV - organizar a comunidade para definição de programas de desenvolvimento local;
 - V - fortalecer a estrutura de segurança e defesa civil;
 - VI - estabelecer programas de integração do menor, da mulher, do idoso e do deficiente;
 - VII - estimular a profissionalização da mão-de-obra desqualificada;
 - VIII - possibilitar, mediante ação integral, a promoção do cidadão.
- 

Art. 21. O desenvolvimento institucional da administração municipal de Massapê do Piauí será formulado mediante:

- I - a racionalização das despesas e a incrementação das receitas;
- II - a adequação da estrutura técnico-administrativa e dos recursos à dinâmica das demandas;
- III - o fortalecimento da ação municipal urbanística, ambiental e tributária;
- IV - a fiscalização e a aplicação das sanções cabíveis, quando do desrespeito às legislações urbanísticas e à degradação do patrimônio público.

Seção V

Da Política de Promoção Humana

Art. 22. A política de promoção humana objetiva integrar e coordenar ações de saúde, educação, habitação, ação social, esportes e lazer, universalizando o acesso e assegurando maior eficácia aos serviços sociais indispensáveis ao combate às causas da pobreza e à melhoria das condições de vida da população.

Art. 23. São diretrizes gerais da política de Promoção Humana:

- I - universalizar o atendimento e garantir adequada distribuição espacial das políticas sociais;
- II - articular e integrar as ações de políticas sociais em nível programático, orçamentário e administrativo;
- III - assegurar meios de participação e controle popular sobre as ações e resultados de política social;
- IV - promover iniciativas de cooperação com agentes sociais, organizações governamentais e não governamentais e instituições de ensino e pesquisa para a contínua melhoria da qualidade das políticas sociais.

Seção VI

Da Política de Saúde



Art. 24. A política de saúde objetiva garantir a toda a população plenas condições de saúde, observados os seguintes princípios:

I - eficiente prestação de serviços municipais, com acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, através de sua promoção, proteção, recuperação e educação aplicada;

II - ênfase aos programas de ação preventiva;

III - humanização do atendimento;

IV - gestão participativa do sistema municipal de saúde.

Art. 25. São diretrizes da política de saúde:

I - assegurar o pleno cumprimento das legislações Federal, Estadual e Municipal, que definem o arcabouço político-institucional do Sistema Único de Saúde;

II - garantir a gestão participativa do sistema municipal de saúde, através da promoção de Conferências Municipais de Saúde e do funcionamento em caráter permanente e deliberativo do Conselho Municipal de Saúde;

III - executar as ações do Plano Municipal de Saúde, estabelecidas e periodicamente atualizadas através das Conferências Municipais de Saúde e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saúde;

IV - articular iniciativas entre a saúde e áreas afins, com vistas a implementar ações integradas de vigilância à saúde;

V - promover adequada distribuição espacial de recursos, serviços e ações de saúde, conforme critério de contingente populacional, demanda, acessibilidade física e hierarquização dos equipamentos de saúde;

VI - promover a manutenção, adequação e ampliação das unidades de atendimento à saúde, conforme a demanda;

VII - aparelhar os equipamentos de saúde já existentes, capacitando os profissionais da área para oferecer um atendimento de qualidade;

VIII - desenvolver programas de saúde que contemplem promoção, prevenção e reabilitação;

IX - promover parcerias que assegurem melhor atendimento à saúde;

X - promover programas de educação sanitária;

XI - promover programas para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis;

XII - promover programas de prevenção contra o consumo de bebidas alcoólicas e drogas;

XIII - implementar um sistema de informações para gestão da saúde.

Seção VII

Da Política de Educação

Art. 26. A política de educação objetiva garantir a oferta adequada do ensino fundamental e da educação infantil, observando-se os princípios e diretrizes constantes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.

Art. 27. São diretrizes da política educacional:

I - universalizar o acesso à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental;

II - promover e participar de iniciativas e programas voltados à erradicação do analfabetismo e à melhoria da escolaridade da população;

III - promover a manutenção e expansão da rede pública de ensino, de forma a assegurar a oferta do ensino fundamental obrigatório e gratuito;

IV - criar condições para permanência dos alunos nas escolas da rede municipal de ensino;

V - assegurar à educação infantil em condições adequadas às necessidades dos educandos quanto aos aspectos físico, psicológico, intelectual e social;

VI - assegurar os recursos financeiros necessários para o pleno acesso e atendimento à educação infantil, de zero a cinco anos, em creches e pré-escolas;

VII - promover regularmente fóruns e seminários para discutir temas referentes à educação;

VIII - promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamento do padrão de ensino;

IX - manter os edifícios escolares em condições adequadas ao bom desempenho das atividades do ensino fundamental, da pré-escola e das creches;

X - construir, ampliar ou reformar unidades de ensino para educação fundamental e infantil;



XI - assegurar a participação dos pais ou responsáveis na gestão e na elaboração da proposta pedagógica das creches, pré-escolas e do ensino fundamental;

XII - promover e assegurar as condições para a qualificação e o aperfeiçoamento dos corpos docente, técnico e administrativo;

XIII - promover a integração entre a escola e a comunidade;

XIV - garantir o transporte escolar gratuito, seguro e com regularidade, aos alunos da rede pública municipal de ensino;

XV - pleitear ao governo estadual o atendimento adequado à demanda local do ensino médio e educação profissional;

XVI - proporcionar condições adequadas para o atendimento aos alunos que necessitam de cuidados educacionais especiais na rede municipal de ensino;

XVII - pleitear ao governo Estadual e Federal cursos profissionalizantes, principalmente os voltados à realidade local.

Seção VIII

Da Política de Ação Social

Art. 28. A política de ação social objetiva proporcionar aos indivíduos e às famílias carentes condições para a conquista de sua autonomia, mediante:

I - combate às causas da pobreza;

II - redução das desigualdades sociais;

III - promoção da integração social.

Art. 29. São diretrizes da política de ação social:

I - adotar medidas de amparo e promoção das famílias carentes;

II - incluir as famílias carentes em programas governamentais e não governamentais que visem à melhoria das condições de vida da população, como bolsa família e outros;

III - promover programas que visem ao bem-estar das crianças, dos adolescentes, dos idosos, dos portadores de necessidades especiais, dos portadores de doenças infectocontagiosas e dos toxicômanos;

IV - promover articulação e integração entre o poder público e os segmentos sociais organizados que atuam na área da ação social;

V - garantir, incentivar e fortalecer a participação dos segmentos sociais organizados nas decisões ligadas à Ação Social;

VI - promover estudos sistemáticos para orientar ações de política de ação social;

VII - incentivar a participação de empresas privadas nas ações sociais;

VIII - promover ações orientadas para a defesa permanente dos direitos humanos;

IX - promover programas que visem à reabilitação e à reintegração social;

X - promover programas de capacitação profissional dirigidos aos segmentos carentes.

Seção IX

Da Política de Habitação

Art. 30. A política de habitação objetiva assegurar a todos o direito à moradia, devendo orientar-se pelos seguintes princípios:

I - a garantia de condições adequadas de higiene, conforto e segurança para moradias;

II - a consideração das identidades e vínculos sociais e comunitários das populações beneficiárias;

III - o atendimento prioritário aos segmentos populacionais socialmente mais vulneráveis.

Art. 31. São diretrizes da política de habitação:

I - prover adequada infraestrutura urbana, com a implantação da rede de abastecimento d'água, da estação e tratamento de esgoto; pavimentação das vias urbanas; ampliação da rede de iluminação pública e outras infraestruturas necessárias nas zonas urbana e rural;

II - assegurar a compatibilização entre a distribuição populacional, a disponibilidade e a intensidade de utilização da infraestrutura urbana;

III - garantir a participação da população nas fases de projeto, desenvolvimento e implantação de programas habitacionais;



IV - priorizar ações no sentido de resolver a situação dos residentes em áreas de risco e insalubres;

V - assegurar, sempre que possível, a permanência das pessoas em seus locais de residência, limitando as ações de remoção aos casos de residentes em áreas de risco ou insalubres;

VI - desenvolver programas preventivos e de esclarecimento quanto à ocupação e permanência de grupos populacionais em áreas de risco ou insalubres;

VII - priorizar, quando da construção de moradias de interesse social, as áreas já devidamente integradas à rede de infraestrutura urbana, em especial as com menor intensidade de utilização;

VIII - incentivar a urbanização das áreas ocupadas por famílias de baixa renda, inclusive assegurando-se a elas o acesso ao título de propriedade;

IX - promover a progressiva eliminação do déficit quantitativo e qualitativo de moradias, em especial para os segmentos populacionais socialmente vulneráveis, residentes há mais tempo no município;

X - promover e apoiar programas de parceria e cooperação para a produção de moradias populares e melhoria das condições habitacionais da população.

XI - ordenar, controlando e fiscalizando, a expansão imobiliária;

XII - promover a regulamentação de títulos de propriedade.

Seção X

Da Política de Esportes e Lazer

Art. 32. A política de esportes e lazer tem como objetivo propiciar aos munícipes condições de desenvolvimento físico, mental e social, através do incentivo à prática de atividades esportivas e recreativas.

Art. 33. A política de esportes e lazer deverá orientar-se pelos seguintes princípios:



I - desenvolvimento e fortalecimento dos laços sociais e comunitários entre os indivíduos e grupos sociais;

II - universalização da prática esportiva e recreativa, independentemente das diferenças de idade, raça, cor, ideologia, sexo e situação social.

Art. 34. São diretrizes da política de esportes e lazer:

I - envolver as entidades representativas na mobilização da população, na formulação e na execução das ações esportivas e recreativas;

II - prover, ampliar e alocar regionalmente recursos, serviços e infraestrutura para a prática de atividades esportivas e recreativas;

III - garantir a toda a população condições de acesso e de uso dos recursos, serviços e infraestrutura para a prática de esportes e lazer;

IV - incentivar a prática de esportes na rede escolar municipal através de programas integrados à disciplina Educação Física;

V - implementar e apoiar iniciativas de projetos específicos de esportes e lazer para todas as faixas etárias;

VI - apoiar a divulgação das atividades e eventos esportivos e recreativos;

VIII - descentralizar e democratizar a gestão de ações em esporte e lazer;

IX - criar espaços públicos especialmente destinados à prática de lazer, esportes e cultura de todos.

Seção XI

Da Política do Meio Ambiente

Art. 35. A política do meio ambiente objetiva garantir a todos o direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, regulando a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas.

Art. 36. A política municipal do meio ambiente é orientada pelos seguintes princípios:



I - a garantia de equilíbrio na interação de elementos naturais e criados, de forma a abrigar, proteger e promover a vida em todas as suas formas;

II - a garantia a todos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado;

III - a racionalização do uso dos recursos ambientais;

IV - a valorização e incentivo ao desenvolvimento da consciência ecológica.

Art. 37. São diretrizes para a política do meio ambiente:

I - incentivar a participação popular na gestão das políticas ambientais;

II - promover a produção, a organização e a democratização das informações relativas ao meio ambiente natural e construído;

III - compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação ambiental;

IV - articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos órgãos e entidades ambientais do município com aquelas dos órgãos federais e estaduais, quando necessário;

V - articular e integrar as ações e atividades ambientais intermunicipais, favorecendo consórcios e outros instrumentos de cooperação;

VI - elaborar o zoneamento ambiental do município;

VII - controlar as atividades produtivas e o emprego de materiais e equipamentos que possam acarretar danos ao meio ambiente e à qualidade de vida da população;

VIII - estabelecer normas de qualidade ambiental, compatibilizando-as à legislação específica e às inovações tecnológicas;

IX - preservar e conservar as áreas protegidas do município;

X - promover a educação ambiental, particularmente na rede de ensino público municipal;

XI - garantir taxas satisfatórias de permeabilidade do solo no território urbano;

XII - monitorar permanentemente as condições das áreas de risco, adotando-se medidas corretivas pertinentes;

XIII - proteger as áreas ameaçadas de degradação e recuperar as áreas degradadas;

XIV - garantir a integridade do patrimônio ecológico, genético, arqueológico e paisagístico do município;



XV - impedir ou restringir a ocupação urbana em áreas frágeis de baixadas e de encostas, impróprias à urbanização, bem como em áreas de notável valor paisagístico;

XVI - estimular a participação dos proprietários de áreas degradadas ou potencialmente degradáveis em programas de recuperação das mesmas;

XVII - orientar os produtores para a obtenção do correto manejo do solo e para a correta utilização de agrotóxicos, através de técnicas e instruções repassadas por órgãos técnicos e de pesquisas do poder público municipal, estadual ou federal;

XVIII - controlar as queimadas.

XIX - Criar, nas localidades dos sítios arqueológicos, Reservas do Patrimônio dos Recursos Naturais, a serem regulamentadas em lei específicas.

XX - Estimular o desenvolvimento do ecoturismo nas regiões propícias, oferecendo infraestrutura adequada.

Seção XII

Da Política de Saneamento

Art. 38. A política de saneamento, objetiva universalizar o acesso aos serviços de saneamento básico, mediante ações articuladas em saúde pública, desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Art. 39. São diretrizes da política de saneamento:

I - prover de abastecimento de água tratada para toda a população, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências de higiene e conforto;

II - promover programas de combate ao desperdício de água;

III - promover sistema eficiente de prevenção e controle de vetores, sob a ótica da proteção à saúde pública;

IV - implantar o sistema da rede de esgotamento sanitário, com abrangência máxima no território municipal, bem como implantar a estação de tratamento de esgoto;

V - viabilizar sistemas alternativos de esgoto onde não seja possível instalar rede pública de captação de efluentes;

VI - implementar sistema abrangente e eficiente de coleta, tratamento e disposição dos esgotos sanitários, dos resíduos sólidos e de drenagem urbana, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana e rural;

VII - garantir sistema eficaz de limpeza urbana, de coleta e de tratamento do lixo produzido no município, de forma a evitar danos à saúde pública, ao meio ambiente e à paisagem urbana;

VIII - fomentar programas de coleta seletiva de lixo;

IX - implantar sistema especial de coleta de lixo nas áreas inacessíveis aos meios convencionais;

X - criar o aterro sanitário, sem desconsiderar a possibilidade de instalação de uma indústria de beneficiamento de lixo reciclado.

Seção XIII

Do Transporte e Mobilidade

Art. 40. Mobilidade é a função pública destinada a garantir a acessibilidade e a circulação das pessoas e de bens.

§ 1º As políticas relativas à mobilidade devem ser orientadas para a inclusão social e responder às demandas da população em termos de acessibilidade, equidade e segurança.

§ 2º O sistema viário e o transporte devem articular as diversas partes do município, abrangendo tanto a zona urbana, como a zona rural.

Art. 41. O Sistema de Mobilidade é integrado pelo sistema viário e pelo transporte municipal.

Art. 42. São diretrizes da política de mobilidade:

I - adequar o fluxo de veículos nas zonas urbana e rural;

II - garantir à população condições eficientes de acesso aos locais de moradia, trabalho, serviços e lazer;

III - dotar a cidade de um sistema viário integrado com as zonas urbana e rural e com o sistema viário intermunicipal;

IV - reduzir o caráter da área central de principal articuladora do sistema viário urbano e intermunicipal;

V - implantar obras de pavimentação e melhoria de vias existentes;

VI - disciplinar e fiscalizar o transporte escolar;

VII - garantir aos portadores de necessidades especiais o acesso ao transporte coletivo;

VIII - incrementar a qualidade das calçadas e mantê-las em perfeitas condições de trânsito para todos os pedestres;

IX - evitar o conflito entre trânsito de veículos e de pedestres;

X - manter o sistema viário em condições adequadas de circulação e transportes para pedestres e veículos;

XI - dotar e manter as vias com sinalização informativa e de trânsito;

XII - criar condições para o uso de bicicletas como meio de transporte, promovendo a adequação viária ou construção de ciclovias;

XIII - priorizar a circulação de pedestres em relação aos veículos, e dos veículos coletivos em relação aos particulares.

Seção XIV

Da Política de Cultura

Art. 43. A política de cultura objetiva incentivar a produção cultural e assegurar o acesso de todos os cidadãos e segmentos da sociedade às fontes da cultura, entendida como:

I - a invenção coletiva ou individual de símbolos, valores, idéias e práticas próprias e inerentes à constituição do ser humano;

II - a expressão das diferenças sociais, sexuais, étnicas, religiosas e políticas;

III - a descoberta e recuperação de sentidos, identidades, rumos e objetivos indispensáveis ao equilíbrio e aprimoramento da vida social e individual;

IV - o trabalho de criação inerente à capacidade humana de superar dados da experiência vivida e de dotá-la de sentido novo, através da reflexão, escrita, arte, música, imaginação, sensibilidade, fantasia e invenção de formas e conteúdos inéditos;

V - a constituição da memória individual, social, histórica como trabalho no tempo.



Art. 44. São diretrizes da política cultural:

I - incentivar e valorizar iniciativas experimentais, inovadoras e transformadoras em todos os segmentos sociais e grupos etários;

II - descentralizar e democratizar a gestão e as ações da área cultural, valorizando-se as iniciativas culturais provenientes dos centros comunitários dos bairros;

III - preservar e divulgar as tradições culturais e populares do município;

IV - estabelecer programas de cooperação com agentes públicos e ou privados, visando à promoção cultural;

V - preservar e conservar, em colaboração com a comunidade, os bens do patrimônio histórico, artístico e cultural, bem como promover a manutenção e criação de museus no município.

VI - incentivar iniciativas culturais associadas à proteção do meio ambiente;

VII - criar incentivos para a implantação de espaços destinados a espetáculos culturais;

VIII - implantar e manter centros comunitários como espaços de apoio às atividades artísticas e culturais;

IX - implantar e apoiar a manutenção de espaços destinados à proteção e à divulgação de acervo que represente os valores artísticos, culturais e históricos do município;

X - promover estudos sistemáticos para orientar ações de política cultural;

XI - promover cursos nas áreas culturais e artísticas;

XII - garantir aos cidadãos meios de acesso democrático à informação, à comunicação e ao entretenimento;

XIII - motivar e qualificar tecnicamente o pessoal envolvido na gestão das políticas culturais;

XIV - criar condições para maior autonomia orçamentária e financeira aos órgãos de política cultural, inclusive para captação e aplicação de recursos externos;

XV - promover atividades culturais como instrumentos de integração regional.

XVI - valorizar a riqueza étnica e cultural presente na região, evitando o isolamento cultural.

TÍTULO III

DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Capítulo I

Da Estrutura Administrativa e Gestão Municipal

Art. 45. A Estrutura de Planejamento e Gestão Municipal consiste no conjunto de instituições, normas e meios que organizam as ações voltadas para a administração municipal e implementação das políticas, dos programas e dos projetos setoriais afins, tendo por objetivo orientar a atuação do poder público e dotá-lo de capacidade gerencial, técnica e financeira para o pleno cumprimento de suas funções.

Art. 46. São diretrizes da política de gestão pública:

- I - reestruturar e implantar o sistema municipal de gestão e planejamento;
 - II - instituir mecanismos permanentes para implementação, revisão e atualização do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, articulando-o com o processo de elaboração e execução do orçamento municipal;
 - III - elaborar normas municipais para otimizar a ação do poder público nas atividades de planejamento, fiscalização e monitoramento;
 - IV - compatibilizar e regulamentar a legislação municipal;
 - V - descentralizar os processos decisórios;
 - VI - dotar as unidades operacionais do governo de competência técnica e capacidade financeira para o exercício de suas funções;
 - VII - aperfeiçoar os sistemas de arrecadação, cobrança e fiscalização tributários;
 - VIII - fortalecer a fiscalização municipal nos domínios do transporte, das vias, do meio ambiente e das posturas;
 - IX - prover condições efetivas para garantir a participação popular nos processos de decisão;
 - X - valorizar, motivar e promover a qualificação profissional dos servidores públicos;
 - XI - otimizar os recursos técnicos, humanos e materiais disponíveis;
 - XII - atuar de forma articulada com outros agentes sociais, parceiros ou órgãos governamentais, sobretudo nas ações de maior impacto social e econômico;
 - XIII - assegurar transparência nas ações administrativas e financeiras, inclusive mediante divulgação regular de indicadores de desempenho;
- 

XIV – criar cadastro imobiliário multifinalitário e sistematizar as informações inerentes ao planejamento e à gestão da política municipal.

Seção I

Da Organização Institucional

Art. 47. Comporão a Estrutura de Planejamento e Gestão Municipal:

I - os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta envolvidos na elaboração de estratégias e políticas de desenvolvimento urbano e ambiental, responsáveis por:

- a) planejamento urbano;
- b) proteção do meio ambiente;
- c) controle e convívio urbano;
- d) habitação de interesse social;
- e) saneamento ambiental;
- f) transporte e tráfego;
- g) obras de infraestrutura urbana;
- h) finanças municipais;
- i) administração municipal.

Art. 48. São atribuições da Estrutura de Planejamento e Gestão Municipal:

- I - coordenar os processos de planejamento e gestão do município;
- II - coordenar a implementação do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, bem como os processos de sua revisão e atualização;
- III - coordenar a elaboração de planos, programas e projetos necessários à implementação do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, articulando-os com o processo de elaboração e execução do orçamento municipal;
- IV - monitorar e controlar a aplicação dos instrumentos da política urbana previstos nesta Lei e avaliar os efeitos das ações municipais voltadas para o desenvolvimento urbano;
- V - instituir e integrar o sistema municipal de informação.

Seção II



Da Participação Popular

Art. 49. A política de participação popular objetiva valorizar e garantir o envolvimento dos munícipes, de forma organizada, na gestão pública e nas atividades políticas e socioculturais da comunidade.

Parágrafo Único. Entende-se por participação todo ato de influir, de exercer controle, de ter poder, de estar envolvido ativamente.

Art. 50. A garantia da participação dos cidadãos, responsabilidade do governo municipal tem por fim:

I - a socialização do homem e a promoção do seu desenvolvimento integral como indivíduo e membro da coletividade;

II - o pleno atendimento das aspirações coletivas no que se refere aos objetivos e procedimentos da gestão pública;

III - a permanente valorização e aperfeiçoamento do poder público como instrumento a serviço da coletividade.

Art. 51. São diretrizes para incentivar e garantir a participação popular:

I - valorizar as entidades organizadas e representativas como legítimas interlocutoras da comunidade, respeitando a sua autonomia política;

II - incentivar a criação e fortalecer os Conselhos Municipais como principal instância de assessoramento, consulta, fiscalização e deliberação da população sobre decisões e ações do governo municipal;

III - apoiar e promover instâncias de debates abertos e democráticos sobre temas de interesse da comunidade;

IV - consultar a população sobre as prioridades quanto à destinação dos recursos públicos;

V - elaborar e apresentar os orçamentos públicos de forma participativa, facilitando o entendimento e o acompanhamento pelos munícipes;

VI - apoiar e participar de iniciativas que promovam a integração social e o aprimoramento da vida comunitária.

Capítulo II



Do Conselho Municipal de Planejamento Urbano

Art. 52. Fica instituído o Conselho Municipal de Planejamento Urbano do município de Massapê do Piauí, órgão colegiado, de natureza deliberativa e consultiva, com a incumbência de aprimorar e supervisionar o processo de planejamento da administração municipal, tendo em vista assegurar melhor desempenho, articulação e equilíbrio das ações das várias áreas e níveis da gestão, conforme dispõe a Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 e esta Lei.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano de município de Massapê do Piauí seguirá os mesmos moldes do Conselho Nacional das Cidades (Decreto Nº 5.031, de 2 de abril de 2004), para a gestão, definição, orientação e deliberação da política de gestão urbana no município.

Art. 53. Ao Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Massapê do Piauí compete:

- I - propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano;
 - II - acompanhar e avaliar a implementação da política municipal de desenvolvimento urbano, em especial as políticas de habitação, de saúde, de educação, de saneamento ambiental, de transportes e de mobilidade urbana, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;
 - III - propor a edição de normas gerais de direito urbanístico e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação pertinente;
 - IV - emitir orientações e recomendações sobre a aplicação do Plano Diretor e as demais Leis que o compõem, as diretrizes do Estatuto da Cidade e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano;
 - V - promover a cooperação entre os governos da União, dos Estados e dos Municípios e a sociedade civil na formulação e execução da política municipal de desenvolvimento urbano;
 - VI - estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das zonas urbanas;
- 

VII - estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável;

VIII - aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.

Parágrafo único. Fica facultado ao Conselho Municipal de Planejamento Urbano de Massapê do Piauí promover a realização de seminários ou encontros municipais sobre temas de sua agenda, bem como estudos sobre a definição de convênios na área de desenvolvimento urbano sustentável e da propriedade urbana, a serem firmados com organismos nacionais públicos ou privados.

Art. 54. O Conselho Municipal de Planejamento Urbano será composto por dez membros, sendo cinco titulares e cinco suplentes indicados como representantes das instituições e entidades, a saber:

- I) Executivo Municipal;
- II) Legislativo Municipal;
- III) Judiciário;
- IV) Entidades de classe;
- V) Instituições não-governamentais.

§ 1º O regimento interno do Conselho Municipal de Planejamento Urbano será aprovado por resolução.

§ 2º Os representantes de que trata o Art.54 serão indicados pelos titulares dos órgãos representados, ou, na inexistência de tais órgãos, serão indicados representantes do Poder Público Municipal, pelo Prefeito Municipal.

§ 3º Os representantes de que tratam os demais incisos serão indicados pelos titulares ou dirigentes dos órgãos e entidades representados, por solicitação da Prefeitura Municipal, observado o critério de rodízio entre os órgãos e entidades da sociedade civil organizada;

§ 4º Integrarão o Plenário do Conselho Municipal de Planejamento Urbano como observadores, dez membros, com direito a voz, indicados por órgãos governamentais, organizações não-governamentais e entidades da sociedade civil, definidos em ato da Prefeitura Municipal.



§ 5º Poderão, ainda, ser convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal de Planejamento do município de Massapê do Piauí personalidades e representantes de órgãos e entidades públicos e privados, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

§ 6º O Conselho Municipal de Planejamento Urbano deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu Presidente o voto de qualidade no caso de empate.

§ 7º O regimento interno do Conselho Municipal de Planejamento Urbano disciplinará as normas e os procedimentos relativos à eleição dos órgãos e entidades que comporão sua estrutura.

§ 8º Os membros do Conselho Municipal de Planejamento Urbano terão mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 55. Cabe à Prefeitura do município de Massapê do Piauí garantir as condições para o funcionamento adequado do Conselho Municipal de Planejamento Urbano.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56. Fazem parte desta Lei:

- I - Mapa de Localização
- II – Mapa de Divisão por Bairros
- III – Mapa de Evolução Urbana
- IV – Mapa de Cheios e Vazios
- V – Mapa de Uso e Ocupação do Solo
- VI – Mapa de Gabarito
- VII – Mapa de Tipologia Construtiva
- VIII – Mapa de Energia Elétrica
- IX – Mapa de Tipo de Pavimentação
- X – Mapa de Hierarquia Viária
- XI – Mapa de Rede de Abastecimento D'água



XII – Mapa de Coleta de Lixo

XIII – Mapa de Equipamentos Urbanos

XIV – Mapa de Zoneamento

XV – Mapa de Macrozoneamento

Art. 57. Ao Poder Executivo Municipal caberá ampla divulgação do Plano Diretor e das demais normas municipais, em particular, as urbanísticas, através dos meios de comunicação disponíveis e da distribuição de cartilhas e similares, além de manter exemplares acessíveis à comunidade.

Art. 58. A Prefeitura Municipal promoverá a capacitação sistemática dos funcionários municipais para garantir a aplicação e a eficácia desta Lei e do conjunto de normas urbanísticas.

Art. 59. O Poder Executivo deverá enviar à Câmara Municipal, projeto de lei sobre a legislação do zoneamento urbano; parcelamento do solo; código de obras; código de postura; sistema viário; perímetro; dentre outras, adequando-as às novas diretrizes e normas do Plano Diretor, em regime de urgência.

Art. 60. Esta Lei será regulamentada no que couber no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 61. Ficam estabelecidos os seguintes prazos, contados da data de publicação desta lei:

I - de trinta dias, para a composição do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, cujos conselheiros terão mandato de 2 (dois) anos, limitado ao tempo faltante para o término do atual mandato de Prefeito;

II - de sessenta dias, para elaboração e aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Planejamento Urbano;

III - de noventa dias, para a primeira reunião do Conselho Municipal de Planejamento Urbano, que terá por finalidade avaliar as diretrizes e prioridades do

Plano Diretor, de modo a orientar a formulação dos programas de governo do município e dos respectivos orçamentos;

IV - de cento e oitenta dias, para elaboração e envio à Câmara Municipal das modificações que se fizerem necessárias na legislação municipal, de modo a adequá-la às diretrizes constantes desta lei.

Art. 62. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, especialmente as que tratem de normas e procedimentos relativos a esta Lei.

Massapê do Piauí, 15 de DEZEMBRO de 2010


PREFEITO DO MUNICÍPIO

CHEFE DE GABINETE

Aprovado em 1ª Votação
Discussão Por unanimidade
Sala das Sessões, em 19/11/2010

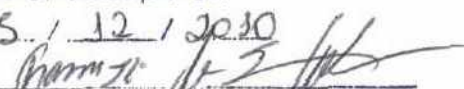
Secretário

SANCIONADA
Nesta Data: 15/12/2010

Francisco de Sousa Coutinho
PREFEITO MUNICIPAL

Promulgada nesta data Publique-se
Registre-se e cumpra-se.

em 15 / 12 / 2010


Prefeito Municipal

SUMÁRIO

Título I - Das Disposições Preliminares

Capítulo I - Da Definição do Plano	07
Capítulo II - Da Abrangência do Plano Diretor	07
Capítulo III - Do Zoneamento	08
Capítulo IV - Do Espaço Urbano	09
Capítulo V - Do Espaço Rural	09

Título II - Da Política Urbana

Capítulo I - Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes	10
---	----

Título III - Da Implementação do Plano Diretor

Capítulo I - Dos Planos, Programas e Projetos	13
---	----

Título IV - Dos Instrumentos da Política Territorial e Urbana

Capítulo I - Dos Instrumentos Fiscais, Jurídicos e Políticos	14
Capítulo II - Das Políticas Setoriais	16
Seção I - Do Planejamento Urbano	16
Seção II - De Planejamento Ambiental	17
Seção III - Do Planejamento Econômico	17
Seção IV - Do Planejamento Social	18
Seção V - Da Política de Promoção Humana	18
Seção VI - Da Política de Saúde	19
Seção VII - Da Política de Educação	20
Seção VIII - Da Política de Ação Social	21
Seção IX - Da Política de Habitação	22
Seção X - Da Política de Esportes e Lazer	24
Seção XI - Da Política do Meio Ambiente	25
Seção XII - Da Política de Saneamento	26
Seção XIII - Da Política de Transporte e Mobilidade	27
Seção XIV - Da Política de Cultura	28

Título III - Do Sistema de Planejamento e Gestão

Capítulo I - Da Estrutura Administrativa e Gestão Municipal	30
Seção I - Da Organização Institucional	31
Seção II - Da Participação Popular	32
Capítulo II - Do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	33

Título IV - Das Disposições Gerais e Transitórias	35
--	-----------

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

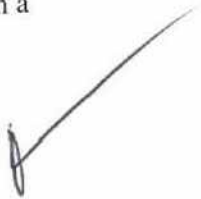
**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Considerando que a Constituição Federal em seu Capítulo da Política Urbana, dispõe que compete aos Municípios executar a política de desenvolvimento urbano, através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal, visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

Considerando que a Constituição do Estado do Piauí, em seu Título VII da Ordem Econômica, Capítulo II da Política Urbana, artigo 192, prevê que “o Plano Diretor estabelecerá normas sobre zoneamento, parcelamento e loteamento, uso e ocupação do solo, construções e edificações, proteção ao meio ambiente, saneamento básico, licenciamento e fiscalização dos parâmetros urbanísticos que adotar”;

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Massapê do Piauí atribui competência a este, segundo seu art. 8º, inciso VIII, para “legislar sobre assuntos de interesse local;

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Massapê do Piauí atribui competência à Câmara Municipal para deliberar sobre toda matéria legislativa com a



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ
PODER EXECUTIVO MUNICIPAL
GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO MUNICIPAL**

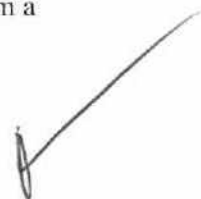
**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Considerando que a Constituição Federal em seu Capítulo da Política Urbana, dispõe que compete aos Municípios executar a política de desenvolvimento urbano, através de diretrizes gerais fixadas em lei municipal, visando ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

Considerando que a Constituição do Estado do Piauí, em seu Título VII da Ordem Econômica, Capítulo II da Política Urbana, artigo 192, prevê que “o Plano Diretor estabelecerá normas sobre zoneamento, parcelamento e loteamento, uso e ocupação do solo, construções e edificações, proteção ao meio ambiente, saneamento básico, licenciamento e fiscalização dos parâmetros urbanísticos que adotar”;

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Massapê do Piauí atribui competência a este, segundo seu art. 8º, inciso VIII, para “legislar sobre assuntos de interesse local;

Considerando que a Lei Orgânica do Município de Massapê do Piauí atribui competência à Câmara Municipal para deliberar sobre toda matéria legislativa com a



ANEXO II

DOCUMENTOS

ATA DA REUNIÃO DE SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES E DA COMUNIDADE SOBRE A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO, DO MUNICÍPIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ.

DATA / HORA E LOCAL

Ao quinto dia do mês de outubro de 2007, às 16:30 (dezesesseis horas e trinta minutos) na Câmara Municipal, realizou-se a sensibilização dos gestores e da comunidade sobre a elaboração do Plano Diretor Participativo do município de Massapê do Piauí.

PRESENCAS

Participaram da sensibilização, representantes da Igreja Evangélica, representantes da Educação, Saúde, Conselho Tutelar, Administração e Assistência Social, vereadores e demais membros da sociedade conforme registro na lista de presença, em anexo, a qual faz parte integrante desta ata.

COMPOSIÇÃO DA MESA

Tomaram assento na mesa de honra da reunião o Prefeito Municipal Benedito Esmerio de Sousa, vereadores, a equipe da empresa de assessoria técnica, JLI Auditoria, Consultoria e Projetos Ltda, representada pelo técnico Francisco do Rego Mello.

CONVOCAÇÃO/DIVULGAÇÃO

A audiência foi convocada através de convites a autoridades e representantes de Entidades.

ORDEM DO DIA

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Benedito Esmerio de Sousa, declarou aberta a sensibilização dos gestores e da comunidade do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, sendo, em seguida, encaminhada a palavra ao representante da JLI, Dr. Francisco do Rego Mello, que fez a apresentação do que é Plano Diretor, suas etapas e a importância de sua realização juntamente com o Coordenador de Picos da JLI Amâncio Macêdo. Foi exibido o vídeo "Cidade para Todos", que apresenta de forma simples e dinâmica a respeito do Plano Diretor. Em seguida foram esclarecidas as dúvidas dos presentes e o presidente da Mesa, Prefeito Zenon de Moura Bezerra, usando da palavra, agradeceu a presença de todos, mandando que fosse lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai por mim assinada, Caroline Carvalho Caroline Carvalho, secretária designada e pelo presidente da Mesa, Prefeito Benedito Esmerio de Sousa _____, em 05 de outubro de 2010. Secretário.



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ-PI
SENSIBILIZAÇÃO

Data: 05-10-07.

Local: CÂMARA MUNICIPAL

Horário: 16:30h

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Carla F. J.	Prefeitura - Prefeito	87 - MASSAPÊ
2	MAURÍCIO DA COSTA TELES	CÂMARA VEREADOR	87 - MASSAPÊ
3	FRANCISCO EPICANIO CARMO	REIS SEC. de Educação	87 - MASSAPÊ
4	Francisco de Paula	J. G. J.	87 - MASSAPÊ
5	AMANELO MAREJO	GRUPO	87 - MASSAPÊ
6	Francisco de Paula	VEREADOR	87 - MASSAPÊ
7	MAURÍCIO DA COSTA TELES	VEREADOR	87 - MASSAPÊ
8	FRANCISCO RAIMUNDO CARMO	FUNCAOARIO PREFEITURA	87 - MASSAPÊ
9	Francisco de Paula	J. G. J.	87 - MASSAPÊ
10	Carlos Amaro de Carvalho	VIZITA	87 - MASSAPÊ
11	Valdeir de Almeida	Ministério Social	87 - MASSAPÊ
12	Francisco de Paula	Ministério Social	87 - MASSAPÊ
13	Francisco de Paula	Ministério Social	87 - MASSAPÊ
14	Francisco de Paula	Ministério Social	87 - MASSAPÊ
15	Francisco de Paula	Ministério Social	87 - MASSAPÊ
16	Francisco de Paula	Ministério Social	87 - MASSAPÊ

17	Albertina M Costa	Axilion Serrão	Heróis
18	Pauli Del. Recaltes	Carriogara	Heróis
19	José Manoel José	Uariador	Heróis
20	João Manoel José	Uariador	Heróis
21	Gerisua. Dias da Costa	visitante	Heróis
22	Luciana Maria de Carvalho	visitante	Heróis
23	Maria Luiza de Carvalho	Expos. Equia Colônia	Heróis
24	Ar. J. Silva de L	Visitante	Heróis
25	João José de L	J. Soverano	Heróis
26	Joquene Carvalho Santos	Presid. Assoc. Peixe	Heróis
27	Luiz Alves Carneiro	Presid. Assoc.	Heróis
28	Pedro J. de Oliveira	Pf. 2. Várzea	Heróis
29	Erivaldo Carneiro	Presid. do Partido	Heróis
30	Henilson Santos Rodrigues	Visitante	Heróis
31	Francisco Jacó da Silva	Associação	Heróis
32	Roberto José de Carvalho	PREFEITURA MUNICIPAL	Heróis
33	Reinaldo de Carvalho	Visitante	Heróis
34	Roberto de Carvalho	ASS. DE DEUS	Heróis
35	Terminha de Carvalho	(VISITANTE)	Heróis
36	Trigão de Carvalho	Visitante	Heróis
37	Regênio de Carvalho	Visitante	Heróis
38	Ernestina Maria de Carvalho	Posto de Saúde	l. m. e.
39			
40			
41			
42			



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

CNPJ 01.612.591/0001-10

AV. PEDRO MARTINS, 642 - ☎ (0xx89) 3473-0098

CEP 64.573-000 = MASSAPÊ DO PIAUÍ - PI

DECRETO Nº. 055/2007

Massapê do Piauí, 10 de outubro de 2007.

**INSTITUI O NÚCLEO GESTOR DO PLANO
DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ DO
PIAUÍ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MASSAPÊ DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 57, inciso IV da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Federal Nº 10.257, de 10/07/2001, denominada Estatuto da Cidade e dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece normas de ordem pública e de interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo e do bem-estar dos cidadãos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Executiva do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Massapê de Piauí, com as seguintes atribuições:

- I. Formular os planos de mobilização social;
- II. Elaborar o cadastro das organizações sociais atuantes da sociedade civil;
- III. Coordenar os núcleos de comunicação, de informação, de capacitação e de organização da participação;
- IV. Propor critérios para definir prioridades;
- V. Assegurar o cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- VI. Compatibilizar o trabalho técnico com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- VII. Monitorar a elaboração do Plano Diretor Participativo;
- VIII. Apoiar e divulgar a realização de seminários, debates, audiências públicas e outras atividades sobre o Plano Diretor Participativo, juntamente com a empresa de assessoria técnica contratada pela AMPICOS, para esse fim.

Art. 2º - A Comissão Executiva do Núcleo Gestor referida no artigo 1º será composta pelos seguintes membros:

Coordenador Geral: ROBERTO JOSÉ DE CARVALHO;

Coordenador de Mobilização: FRANCISCO EPIFÂNIO CARVALHO REIS;

Coordenador Técnico: CIRIACO JOÃO DOS SANTOS FILHO

Os quais terão a incumbência de:

- I. Coordenar, planejar, monitorar e participar das ações inerentes ao processo de elaboração do Plano Diretor Participativo juntamente com os demais membros integrantes do Núcleo Gestor;
- II. Desenvolver as atividades de forma compartilhada com a equipe da assessoria técnica especificada no artigo 1º, item VIII, deste decreto.

Art. 3º - Os membros integrantes do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo não serão remunerados pelos serviços prestados nas atividades de sua competência.

Art. 4º - A Prefeitura Municipal garantirá o apoio e o suporte administrativo necessários para garantir a organização, a estrutura e ao funcionamento do Núcleo Gestor, durante o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Massapê do Piauí, em 10 de outubro 2007.


Benedito Esmério de Souza
Prefeito Municipal



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

C.G.C. 01.612.591/0001-10

AV. PEDRO MARTINS, 642 = CEP 64.573-000

MASSAPÊ DO PIAUÍ - PI

PORTARIA Nº. 197/2007

Massapê do Piauí, 11 de outubro de 2007.

NOMEIA OS MEMBROS DO NÚCLEO GESTOR DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O PREFEITO MUNICIPAL DO MASSAPÊ DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e considerando o Decreto Municipal de Nº 055 de 10/10/2007, que cria o Núcleo Gestor e que trata da composição de sua Comissão Executiva do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí indicados formalmente pelos órgãos e entidades representados, a saber:

1. Gabinete do Prefeito

- Ciriaco João dos Santos Filho
- Francisco Raimundo Coutinho

2. Câmara Municipal

- Mauricio da Costa Teles
- Antonio Augusto da Costa

3. Conselho Municipal de Assistência Social

- Lucileide Carvalho Veloso
- Valdete de Araújo Costa

4. Conselho Municipal de Saúde

- Deusmar João da Costa
- Rosa Andréa de Carvalho Alencar

5. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapê do Piauí

- Dulcimar Teles Martins
- Edilberto Manoel de Oliveira

6. Associação de Moradores de Massapê do Piauí

- Mirtes Coutinho Sousa
- Olívia de Carvalho Veloso

7. Conselho Municipal de Alimentação Escolar

- Francisco Miguel da Costa
- José Raimundo de Sousa



ESTADO DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

C.G.C. 01.612.591/0001-10

AV. PEDRO MARTINS, 642 = CEP 64.573-000

MASSAPÊ DO PIAUÍ - PI

8. Igreja Evangélica Brasil para Cristo

- Francisco das Chagas de Sousa
- Jeane da Silva Feitosa

9. Igreja Católica

- Maria Lúcia de Carvalho
- Marcos de Carvalho Veloso

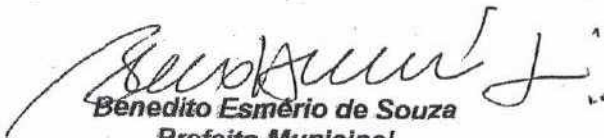
10. Associação de Moradores de Peixe

- Josuene de Carvalho Santos
- Julio Boaventura da Costa

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor nesta data para todos os efeitos de direito, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Massapê do Piauí, em 11 de outubro 2007.


Benedito Esmério de Souza
Prefeito Municipal



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
CAPACITAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR

Data: 18/10/2007

Local: Massapê do Piauí
Prefeitura Municipal

Horário: 9:30

LISTA DE PRESEÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Maurício da Costa Belo	vereador vice - Presidente	Massapê do Piauí
2	Rogério Andréia de Carvalho Moura	Secret. Mun. de Saúde	Massapê do Piauí
3	Arivaldo Carvalho Silva	Sec. Mun. de Administração	Massapê do Piauí
4	Francisco Miguel do Costa	Secretaria Municipal de Educação	Massapê do Piauí
5	Francisco José dos Santos Filho	Prefeitura Municipal	Massapê do Piauí
6	Otilio Carlos Gonçalves	CEC	Massapê do Piauí
7	Francisco dos Prazeres de Sousa	IG Evangélica	Massapê do Piauí
8	Francisco Ramalho Loureiro	prefeitura	Massapê
9	Benedito Gonçalves de Souza	Prefeitura - Pícos	MASSAPÊ DO PIAUÍ.
10	Odina Carvalho Ziloso	Associação de Moradores	
11	Leandro da Silva Teixeira	Igreja Evangélica	Massapê do Piauí
12	Leandro Ferreira de Oliveira	IG	Pícos
13	Odilon Martins	Sindicato	Massapê Piauí
14	Roberto José de Carvalho	PREFEITURA MUNICIPAL	MASSAPÊ DO PIAUÍ-PI
15	Roberto José de Carvalho		
16	Maria Guia de Carvalho	Igreja Católica	Massapê do Piauí

ATA DA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DE
APRESENTAÇÃO E INSTALAÇÃO DA COORDENAÇÃO
GERAL E DO NÚCLEO GESTOR DESIGNADO PARA
ELABORAÇÃO DOS TRABALHOS DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO, DO MUNICÍPIO DE MASSAPÊ,
REALIZADA NO DIA 25/10/2007.

DATA / HORA E LOCAL:

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2007, às 20:40 (vinte horas e quarenta minutos) no(a) Praça Matias Costa, realizou-se a audiência pública para apresentação à Sociedade do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo do município de Massapê.

PRESENCAS: Participaram da audiência as autoridades; representantes de entidades governamentais e não governamentais, associações, sindicatos, conselhos e também pessoas outras do povo, conforme registro na lista de presença em anexo, a qual fica fazendo parte integrante desta ata.

COMPOSIÇÃO DA MESA:

Tomaram assento na mesa de honra da reunião as seguintes pessoas:

BENEDITO ESMÉRIO DE SOUSA - Prefeito Municipal; Vereadores do Município Francisco Alberto da Silva, Maurício da Costa Teles, representante do Secretariado Municipal: Cleide Macêdo Esmério e Lucileide Carvalho Veloso (Secretaria de Assistência Social) e da equipe técnica da empresa JLJ, Caroline Carvalho Barbosa, Maria Claudeia de L. e Sousa, Dalva Feitosa e Amâncio Macedo, contratada pela Associação dos Municípios da Micro Região de Picos - AMPICOS para prestar assessoria técnica aos trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo, neste município.

CONVOCAÇÃO/DIVULGAÇÃO

A audiência foi convocada através dos seguintes meios de comunicação:

- Veiculação de SPOT em rádio local e da Região;
- Sistema de Som em carro volante, com circulação no âmbito do Município;
- Faixas/Cartazes;
- Comunicação nas escolas da rede municipal. Ofícios e Representantes de Entidades; Mobilização pessoal junto a Sociedade.

ORDEM DO DIA

Após execução do Hino Nacional, o Senhor Prefeito Municipal declarou aberta à audiência pública de instalação e apresentação da Coordenação e do Núcleo Gestor dos trabalhos de elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê. Em seguida foram feitas as leituras dos seguintes atos:

- Decreto 055/2007, de 10 de outubro de 2007, que Institui o Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Massapê - Piauí, e dá outras providências. A Comissão Executiva referida no

PK

Art. 1º do Decreto está constituída pelos seguintes membros: Coordenadora Geral, Sr. Roberto José de Carvalho; Coordenador Técnico, Sr. Ciriaco João dos Santos e o Coordenador de Mobilização, Sr. Francisco Epifânio Carvalho Reis.

- Portaria 197/2007, de 11 de outubro de 2007 - Nomeia os demais membros do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Massapê.

Prosseguindo os representantes da empresa JJJ, Maria Claudeia de L. e Sousa e Caroline Carvalho Barbosa discorreram sobre as etapas de elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê, enfocando que o plano deveria ser construído com a participação efetiva da população urbana e rural do município. Também disseram que o Núcleo Gestor deveria desde já mobilizar a sociedade, para que a participação nas leituras comunitárias atingisse o objetivo almejado. Ao final da apresentação a palavra foi franqueada aos presentes, dela fazendo uso vários participantes da reunião, todos enaltecendo a iniciativa de elaboração do Plano pelo Senhor Prefeito Municipal e indagando sobre a forma de participação da sociedade, na confecção dos trabalhos.

ENCERRAMENTO

Finalizando o Senhor Prefeito Municipal informou os meios disponibilizados pelo município, para participação das reuniões comunitárias e das audiências públicas conclamando a todos os presentes a participarem dos trabalhos de montagem do PDP.

Nada mais havendo para ser tratado foi à reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Reaberto os trabalhos, foi esta mesma Ata lida achada conforme e assinada, pela Secretária designada pela mesa Senhor Roberto José de Carvalho, Roberto José de Carvalho, que, em seguida, foi dado por encerrado os trabalhos. Massapê, 25 de Outubro de 2007.

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
AUDIÊNCIA PÚBLICA

Data: 25/10/2007

Local: PRAÇA MATIAS COSTA

Horário: 20:40 às 22:15

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Cláudio Pedro Esmério	Soc. Prosten. Social	Centro
2	Maria Auriana	de Tralva	Centro
3	Rosa Judice de Carvalho Menca	Sec. Mun. de Saúde	Centro
4	Luiz Carlos Carvalho Filho	Sec. Mun. de Assistência Social	Centro
5	Julia Carvalho Filho	Rua. Assaiaia's Monador	Centro
6	Francisco Manoel Vitorino Gomes	Superintendente de Ensino	Centro
7	Francisco Neto de Carvalho Costa	Coordenador de	Pol. Rodoçoa
8	Maria Aparecida dos Santos Rodrigues	A.C.S.	Altos do
9	Josefa de Carvalho Costa	SEMEC Coordenadora	Centro
10	Teresea Francisca de Carvalho	Dona de Casa	Maravilha de Lian
11	Francisco Ramundo Gontijo	Profytor	Massapé
12	Francisco Miguel da Costa	Coordenador da merenda	Massapé - Piau
13	Antonio Lisboa de Carvalho	A.C.S.	Caicara
14	Otilio Francisco da Costa	O.F.C.	Caicara
15	Mariani de Carvalho	SEMEC Coordenadora	Marinho do Lito
16	Edilson de Carvalho	SEMEC Coordenador	Marinho do Lito (Sede)

17	Roberto José de Carvalho	Prefeitura Municipal	Massapé-PI - Sede
18	Severino de A. A.	Sci. Muz. (ant)	Massapé-PI - Sede
19	Francisco Epitácio Leão	Secretaria de Educaç	Massapé-PI - Sede
20	Maria das Neves e da Costa	Serventia de saud	Angieel Manoel
21	Guaraldo Carvalho Almada	Agricultor	Sede
22	Rosabandia Farias de S. Silva		
23	Sorune de C. Santos	Pres. Associação	Peixe
24	Francisca Carvalho Santos	Estudante	Peixe
25	Francisco Bráulio dos S. Carvalho	Estudante	Peixe
26	MARIEL JOSÉ DE OLIVEIRA	A.C.S. (subsistia)	Massapé
27	Edelmar Ademar da Costa	A.C.S.	Massapé
28	Francivaldo Reis Carvalho	Agricultor	Quazina do Brito
29	Núria da Costa Planteris	Estudante	Bairro Arua Branca
30	Guizone Furlaneta da Costa	Estudante	Bairro Arua Branca
31	José Jacinto de Azevedo	Agricultor	Bairro Arua Branca
32	Marlinton Gato da Costa	Agricultor	Bairro Arua Branca
33	Amélia de Carvalho Viana	Estudante	Gambelina
34	Jaquim de Sousa Correia	Caldeiro	Fria
35	Junilson de Sousa	Estudante	Fria
36	Vitorino Alberto de S. Silva	Estudante	ES Pinheiro
37	Ezequiel de Sousa	Solista	Massapé
38	Benedito Gomes de Souza	Prefeito	MASSAPÉ DO PIAUÍ
39	Maria Helando dos Santos	D. Casa	Massapé
40	Caroline Cavalcanti	JLJ	

41	FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUSA	PASTOR EVANG	MASSAPÉ PI
42	Maria da Conceição Costa Vieira	Dona de Casa	Massapé PI
43	Juliana Costa e Silva Araújo	Indústria	Massapé PI
44	JOSÉ DE AMORIM RAUJO	DELEGADO	Massapé PI
45	ANTONIO LIBEIRO DE SOUSA	MILITAR	MASSAPÉ PI
46	Maria Eufrásia Moraes Aguiar	Dona de Casa	SEDE
47	Odineires da Costa Sales	Revenda - Vici Fumo	Carapossão do Sul
48	JOSE PEDRO DA SILVA		Sede
49	Valdir Flávia de Sá - Apóstata		Barragem Espirito
50	Maria Luíza de Carvalho	Igreja Católica	Massapé Piauí
51	Marcos Carvalho Reis	Igreja Católica	Massapé Piauí
52	JOSE OTAVIANO	Agropecuária	Carapossão
53	Antônio da Silva Viloso	Agricultor	Barragem Espirito
54	Alberto Manoel da Costa	Agricultor	Cantinho
55	ALBERTO DE SOUSA	Professor	Sede
56	Wilton José Costa	Professor	Barragem Espirito (Massapé)
57	Maria Helena da Costa Domingues	doméstica	Sede
58	Juvate da Costa Silva	Estudante	Barragem Espirito (Massapé)
59	Agostinho Francisco de Carvalho	Agricultor	Juazeiro do Norte
60	Adelina Carvalho Viloso	Estudante	Sede
61	Patrícia Maria de Jesus Dantas	Cozinheira (PUB. STB)	Massapé (Sede)
62	Apelônia Almeida de L. Viloso	Estudante	Parque São Francisco
63	Marcia da Lapereira Viloso	Estudante	Vilação VI

64	Helaine de Carvalho monais	Estudante	Quazeiro do Auito
65	Gracilda de Carvalho Lepen	Estudante	Rosa Vitor
66	Valdivi Jose da Costa Carvalho	Estudante	Carimbo
67	EUNIO RO, MAIZEL DE SOUSA	Estudante	Carimbo Sede
68	Clemilda Ana de Carvalho	Estudante	Carimbo Sede
69	Alvianora da Costa Carvalho	Estudante	Sede.
70	Edi Dantas de Barros Filho	Verificação	Porteiras
71	Elisavira Francisco de Sousa	Dono de casa	Sede
72	Tosmilda Maria de Sousa	Monitor do peti	Caraiabas
73	Rosane Araújo de Oliveira	Estudante	Maracajá
74	Regina de Carvalho Costa	Estudante	Quazeiro do Auito
75	Elvionora Gomes Alves	Estudante	Massa
76	Graciosa da Paz Carvalho	11. casa	Madreipé-PE
77	Maria da Conceição Carvalho	professora	Quazeiro do Auito
78	Talva Maria, Francisca Feitor	J-L-J	Picos
79	Maria Claudia de B e Sousa	Consultora A. G. aid	Picos
80	Aglaia Chaves	COORD. III	PICOS-
81	Carla Joaze dos Santos Filho	Trabalhador publico	Chave
82			
83			
84			
85			
86			

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS BAIRROS CENTRO E AREIA BRANCA, ZONA URBANA E DO POVOADO CALDERÃO DO SAPO, ZONA RURAL, REALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL, SEDE DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, às nove horas e quarenta minutos, foi iniciada a reunião na Prefeitura Municipal, zona urbana do município de Massapé do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos bairros Centro e Areia Branca, e do povoado Calderão do Sapo. A reunião contou com 35 pessoas, destacando a presença do professor Francisco Raimundo Coutinho, do agente comunitário de saúde Placiano da Costa Reis e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Lucileide Carvalho Veloso (Representante do Conselho Municipal de Assistência Social), Deusmar João da Costa e Rosa Andréa de Carvalho Alencar (Representantes do Conselho Municipal de Saúde), Dulcimar Teles Martins e Edilberto Manoel de Oliveira (Representantes dos Trabalhadores Rurais), Mirtes Coutinho Sousa (Representante da Associação de Moradores), Maria Lúcia de Carvalho e Marcos Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLI – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé do Piauí. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Dalva Maria Januária Feitosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo; em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, com o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, dividiu a comunidade presente em cinco grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JLI, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões,

que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas e quinze minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às treze horas e cinquenta e cinco minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Marcos Carvalho Veloso

Mirtes Coutinho Sousa

~~Roberto José de Carvalho~~

Quilimar Elias Martins

Carvalho Veloso

Francisco Raimundo Coutinho

Jose André de Carvalho Alencar

Maria Gúcia de Carvalho

Quilimar Elias Martins

IRACIO JOAO DOS SANTOS FILHO

Maurício da Costa

João da Costa



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 29/10/07

Local: Prefeitura Municipal de Massapé

Horário: 9:40 às 13:55 h

Centro, envolvendo o bairro Aniaz Branca, LISTA DE PRESENÇA
e a comunidade de Caldério do Sapo

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	José João dos Reis Costa	Agricultor	Caldério do Sapo
2	Paulo Gustavo Romão de Azevedo	Agricultor	Caldério do Sapo
3	Ana Cláudia Assis	Agricultora	Caldério do Sapo
4	Alcanyza Rosilda da Costa	Agricultora	Novo Branco
5	Antônia Rafael de Azevedo	Agricultor	Caldério do Sapo
6	Fernando Romão de Azevedo	Fun. Público	Massapé - Sede
7	Luciano Carneiro de Azevedo	Sac. - Igreja Evangélica	Massapé do Piauí - Sede
8	Selma Marlene da Costa	Agricultor	Massapé do Piauí - Sede
9	Maria Helena da Costa	Agricultora	Sede Massapé
10	Plácido da Costa Riu	A.C.S.	Granelinha
11	Ana Cláudia da Costa	Estudante (Agricultor)	Aniaz Branca
12	Maria Lúcia de Carvalho	Grupo Católico	Massapé - PI
13	Marcelo Carvalho Veloso	Grupo Católico	Sede
14	Maria da Conceição Costa Veloso	Assombria de Deus	Caldério do Sapo
15	Marleidy Lúcia Costa	Agricultora	Aniaz Branca
16	Roberto José de Carvalho	Presidente Municipal	Centro - MASSAPÉ-PI

Obs: Rua Branca

17	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Agricultor	Sede
18	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Agricultor	Sede
19	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Sindicato	Sede
20	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Sindicato	Em linha zona rural
21	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Agricultor	Sede
22	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	Agricultor	Sede
23	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	SEC. M. SAUD	SEDE
24	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
25	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
26	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
27	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
28	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
29	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
30	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
31	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
32	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
33	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
34	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
35	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede
36	ALBERTO INACIACIO DE ASSIS FILHO	ESTADUAL	Sede

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS CANA BRAVA, BELA VISTA E BAIXA BRANCA, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL NICOLAU FRANCISCO DE ASSIS, NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, às quinze horas e quinze minutos, foi iniciada a reunião na Escola Municipal Nicolau Francisco de Assis, zona rural do município de Massapé do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Cana Brava, Bela Vista e Baixa Branca. A reunião contou com 35 pessoas, destacando a presença do vereador Davi Felipe Alves, dos professores Francisco Raimundo Coutinho e Jeane da Silva Feitosa, do Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cana Brava Silvério Dias de Paiva e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Lucileide Carvalho Veloso (Representante do Conselho Municipal de Assistência Social), Rosa Andréa de Carvalho Alencar (Representante do Conselho Municipal de Saúde), Dulcimar Teles Martins e Edilberto Manoel de Oliveira (Representantes da Associação dos Trabalhadores Rurais), Mirtes Coutinho Sousa (Representante da Associação de Moradores de Massapé), Jeane da Silva Feitosa (Representante da Igreja Evangélica Brasil para Cristo), Maria Lúcia de Carvalho e Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JIJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé do Piauí. Em seguida, a palavra foi passada para o consultor Emílio César Vieira de Araújo que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título *“CIDADE PARA TODOS”*, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Saída”, dos Titãs, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da *“LEITURA COMUNITÁRIA”*, dividiu a comunidade presente em quatro grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL, EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JIJ, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no

esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Luizinho Carvalho Veloso

Maria Glúcia de Carvalho

Mirtes Coutinho Sousa.

Manoel Carvalho Veloso

Franisco Reimundo Coutinho

~~Roberto José de Carvalho~~

União Social dos Santos Filhos

Rosa Andréia de Carvalho Alencar

Quilimar Felix Martins

Operecio da Costa Gely

Jean da Silva Feitosa

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 29/10/07

Local: Colégio Municipal de Cana Brava (Nicolau F. de Azeiteiro) Horário: 15:15 às 18:45
Cana Brava, envolvendo as localidades de
Bela Vista e Baixa Branca.

LISTA DE PRESEÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Teresa Isabel Batista Matias	Agricultora	Cana Brava
2	Gene da Silva Freitas	Professora	Lagoa Grande
3	Jonati da Costa Batista	Professor	Baía Brava
4	Silvino da Silva	Trab. Rural	Cana Brava
5	Geraldo Pedro Viloso	Trabalhador Rural	Cana Brava
6	Helena Domingos da C. Costa	Trabalhadora Rural	Cana Brava
7	Odilina Maria Batista	Trabalhadora Rural	Baixa Branca
8	Flaviana Luiza Barbosa	Trabalhadora Rural	Baixa Branca
9	Adriana da Costa Lima	Trabalhadora Rural	Baixa Branca
10	Herminia do Carmo Costa	Trabalhadora Rural	Cana Brava
11	Andressa da Costa	Trabalhadora Rural	Cana Brava
12	Reginaldo da Costa	Trabalhador Rural	Cana Brava
13	Adilson da Costa	Trabalhador Rural	Cana Brava
14	Quilmar Silva Martins	Trabalhador Rural	Cana Brava
15	Francisco Raimundo Epitácio	Trabalhador Rural	Cana Brava
16	Quilmar da Costa	Trabalhador Rural	Cana Brava

17	Rosa Archer de Carvalho Alencar	Superintendente	Mossoró - Sede
18	CRISTIANO SPAT DOS SANTOS FILHO	FF: Público	MASSAPÉ - SEDE
19	FRILTO Manoel Antônio	Diário	Mossoró
20	Maria Luíza de Carvalho	Igreja Católica	Mossoró PA - Sede
21	Leandro de Carvalho	Sec. Mun. Ant. e Hist.	Mossoró - Sede
22	Marcos Carvalho Vilela	Igreja Católica	Mossoró - Sede
23	Mirton Fontinho Sousa	Associação Mossoró	Mossoró - Sede
24	Roberto José de Carvalho	Prefeitura Municipal	MASSAPÉ - SEDE
25	Josefa Zabel Batista	trabal. Rural	Cana Brava
26	Carlos André de Carvalho	Motorista	Sede
27	NEZAR Jorjula da Silva	VLSO	Cana Brava
28	David Kili R. Alves	Vereador	Chupetinho
29	Amílho Vaziriano Rosário	Agricultor	Chapada da mulôza
30	Jose Valtor Dias Vilela	Agricultor	Cana Brava
31	Alcides Scantano da Costa	Produtor	Bela Vista
32	Jenivaldo Jorjula Costa	Agricultor	Cana Brava
33	Pedro Pereira de Lima	trabal. Rural	Baixa Branca
34	Francisco das Chagas Costa	trabal. Rural	Bela Vista
35	Francioldiva Gomes Dias	trabaladora Rural	Cana Brava

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS LAGOA GRANDE, CHUPEIRINHO E BARRO VERMELHO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NO COLÉGIO MUNICIPAL DE LAGOA GRANDE NO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dezenove horas e trinta minutos, foi iniciada a reunião no Colégio Municipal de Lagoa Grande na zona rural do município de Massapé do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores do povoado Lagoa Grande, Chupeirinho e Barro Vermelho. A reunião contou com 51 pessoas, destacando a presença da professora Jeane da Silva Feitosa, do Agente Comunitário de Saúde José Fagner da Costa Santana e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Rosa Andréa de Carvalho Alencar (Representante do Conselho Municipal de Saúde), Dulcimar Teles Martins (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais), Mirtes Coutinho Sousa (Representante da Associação de Moradores de Massapé do Piauí), Jeane da Silva Feitosa (Representante da Igreja Evangélica Brasil para Cristo), Maria Lúcia de Carvalho (Representante da Igreja Católica) e Marcos Carvalho Veloso (Representante da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor, Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JIJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé do Piauí. Em seguida, a palavra foi passada para o consultor Emílio César Viera de Araújo que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Safda”, dos Titãs, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”. Foram iniciados os questionamentos onde discutiu-se os seguintes temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JIJ, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões,

que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas e quinze minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às vinte e uma horas e cinco minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Mirtes Coutinho Sousa.

Francisco Raimundo Coutinho

Marcos Carvalho Veloso

Rosa Andréia de Carvalho Alencar

Maria Lúcia de Carvalho

~~Roberto José de Carvalho~~

Jeanne da Silva Feitosa

Opunício de Costa

Quelcimar Eulio Martins

Cristiano Paulo dos Santos Filho



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI

LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 29/10/07

Local: Colégio Municipal de Lagoa Grande (Enquanto Pereira da Silva)
 Horário: 19:30 às 21:05 p.m (noite)

Lagoa Grande, envolvendo as localidades de
 Chupeirinho e Barro Vermelho.

LISTA DE PRESEÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Mari Garcia da Silva	la Voad	Lagoa Grande
2	Guilherme Gomes da Silva	agricultor	Lagoa Grande
3	Marcos Colin Lima	agricultor	Lagoa Grande
4	Bibiano Raimundo da Silva	agricultor	Barro Vermelho
5	Valdevino da Silva	trabalhador Rural	Lagoa Grande
6	Natalia Dias da Silva	trabalhador Rural	Lagoa Grande
7	José Francisco de Sousa Gomes	trabalhador Rural	Barro Vermelho
8	Francisco José de Santana	trabalhador Rural	Lagoa Grande
9	monel José de Sousa da	trabalhador Rural	Lagoa Grande
10	Prizina Casimiro de Sousa da	trabalhador Rural	Lagoa Grande
11	Arlete Muniz da Silva	trabalhador Rural	Lagoa Grande
12	Antônio José da Silva	trabalhador Rural	Lagoa Grande
13	José Fausto da Costa Santana	A.C.P.S	CONLA-SANTANA
14	Marcos da Santana	trabalhador	Lagoa Grande
15	Francisco Raimundo Costa da	trabalhador	Massapé
16	Mirtes Coutinho Sousa	Assoc. Massapé	Massapé sede

17	Marcos Camalho Neto	Jornal. Católico	Marapé - PI - Sede
18	Roberto José de Carvalho	Prof. Escola Municipal	Marapé - PI - Sede
19	Teone da Silva Teixeira	Igreja Evangélica	Marapé - PI - Sede
20	Guise de Melo Din	mirindim	Lagoa grande
21	Valdirene Maria de Paula	Lavradora	Lagoa grande
22	Valdirene Alves Batista	Lavradora	Lagoa grande
23	Ediana da Costa Silva	Lavradora	Lagoa grande
24	Monete de concição vieira	Lavradora	Lagoa grande
25	marcelo silva da Silva Pereira		Lagoa grande
26	Maria do Socorro R. do Alto	Trab. Rural	Lagoa grande
27	Mariana de Costa Santos	Trab. Rural	Lagoa grande
28	ACILINO JOSE D. D. S.	Trab. Rural	Lagoa grande
29	Geromôca Aguiar dos Santos	Trab. Rural	Lagoa grande
30	Francisca Rosa de Aguiar	Trab. Rural	Lagoa grande
31	Maria da Cruz Costa	Trab. Rural	Lagoa grande
32	Francisca Pires de Sá	Trab. Rural	Lagoa grande
33	Francisca Izabel	Trab. Rural	Lagoa grande
34	Joana da Conceição Costa	Trab. Rural	Lagoa grande
35	Rosângela de Jesus	Trab. Rural	Lagoa grande
36	Maria Edna de Jesus	Trab. Rural	Lagoa grande
37	João Nilton da Silva	Trab. Rural	Chuperinho
38	Edson das Silva	Trab. Rural	Lagoa grande
39	Ronivelton da Silva	Trab. Rural	Lagoa grande

[illegible]

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS ABÓBORA, BECO, DESERTO, VARZEA BELA, GANGORRINHA, PASSAGEM, CERCADINHO II, ENCANTO, INGAZEIRA, BAIXIO DO DECA, BAIXAS, POÇO REDONDO, CAIÇARA E CALDEIRÃOZINHO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ, REALIZADA NA CAPELA DE ABÓBORA, NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e sete, às nove horas, foi iniciada a reunião na Capela da Abóbora, zona rural do município de Massapé, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Abóbora, Beco, Deserto, Varzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Cercadinho II, Encanto, Ingazeira, Baixio do Deca, Baixas, Poço Redondo, Caiçara e Caldeirãozinho. A reunião contou com 50 pessoas, destacando a presença dos professores Francisca Neta de Carvalho Costa, Isabel Matildes de Carvalho Xavier, Germana Ana de Carvalho, Antônio Augusto Carvalho Xavier, Francisca Coelho Costa e José Jonas Barbosa, do presidente da Associação dos Pequenos Produtores de Abóbora e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Rosa Andrea de Carvalho Alencar (Representante do Conselho Municipal de Saúde), Olívia Carvalho Veloso (Representante da Associação de Moradores de Massapé), Dulcimar Teles Martins (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Maria Lúcia de Carvalho e Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé. Em seguida, a palavra foi passada para o consultor Emílio César Vieira de Araújo que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, com o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, dividiu a comunidade presente em cinco grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JLJ, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no

discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às onze horas e cinquenta e cinco minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho.

Isa Andria de Carvalho Alecar

~~Roberto José de Carvalho~~

Marcos Carvalho Veloso

Luísa Carvalho Veloso.

IRIVALDO JOÃO DOS SANTOS FILHO

Dulcemar Eulós Martins

Maria Lúcia de Carvalho

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 30/10/04

Local: Capela de Abóbora (terça 14h)

Horário: 9 às 11:55

Abóbora, envolvendo as localidades: Beco, Deserto, Várzea Bela, Gangoninha, Passagem, Cercadinho II, Encanto, Ingazeira, Beirão do Doca, Baixas & Poço Redondo, Coisara e Caldeirãozinho

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1. Francisco Neto de Carvalho Costa	professor	Deserto
2. Elói Fernandes de Sousa	trabalhador rural	Várzea Bela
3. Eva de Sousa Silva	trabalho no solo	Amigão
4. Rosa Andréia de Carvalho Plencan	Empreiteira	Massapé
5. Gilmário Rodrigues de Sousa	trabalhador rural	Deserto
6. Oulcimar dos Mondim	Sindicato	Massapé - Piauí
7. JOSECELI NO FRANCISCO DESOUSA	trabalhador rural	Beirão do Doca
8. Roberto José de Carvalho	Prefeitura Municipal	Massapé - PI
9. Cleide João das Santos Filho	Hospitalidade municipal	Massapé - PI
10. Olívia Carmundo Zélio	Associação de Moradores	Massapé - PI
11. Manoel Gonçalves de Sousa	Igreja Católica	Massapé - PI
12. Mivaldo de Carvalho Costa	Idade das Massapé - PI	Massapé - PI
13. Maria Lúcia de Carvalho	Igreja Católica	Massapé - Piauí
14. Joaquim Maria de Carvalho Costa	trabalhador	Deserto
15. Pedro Carlos da Costa	trabalhador rural	Deserto
16. Dela Antunes de Sousa	trabalhador rural	Abóbora

17	Joni da Costa Carvalho	Trab. Rural	Abóbora →
18	Jeniza Lourença S. Costa	Trab. Rural	Abóbora →
19	Juizete Jose da Silva	Trab. Rural	Abóbora
20	Marimunda Maria Coelho Costa	Trab. Rural	Abóbora
21	Expedito Jose da Silva	Trab. Rural	Abóbora
22	Francisco Souto da Silva	Trab. Rural	Abóbora
23	Emiliano de Carvalho Almeida	Trab. Rural	Abóbora
24	Trabalho de Carvalho	Trab. Rural	Abóbora
25	Rafael Mattos da Costa	Trab. Rural	Abóbora
26	Germania Ana de Carvalho	Trab. Rural	Abóbora
27	Antonio Augusto L. Xavier	Trab. Rural	Abóbora
28	Silvia Luiza de Costa	Trab. Rural	Abóbora
29	Valdemar Costa	Trab. Rural	Abóbora
30	Reinaldo Estadual da Silva	Trab. Rural	Abóbora
31	João Elói da Costa	Trab. Rural	Abóbora
32	Francisco Davida Costa	Trab. Rural	Abóbora
33	Reinaldo da Costa da Silva	Trab. Rural	Abóbora
34	Mário de Sousa Coelho Silva	Trab. Rural	Abóbora
35	Thiago Joaquim da Silva	Trab. Rural	Abóbora
36	Expedito da Silva Sousa	Trab. Rural	Abóbora
37	João Lucio da Silva	Trab. Rural	Abóbora
38	João Manoel da Costa	Trab. Rural	Abóbora
39	Manoel Adão da Costa	Trab. Rural	Abóbora

40	Francisco Coelho Costa		monitorar (pet)	Abobora
41	José Soares Barbosa		Professor	Gammarina
42	João José Lopes de Carvalho		Troca de materiais	Curtado
43	Fernando José da Silva		PRT. Associação	Abobora
44	Dalva Maria Guimarães Feitosa		J.L.J.	Picos
45	Helena Vidimar da Costa		Estudante	Abobora
46	João Expedito da Silva		Agricultor	Abobora
47	Francisco Carlos da Silva		Agricultor	Dezeto
48	Emílio Gomes da Silva		J.L.J.	Picos - PI
49	José Luiz dos Reis L.		Presidente AD:	Gammarina
50	Almeida da Costa-Costa		Vereador	Mossoró do Rio

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS JUAZEIRO DO QUITÓ, FRAGA, CARAÍBAS, ALTINHO, CANTINHO E TABOLEIRO DAS MELANCIAS, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NA CAPELA DO JUAZEIRO DO QUITÓ, NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e sete, às quinze horas e quarenta minutos, foi iniciada a reunião na Capela do Juazeiro do Quitó, zona rural do município de Massapé, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraibas, Altinho, Cantinho e Taboleiro das Melancias. A reunião contou com 53 pessoas, destacando a presença dos professores Franciêda Julieta dos Santos, Marlene Maria de Sousa, Luiz Antônio de Carvalho, Maria da Conceição Carvalho e Lucicleide de Sousa Gomes, do agente de saúde Francisca de Carvalho Gomes e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Dulcimar Teles Martins (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica), Mirtes Coutinho Sousa (Representante da Associação dos Moradores de Massapé do Piauí), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal) e Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Dalva Maria Januária Feitosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, e em forma plenária foi discutido os seguintes temas: I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os presentes estavam sob a orientação dos consultores da JLJ, Dalva Maria Januária Feitosa, Camila Mousinho Lima e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre os temas) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Decorrido cerca de uma hora e vinte

minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às dezessete horas e trinta e cinco minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho;
Maurício da Costa Pele
Francisco Raimundo Coutinho
Marcos Carvalho Veloso
Mirtes Coutinho Sousa.
~~Roberto Manoel de Aguiar~~
Quelimarcelo Martins



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 30.10.07

Local: Capela do Juazeiro do Quilô.

Horário:

15:40 às 17:35

Envolvendo os Povoados: Juazeiro do Quilô, Fraga, Caraiabas, Altinho, Cantinho e Caboleiro dos Melancios

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Francisco Raimundo Coutinho	Prefeitura	Massapé
2	Manoel Cantalho Veloso	Sociedade Católica	Massapé-PI
3	Mirton Cantalho Sousa	Assoc. Massapé	Massapé-PI
4	Leiteiro Manoel de Sousa	Indicador	Juazeiro do Quilô
5	Brasão de Carvalho Costa	—	Juazeiro do Quilô
6	Brasão de Carvalho Costa	Função pública	Juazeiro do Quilô
7	Maria Alameda Costa	Dona de Casa	Juazeiro de Quilô
8	Leidimar Maria de Carvalho	Dona de Casa	Juazeiro de Quilô
9	Maria Lúcia de Carvalho Gomes	Dona de Casa	Juazeiro de Quilô
10	Maria Neli dos S. Oliveira Carvalho	Agricultora	Fraga
11	Mª Beresa dos Santos	Agricultora	Caraiabas
12	Isabelda Maria de Sousa	Monitora do Pêi	Caraiabas
13	Antonio Agostinho Monteiro	Agricultor	Caraiabas
14	Jose Luis de Carvalho	Agricultor	Juazeiro
15	Maria de Sousa Monteiro	Agricultora	Caraiabas
16	Francivalde Pin Carvalho	Agricultor	Juazeiro do Quilô

57	Antônio Nogueira Nogueira		Agricultura	Caraibas
58	Chirino da Silva da Costa	PP	Agricultura	Caraibas
59	Adriano Berto Montez	PP	Agricultura	Caraibas
60	Alberto Monteiro		Agricultura	Caraibas
61	GERALDO ALONSO			Caraibas
62	Adriano Berto Montez			Juazeiro do Norte
63	Manoel da Costa	PP	Vereador	Juazeiro do Norte
64	Leandro Antonio de Carvalho		Professor	Caraibas
65	Fernando Francisco de Carvalho		Auxiliar S. Serv.	Juazeiro do Norte
66	JOÃO DE DEUS		Agricultura	Caraibas
67	Franco José de Carvalho		Agricultura	Caraibas
68	Fábio Gualberto de Sousa		Agricultura	Caraibas
69	JONAS DE SOUSA GOMES		Agricultura	Juazeiro do Norte
70	JOSÉ Manoel da Costa		Agricultura	Contorno
71	JOSÉ O Gualberto de Carvalho		Agricultura	Contorno
72	Manoel Maria de Sousa		Professor	Juazeiro do Norte
73	Rivaldo de Carvalho Costa		Pres. do Juazeiro	Juazeiro do Norte
74	Rosana de Carvalho Costa		Estudante	Juazeiro do Norte
75	Ana Espinosa		Estudante	Juazeiro do Norte
76	Maria das Mercedes S. G.		Agricultura	Fraga
77	Maria de Fátima dos Santos		Agricultura	Fraga
78	Maria Lúcia de Sousa		Agricultura	Fraga
79	Francisca Maria de Sousa		Agricultura	Fraga
80	Maria do Rosário de Sousa		Agricultura	Fraga

[illegible]

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS SÃO FRANCISCO, VARJOTA, BOA VISTA, FEIÇÃO, CHAPADA DOS ELIAS, TABOLEIRO DA VARJOTA, MALHADA VERMELHA, QUEIMADAS, SOBRADINHO E MORRINHOS, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ, REALIZADA NO MERCADO PÚBLICO DE SÃO FRANCISCO, NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e sete, às vinte horas e vinte minutos, foi iniciada a reunião no Mercado Público de São Francisco, zona rural do município de Massapê do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados São Francisco, Varjota, Boa Vista, Feição, Chapada dos Elias, Taboleiro da Varjota, Malhada Vermelha, Queimadas, Sobradinho e Morrinhos. A reunião contou com 110 pessoas, destacando a presença do vereador Raimundo Nonato, dos professores José Alexandre Lopes Filho, Francineide Coutinho da Silva, Cideli de Jesus V. Ribeiro e Ana Lúcia Veloso Costa, do agente de saúde Luis José de Carvalho e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapê do Piauí), Dulcimar Teles Martins (Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Massapê do Piauí), Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica), Olívia Carvalho Veloso (Representante da Associação de Moradores de Massapê do Piauí), Deusmar João da Costa e Rosa Andréa de Carvalho Alencar (Representantes do Conselho Municipal de Saúde), vereador Mauricio da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal) e Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapê do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Camila Mousinho Lima que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, dividiu a comunidade presente em cinco grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JLJ, Camila

Mousinho Lima, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às vinte e três horas e cinquenta minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Marcos Carvalho Veloso

Glúcia Carvalho Veloso.

Rosa Andréa de Carvalho Blencan

Roberto Manoel de Aguiar

Francisco Raimundo Coutinho

Assinatura de João da Costa

Maurício da Costa

Quilimar Sales Martins



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 30.10.07.

Local: Mercado Público de São Francisco
Envolvendo as comunidades de: São Francisco,
Vargota, Boa Vista, Feição, Chapada dos
Elcios, Taboão da Vargota, Malhada Vermelha, Quimadares, Sobradinho e Mouinho.

Horário: 20:30 às 23:50

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Francisco Teófilo da Costa	Agricultor	Caçama
2	Ynema Josefa de Carvalho	Agricultor	Uldio
3	Roseline Maria de Carvalho	Alunada Enagorana	São Francisco
4	Antônia Josefa da Silva Santos	Agricultora	Baixo do Bica
5	Maria de Fátima da Conceição S. Sousa	Agricultora	Povo Redondo
6	Amar Maria de Costa Veloso	Agricultora	São Francisco
7	Lauri de Fátima da Costa	Agricultora	Chapada
8	Maria Verônica da Silva	Agricultora	Jua
9	Wagileide Afonso da Silva	estudante	Boisio
10	Francisco da Costa Silva	estudante	Ingazeira
11	Marciana da Costa Ramos	estudante	Ingazeira
12	Frederica Maria da Silva	estudante	Piãhã
13	Amoranda da Costa Silva	estudante	Ingazeira
14	Roseline Maria da Silva	estudante	Ingazeira
15	Joana Maria da Silva Carvalho	agricultora	Caçama
16	Luiza Tereza de Carvalho Silva	agricultora	Boa Vista

17	Francisca Maria de Carvalho Silva	agricultora	boa vista
18	Marília Maria Fecavalho	agricultora	alto vistoso
19	Joente m ^{te} de Jesus Carvalho	agricultora	Alto vistoso
20	Mozidete m ^{te} de Jesus Carvalho	agricultora	Alto vistoso
21	Carolina de Almeida de C. M. Camara Municipal		Avocado São Francisco
22	Francisca Teixeira Lual Carvalho Esc. Manoel Joaquim		Pou. São Francisco
23	Silvana Luis Resler	Estudante	Olho d'água
24	Franciselda Lima de Sousa	Estudante	Baixio do guã
25	Simone Reis Costa	Estudante	Olho d'água
26	Silva da Silva	Estudante	Povo Redondo
27	Esivaldo da Silva Carvalho agricultor	agricultor	Povoado São Francisco
28	Elmário José de Sousa Gomes	Estudante	Olho d'água
29	Elisabet Sousa Gomes	Estudante	Olho d'água
30	Maizene Helena da Silva	estudante	Rapado
31	Inez de Carvalho Costa	agricultora	Par. São Francisco
32	Marlene Maria de Jesus Rodrigues	estudante	Boavista
33	Gabriela Maria da Costa	estudante	Vila
34	Elvete Almeida Costa	estudante	Baixio do guã
35	Maurício de Costa Gels	leitor	Mussopé do Pravi
36	Marcos Carvalho Veloso	leitor católico	Mussopé do Pravi
37	Luciécide Lúcia da Silva	estudante	Vila
38	Josebando Neto	agricultor	Sobradinho
39	Luiz José de Carvalho	A.C.S	BAIXIO DE NEZINHO

X

40	Antonio Lopes de Sales	Agricultor	Ferção
41	Luiz Francisco de Carvalho	estudante	Passagem
42	Roginaldo Ferreira da Costa	estudante	Vilaão
43	Maria Aparecida Gonçalves Silva	trabalhadora rural	Bairrão
44	Maria Aleide Lourenço da Silva	estudante	Vilaão de cima
45	Márcia Maria da Costa	estudante	Vilaão de cima
46	Patricio Maria da Costa	estudante	Vilaão de cima
47	Felício Calina de Carvalho	trabalhadora rural	Pov. São Francisco
48	Jenilça de Sousa Santos	estudante	Povo Redondo
49	Jacirleide de Sousa Santos	estudante	povo Redondo
50	Tailda de Sousa Santos	estudante	povo Redondo
51	Evonete Dominga da Silva	estudante	Vilaão II
52	Vilceles Antônia das	trabalhadora rural	Pov. São Francisco
53	Martine da Conceição Santos	estudante	povoado São Francisco
54	Agnes de Antônia das	estudante	Bom Vista
55	Luiza Lourenço da Conceição Mendes	trabalhadora rural	Pov. São Francisco →
56	Ida Rodrigues	estudante	Bom Vista
57	Joelma Josefa de Carvalho	estudante	Passagem
58	Cláudia de Carvalho Rodrigues	Agricultor	Ferção
59	Constância Antonio Ferreira	estudante	Pov. São Francisco
60	Maria José Celso de Carvalho	estudante	Pov. São Francisco
61	Josefa da Conceição Santos	estudante	Pov. São Francisco
62	Juliana Raimunda da Costa	estudante	Caldeirãozinho

64	Glória Santos Cabral	lauradora	São Francisco
65	Cilda de Jesus Roberto	Procuradora	São Francisco
66	Luiz Teodoro Mendes	Trabalhador	São Francisco
67	Pedro de Carvalho Rodrigues	Trabalhador Rural	Feição
68	Francisca Manoel Ferreira Filho	Trabalhador Rural	São Francisco
69	Orlando Veloso de Carvalho	Trabalhador Rural	Vila
70	Aureliano Manoel de Carvalho	Estudante	Vargem
71	José Ferreira de Carvalho	Estudante	Vargem
72	Mário de Jesus Carvalho	Trabalhador Rural	Boa Vista
73	Adriana de Carvalho Silva	Estudante	São Francisco
74	Tina de Conceição Gomes	Trabalhadora Rural	Vila
75	Cláudia da Conceição Gomes	Trabalhadora Rural	Vila
76	Margali da Conceição Gomes	Trabalhadora Rural	Vila
77	João de Jesus de Carvalho	Proprietário	São Francisco
78	Francisco de Jesus de Carvalho	Costureiro	Feição
79	Jacqueline de Jesus de Carvalho	Lauradora	Juiz
80	Glória de Jesus de Carvalho	Lauradora	Paix
81	João Luiz de Carvalho	Arquiteto	São Francisco
82	Luiz Carlos de Carvalho	Associação	Associação do Povo
83	João de Jesus de Carvalho	Arquiteto	São Francisco
84	Maria Ester de Jesus de Carvalho	Arquiteto	São Francisco
85	Ana Lúcia de Jesus de Carvalho	Professora	São Francisco
86	Maria de Jesus de Carvalho	Arquiteto	Vargem

87	Emílio Luis de Souza	Alf. P. M. R. M.	Quimadas
88	Francisco José Dias Gomes	Agricultor	Morinhos
89	João Antônio Corrêa	Agricultor	Olho d'água
90	Luís Maria Cruz de Sousa	Agricultor	Olho d'água
91	Barbando N. de Sousa	Quimadas	Pailona
92	José Alexandre Lopes Filho	Proprietário	São Francisco
93	Francisco de Carvalho Lopes	Estudante	São Francisco
94	Francisco Vitor Lopes	Agricultor	Ficção
95	Roberto José de Almeida	Indústria	Deixio do Dica
96	Mora de Carvalho Lopes	Agricultor	Parade São Francisco
97	Albino de Almeida Lopes	Agricultor	B. Vista
98	Thomaz de Carvalho Lopes	Agricultor	Ba Vista
99	José de Carvalho Lopes	Agricultor	Ba Vista
100	Elizete da Silva Carvalho	Agricultor	Ba Vista
101	Francineide Coutinho da Silva	Professora	Reixe
102	Antônio Francisco de Lima	—	Laios
103	Francisco Luiz de Lima	Alf. P. M. R. M.	São Francisco
104	Guilherme Luis Martins	Sindicato	Marsapá do Pau
105	Emiliano dos Santos	Presbitero	messejê do Pau
106	José da Silva	Grande	Presbitero - Pau
107	José Emílio Sousa Costa	T. J. Juvenil	Caribeiro Grande
108	Moury de Carvalho Filho	Estudante	Va Jota
109	Paulo Francisco de Sousa	Alf. P. M. R. M.	T. J. Juvenil
110	Dalia Maria Guimarães Feitosa	T. L. J.	Picos

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS PORTEIRAS, MANAÍBA, MORRO DOS CACHORROS, CHAPADA DOS ANÍSIOS E CURRAL VELHO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NO COLÉGIO MUNICIPAL DE PORTEIRAS, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dez horas, foi iniciada a reunião no Colégio Municipal das Porteiras, zona rural do município de Massapé do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Porteiras, Manaíba, Morro dos Cachorros, Chapada dos Anísios e Curral Velho. A reunião contou com 62 pessoas, destacando a presença do vereador José D. de Barros, da professora Maria Edileusa Barbosa e dos membros do núcleo gestor Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Geral), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica), Olívia Carvalho Veloso (Representante da Associação de Moradores de Massapé do Piauí), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Lucileide Carvalho Veloso (Representante do Conselho Municipal de Assistência Social) e Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Caroline Carvalho Barbosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, dividiu a comunidade presente em cinco grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões

referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JLJ, Camila Mousinho Lima, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de uma hora e quarenta minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às doze horas e trinta minutos e eu, Ciriaco João dos Santos Filho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Ciriaco João dos Santos Filho -
Teoberto Manoel da Silva -
Francisco Raimundo Coutinho
Opunício da Costa Gelly -
Leucidei Carvalho Veloso
Julia Carvalho Veloso -
Marcos Carvalho Veloso -



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 31/10/2007

Horário: 10:00 às 12:30 h

Local: Colégio Municipal de Porteirões,
Porteirões, envolvendo as localidades: Manaioba,
Morro dos Cachorros, Chapada dos Anísios, Curral Velho.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1 Emilia Maria de Paula	Associação	Chap. das Cabecinhas
2 VIDA L. JOSÉ DE LIMA	Associação	Porteirões
3 Lourenço Raimundo Alves	Agricultor	Manaioba
4 Maria José de Paula B. Alves	Agricultora	Manaioba
5 Antônio Rodrigues da Silva	Estudante	Manaioba
6 José Raimundo Alves	Agricultor	Manaioba
7 Júlia Carvalho Lima	Assoc. Moradores	Massapé do Povo
8 Maria das Neves da Conceição Lima Barros	Assoc. Barcos Agricultores	Porteirões
9 Maria das Neves da Conceição Lima Barros	Agricultora	Manaioba
10 José Jefferson de L. Silva	Agricultor	Porteirões
11 Maria do Socorro Conceição Costa	Agricultora	Porteirões
12 Josefa Filia de Carvalho Barros	Dona de casa	Porteirões
13 Francisca de Almeida Barros Lima	Dona de casa	Porteirões
14 Maril Celina Barbosa	Professora	Manaioba
15 Francisca Raimundo da Conceição Silva	Dona de casa	Porteirões
16 Cleonice Joana dos Silva	Dona de casa (Agricultora)	Porteirões

17	Dalgin de Barros Carvalho Costa	Agricultura	Porteiras	→
18	Maria de Fátima Lima Silva	Agricultura	Cumal Velho	
19	Joelinto Joao da Costa	Porteiras - Agricultura	Porteiras	
20	Jose Francisco da Costa	Porteiras - Agricultura	Porteiras	
21	Jose Duarte de Barros Velho	Ureidosa	Porteiras	
22	Mauricio Jose de Barros Velho	Ureidosa	Porteiras	
23	Alcides da Costa de Barros Velho	Agricultura	Cumal Velho	
24	Jose de Barros - Roberto	Agricultura	Porteiras	
25	Francisco Manoel de Barros Velho	Agricultura	Porteiras	
26	Aniceia Barros Pereira	Agricultura	(Meno) Cumal Velho	→
27	Maria dos Remedios Borges	Agricultura	Porteiras	
28	Antonio Joao da Costa	Agricultura	Porteiras	
29	Jose da Costa da Silva	Agricultura	Porteiras	
30	Joana Fátima da Costa da Silva	Agricultura	Porteiras	
31	Francisco Zé Firmino da Silva	Agricultura	Porteiras	
32	Francisco de Barros Silva	Agricultura	Porteiras	
33	Roberto dos Santos	Agricultura	Cumal Velho	
34	Francisco de Barros Silva	Sec. Edu. Cel. de Barros Velho	Porteiras - Sede	
35	Francisco de Barros Silva	Sec. Edu. Cel. de Barros Velho	MASSARÉ DO MATI - PI	→
36	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
37	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
38	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
39	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
40	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
41	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
42	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
43	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
44	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
45	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
46	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
47	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
48	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
49	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
50	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
51	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
52	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
53	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
54	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
55	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
56	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
57	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
58	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
59	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
60	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
61	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
62	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
63	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
64	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
65	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
66	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
67	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
68	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
69	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
70	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
71	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
72	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
73	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
74	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
75	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
76	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
77	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
78	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
79	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
80	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
81	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
82	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
83	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
84	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
85	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
86	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
87	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
88	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
89	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
90	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
91	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
92	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
93	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
94	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
95	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
96	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
97	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
98	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
99	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	
100	Jose da Silva	Trabalhador Rural	Porteiras	

NOME	PROFISSÃO	LOCALIDADE
40 FRANCISCA MARIA DE LIMA AGRICULTORA	agricultora	moreno dos cachorros.
41 JORDI MARIA VELLOSO	agricultora	portuguesa
42 ROMARIO LIMA SILVA	agricultor	chafariz dos cascos
43 JOSÉ RAMALHO DI COUTO	Valado	Portuguesa
44 JOSÉ MERCEDES CAMPOS	agricultor	Portuguesa
45 JOSÉ ALZ DE LIMA	agricultor	Portuguesa
46 JOSEFA MARIA DE LIMA	estudante	Portuguesa
47 LIBERIO DE LIMA	agricultor	Portuguesa
48 JOSÉ EDIVAN DE CARVALHO	agricultor	mapaba
49 JOSÉ DOSSO CARVALHO	agricultor	Portuguesa
50 EDIVAN ZONI DA SILVA	agricultor	Portuguesa
51 JOSÉ JOÃO DA COSTA	agricultor	Portuguesa
52 MARILIO DA COSTA	vereador	Mapaba & Pau
53 DANIELLE MARIA DA COSTA	agricultora	mapaba dos cachorros
54 MARIA DAS SAES DA COSTA	agricultora	Portuguesa
55 CRISTINA MARIA DA COSTA	agricultora	Portuguesa
56 BRUNO DE CARVALHO	agricultor	Portuguesa
57 CLAUDIA DA SILVA BATISTA	agricultora	Portuguesa
58 RAIZUNDO LAURIMINO DA SILVA	agricultor	mapaba
59 MARIA DE JESUS BATISTA	agricultora	Portuguesa
60 DITHIEL BATISTA DA SILVA	agricultor	UATZINQUIMADA
61 ANTONIO MARTINS VELLOSO	agricultor	Portuguesa
62 MARIA TRINDADE DE LIMA SILVA	Pona de Lina	Portuguesa

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS VILÃO DE CIMA, VILÃO DE BAIXO, CRAIBEIRA GRANDE, BAIXIO GRANDE, LAGOA DE DENTRO, OLHO D'ÁGUA E ROSSADO, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ, REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL GENÉSIO PEDRO RAMOS, POVOADO VILÃO DE CIMA, NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e sete, às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, foi iniciada a reunião na Escola Municipal Genésio Pedro Ramos, povoado Vilão de Cima, zona rural do município de Massapê do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Vilão de Cima, Vilão de Baixo, Craibeira Grande, Baixio Grande, Lagoa de Dentro, Olho D'água e Rossado. A reunião contou com 53 pessoas, destacando a presença da professora Olívia Carvalho Veloso, da agente comunitária de saúde Elisandra de Araújo Ferreira, do presidente do conselho do FUMAC e membro do núcleo diretivo do território Vale do Guariba Ailton José da Costa e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapê do Piauí), Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica), Olívia Carvalho Veloso (Representante da Associação de Moradores de Massapê do Piauí), verador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Lucileide Carvalho Veloso (Representante do Conselho Municipal de Assistência Social) e Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapê do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Dalva Maria Januária Feitosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, que aconteceu em forma de plenária, onde foram discutidos os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO*

BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR. Estavam sob a orientação dos consultores da JLJ, Camila Mousinho Lima, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo dos representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre os temas) e de um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Decorrido cerca de uma hora e quarenta minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às dezoito horas e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Francisco Raymundo Coutinho

Roberto Manoel de Oliveira

Quirina Carneiro Selo.

Luciêide Carvalho Veloso

Marcos Carvalho Veloso

Epurício da Costa Filho

Luís Carlos de Sousa Filho

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI

LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 31/10/2007 (tarde)

Local: Colégio Municipal Vilão de Cima (E.M. Genésio Pedro Ramos) Horário: 15:55 às 18:00

Vilão de Cima, envolvendo as localidades:
Vilão de Baixo, Craibeira Grande, Baixo Grande,
Lagoa de Dantas, Olho d'água e Rensado.

LISTA DE PRESENÇA

NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1 Ete Ribeiro dos Santos Mendes	Agricultura	Vilão de Baixo
2 Lucio Bragete da Conceição	Agricultura / Artes	Vilão de Cima
3 Maria Antônio da Conceição	Artes de Baixo / Agricultura	Vilão de Cima
4 Maria de Jesus Lúcia da Conceição	Agricultura	Vilão de Cima
5 Maria José da Costa Araújo	Agricultura	Vilão de Baixo
6 Roberto José da Castalho	PREFEITURA MUNICIPAL	MASSAPÉ - 3006
7 Francisco Ramundo Costa	Prefeitura	MASSAPÉ - 3006
8 Ete Ribeiro dos Santos	Indústria	MASSAPÉ - 3006
9 Maria dos Remédios de O. Ramos	Serviço Geral	Vilão de Cima
10 Josefa do Rio Ramos	Agricultura	Vilão de Baixo / Cima
11 Maria da Conceição Sousa Ramos	Agricultura	Baixa
12 Geralda Maria da Conceição Silva	Baixa de Cima	Craibeira Grande
13 Joelsona Josefa de Castalho	Agricultura	Vilão Baixo
14 Maria Gomes da Costa	Agricultura	Vilão Baixo
15 Hilda Antonia dos Prazeres	Agricultura	Vilão Baixo
16 Elizabeth Almeida Costa Santos	Baixa de Cima	Baixa Baixo

17	Rui Tulio Mendes	Agricultura	Vila de Cima. II
18	Agostinho Ferreira da Costa	ESTUDANTE	Vila
19	Jose Nivaldo da Costa Junior	ESTUDANTE	Vila de Cima
20	Umarco dos Reis	ESTUDANTE	Vila de Cima
21	Clodo Gonsalves Ramos	Agente	Vila de Cima
22	Emilda Macedo da Silva	Paralela	Vila de Cima
23	Sera Lucia Maria Ramos Silva	Agricultura	Vila de Cima
24	Ela Antonia Ferreira Vitor	Agricultura	Vila de Cima
25	Antonia Teles da Costa	Agricultura	Vila de Cima
26	Francisca de Santa Rosa	Agente	Vila II
27	Maria do Rosario de Sousa	Agricultura	Vila de Cima
28	Jose Paulo da Costa	Agricultura	Vila de Cima
29	Josefa Ramos de Sousa	Agricultura	Vila de Cima
30	Mafalda da Costa de Sousa	Agricultura	Vila de Cima
31	Bia Olima Francisco Mendes	Agricultura	Vila de Cima
32	Irene Lina de A. Mendes	Agricultura	Vila de Cima
33	Pontasio Vicente da Silva	Agente	Vila de Cima
34	Emilia da Costa Ramos		Vila de Cima
35	Josefa da Costa Ramos	Agente	Vila de Cima
36	Julia Camacho de Sousa	Agente	Vila de Cima
37	Francisca da Costa de Sousa	Agente	Vila de Cima
38	Elisandra de Sousa Ferreira	ACS	Vila de Cima
39	Ortencia Tavares da Silva	Agente	Vila II

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS PEIXE, CABACEIRA, MORCEGO, ATORADO, CERCADINHO I, CHAPADA DO SENHOR, BOI DE CARRO, BOM NOME, CHAPADA DO JABURU, SERRINHA E BAIXIO DO JUÁ, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ, REALIZADA NA IGREJA DO PEIXE NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007.

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e sete, às dezenove horas e quarenta minutos, foi iniciada a reunião na Igreja do Peixe, zona rural do município de Massapé, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados Peixe, Cabaceira, Morcego, Atorado, Cercadinho I, Chapada do Senhor, Boi de Carro, Bom Nome, Chapada do Jaburu, Serrinha e Baixio do Juá. A reunião contou com 74 pessoas, destacando a presença do vereador Pedro João dos Santos, da professora Maria Inês de Sousa e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Francisco Raimundo Coutinho (Representante da Prefeitura Municipal), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Lucileide Carvalho Veloso (Representante do Conselho Municipal de Assistência Social), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Jeane da Silva Feitosa (Representante da Igreja Evangélica Brasil para Cristo), Maria Lúcia de Carvalho e Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa ILJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Caroline Carvalho Barbosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Ao som da música “Tente outra vez”, de Raul Seixas, pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, dividiu a comunidade presente em cinco grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL; V. EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA*. Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos temas acima: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR*. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da ILJ, Caroline Carvalho Barbosa, Dalva Maria Januária Feitosa e Emílio César Vieira de Araújo, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, os consultores e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às vinte e duas horas e trinta minutos e

eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:-

Odina Carmovalho Teloso

Maurício da Costa Celso

Manoel Cordeiro Veiros

Lucileide Cordeiro Veiros

Francisco Raimundo e outros

CIRIACO JOÃO DOS SANTOS Filho

Edilto Manoel de Oliveira

Jelison de Oliveira

João de Carvalho Santos

João da Costa



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ-PI

LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 31/10/07 (Noite)

Local: Igreja do Peixe

Horário: 19:40 às 22:30

Peixe, envolvendo as localidades de: Cabaceira, Morcego, Atorado, Cercadinho I, Chapada do Senhor, Boi de Carne, Bom Nome, Chapada do Fabiano, Serinha e Baixo do Guá.

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Marcel Carvalho Velloso	Quilômetro	Massapê-PI Sede
2	Genivaldo dos Santos Costa	Prefeitura	Massapê-PI
3	Francisco Ramundo Costa	Prefeitura	Massapê-PI
4	Edilberto Manoel de Oliveira	Indicente	Massapê-PI
5	Maria Aparecida de C. Santos	Membro Gr. Jovem	Peixe
6	Alcides de F. Costa	Associação	Peixe
7	Maria José da D. Lima	Aux. Serviços	Bom nome
8	Maria M. Paiva - S. Gomes	Agricultora	Bom nome
9	Aurora Maria Silva Costa	Agricultora	Bom nome
10	Francisca Yoreta de Jesus Pereira	Agricultora	Bom nome
11	Traci Maria José da Costa	Agricultora	Peixe
12	Diana Carolina dos Reis	Agricultora	Peixe
13	Raimundo Costa Filho	Agricultor	Peixe
14	Aparecida de C. Costa	Agricultora	Peixe
15	Simone de C. Costa	Agricultora	Cabaceira
16	Sebastião Costa	Agricultor	Cabaceira

17	Josefa de dacosta Rodrigues	Agricultora	cabocura
18	Maria dos meus Veloz	Agricultora	Peixe
19	Maria da conceição	Veloz, agricultora	Peixe
20	Barrrrudo Aguiar	Agricultor	Cabocura
21	Gulso Coelho Rodrigo	Agricultor	Cabocura
22	Caetano S. P.	Agricultor	Peixe
23	Justino de e. l. e. l.	Agricultor	Peixe
24	Germana Celso Veloz	Agricultor	Cercadinho
25	Josefa Antonio S. P.	Agricultor	Peixe
26	Aracely de e. l. e. l.	Agricultor	Peixe
27	Cláudio de e. l. e. l.	Agricultor	Peixe
28	Paulina Maria dos Santos	Agricultor	Peixe
29	Maria Rosângela Santos	Agricultor	Peixe
30	Bráulio José S. P.	Agricultor	Peixe
31	Maria dos Santos	Agricultor	Peixe
32	Edilene dos Santos	Agricultor	Peixe
33	Polycarpo Antonio da Silva	Agricultor	Cercadinho
34	Paulo José de e. l. e. l.	Agricultor	Peixe
35	Edilene Santos	Agricultor	Peixe
36	Roberto José de e. l. e. l.	Agricultor	Peixe
37	Cláudio Santos	Agricultor	Peixe
38	Antônia dos Santos	Agricultor	Peixe
39	Maria dos Santos	Agricultor	Peixe

(ANALFABETO)

40	Duquint Maria de Souza Loureiro	Agricultora	Bom nome	
41	Isabel Maria de Souza	Agricultor	Baxio do Juá	(ANALFABETO)
42	Mezuleide de Souza	Agricultor	Saco da Serra	
43	Veranda Ana S	Agricultora	Circadinho	
44	Francisca Júlio de S. Silva	Agricultora	João	
45	Verônica Maria da	Agricultora	Peixe	
46	Maria Veria Maria de S. S. C.	Agricultor	fuá	(ANALFABETO)
47	Astrogilda Fátima de S. C.	Agricultora	Juá	
48	Paulina Fátima de S. C.	Agricultor	Barão do Juá	(ANALFABETO)
49	Paulina Fátima de S. C.	Agricultora	Chopoda do Juá	(ANALFABETO)
50	Flávia Fátima de S. C.	Agricultora	Chopoda do Juá	(ANALFABETO)
51	Mª de Fátima Conceição S.	Agricultora	Chopoda do Juá	(ANALFABETO)
52	Caroscos de S. C.	Agricultor	Bom nome	
53	Celso Ricardo de S. C.	Agricultor	Peixe	(ANALFABETO)
54	Edemir José de S. C.	Agricultor	Peixe	(ANALFABETO)
55	João Carlos de S. C.	Agricultor	Peixe	(ANALFABETO)
56	José Valdemir de S. C.	Agricultor	Saco da Serra	
57	Domingas Fátima de S. C.	Agricultor	Circadinho	
58	Erivaldes dos Santos Silva	Agricultor	Ingaseira	
59	Maria José Rodrigues Silva	Agricultor	Saco da Serra	
60	Silvana Antônia de S. C.	Agricultor	Saco da Serra	
61	Manoela Maria da Silva	Agricultor	Moço	
62	Manoela Maria da Silva	Agricultor	Peixe	

63	Arnellii Camilho Costa	grosso tolenza	Peixe
64	Paulista maria de c	Agricultora	Peixe
65	Susi de carvalho Santos	Estudante	Peixe
66	M ^{re} Lidia de Carvalho	APD Sertão da	Peixe
67	Wilton de Carvalho	Estudante	Peixe
68	Sandra da Silva Carvalho Costa	Agricultora	Peixe
69	João Filho da Costa	Agricultora	Peixe
70	am ^{re} José de c	Peixe	Peixe - 12 mudas de 10
71	Leopoldo de Carvalho Fob	Pro. G. Sams. Prof.	Peixe
72	Quina Conceição Seles	Assoc. Karadeniz	Carasapi do Tronco
73	Dolva Maria Januária Fátima	J. L. J.	Peixe
74	Caroline Carvalho Barbosa	J. L. J.	Carasapi

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS ANGICAL I, ANGICAL II, JUREMA, RETIRO, CONSELHO, CONSOLAÇÃO, SOSSEGO E GANGORRA, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NA ESCOLA MUNICIPAL SANCHO MARREIROS, NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2007.

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e sete, às dezesseis horas, foi iniciada a reunião na Escola Municipal Sancho Marreiros, zona rural do município de Massapé do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores do povoado de Angical I, Angical II, Jurema, Retiro, Conselho, Consolação, Sossego e Gangorra. A reunião contou com 37 pessoas, destacando a presença da agente comunitária de saúde Maria das Mercês Carvalho e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), vereador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapé do Piauí), Maria Lúcia de Carvalho e Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapé do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapé do Piauí. A palavra foi passada para a consultora Caroline Carvalho Barbosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, com o título “CIDADE PARA TODOS”, fazendo os devidos comentários conforme os problemas existentes no município, e complementou de forma simples e direta *O QUE É PLANO DIRETOR, O SEU SIGNIFICADO, AS ETAPAS DE SUA CONSTRUÇÃO E A IMPORTÂNCIA PARA O MUNICÍPIO E PARA A POPULAÇÃO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ DA SUA ELABORAÇÃO DE FORMA PARTICIPATIVA*. Pediu para que todos refletissem sobre a cidade que desejam ter, assim, explicou a forma de realização da “LEITURA COMUNITÁRIA”, e contou com a ajuda da consultora Dalva Maria Januária Feitosa e dos componentes do Núcleo Gestor para organizar o levantamento das aspirações. Foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões: *O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR* em relação aos seguintes temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO; II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; III. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; IV. SAÚDE, POLÍTICA E*

as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos e as consultoras e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de uma hora e trinta minutos de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às dezoito horas e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Maria Rêcia de Carvalho

Arineia Gomes das

Marcos Carvalho Veloso

Marcílio da Costa Bel

Roberto José de Carvalho

Santos Filho

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 01/11/07

Local: Escola Municipal Sandão Marreiros
Angical II, envolvendo os povoados: Angical I, Gurema, Retiro, Conselho, Consolação, Sossego e Gangorra.

Horário: 16:00 às 18:00 h

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Elisabete Maria da Silva		
2	Osório da Costa Reis	Vereador	Mossopé do Piau
3	Elisabete Maria da Silva	Indicada	Angical
4	Conselheiro José da Costa	Trab. Rural	Angical
5	Clemilda Carvalho Silva	Trab. Rural	Angical
6	Maria das Neves Gomes	Trab. Rural	Angical
7	Virgílio José dos Santos Filho	Função pública	Mossopé do Piau
8	Ronaldo Rodrigues Vieira	agricultor	Angical
9	João Filho	agricultor	Angical
10	Osório da Costa Reis	agricultor	Angical
11	Fernando da Costa	agricultor	Angical
12	Leônidas Rodrigues da Costa	agricultor	Angical
13	Valdeci da Costa	agricultor	Angical
14	João Francisco da Costa	agricultor	Angical
15	Juliana Maria R. dos Santos	agricultor	Angical
16	Genivaldo José da Costa	agricultor	Angical

17	José Wilson Ramos	Peruicultor	angical
18	Fernando da Costa	estudante	angical
19	Dalva Maria de Carvalho	Doméstica	angical
20	Vanessa Leles de carvalho	Doméstica	angical
21	Carolina de Carvalho	Doméstica	angical
22	Eládio Rodrigues	Peruicultor	angical
23	João Francisco de Brito	agropecuário	angical
24	Augusto de Castro	agropecuário	angical
25	Orlando Vilas Rodrigues	estudante	angical
26	Geniza Eliza C. Carcello	agropecuário	angical
27	Dalva Carillo Carvalho	estudante	angical
28	Adriana Carillo Rodrigues	agropecuário	angical
29	Ysabela Rosa Rodrigues	agropecuário	angical
30	Maria da Mota Carvalho	Secretaria	angical
31	Elvina dos Santos	agropecuário	angical
32	Ana Maria de C. Costa	agropecuário	angical
33	Paulina Carvalho	estudante	angical
34	Ana da Anunciação	Carvalho	angical
35	Fernando da Costa	estudante	angical
36	Maria Aparecida	agropecuário	angical
37			
38			
39			

ATA DA REUNIÃO PARA A REALIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA DOS POVOADOS ESPINHEIRO, GAMELEIRA, MORRO DO CHAPÉU E VÁRZEA GRANDE, ZONA RURAL, MUNICÍPIO DE MASSAPÉ DO PIAUÍ, REALIZADA NO CLUBE DO ACÁCIO, POVOADO ESPINHEIRO, NO DIA 01 DE NOVEMBRO DE 2007.

Ao primeiro dia do mês de novembro de dois mil e sete, às vinte horas e vinte minutos, foi iniciada a reunião no Clube do Acácio, povoado Espinheiro, zona rural do município de Massapê do Piauí, para a realização da Leitura Comunitária, tendo como participantes os moradores dos povoados espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande. A reunião contou com 23 pessoas, destacando a presença da professora Maria Zureny de Oliveira, da agente comunitária de saúde Francineide de Santana Evangelista, da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Patrícia Martins Paiva Dias e dos membros do núcleo gestor Roberto José de Carvalho (Coordenador Geral), Ciriaco João dos Santos Filho (Coordenador Técnico), Edilberto Manoel de Oliveira (Representante dos Trabalhadores Rurais de Massapê do Piauí), Marcos de Carvalho Veloso (Representantes da Igreja Católica), verador Maurício da Costa Teles (Representante da Câmara Municipal), Deusmar João da Costa (Representante do Conselho Municipal de Saúde) e Josuene de Carvalho Santos (Representante da Associação de Moradores do Peixe). Com uma saudação aos presentes, a reunião foi iniciada pelo Coordenador Geral do Núcleo Gestor Roberto José de Carvalho, que agradeceu a presença de todos, ressaltou o esforço e a decisão da Prefeitura Municipal em iniciar o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo do Município de Massapê do Piauí e, a necessidade de sua elaboração de forma participativa; aproveitou também para apresentar os membros do Núcleo Gestor presente à reunião, bem como os componentes da equipe da empresa JLJ – Auditoria, Consultoria e Projetos, que deverá assessorar o Núcleo Gestor na elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê. Em seguida, a palavra foi passada para a consultora Dalva Maria Januária Feitosa que explanou com detalhes os objetivos daquela reunião, definindo o Plano Diretor Participativo, em seguida exibiu o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, como o título “CIDADE PARA TODOS”, dividiu a comunidade presente em três grupos, que ficaram com os temas: *I. MEIO AMBIENTE, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO, HABITAÇÃO, SANEAMENTO BÁSICO E INFRA-ESTRUTURA; II. AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO; III. SAÚDE, POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL, EDUCAÇÃO, LAZER E CULTURA.* Para organizar o levantamento das aspirações foi sugerido ao público presente responder as seguintes questões referentes a cada um dos

temas acima: O QUE EXISTE DE BOM, O QUE EXISTE DE RUIM E O QUE FAZER PARA CORRIGIR OU MELHORAR. Os grupos estavam sob a orientação dos consultores da JLI, Caroline Carvalho Barbosa e Dalva Maria Januária Feitosa, e teve a participação de representantes do Núcleo Gestor (que fizeram os questionamentos sobre o tema distribuído ao grupo) e um relator, que fez as anotações referentes às discussões, que foram compartilhadas por todos. Em seguida, todos os grupos apresentaram seus questionamentos e durante este momento, as consultoras e os representantes do Núcleo Gestor auxiliaram no discernimento das percepções e no esclarecimento de dúvidas suscitadas. Decorrido cerca de duas horas de discussões foi facultada a palavra e dada por encerrada a reunião às vinte e três horas e trinta minutos e eu, Roberto José de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada pelos representantes do Núcleo Gestor presentes à reunião. Em anexo a lista com nomes e assinaturas dos presentes à reunião.

Roberto José de Carvalho:

Maurício da Costa Gels

José Maria de Carvalho Santos

CIRIACO JOÃO DOS SANTOS FILHO

Marcos Carvalho Veloso

Roberto Manoel de Oliveira

Roberto

José da Costa



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
LEITURA COMUNITÁRIA

Data: 01/11/07

Horário: 20:20 às 23:30 h

Local: Clube Atlético de Espinheiros

Local: Dique Nacional de Engenharia
Espinheira, envolvendo os povoados: Jarameleira,
LISTA

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Marcelo Carvalho Velloso	Igreja Católica	Marape - PE
2	Márcia da Costa Teles	Escola	daicos - PJ
3	Márcia do Somo Costa Teles	Empresária	Marape
4	Modestino da Costa Velloso	trabalhador - Rural	Várzea Grande
5	Luiz João de Carvalho ^{do Somo}	agricultor	Várzea Grande
6	Eugênia de S. Carvalho	agente de saúde	Esplaninha
7	Jose Velloso Costa	sem agricultura	Boanelino
8	Cláudio Manoel Batista	trabalhador Rural	Maro do Chapéu
9	Márcia Laureny de Oliveira	professora	Esplaninha
10	Marcelo Adenauer de Sousa	agricultor	Esplaninha
11	Patrícia Martins Paiva Dias	Presidente do Sindicato ^{dos Emp. Rurais}	Marape
12	Juliete Teles Martins	Doméstica	Marape
13	Valmir Pinheiro Silva	trabalhador Rural	Marape - PE
14	Francisco de Assis Teles	agricultor	Marape
15	Francine de Carvalho Santos	Adv. G. Levens	Feixe
16	Luizemar Costa Costa	agricultor	Gamela

[illegible]



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÉ-PI
REUNIÃO DA EQUIPE TÉCNICA DA AMPICOS COM NÚCLEO GESTOR

Data: 14/02/2008

Horário: 8:00hs

Local: Escola Municipal João Manoel da Costa

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Guaraciara	Prefeitura - Prefeito	Mun. de Massapé - PI
2	Roberto José de Carvalho	Coordenador Geral	Massapé do Piauí - PI
3	Tracyrisco G. S. de C. e Silva	Coordenador de Projetos	Massapé do Piauí - PI
4	Lee Kimballa K. L. L. L.	DLJ - Picos	
5	Pedro José dos Santos	Enviado	Peixe
6	Mania Guiana de Carvalho	Igreja Católica	Massapé do Piauí
7	Manoel de Carvalho, Veloso	Grupos Católicos	Massapé do Piauí
8	Alino José de Silva - da Costa		Peixe
9	João da Silva, Pereira	Igreja Evangélica Presbiteriana	Peixe Grande
10	Manoel José de Carvalho	Sec. Men. Educação	Massapé do Piauí
11	Olivia Carvalho de Jesus	Assoc. N. S. do Piauí	Massapé do Piauí
12	Manoel da Costa, de B.	Vereador	Massapé do Piauí
13	João de Carvalho Santos	Presid. Associação	Peixe
14	Manoel José de Carvalho	Prefeitura	Massapé do Piauí
15	Manoel José de Carvalho	Assessoria Jurídica	Massapé - PI
16	Manoel José de Carvalho	Sec. Saúde / Funcionário	Massapé - PI

[illegible]



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ - PI
APRESENTAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Local: **MASSAPÊ**

Horário: **16:40**

Data: **01/04/2008**

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	COMUNIDADE
1	Rosa Andréa de Carvalho Moraes	Entrevista do PSF	Sede
2	Maria Louisa de Carvalho	Igreja Católica	Sede
3	Jose Thales dos Santos	Sociedade Civil	
4	Demitris Espinoza de Souza	Prefeitura Municipal	
5	João da Silva	Sec. Saúde - Paracatu	Sede
6	Valdete de Souza	Câmara	Chudininho
7	Cláudio José dos Santos Filho	Prefeitura	Sede
8	Roberto José de Carvalho	Prefeitura Municipal	Sede
9	João de Deus Costa		
10	Francisco Espinoza	Secretaria Educação	Membrado
11	Francisco Antônio Rodrigues	DLJ	Pracos
12			
13			
14			
15			
16			



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ
LISTA DE PRESENÇA DA SISTEMATIZAÇÃO DA LEITURA COMUNITÁRIA

Local: Prefeitura Municipal

Horário: 13:30h

Data: 28/04/2010

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	LOCALIDADE/POVOADO/BAIRRO
1	Albano de Jesus Silva	Soc. Agrícola	Sede
2	Roberto de Oliveira	Prefeitura Municipal	Sede, do Município
3	Manoel de Carvalho	Associação	Sede
4	Deolinda Teófilo	Soc. Agrícola	Vila
5	Cláudio Ramos de Costa	Soc. Esporte	Feixe
6	Simone de Oliveira	Associação	Feixe
7	João de Almeida	Associação de Pequenos	Soc. Esporte
8			
9			
10			
11			
12			



ESTADO DO PIAUÍ

REFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

CNPJ 01.612.591/0001-10

AV. PEDRO MARTINS, 642 – (0XX89) 3473-0098

CEP 64.573-000 = MASSAPÊ DO PIAUÍ - PI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocadas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes de organizações da sociedade civil e a população em geral para participarem da Audiência Pública de apresentação dos resultados finais e do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo, a ser realizada dia 04 de junho de 2010, às 14 horas, na Prefeitura Municipal.

Massapê do Piauí, 18 de maio de 2010

Francisco de Sousa Coutinho
Prefeito Municipal

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE
APRESENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ DO
PIAUÍ, REALIZADA NO DIA
04/06/2010.

DATA / HORA E LOCAL

Aos quatro dias do mês de junho de 2010, às 15:00 h (quinze horas), na sede da Prefeitura Municipal, realizou-se a Audiência Pública de Apresentação do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí.

PRESENCAS

Participaram da Audiência Pública o Prefeito Municipal, Senhor Francisco de Sousa Coutinho, Secretários, membros do Núcleo Gestor e representantes de organizações da sociedade civil organizada, pessoas da comunidade, além da equipe da empresa de consultoria, JLI Auditoria, Consultoria e Projetos Ltda, representada pelos técnicos: Francisco Mello, Michele Mascarenhas e Olívia Freitas.

COMPOSIÇÃO DA MESA

Tomaram assento à mesa de honra, dentre outras autoridades, o Prefeito do Município, Francisco Sousa Coutinho e o representante da empresa de consultoria, JLI, Economista Francisco Mello.

CONVOCAÇÃO/DIVULGAÇÃO

A convocação para a Audiência Pública foi feita através de Edital, convite verbal e escrito às autoridades, aos representantes das organizações sociais e à comunidade em geral.

ORDEM DO DIA

Após as assinaturas da lista de presença, a qual passa a fazer parte integrante desta Ata, o Senhor Prefeito Municipal declarou aberta a reunião, ressaltando a participação de todos na elaboração do Plano Diretor e que a empresa de consultoria contratada, JLI Auditoria, Consultoria e Projetos Ltda, havia realizado o trabalho a contento. Na oportunidade, o Prefeito lembrou a importância da contribuição que os presentes ainda poderiam dar nesse último debate para melhorar o conteúdo do Plano. Dando sequência, a palavra foi concedida aos membros da equipe da empresa de consultoria JLI que fizeram a apresentação do Plano e definiram os ajustes necessários, produto da participação de todos durante a audiência.

ENCERRAMENTO

Finalizando, o Prefeito Municipal usando da palavra, agradeceu a presença de todos e parabenizou a equipe da empresa de consultoria, JLI, pela apresentação do Plano finalizado, pois, considerava o Plano Diretor Participativo um instrumento de grande

importância para o crescimento e o desenvolvimento município. Nada mais havendo para ser tratado, foi a reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, a Ata foi lida e achada conforme, sendo por mim assinada,

_____ Roberto José de Carvalho,
Secretário designado, e pelo Presidente, o Prefeito Municipal Francisco de Sousa Coutinho _____ que, logo após, deu por encerrado os trabalhos.

Massapê do Piauí, 04 de junho de 2010.



PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ
LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR E PROJETO DE LEI

Local: Prefeitura Municipal de Massapê Horário: 15h às 17h Data: 04 de junho de 2010.
do Piauí

LISTA DE PRESENÇA

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	LOCALIDADE/POVOADO/BAIRRO
1	Francisco Ramalho Costa	Prefeitura	Proc. - Igarabel Caridade - Centro
2	José Murilo Leão e Silva	Procuradoria	Resatão
3	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
4	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
5	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
6	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
7	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
8	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
9	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
10	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
11	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade
12	Procurador de Trabalho Wilson	Procuradoria	Proc. - Igarabel Caridade

	NOME	INSTITUIÇÃO/FUNÇÃO	LOCALIDADE/POVOADO/BAIRRO
13	Michelle Caroline Lourenço	ESB / Coonice PIP	TERESINA - PI
14	Francisca Lourenço Gomes	APROPE	POIOE
15	Francisca Lourenço	Prestitura	Sede
16	Francisca Lourenço	PRESTO	SEDE
17	Francisca Lourenço	PRESTURA	Sede
18	Francisca Lourenço	PRESTURA	SEDE
19	Francisca Lourenço	SE. Saúde	SEDE
20	DANIEL BEZERRA	SEC. ADMINISTRAT	SEDE
21	DANIEL BEZERRA	Aux de serviço gerais	Sede
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			

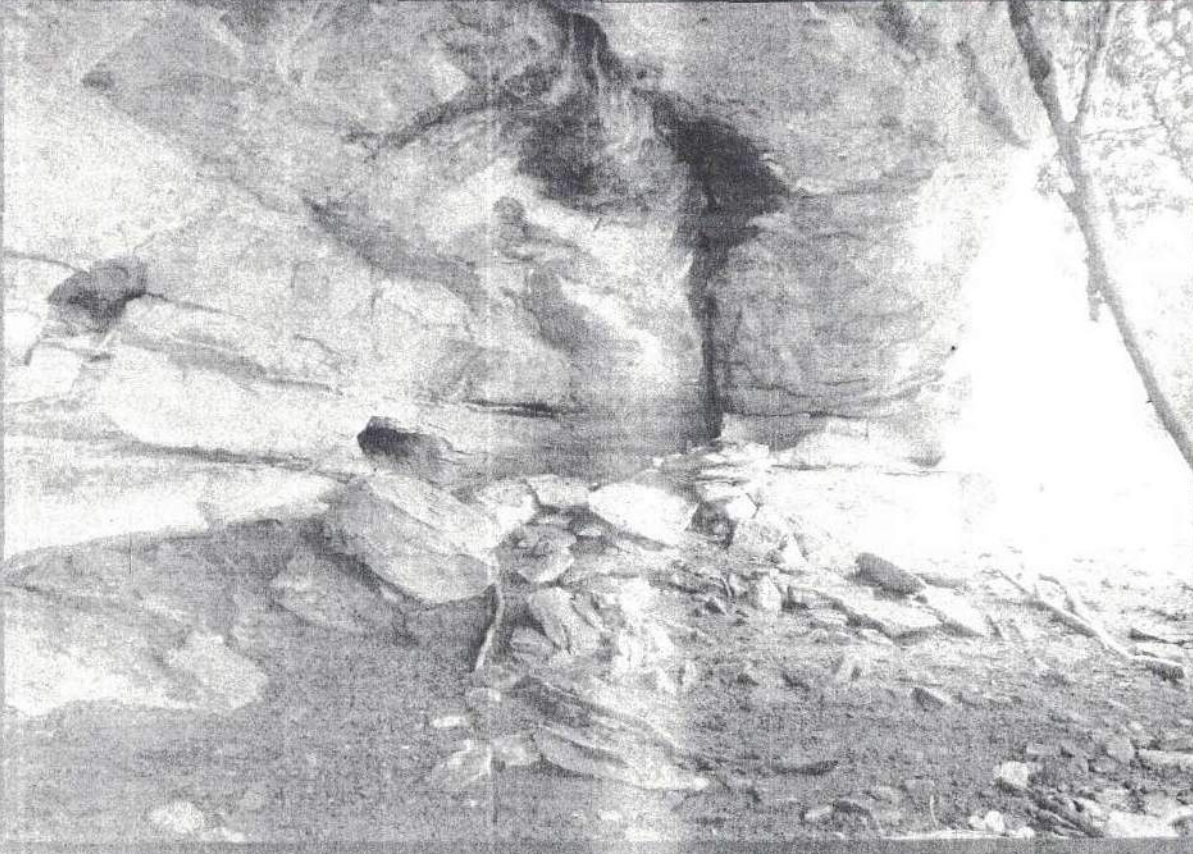
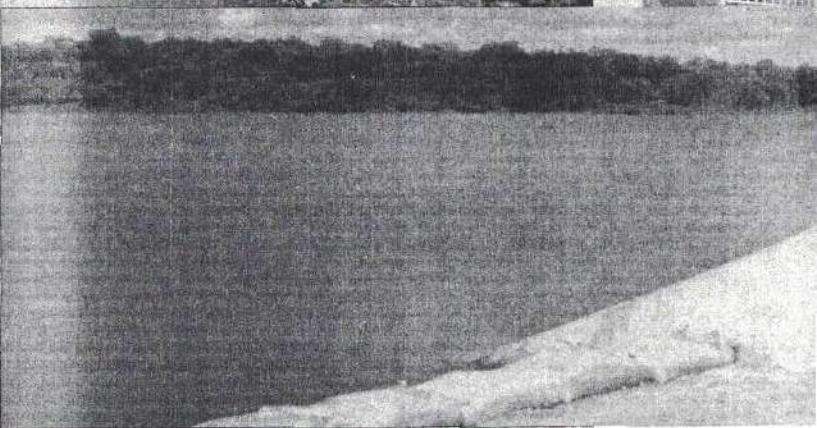
REGISTRO FOTOGRÁFICO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO DO PLANO
DIRETOR E DO ANTEPROJETO DE LEI DO REFERIDO PLANO
AUDITÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL - 04/06/2010

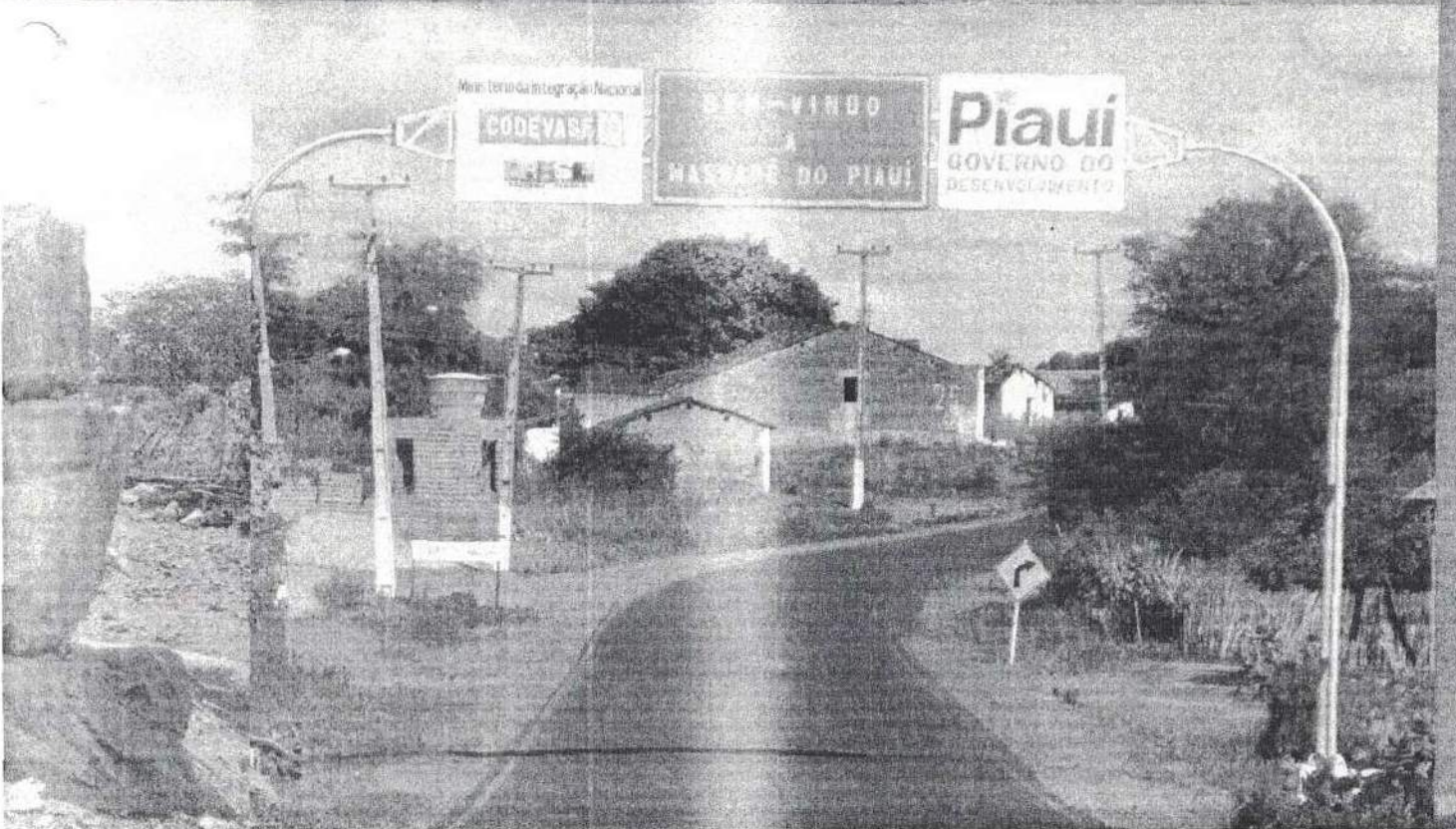
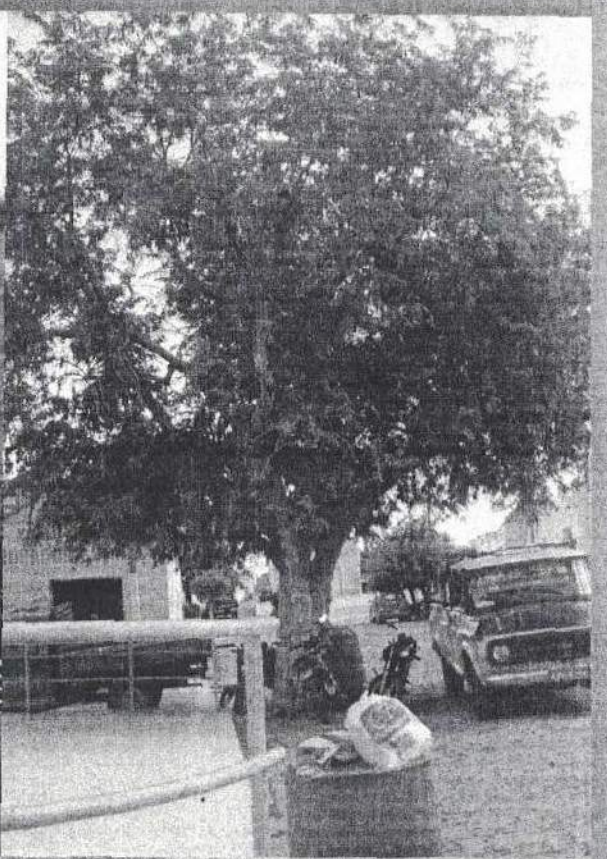
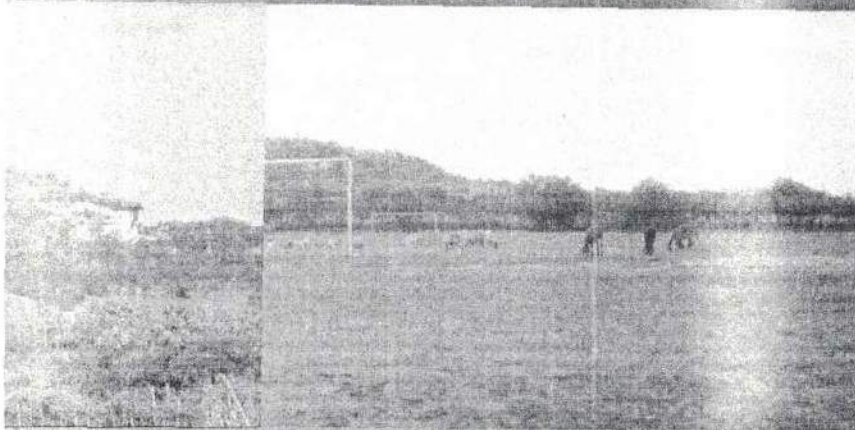


ABERTURA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA



TÉCNICO DA JLI, FRANCISCO MELLO, APRESENTANDO A LEITURA DA CIDADE





PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

RELATÓRIO DA LEITURA DA CIDADE
DIRETRIZES E PROPOSTAS
ETAPAS I E II

JULHO - 2010

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO
DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

RELATÓRIO DA LEITURA DA CIDADE
ETAPA – I

JULHO – 2010

UNIDADE EXECUTORA DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

Iniciado na gestão do Prefeito: Benedito Esmério de Sousa

Vice-Prefeito: Daniel Augusto Xavier

Concluído na gestão do Prefeito: Francisco de Sousa Coutinho

Vice-Prefeito: Elder José Moraes

NÚCLEO GESTOR

Coordenador Geral

Roberto José de Carvalho

Coordenador Técnico

Ciriaco João dos Santos Filho

Coordenador de Mobilização

Francisco Epifânio Carvalho Reis

Membros

Ciriaco João dos Santos Filho e Francisco Raimundo Coutinho – Poder Executivo

Maurício da Costa Teles e Antônio Augusto da Costa – Câmara Municipal

Lucileide Carvalho Veloso e Valdete de Araújo Costa – Conselho Municipal de Assistência Social

Deusmar João da Costa e Rosa Andréa de Carvalho Alencar – Conselho Municipal de Saúde

Dulcimar Teles Martins e Edilberto Manoel de Oliveira – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Mirtes Coutinho Sousa e Olívia de Carvalho Veloso – Associação de Moradores de Massapê do Piauí

Francisco Miguel da Costa e José Raimundo de Sousa – Conselho Municipal de Alimentação Escolar

Francisco das Chagas Sousa e Jeane da Silva Feitosa – Igreja Evangélica Brasil para Cristo

Maria Lúcia de Carvalho e Marcos de Carvalho Veloso – Igreja Católica

Josueine de Carvalho Santos e Julio Boaventura da Costa – Associação de Moradores de Peixe

EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA

JLJ Auditoria, Consultoria e Projetos S/C Ltda

DIRETOR PRESIDENTE

Joaquim de Alencar Bezerra Filho: Contador

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO

Francisco do Rêgo Mello: Economista

COORDENAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

Olivia Freitas de Carvalho: Arquiteta e Urbanista

MEMBROS

Ana Paula Pinheiro de Carvalho: Tecnóloga em Geoprocessamento

Bruno Francisco Soares da Rocha: Engenheiro Agrimensor

Caroline Carvalho Barbosa: Gestora em Recursos Humanos

Dalva Maria Januária Feitosa: Psicopedagoga

Francisco Reinaldo Rodrigues Leal: Engenheiro Agrônomo

Guilherme Santana Lustosa: Biólogo

Kelsma Maria Silva Gomes: Comunicação Social

Lécio Gustavo Sousa Bezerra: Cadista

Maria das Graças Carvalho Barbosa: Gestora em Recursos Humanos

Michelle Caroline Mascarenhas: Pedagoga

Thaise Silva Mascarenhas: Turismo

ASSESSORIA JURÍDICA

Martinho Rodrigues de Vasconcelos Neto: Advogado

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Leila Maria Pereira Andrade

ARTE E PROJETO GRÁFICO

Caliane Alves Nery

ENCADERNAÇÃO

Estilo Gráfica e Encadernações Ltda

APRESENTAÇÃO

A reforma urbana ainda constitui um desafio nos dias atuais, não só pela sua complexidade, mas principalmente, pela resistência conservadora presente na administração pública. Mudar a realidade espacial de uma cidade e a qualidade de vida de várias gerações exige decisão e persistência política, e somente é legitimada quando revela compromisso com a sociedade.

Tratando-se de um Plano Diretor Participativo, o saber do povo é fundamental, manifestado nas suas aspirações e desejos em busca de um novo desenho urbano que contemple a democratização do acesso aos espaços coletivos e o bem-estar da população.

Desse modo, o processo participativo é requisito essencial e legítimo, fundamentado no que os cidadãos e cidadãs têm em mente para o futuro da sua cidade. Esse envolvimento da comunidade faz com que se construa coletivamente um instrumento que vai definir limites e responsabilidades de cada um, levando todos ao exercício da cidadania.

A Constituição Federal de 1988 (Art. 182 e Art. 183), posteriormente regulamentada pela Lei Federal Nº. 10.257/01, denominada de Estatuto da Cidade, deu novo papel ao cidadão, tornando-o participante, colaborador e fiscalizador, que antes não passava de um mero expectador da construção de sua cidade.

Com a decisão política de adequar-se a essa nova forma de planejamento e gestão participativa, a Prefeitura de Massapê do Piauí contratou a empresa JLI Auditoria, Consultoria e Projetos S/C Ltda. para assessorar a equipe técnica da Prefeitura na elaboração do seu Plano Diretor Participativo.

A empresa JLI, observando as particularidades locais e os requisitos do Estatuto da Cidade, elaborou este documento tendo por objetivo apresentar a **Leitura da Cidade** e as **Diretrizes e Propostas**, tendo em vista garantir a sustentabilidade do desenvolvimento e do crescimento ordenado da expansão urbana municipal.

A metodologia empregada na sua elaboração encontra-se dividida em três etapas distintas e a seguir detalhadas por atividade:

ETAPA I – Leitura da Cidade

Atividades:

- ✓ Planejamento, levantamento de dados e informações sobre o município;

- ✓ Sensibilização de gestores e comunidade;
- ✓ Instituição e composição da Equipe Técnica da Prefeitura (Núcleo Gestor);
- ✓ Audiência Pública de Apresentação do Núcleo Gestor à Sociedade pelo Prefeito Municipal;
- ✓ Capacitação do Núcleo Gestor;
- ✓ Geoprocessamento da base cartográfica;
- ✓ Cadastramento;
- ✓ Elaboração da Base Planimétrica;
- ✓ Geração e plotagem dos mapas temáticos;
- ✓ Vetorização dos mapas interativos;
- ✓ Divulgação e Mobilização da comunidade;
- ✓ Leituras Comunitárias;
- ✓ Sistematização;
- ✓ Audiência Pública de apresentação do Relatório Sistematizado das Leituras Comunitárias;
- ✓ Leitura Técnica.

ETAPA II - Definição das Diretrizes e Propostas

Atividades:

- ✓ Compatibilização das Leituras (Técnica e Comunitária);
- ✓ Definição das Diretrizes e Propostas.

ETAPA III – Elaboração do Projeto de Lei

Atividades:

- ✓ Audiência Pública de apresentação do Plano e do Projeto de Lei;
- ✓ Realização dos ajustes propostos, revisão e encadernação;
- ✓ Entrega do Plano Diretor e do Projeto de Lei ao Prefeito Municipal.

Oportuno ressaltar que as leituras comunitárias e técnica compõem a **Leitura da Cidade** e permitem identificar e entender a situação local, tornando evidentes os principais problemas, conflitos e potencialidades, auxiliando no diagnóstico da realidade bem como na formulação de **Diretrizes e Propostas**, apontando soluções viáveis para a estrutura formal do planejamento urbano do município.

SENSIBILIZAÇÃO DE GESTORES E COMUNIDADE

REALIZADA NA CAMARA MUNICIPAL

DIA 05/10/2007 ÀS 16:30HS



Abertura pelo Prefeito – Presença de Gestores e Comunidade

CAPACITAÇÃO DO NÚCLEO GESTOR

REALIZADA NA PREFEITURA MUNICIPAL

18/10/2007 ÀS 9:30HS



Secretários, vereadores, representantes de associações e Igrejas

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LANÇAMENTO DO PDP

REALIZADA NA PRAÇA MATIAS COSTA

DIA 25/10/2007 ÀS 20:40HS



Técnica JLI Caroline Carvalho



Prefeito Municipal

Nesta etapa do processo de elaboração, faz-se a apuração da real situação do município, identificando os principais problemas e potencialidades, de acordo com a percepção dos que ali vivem. Assim, consegue-se dimensionar e pontuar evidências fundamentais para o planejamento territorial voltado para uma cidade mais justa.

Nesse contexto, observam-se pontos considerados vulneráveis: marcas de degradação ambiental, precariedades habitacionais, espaços vazios, áreas de ocupação subutilizadas, demandas não atendidas, dificuldades de acesso, mobilidade, dentre outros. Além disso, a comunidade pode se conhecer e reconhecer as suas potencialidades e capacidades – as forças com que conta para transformar a realidade.

Enfim, a leitura da cidade envolve temas e questões relevantes sobre os aspectos urbanísticos, sociais, econômicos e ambientais, formulando propostas de desenvolvimento compatíveis com a realidade local, respeitadas as preferências e os valores de seus habitantes.

PARTE I

LEITURA COMUNITÁRIA

A leitura comunitária reúne informações sobre os problemas, conflitos, potencialidades, desejos das pessoas e de grupos organizados, permitindo que se construa uma nova realidade para a cidade, com oportunidades e qualidade de vida para todos.

O objetivo dessa fase é visualizar a “cidade que temos”, a partir do cotidiano vivido pela comunidade no meio urbano e rural, discutindo de forma participativa temas prioritários, como habitação, educação, saúde, meio ambiente, transporte, abastecimento e saneamento, esporte e lazer, cultura, turismo, energia, etc., tendo o cuidado de abordar os temas de maneira que possam ser mapeados. Esse é o meio pelo qual se constrói uma leitura que retrata de forma legítima a realidade vivida pela comunidade, para alcançarmos a “cidade que queremos ter”.

1 METODOLOGIA

O ponto de partida para a realização das leituras comunitárias é a divulgação e a mobilização. Os procedimentos seguintes estão baseados na estratégia participativa, tendo em vista a melhor compreensão da realidade local, onde o poder público e a sociedade tentam mostrar as potencialidades e os obstáculos ao progresso do município. São selecionados temas e questões relevantes para o desenvolvimento planejado da cidade, devendo os mesmos ser discutidos amplamente pela população nas reuniões, através de grupos temáticos formados pelos participantes. Após os debates, surgem as propostas que traduzem as aspirações, os desejos por uma vida melhor, que se mostram como caminhos e meios para projetar a cidade de todos. O passo seguinte é a apresentação dos resultados a todos os participantes para uma última apreciação. Estes resultados devem ser pactuados por todos, de modo a refletir, realmente, as aspirações da comunidade e assegurar as condições necessárias para transformar a realidade da cidade, com crescimento sustentável e padrões de vida digna.

2 DEFINIÇÃO E DESDOBRAMENTOS DOS EIXOS TEMÁTICOS

Os procedimentos adotados para organizar o levantamento das aspirações (*o que existe de bom, o que existe de ruim e o que fazer para corrigir ou melhorar no município*) sugerem ao público participante que responda, com auxílio de membros do Núcleo Gestor e da equipe de assessoria, às questões referentes a cada um dos seguintes eixos temáticos a seguir relacionados, mediante a aplicação de questionário cujo objetivo é nortear os grupos nas discussões.

- I. Meio Ambiente, Uso e Ocupação do Solo, Urbanismo e Habitação
- II. Saneamento Básico e Infraestrutura
- III. Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Econômico
- IV. Saúde, Política e Gestão Municipal
- V. Educação, Lazer e Cultura

No entanto, ressalta-se a liberdade dada aos participantes das leituras comunitárias em manifestar suas opiniões, sem nenhum tipo de impedimento ou indução às respostas. O questionário aborda alguns aspectos que talvez não estejam diretamente relacionados com o objetivo do Plano Diretor, que é o ordenamento territorial; no entanto, são questões pertinentes, para que seja possível contextualizar as colocações apresentadas pelos participantes quanto à realidade sociopolítica e econômica do município.

QUESTÕES REFERENTES AO MEIO RURAL/ URBANO

TEMA 1

MEIO AMBIENTE

1. Qual o destino do lixo (terreno baldio, depósito de coleta da Prefeitura, ou queimado, etc.)?
2. Há animais silvestres? (Especificar). A caça a estes animais é permitida?
3. Existem áreas de mata virgem? (Especificar)
4. Existem nascentes, olhos d'água, riachos, lagoas? (Especificar a situação atual dos
5. existentes)
6. As margens e matas ciliares estão preservadas?
7. Existem áreas ou locais de onde se extraem minérios, barro, areia, calcário, pedras ou outros? (Especificar a situação atual desses locais)
8. Existe alguma "área de preservação ambiental na sua localidade"?
9. Existe na comunidade algum tipo de atividade que incomoda as pessoas, como barulho, fumaça, mau cheiro, etc.?
10. Quais as atrações turísticas existentes no seu bairro ou no seu povoado? Como elas estão sendo exploradas? Quem as visita? A visita é frequente?
11. Quais as sugestões para melhorar as questões abordadas?

TEMA 2

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, URBANISMO E HABITAÇÃO

1. Desde quando existe este povoado? (História do povoamento e ocupação do território).

2. Qual o tipo de casa construída na comunidade? (Descrever quanto ao tamanho, materiais de construção, cobertura, energia elétrica, água encanada, fossa, rede de esgoto, horta ou pomar, etc.).
3. Existem famílias morando em lotes/terrenos irregulares sem títulos de propriedade ou regularizados?
4. O que vocês acham da organização do seu povoado no que diz respeito à distribuição das casas, dos lotes, das ruas, das vias de circulação, etc.?
5. Há casas construídas ou reformadas por programas habitacionais do governo?
6. Existem casas construídas em terrenos alagados, em encostas de morros ou em outras áreas de risco?
7. As ruas do bairro são calçadas, asfaltadas ou sem nenhum tipo de pavimentação?
8. Existem árvores plantadas próximo de casa que causam rachaduras na calçada e/ou na parede da casa?
9. Existem praças ou áreas reservadas para construção de praças em seu bairro? Se não existe, você sugere algum lugar onde possam ser construídas?
10. Há alguma ação do Governo e/ou Município para melhorar a urbanização de sua rua ou bairro?

TEMA 3

SANEAMENTO

1. A comunidade possui sistema de abastecimento d'água? Se SIM, qual o sistema (chafariz, rede, carro-pipa, etc.)?
2. Se NÃO, onde a comunidade se abastece de água (poço, rio, cacimba, açude, lagoa ou rio etc.)? Qual a distância média até eles? Qual a qualidade da água?
3. As casas estão ligadas à rede d'água?
4. Quem é o responsável pela administração e manutenção do sistema de abastecimento d'água (peças, equipamentos ou combustível)?
5. As casas da comunidade possuem fossas? Qual o destino dos dejetos?
6. A coleta do lixo existe? Se SIM, é feita regularmente?
7. Qual o destino do lixo?
8. Existe lixão ou aterro sanitário?
9. Há tratamento adequado do lixo? Que tipo?

10. A área destinada ao lixo fica próxima da cidade? Quantos quilômetros?
11. Existe sistema de esgoto? Se NÃO, existe algum projeto para implantá-lo?
12. Existem fossas sépticas? Se SIM, há na maioria ou totalidade das casas?

TEMA 4

INFRAESTRUTURA

1. Quais os equipamentos e serviços públicos disponíveis na sua comunidade (telefone, posto de saúde, hospital, escola, creche, área de lazer, praças, cemitério, rede de energia elétrica, sistema de abastecimento de água, sistema de esgoto, delegacia etc.)? Enumerar e descrever a situação de cada um.
2. Em geral, as pessoas estão contentes com esses equipamentos e serviços citados acima? Há novas demandas?
3. Quais as estradas ou caminhos de acesso à cidade/bairro, à zona rural/povoado e a outras localidades?
4. Qual o estado de conservação das ruas, avenidas, estradas, pontes, passagens molhadas e bueiros?
5. O tráfego nas vias de acesso na cidade/bairros e na zona rural/povoados é bom, inclusive durante o período chuvoso?
6. Há meios de transporte suficientes? Quais os mais utilizados?

TEMA 5

AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. Qual a principal fonte de renda da comunidade (de que a população vive)?
2. O comércio local atende às necessidades da população? Quando não atende, qual o município que a população procura?
3. Quais os tipos de prestação de serviços existentes no bairro e quais as atividades comerciais?
4. As terras onde as pessoas trabalham pertencem a quem?
5. Quais os principais produtos da agricultura e da pecuária produzidos na comunidade?
6. A produção da comunidade é suficiente para abastecer a população? Existe excedente de produtos ou só para o consumo interno?

7. Se existe produção excedente, quais os produtos comercializados e onde são comercializados?
8. Quais as outras atividades que são desenvolvidas na comunidade (hortas, extrativismo, artesanato, comércio, etc.)? Existem na comunidade associação, cooperativa, grupo de jovens, grupo de trabalho, etc.? Enumerar e descrever.
9. Quais as indústrias existentes na comunidade (casa de farinha, doce, rapadura, alambique, fabricação de queijo e manteiga, curtume, sela e calçados, madeira e móveis, barro e cerâmicas, pães e bolos, etc.)?
10. Quais os produtos do extrativismo (pó de carnaúba, buriti, mel, pequi, lenha, carvão, etc.)?
11. Existem profissionais para dar apoio e ajuda técnica (agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnico agrícola ou outros) na extração de buriti, mel, pequi, lenha, carvão, etc. atuando na comunidade?
12. Alguém recebe financiamento pelo Governo para o desenvolvimento da agricultura, pecuária, etc.?
13. Famílias da comunidade recebem "Bolsa Família" ou outros programas sociais e de transferência de renda? (Descrever e quantificar: PRONAF, PCPR, Reforma Agrária, etc.)
14. Há muita gente na comunidade que recebe a "aposentadoria rural"? Descrever e quantificar.
15. Quais as instituições do setor agropecuário que dão capacitação no bairro/povoado? (SEBRAE, SENAR, EMATER, SEC. DE DESENVOLVIMENTO RURAL). Estes treinamentos são satisfatórios? Se não, diga o porquê.
16. Quais as agroindústrias existentes na região? Se já existiu por que foi desativada?
17. Existe algum perímetro irrigado na região (do governo ou particular)?
18. A pecuária (bovina) existente na região é de corte ou de leite?
19. Além da bovinocultura, existem outras atividades, como apicultura, piscicultura, ovinocultura, caprinocultura, criação de galináceos, etc.?
20. Qual a atividade que mais se destaca na região?

TEMA 6

POLÍTICA E GESTÃO MUNICIPAL

1. A comunidade tem representante na Câmara Municipal?
2. A comunidade tem conhecimento do que está previsto no orçamento e participa de sua elaboração (é consultada)?
3. Quando há algum pedido ou reclamação junto à Prefeitura, como é que a comunidade e o gestor agem?
4. Os prédios e equipamentos públicos municipais da comunidade são bem cuidados?
5. Existe alguma iniciativa (governamental ou civil) de inclusão social, digital, inclusão do jovem no mercado de trabalho, etc.?
6. A administração municipal apóia as festividades e manifestações culturais da sua comunidade? Quais?
7. Existe apoio da Prefeitura para a cultura, preservação do patrimônio histórico, esporte e lazer na sua cidade, bairro ou povoado?
8. Que tipo de apoio é prestado à comunidade? A iniciativa privada também colabora?

TEMA 7

SAÚDE

1. Em sua comunidade existe posto de saúde? Se NÃO, qual a distância do Posto de Saúde ou hospital mais próximo? Onde fica situado?
2. As pessoas da comunidade estão satisfeitas com o atendimento nos postos de saúde ou hospital?
3. A comunidade é atendida pelo Programa de Saúde da Família (PSF)?
4. Quais os profissionais que atendem pelo PSF (médico, dentista, enfermeiro, etc.)?
5. A população está satisfeita com o atendimento da equipe do PSF?
6. Quais as doenças que mais aparecem na comunidade? Qual a causa mais frequente das mortes?
7. Ainda se usam remédios caseiros? Quais e para que servem?
8. Nos casos mais complicados, para onde as pessoas são encaminhadas?
9. Sua comunidade é atendida por campanhas de vacinação?
10. Há distribuição de remédios à população carente?

TEMA 8

EDUCAÇÃO

1. Existe escola municipal na sua comunidade?
2. Se não existe, qual o nome da comunidade para onde os jovens se dirigem para frequentá-la? Qual a distância média da(s) escola(s)? Que meios de transporte usam?
Se SIM, em que estado se encontram?
3. Algum aluno deixa de frequentar a escola na comunidade por falta de vaga?
4. Os alunos, em geral, estão obtendo bom aprendizado?
5. Os alunos que vão estudar em outros lugares conseguem acompanhar os estudos sem problema?
6. Os professores que ensinam nas escolas de sua comunidade são qualificados?
7. Os alunos conseguem bons resultados em vestibulares e/ou concursos realizados?
8. O número de professores é suficiente?
9. As salas de aula e as instalações físicas são boas?
10. Há programas de incentivos para o aluno estudar?

TEMA 9

ESPORTE E LAZER

1. Como é que os moradores da comunidade se divertem? Quais as opções de divertimento/lazer para os jovens e moradores da terceira idade (esportes, futebol de campo, bailes, banhos, passeios, caçadas, brincadeiras e outros)?
2. Há espaços públicos que atendam ao lazer e ao esporte com suficiência? Quantos? Onde estão localizados?
3. Existem incentivos da Prefeitura? De que forma?
4. Existe algum projeto para construção ou melhoramento para atender a essas atividades?

TEMA 10

CULTURA

1. Quais os festejos tradicionais comemorados na sua comunidade (religiosos, juninos, folclóricos, outros)? Qual o período/data?

2. Quais as manifestações artísticas e culturais que existem na comunidade (reisado, bumba-meu-boi, pastorinha, capoeira, danças, brincadeiras, cultos ou outros)?
3. Existe na sua comunidade alguma casa de fazenda antiga, monumento ou paisagem natural que mereça ser preservada?
4. Há incentivos para a cultura literária, teatral ou de manutenção da tradição e dos costumes locais?

3 DISPOSIÇÃO GEOGRÁFICA

Visando alcançar o maior número de participantes em cada leitura comunitária, a estratégia utilizada foi a divisão territorial do município em Zonas, *Urbana e Rural*, e estas, em *bairros e povoados*. Considerando o acesso e a proximidade do local da reunião, a divisão territorial possibilitou que, em alguns casos, os encontros reunissem pessoas de bairros e povoados vizinhos, tornando o debate mais interativo, sem dissociar o urbano do rural. Ressalta-se que, em algumas situações, o transporte foi disponibilizado pela Prefeitura, para facilitar a locomoção das pessoas de suas residências até o local das reuniões.

3.1 URBANA

BAIRROS ENVOLVIDOS POR REUNIÃO	
01	Centro e Areia Branca

3.2 RURAL

POVOADOS/LOCALIDADES ENVOLVIDAS POR REUNIÃO	
01	Calderão do Sapo*
02	Lagoa Grande, Chupeirinho e Barro Vermelho
02	Canabrava, Bela Vista e Baixa Branca
03	Abóbora, Beco, Deserto, Várzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Cercadinho II, Encanto, Ingazeira, Baixio do Deca, Baixas, Poço Redondo, Calçara e

	Caldeirãozinho	
04	Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraíbas, Altinho, Cantinho e Taboleiro das Melancias	
05	São Francisco, Varjota, Boa Vista, Feição, Chapada dos Elias, Taboleiro da Varjota, Malhada Vermelha, Queimadas, Sobradinho e Morrinhos	
06	Porteiras, Manaíba, Morro dos Cachorros, Chapada dos Anísios e Curral Velho	
07	Vilão de Cima, Vilão de Baixo, Craibeira Grande, Baixio Grande, Lagoa de Dentro, Olho D'água e Rossado	
08	Peixe, Cabaceira, Morcego, Atorado, Cercadinho I, Chapada do Senhor, Boi de Carro, Bom Nome, Chapada do Jaburu, Serrinha e Baixio do Juá	
09	Angical I, Angical II, Jurema, Retiro, Conselho, Consolação, Sossego e Gangorra	
10	Espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande	

*Os moradores da localidade Calderão do Sapo participaram da leitura comunitária dos bairros Centro e Areia Branca.

4 DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A mobilização das comunidades exigiu uma ampla divulgação. No caso das leituras comunitárias, foi utilizado o meio de comunicação disponível no município (convites enviados aos dirigentes de entidades, autoridades e pessoas representativas da sociedade e o “boca-a-boca”), para que o comparecimento a essas reuniões alcançasse o maior número de pessoas.

5 SISTEMÁTICA DE TRABALHO

A realização das leituras comunitárias inicia-se com a chegada ao local da reunião dos membros da equipe técnica da empresa JLI e do Núcleo Gestor, antes do horário previsto, no sentido de preparar o ambiente para recepcionar os convidados (a população), para que encontrem um *clima de acolhimento e descontração*. A coleta de assinaturas dos participantes se realiza mediante lista de presença, na medida em que

os convidados vão chegando, sendo suspensa no momento da apresentação e retomada quando da formação dos grupos para a discussão temática, a fim de que nenhum participante deixe de assinar. No momento que antecede a reunião, também são feitos alguns registros fotográficos dos participantes e do local para posterior apresentação.

A reunião é iniciada com uma exposição sobre o Plano Diretor, baseada nas seguintes questões: *o que é, qual a importância e os objetivos do Plano Diretor Participativo e da Leitura Comunitária*, ressaltando que a contribuição da comunidade é fundamental para a elaboração do Plano Diretor. Em seguida, é exibido o vídeo produzido pelo Ministério das Cidades, com o título "*CIDADE PARA TODOS*", fazendo os devidos comentários e relacionando os problemas comuns mencionados no filme com os existentes no município.

Nesse momento, os participantes são divididos aleatoriamente, em grupos, sob a orientação de integrantes do núcleo gestor; discutem os questionamentos referentes aos temas apresentados, apontam os problemas e apresentam as suas aspirações, dando encaminhamento para as opções de uma cidade que gostariam de ter. Em seguida, são reunidos novamente todos os participantes em um único grupo, para pactuar os resultados obtidos pelos grupos menores relacionados a cada tema. Feitos os acréscimos e as devidas correções, é exibido o registro fotográfico aos participantes com músicas de motivação, e a reunião é dada por encerrada.

É importante fazer referência ao comportamento da maioria dos participantes que chegam ao local: desanimados, descrentes, alguns "bravos" por crerem ser a reunião mais uma "enganação". Mas, quando a reunião é iniciada e feita uma exposição sobre os objetivos do Plano, como também a projeção de vídeos e músicas que estimulam, motivam e resgatam a autoestima, há manifestações de credibilidade no trabalho expressas através de cumprimentos à equipe e de revelações de expectativas de um futuro melhor.

5.1 CALENDÁRIO DAS REUNIÕES

Os encontros com a comunidade ocorrem de acordo com um calendário previamente elaborado e divulgado. Em algumas ocasiões, no decorrer do processo, torna-se necessário remarcar datas, locais ou horários estabelecidos no calendário,

com o intuito de abranger um número maior de participantes e comunidades contempladas. A seguir é apresentado o calendário de reuniões realizadas no município:

BAIRRO/POVOADO	LOCAL DE REALIZAÇÃO	DATA	HORA
Centro, Areia Branca e Calderão do Sapo	Câmara Municipal	29/10/2007	09:40
Canabrava, Bela Vista e Baixa Branca	Escola Municipal Nicolau Francisco de Assis	29/10/2007	15:15
Lagoa Grande, Chupeirinho e Barro Vermelho	Colégio Municipal de Lagoa Grande	29/10/2007	19:30
Abóbora, Beco, Deserto, Várzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Cercadinho II, Encanto, Ingazeira, Baixio do Deca, Baixas, Poço Redondo, Caiçara e Caldeirãozinho	Capela de Abóbora	30/10/2007	9:00
Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraíbas, Altinho, Cantinho e Taboleiro das Melancias	Capela do Juazeiro do Quitó	30/10/2007	15:40
São Francisco, Varjota, Boa Vista, Feição, Chapada dos Elias, Taboleiro da Varjota, Malhada Vermelha, Queimadas, Sobradinho e Morrinhos	Mercado Público de São Francisco	30/10/2007	20:20
Porteiras, Manaíba, Morro dos Cachorros, Chapada dos Anísios e Curral Velho	Colégio Municipal de Porteiras	31/10/2007	10:00
Vilão de Cima, Vilão de Baixo, Craibeira Grande, Baixio	Escola Municipal Genésio Pedro Ramos	31/10/2007	15:55

Grande, Lagoa de Dentro, Olho D'água e Rossado				
Peixe, Cabaceira, Morcego, Atorado, Cercadinho I, Chapada do Senhor, Boi de Carro, Bom Nome, Chapada do Jaburu, Serrinha e Baixio do Juá	Igreja do Peixe		31/10/2007	19:40
Angical I, Angical II, Jurema, Retiro, Conselho, Consolação, Sossego e Gangorra	Escola Municipal Sancho Marreiros		01/11/2007	16:00
Espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande	Clube do Acácio		01/11/2007	20:20

5.2 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Segundo estimativa do IBGE/2007, a população de Massapê era de 6.428 mil habitantes. Com base nessa informação, a quantidade de participantes por leitura comunitária realizada atingiu, em média, 9 % da população total. Se fizermos uma comparação entre o quantitativo médio de participantes e o número de habitantes do município, verifica-se uma boa participação, devido ao trabalho de divulgação e mobilização realizado. Significa dizer que a população compreendeu o quanto é importante a sua contribuição para a construção deste Plano. Esta avaliação se baseia nas listas de presença de cada leitura comunitária que fazem parte do livro de ANEXOS II.

ZONA URBANA		
BAIRROS		PARTICIPANTES
Centro e Areia Branca		25
TOTAL		25

ZONA RURAL		
POVOADOS		PARTICIPANTES
Calderão do Sapo		06
Canabrava, Bela Vista e Baixa Branca		35
Lagoa Grande, Chupeirinho e Barro Vermelho		51
Abóbora, Beco, Deserto, Várzea Bela, Gangorinha, Passagem, Cercadinho II, Encanto, Ingazeira, Baixio do Deça, Baixas, Poço Redondo, Caiçara e Caldeirãozinho		50
Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraíbas, Altinho, Cantinho e Taboleiro das Melancias		53
São Francisco, Varjota, Boa Vista, Feição, Chapada dos Elias, Taboleiro da Varjota, Malhada Vermelha, Queirnadas, Sobradinho e Morrinhos		110
Porteiras, Manaíba, Morro dos Cachorros, Chapada dos Anísios e Curral Velho		62
Vilão de Cima, Vilão de Baixo, Craibeira Grande, Baixio Grande, Lagoa de Dentro, Olho D'água e Rossado		53
Peixe, Cabaceira, Morcego, Atorado, Cercadinho I, Chapada do Senhor, Boi de Carro, Bom Nome, Chapada do Jaburu, Serrinha e Baixio do Juá		74
Angical I, Angical II, Jurema, Retiro, Conselho, Consolação, Sossego e Gangorra		37
Espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande		23
TOTAL		554

6 RESULTADOS CONSIGNADOS

Nesse momento, os resultados consignados de cada leitura comunitária são submetidos à aprovação de todos os participantes; em seguida, sistematizados de

acordo com os eixos temáticos e apresentados em conformidade com os seguintes critérios:

6.1 CONSTATAÇÃO DOS ASPECTOS POSITIVOS E DOS PROBLEMAS

A constatação refere-se aos aspectos apontados pelos participantes e considerados como pontos fortes (aspectos positivos) e/ou pontos fracos (problemas) existentes nos bairros ou povoados.

6.2 MANIFESTAÇÃO DAS ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

Após identificação dos aspectos positivos (pontos fortes) e dos problemas (pontos fracos), os participantes apontam sugestões para melhorar as condições de vida em comunidade. Em seguida, registram-se as aspirações, mas nem todas são viáveis de concretização, por diversos fatores, inclusive por fugir dos objetivos deste trabalho, sendo consideradas aquelas mais apropriadas para atender às demandas e superar os problemas.

6.3 REGISTRO DAS REUNIÕES

BAIRROS

CENTRO E AREIA BRANCA (ZONA URBANA) E CALDERÃO DO SAPO (ZONA RURAL)**

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

DATA: 29/10/2007

HORÁRIO: 09:40 às 13:55hs

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há área de mata virgem no povoado Calderão do Sapo	-Não há coleta de lixo, este é jogado em terrenos	-Criação de projeto para coleta de lixo e construção

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
e no bairro Areia Branca. -Há olhos d'água em Calderão do Sapo, Areia Branca e Centro.	baldios e algumas pessoas queimam. - Ainda há caça de animais silvestres, como: gambá, tamanduá, peba, jacu, juriti, cordoniz, codorna, avoante, lambu. -As pessoas se incomodam com a fumaça que forma com a queima do lixo e com a poluição sonora.	de aterro sanitário. -Implantação de campanhas educativas sobre o meio ambiente. -Fiscalização do código de postura, no que diz respeito à presença de animais soltos nas ruas.

TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo

- Massapé tem cerca de 110 anos e recebe esse nome devido ao barro argiloso existente no local. - Areia Branca tem cerca de 40 anos, seu nome é devido ao seu solo "branco". - Calderão do Sapo tem cerca de 45 anos, recebe esse nome devido às nascentes de formato arredondado e porque atraía muitos sapos. -A maioria da população é proprietária de suas terras.	- O uso e ocupação do solo ainda é feito de forma tradicional, sem o manejo adequado que vise a sua conservação.	-Capacitação e assistência técnica para um melhor uso e proteção dos solos.
--	---	--

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há praças construídas e locais reservados para construção de outras praças na Sede.	-Não há planejamento e organização das ruas. -A maioria das ruas não é calçada.	-Construção do calçamento das principais ruas. -Construção e/ou ampliação das praças.
TEMA 04 – Habitação		
-A maioria das casas é construída de tijolos e coberta de telhas e possui em média de 5 a 6 cômodos. -Na Sede, há casas construídas por programas do Governo.	-No bairro Areia Branca e na localidade Calderão do Sapo não há casas construídas por programas do Governo. -Há casas na Sede que estão rachadas devido às árvores plantadas próximas.	-Criação de projeto para construção e reforma de casas populares financiadas por programa habitacional do Governo em todas as comunidades.
TEMA 05 – Saneamento		
- Os bairros Centro e Areia Branca possuem sistema de abastecimento de água e chafariz. -As casas possuem fossas sépticas. -A Prefeitura é responsável pela administração do sistema.	-A água encanada não chega a todas as casas (Centro e Areia Branca). -A água não é potável. -Calderão do Sapo retira sua água de poço particular e olho d'água.	-Conclusão da rede de abastecimento d'água. -Construção de poços tubulares no bairro Areia Branca.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica na Sede e na localidade Calderão do Sapo. -Há telefone público na Sede. -Há delegacia na Sede.	-Existem muitas ligações irregulares de energia elétrica (“gambiarras”). -Não há telefones públicos em Calderão do Sapo.	-Aumentar o número de telefones públicos nos bairros Centro e Areia Branca e no povoado Calderão do Sapo. -Substituição das ligações clandestinas (“gambiarras”). -Construção de matadouro público na Sede.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A agricultura é a principal fonte de renda, os principais produtos produzidos são feijão, milho, abóbora e melancia. -Há dois profissionais (agrônomo e veterinário), que quando solicitados, prestam serviços na Sede e na localidade Calderão do Sapo. -Há pessoas da Sede e Calderão do Sapo que trabalham com artesanato. -Há Associação dos Pequenos Produtores Rurais em Areia Branca. -Há pequenas hortas	-O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas recorrem aos municípios de Jaicós e Picos. -A produção agrícola é insuficiente, serve apenas para subsistência. -Não há agroindústrias na região.	-Criação de programas de incentivo para a agroindústria de doce de leite, caju, umbu e carnaúba. -Criação de projetos de hortas comunitárias. -Criação de projeto de desenvolvimento do artesanato da região.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
particulares na Sede e na localidade Calderão do Sapo. -Há pecuária bovina de corte e de leite. -Houve treinamento através da EMATER e da Secretaria de Desenvolvimento Rural. -As pessoas recebem Bolsa Família e Aposentadoria Rural.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-As pessoas buscam apoio do Prefeito de forma individual. -A Administração Pública apóia as festas e manifestações culturais.	-A comunidade não possui representante na Câmara Municipal. -A população não possui conhecimento sobre o orçamento anual. -Os prédios e equipamentos públicos não são bem conservados. -Não há incentivo para a inclusão social e digital do jovem no mercado de trabalho.	-Reforma dos prédios e equipamentos públicos. -Criação de projeto de incentivo para a inclusão social e digital do jovem no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há escola municipal na Sede da cidade.	-Os alunos não conseguem bons resultados em	-Ampliação e reforma da escola na Sede, com

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
-Há vagas suficientes para todos os alunos. -O número de professores é suficiente para atender à demanda e, em geral, são qualificados.	- concursos ou vestibulares. -As salas de aula e as instalações físicas das escolas não estão bem conservadas.	- banheiros, ventiladores, computadores e biblioteca. -Capacitação para os professores. -Construção de creche na Sede. -Criação de centro educacional com cursos de computação, dança, canto, música, marcenaria e de técnicas agrícolas.

TEMA 10 – Saúde

-Há posto de saúde na Sede. -As pessoas são atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF), através de médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde. -Há campanhas de vacinação na Sede. -Ainda há uso de remédios caseiros como chás de macela, alho, limão e casca de aroeira.	- As doenças mais freqüentes são hipertensão, diabetes, gastrite, diarreia, infecção urinária e intestinal. -Os casos mais complicados são levados para Jaicós ou Picos. -A comunidade não está satisfeita com o atendimento da equipe do PSF.	-Construção de uma unidade mista de saúde na Sede. -Capacitação da equipe do PSF para a melhoria do atendimento. -Contratação de nutricionistas, psicólogos, fisioterapeutas, geriatras e fonoaudiólogos, para fazer parte da equipe do PSF. -Realização de curso de Fitoterapia para que os moradores possam continuar produzindo remédios caseiros com plantas medicinais.
---	--	---

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 11 – Esporte e Lazer		
-As pessoas se divertem em bailes, jogos de futebol e de sinuca.	-Não há locais para a prática de esportes.	- Construção de área de lazer e estádio de futebol na Sede e na localidade Calderão do Sapo. -Criação de projeto de incentivo à atividade esportiva para os idosos e crianças.
TEMA 12 – Cultura		
-Há comemoração do aniversário da cidade, dia 24 de junho. -Há a cultura do Reisado e São Gonçalo.	-Não há locais apropriados para as manifestações culturais.	-Construção de um centro cultural para a realização de atividades para idosos e crianças.

**A localidade Calderão do Sapo, pela proximidade com a Sede do Município, foi convidada a participar da leitura comunitária dos bairros Centro e Areia Branca.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS/LOCALIDADE	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
CENTRO	X	X	X	X	
AREIA BRANCA			X	X	X
CALDERÃO DO SAPO			X	X	X

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da JIJ apresentando LC



Grupo temático em discussão

POVOADOS E LOCALIDADES

CANABRAVA, BELA VISTA E BAIXA BRANCA

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL NICOLAU FRANCISCO DE ASSIS

DATA: 29/10/2007

HORÁRIO: 15: 15 às 18: 45 hs

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
- Há mata virgem em Canabrava (40 hectares), Bela Vista (20 hectares) e Baixa Branca (60 hectares). - Há um olho d'água em Canabrava e um poço com água subterrânea em Baixa Branca.	- Não há coleta de lixo, este é queimado ou jogado "à céu aberto". - Ainda há caça de animais silvestres, como veado, tamanduá, gambá, tatu, peba, avoante, asa branca, lambu, cordonize e juriti.	- Implantação da coleta de lixo semanal e construção de aterro sanitário. - Preservação ambiental do olho d' água e das áreas de mata virgem.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
- Há em Canabrava a extração de argila e pedras para a construção civil. - Todas as pessoas possuem título de propriedade.	- Não foram feitas menções.	- Não foram feitas menções.
TEMA 03 – Urbanismo		
- Nos povoados as casas foram construídas distantes umas das outras.	- Não há praças nos povoados.	- Construção de praça com “mirante” no povoado Canabrava em frente à Escola Municipal Nicolau Francisco de Assis.
TEMA 04 – Habitação		
- As casas, nos três povoados, são de tijolos, possuem de 4 a 6 cômodos e têm energia elétrica. - Em Baixa Branca há 4 casas construídas por programa habitacional do Governo.	- Não foram feitas menções.	- Ampliação de programas habitacionais do Governo.
TEMA 05 – Saneamento		
- Nos povoados de Canabrava e Baixa Branca há poços tubulares.	- Não há banheiros nas localidades, os dejetos são jogados “à céu aberto”.	- Implantação de adutora e perfuração de poços em Bela Vista e Canabrava (propriedade do Sr. Emídio Sousa). - Construção de banheiros

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
		(fossas sépticas) nas casas dos 3 povoados.
TEMA 06 – Infraestrutura		
- Há energia elétrica em todas as casas de Bela Vista e Baixa Branca.	- Ainda há casas sem energia elétrica no povoado Canabrava. - Não há telefones públicos nos povoados Baixa Branca e Bela Vista.	- Conclusão da rede de energia elétrica contemplando as 3 casas do povoado Canabrava. - Instalação de telefones públicos nos povoados Baixa Branca e Bela Vista. - Restauração das estradas que dão acesso ao povoado Baixa Branca e Bela Vista.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
- A população vive da agricultura e da pecuária. - No povoado Canabrava o caju também é uma fonte de renda. Há uma Associação dos Pequenos Produtores no povoado Baixa Grande. - Há extração de mel (pequena quantidade) e de castanha. - Alguns recebem financiamento do governo. - Todos, quando chega o momento adequado,	- O comércio não atende à necessidade local, a comunidade recorre à Sede ou à cidade vizinha, Jaicós. - Há uma casa de farinha desativada em Baixa Grande. - Não há apoio técnico em nenhum dos povoados.	- Reativação a casa de farinha de Baixa Grande. - Contratação de profissionais para dar apoio técnico aos agricultores.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
recebem aposentadoria rural. - Há uma olaria no povoado Canabrava. - A pecuária existente nos povoados é de corte.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
- A comunidade requer seus pedidos ou queixas através de representantes. - Há participação de algumas famílias nos programas Pac Família e Agente Jovem.	- Há alguns prédios públicos que estão mal cuidados (escolas).	- Contratação de “oftalmologista” para atuar nas escolas municipais. - Melhoria na qualidade da água e da merenda das escolas.
TEMA 09 – Educação		
- Há escola no povoado Canabrava. - Os professores que trabalham na escola são qualificados.	- O “regime seriado” (alunos de diversas séries na mesma turma) tem causado dificuldade na aprendizagem. - O número de professores é insuficiente.	- Construção de escolas em Baixa Branca e Bela Vista. - Ampliação da escola de Canabrava. - Implantação da “Alfabetização Solidária”. - Organização de gincanas e jogos educativos nas escolas.
TEMA 10 – Saúde		
- São atendidos pela equipe do PSF que faz visita nos povoados. - Há campanhas de	- Não há realização de campanha de vacinação no povoado Bela Vista. - As doenças mais	- Construção de posto de saúde nos três povoados. - Construção de um hospital de pequeno porte na Sede.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
vacinação em Canabrava e Baixa Branca.	frequentes são hipertensão, diabete, diarreia, resfriados, anemia, verminoses e epilepsia.	- Contratação de dentista para atender à população. - Realização de campanha de vacinação no povoado Bela Vista. - Implantação do programa Multi-mistura (com distribuição de mistura de vitaminas).
TEMA 11 – Esporte e Lazer		
- O lazer se resume à televisão, bar e jogos de sinuca.	- Não há espaços reservados para a prática de lazer. - Não há programas de incentivo ao esporte.	- Construção de quadra de esporte em Bela Vista. - Construção de campo de futebol nos povoados. - Promoção de atividades para pessoas da terceira idade.
TEMA 12 – Cultura		
- Há uma “paisagem natural” com a presença de árvores e olho d’água, no povoado Canabrava em frente à Escola Municipal.	- Não há atividades nas datas comemorativas.	- Construção de cercado em volta do olho d’água em Canabrava. - Preservação da “paisagem natural” do povoado Canabrava. - Realização de atividades para comemorar datas, como: festas juninas, dia das crianças, dia das mães, entre outras.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

POVOADOS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
CANABRAVA	X		X		
BELA VISTA			X		
BAIXA BRANCA			X		

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnico da JLI apresentando LC



População presente na LC

LAGOA GRANDE, CHUPEIRINHO E BARRO VERMELHO

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL EUGRÁCIO PEREIRA DA SILVA

DATA: 29/10/2007

HORÁRIO: 15:15 às 18:45h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
- Existem áreas de mata virgem nos povoados. - Há extração e venda de areia e pedra nos povoados. - Há cachoeiras no povoado Lagoa Grande que se formam na época do inverno.	- Em alguns povoados o lixo é queimado e em outros é jogado "à céu aberto". - Ainda há caça de animais silvestres, como veados, tamanduás e gambás. - No povoado Lagoa Grande existe o incômodo causado pelo mau cheiro dos porcos e dejetos acumulados.	- Instalação de tambores para o depósito do lixo. Coleta e transporte para aterro sanitário, a ser construído. - Cumprimento do código de postura no que se refere à criação de animais soltos na rua.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
- Todos os moradores possuem o título de propriedade da terra.	- No povoado Lagoa Grande existe uma casa construída em área de risco de alagamento.	- Criação de projetos habitacionais em Lagoa Grande para retirar os moradores que vivem em área de risco.
TEMA 03 – Urbanismo		
- Há áreas disponíveis para construção de praças em todos povoados.	- Os povoados não são organizados, as casas foram construídas aleatoriamente. - As ruas dos povoados não	- Construção de calçamento no povoado Lagoa Grande. - Construção de praças em todos os povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
	são calçadas.	
TEMA 04 – Habitação		
-As casas são de tijolos e telhas. No povoado Lagoa Grande algumas possuem canteiros.	-Há casas com rachaduras em Lagoa Grande, devido às árvores plantadas próximas.	-Criação de programa para reforma de casas por programas habitacionais do governo.
TEMA 05 – Saneamento		
- No povoado Lagoa Grande há um poço tubular e em Chupeirinho há uma barragem e olho d'água. -O sistema de abastecimento d'água é através de chafariz. -A prefeitura é responsável pela administração e manutenção do sistema de abastecimento d'água.	-As casas dos povoados não têm rede de abastecimento d'água. -As casas dos povoados não possuem fossas. -Há um chafariz desativado em Lagoa Grande.	-Construção de chafariz em Barro Vermelho e reativação do chafariz de Lagoa Grande. -Perfuração de mais poços nos povoados. -Construção de banheiros (fossas sépticas) nos povoados.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica nos povoados. -As estradas dos povoados estão em estado regular de conservação.	-A energia elétrica é de má qualidade. -Há gambiarras nos postes de energia elétrica no povoado Lagoa Grande. -Não há telefones públicos nos povoados.	-Ampliação de rede de energia nos povoados. -Instalação de telefones públicos nos povoados. -Construção de calçamento nas principais ruas dos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A principal fonte de renda é a agricultura. -Os principais produtos cultivados são feijão, milho, melancia, arroz, batata-doce, abóbora e manga. -Há pecuária bovina mista (corte e leite) nos povoados. -As terras pertencem aos moradores que nela trabalham. -Há produção de hortas nos povoados Lagoa Grande e Chupeirinho. -Há extrativismo da palha de carnaúba e do mel nos povoados. -No povoado Lagoa Grande há associações de moradores e de pequenos produtores. -No povoado Chupeirinho há associação de pequenos produtores. -Todos os moradores dos povoados foram beneficiados por	-Não há comércio nos povoados, recorrem à Sede, Jaicós e Picos. -A produção agrícola é insuficiente para atender aos povoados. -Não há assistência por parte das Instituições do setor agropecuário aos povoados. -Não há agroindústrias nos povoados. -Não há áreas de perímetro irrigado nos povoados.	-Criação de projeto para produção de hortas comunitárias em Barro Vermelho. -Realização de capacitações nos povoados pelas instituições do setor agropecuário. -Criação de áreas irrigadas nos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
financiamento através do PRONAF. -A maioria dos moradores dos povoados recebe Bolsa Família. -Os idosos dos povoados são beneficiados pela Aposentaria Rural.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-O povoado Chupeirinho tem representante na Câmara Municipal. -Os povoados Lagoa Grande e Chupeirinho têm conhecimento do orçamento municipal. -Os pedidos ou queixas da população dos povoados são feitos individualmente junto ao Prefeito Municipal. -Os prédios e equipamentos públicos são bem conservados.	-Os chafarizes dos povoados não são bem conservados pela população. -Não existe iniciativa de inclusão social, digital nem inclusão dos jovens no mercado de trabalho.	-Criação de campanhas de conscientização da população para conservação dos bens públicos. -Criação de projetos de inclusão social e digital e inclusão dos jovens no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há escola no povoado Lagoa Grande.	-As salas de aula e instalações físicas não estão em bom estado de conservação.	-Ampliação do grupo escolar de Lagoa Grande. -Construção de creche em Lagoa Grande.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 10 – Saúde		
-Há um posto de saúde no povoado Lagoa Grande. -Os povoados são atendidos pela equipe do PSF com médico, dentista e enfermeiro. -Há o uso de remédios caseiros como lambedor, soro caseiro, boldo, emburana, malva do reino e outros. -As doenças mais frequentes são gripe, febre, diarreia, hipertensão, diabetes e pressão alta. -Nos casos mais graves as pessoas são encaminhadas para Jaicós, Picos e Teresina. -Há campanhas de vacinação no povoado Lagoa Grande.	-Nos povoados Chupeirinho e Barro Vermelho não há atendimento médico e dentário da equipe do PSF. -Não há campanha de vacinação no povoado Chupeirinho.	-Realização de visitas com maior frequência pela equipe do PSF aos povoados. -Realização de campanhas de vacinação em todos os povoados.
TEMA 11 – Lazer		
-Há forrós (festas em clubes particulares) nos povoados nos finais de semana.	-Não existem locais apropriados para o lazer e para a prática de esportes.	-Criação de campo de futebol para atender os povoados de Lagoa Grande e Barro Vermelho. -Construção de quadra

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
		coberta em Lagoa Grande.
TEMA 12 – Cultura		
-A administração municipal apóia as festividades dos povoados como o dia das mães, dia dos pais e natal.	-Não há atividades culturais nos povoados.	-Criação de programas de incentivo de atividades culturais.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
LAGOA GRANDE	X	X	X		
CHUPEIRINHO			X		
BARRO VERMELHO			X		

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnico da JLI apresentando LC



Comunidade apresentando tema discutido

**ABÓBORA, BECO, DESERTO, VÁRZEA BELA, GANGORRINHA, PASSAGEM,
CERCADINHO II, ENCANTO, INGAZEIRA, BAIXO DO DECA, BAIXAS, POÇO REDONDO,
CAIÇARA E CALDEIRÃOZINHO.**

LOCAL: CAPELA DA ABÓBORA

DATA: 30/10/07

HORÁRIO: 09:00 às 11:15hs

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há dois olhos d'água e um rio na localidade Passagem. -Há rio, barragem, cacimba, cacimbão e dois caldeirões (temporários) na localidade Abóbora. -Há barreiros e poço cacimbão com pouca água na localidade Várzea Bela. -Há riacho nas localidades Deserto e Cercadinho. -Há extração de areia e barro para consumo próprio em todas as localidades de forma artesanal.	-Não há coleta de lixo, a maioria das pessoas queima o lixo ou joga em locais impróprios. -Ainda há caça de animais silvestres como tatu, peba, tamanduá, gambá e outros. -Não há áreas de mata virgem ou áreas de preservação ambiental.	-Criação de um aterro sanitário e implantação da coleta de lixo semanal nas localidades. -Criação de uma cooperativa para reciclagem do lixo. -Preservação do riacho que banha todas as localidades. -Criação de projeto de exploração do potencial turístico da região do Caldeirãozinho.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-A localidade Abóbora existe a cerca de 150 anos, recebeu esse nome devido	-Não foram feitas menções.	-Não foram feitas menções.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
às grandes plantações de abóboras na região. -As pessoas possuem os títulos de propriedade de terra.		
TEMA 03 – Urbanismo		
-As casas foram construídas de forma alinhada, com exceção da localidade Gameleira. -Há áreas reservadas para a construção de praças na localidade Abóbora, em frente à escola e na rodoviária da localidade Gangorrinha.	-As ruas das localidades não são calçadas.	-Construção de praças nas localidades. -Calçamento das ruas e vias de acesso as localidades.
TEMA 04 – Habitação		
-As casas são construídas com tijolos e cobertas de telhas. -Há casas construídas por programas habitacionais do Governo.	-Há uma casa rachada na localidade Abóbora devido às árvores plantadas próximas. -Ainda há casas de taipa em Várzea Bela, Encanto, Beco, Abóbora e Angico. -Há casas construídas em áreas de risco na localidade Gameleira.	-Ampliação de projeto habitacional de reforma e construção de casas populares.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 05 – Saneamento		
-As casas não possuem água encanada. Várzea Bela é abastecida por poço tubular. -A Prefeitura é responsável pela manutenção do poço de Várzea Bela.	-A maioria das casas não possui fossas sépticas. Os dejetos são jogados "à céu aberto". -A água que as pessoas possuem é de má qualidade, em geral, ela é salgada. -A água das cacimbas é utilizada para consumo humano, embora a quantidade seja pequena.	-Construção de fossas sépticas. -Construção de poços tubulares. -Construção de rede de abastecimento d'água.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica nas localidades Abóbora, Gangorrinha e Encanto. -Há posto telefônico na localidade Beco.	-Não há rede de energia elétrica na maioria das localidades. -Há postes de madeira que sustentam a rede elétrica em algumas localidades. -Não há telefone público na maioria das localidades. -As estradas e vias de acesso às localidades estão em péssimo estado de conservação.	-Construção da rede de energia elétrica em todas as localidades. -Substituição dos postes de madeira por postes de concreto da rede de energia elétrica. -Ampliação da rede de telefonia pública. -Ampliação da área do cemitério. -Reforma das estradas e vias de acesso às localidades.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A localidade Morada Nova vende castanha de caju	-A produção agrícola não atende às necessidades da	-Contratação de veterinários, agrônomos e

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
para a Sede.	população, as pessoas recorrem à Sede, Jaicós e Picos. -Não possuem apoio técnico do SEBRAE, da EMATER ou outras instituições.	técnicos agrícolas.
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-Há dois representantes das comunidades na Câmara Municipal (Abóbora e Várzea Bela). -Há apoio da Prefeitura nas festas e manifestações culturais. -Os prédios e equipamentos públicos estão bem conservados.	-A população não possui informações sobre o orçamento anual. -Não há programas de inclusão digital e social para os jovens no mercado de trabalho.	-Criação de projeto de inclusão digital e social e inclusão do jovem no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há escolas nas localidades Abóbora, Deserto, Várzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Ingazeira e Poço Redondo. -Os professores das escolas municipais são qualificados. -Há vagas suficientes para todos os alunos.	-Não há escolas nas localidades Beco, Cercadinho II, Ericanto, Baixio do Deca, Caiçara e Caldeirãozinho. -O transporte escolar é ineficiente. -A qualidade da educação não é boa e os alunos não estão obtendo bom	-Melhoria do transporte e da qualidade da merenda escolar. -Reforma das escolas municipais com mais equipamentos e infraestrutura. -Contratar mais professores para as escolas do Município.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
	aprendizado, pois o sistema escolar é multiseriado. -O número de professores é insuficiente. -As instalações e equipamentos das escolas estão em péssimo estado de conservação. -A merenda escolar não é de boa qualidade.	

TEMA 10 – Saúde

-A comunidade é atendida por profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF). -Na localidade Abóbora, as pessoas são atendidas por médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários. Nas demais localidades, somente médicos prestam atendimento à população. -A população é atendida por campanhas de vacinação. -As pessoas ainda usam remédios caseiros como chás e lambedores.	-Não há postos de saúde nos povoados. As pessoas procuram a Sede. -A população não está satisfeita com o atendimento nos postos de saúde.	-Construção de posto de saúde em Abóbora e Gangorrinha. -Contratação de mais profissionais de saúde para que as visitas nas comunidades sejam mais frequentes. -Capacitação dos Agentes Comunitários. -Implantação de curso de Fitoterapia.
--	---	---

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
-As principais doenças são gripe, diarreia, pressão alta, problemas renais, anemia e verminoses. -A principal causa de morte está relacionada aos problemas do coração. -Nos casos mais graves as pessoas são encaminhadas para o Hospital Floriza Silva, em Jaicós, e para o Hospital Regional de Picos.		
TEMA 11 – Lazer		
-As pessoas se divertem através de jogos de futebol, banhos e bailes. -Em algumas localidades há pequenos campos de futebol.	-Não há locais apropriados para a prática de esportes e para o lazer.	-Construção de clube e campos de futebol em algumas comunidades.
TEMA 12 – Cultura		
-Há festas religiosas dos padroeiros de cada localidade. -Há Reisados e Cultos Evangélicos.	-Faltam locais e investimentos da Prefeitura para as manifestações culturais.	-Construção de locais para as manifestações culturais. -Incentivos da Prefeitura na realização de movimentos culturais.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
ABÓBORA	x		x		x
VÁRZEA BELA	x				
GANGORRINHA	x		x		
BECO					
DESERTO	x				
BAIXAS					
POÇO REDONDO	x				
CAIÇARA					
CALDEIRÃOZINHO					
PASSAGEM	x				
CERCADINHO II					
INGAZEIRA	x				
ENCANTO			x		
BAIXO DO DECA					

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da JLI apresentando LC



Grupo temático em discussão

**JUAZEIRO DO QUITÓ, FRAGA, CARAÍBAS, ALTINHO, CANTINHO E TABOLEIRO DAS
MELANCIAS**

LOCAL: CAPELA DO JUAZEIRO DO QUITÓ

DATA: 30/10/07

HORÁRIO: 15:40h às 17:35h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há áreas de mata virgem na localidade Juazeiro do Quitó. -Há lagoas temporárias em todos os povoados. -Há extração de areia e barro em Juazeiro do Quitó. -Há cachoeira na localidade Fraga.	-Não há coleta de lixo em nenhum dos povoados. O lixo é queimado na maioria das localidades. Nas localidades Caraíbas e Juazeiro do Quito, o lixo é jogado “a céu aberto”. -Há caça de animais silvestres, como peba, tamanduá, avoantes e outros. -Há poluição sonora em Juazeiro do Quitó e Caraíbas.	-Implantação da coleta de lixo na zona rural e criação de aterro sanitário. -Conservação das áreas de mata virgem e lagoas. -Preservação e conservação da cachoeira da localidade Fraga. -Conscientização da população sobre os malefícios da poluição sonora e ambiental.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-A maioria das pessoas possui título de propriedade de terra.	-Há pessoas que não possuem o título de propriedade de terra.	-Regularização fundiária.
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para a construção de praças nas localidades.	-As ruas não possuem ordenamento e não são calçadas.	-Construção de praças nas principais localidades. -Construção do calçamento das principais ruas dos

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
		povoados.
TEMA 04 – Habitação		
-Há casas construídas ou reformadas por programas de governo em Juazeiro do Quitó e Caraíbas. -As casas são construídas de tijolos e cobertas de telhas.	-Ainda há casas de taipa em Juazeiro do Quitó e Caraíbas.	-Projeto de construção e reforma habitacional por programas de governo para todas as localidades.
TEMA 05 – Saneamento		
-As comunidades são abastecidas por cacimba, cuja fonte é o rio Boa Esperança. -Durante o período da seca as comunidades são abastecidas por carro-pipa, de responsabilidade da Prefeitura.	-Não há rede de abastecimento d'água nas localidades. -As casas não possuem fossas sépticas. Os dejetos são jogados "à céu aberto". -A água das cacinbas é usada para beber, embora seja insuficiente para atender a população.	-Implantação do sistema de abastecimento d'água. -Criação de projeto de construção de fossas sépticas em todas as localidades. -Conclusão da adutora em Fraga e o encanamento da água para as localidades. -Construção de poços tubulares nas comunidades.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica em todas as comunidades.	-As estradas e vias de acesso às comunidades estão em péssimo estado de conservação. -Não há telefones públicos.	-Construção de passagem molhada entre Juazeiro do Quitó e Cantinho e entre Juazeiro do Quitó e Altino. -Reforma e manutenção das estradas.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
		-Implantação da rede de telefonia.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-As principais fontes de renda são agricultura e pecuária. -Os principais produtos da agricultura são feijão, caju e milho. Os da pecuária são caprinos e bovinos. -Há fabricação de produtos artesanais em Juazeiro do Quitó e produção de leite e queijo na localidade Capivara. -Há Associação de Moradores nas localidades Fraga e Juazeiro do Quitó. -Há extração do carvão em Juazeiro do Quitó. -As comunidades recebem incentivos do governo para agricultura. -Algumas pessoas recebem Bolsa Família. -As pessoas recebem Aposentadoria Rural em todas as comunidades. -Há cursos e treinamentos	-O comércio não atende às necessidades locais. A população procura o Município de Jaitós e a Sede de Massapê. -A produção agrícola é insuficiente para atender às necessidades da população. - Não existe um apoio técnico de profissionais como agrônomos, veterinários e outros. -Não existem agroindústrias. -Não há perímetro irrigado na região.	-Contratação de profissionais para prestar apoio técnico aos agricultores e pecuaristas. -Ampliação do programa Bolsa família.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
pelo SEBRAE em Juazeiro do Quitó. -A pecuária é mista e temporária: de corte e leite.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-As pessoas buscam apoio de forma individual. -Há apoio da Prefeitura para as manifestações culturais nos povoados.	-A comunidade não tem representante na Câmara Municipal. -A população não tem conhecimento sobre o orçamento anual. -Os equipamentos públicos não são bem preservados. -Não há incentivo de inclusão do jovem no mercado de trabalho.	-Reforma dos prédios públicos. -Projeto de inclusão digital e social e inclusão do jovem no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há escolas municipais em Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraíbas, Altinho, Cantinho e Taboleiro das Melancias. -A maioria dos alunos obtém bons resultados. Os alunos não encontram dificuldades para acompanhar os estudos em	-O número de professores é insuficiente para atender à demanda. -O transporte escolar não atende às necessidades da população.	-Contração de mais professores. -Melhoria do transporte escolar. -Aquisição de computadores para as escolas.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
outros municípios. -A maioria dos professores é qualificada. -Há oferta de vagas suficiente para todos os alunos. -Metade dos alunos tem bons resultados em concursos e vestibulares.		

TEMA 10 – Saúde

-As pessoas são atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) através de médicos e dentistas. -Há uso de remédios caseiros, como malva do reino, boldo, erva cidreira e outros. -Há campanhas de vacinação para todas as comunidades. -As doenças mais frequentes são diarreia, gripe, febre, dor de cabeça, gastrite, depressão, hipertensão, diabete, câncer de pele e problemas de coluna. -Os casos mais graves são	-Não existem postos de saúde nas comunidades. -A população é atendida na Sede, a uma distância de 27 km.	-Reativação do Posto de Saúde em Caraibas e criação de um novo posto em Juazeiro do Quitó. -Melhoria do atendimento da equipe do PSF.
--	--	---

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
encaminhados a Picos, Jaicós e Teresina.		
TEMA 11 – Lazer		
-Existe futebol de campo para os jovens.	-Não há locais apropriados para a prática de esportes e para o lazer dos moradores.	-Construção de uma quadra de esportes para o lazer de todas as comunidades. -Construção de campo de futebol nas localidades mais povoadas.
TEMA 12 – Cultura		
-É comemorada a Festa de Nossa Senhora Aparecida e o Reisado em Juazeiro do Quitó. -Há uma fazenda quilombola em Juazeiro do Quitó.	-Não há locais para manifestações culturais.	-Transformar a fazenda quilombola de Juazeiro do Quitó em Patrimônio Cultural.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
JUAZEIRO DO QUITO	X		X		
FRAGA	X		X		
CARAÍBAS	X		X		
ALTINHO			X		
CANTINHO			X		
TABOLEIRO DAS MELANCIAS			X		

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da JLI apresentando LC



População participando da LC

**SÃO FRANCISCO, VARJOTA, BOA VISTA, FEIÇÃO, CHAPADA DOS ELIAS, TABULEIRO DA
VARJOTA, MALAHADA VERMELHA, QUEIMADAS, SOBRADINHO, MORRINHOS,
CAIÇARA, BAIXIO E POÇO REDONDO**

LOCAL: MERCADO PÚBLICO DE SÃO FRANCISCO

DATA: 30/10/07

HORÁRIO: 20:20 às 23:50h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há área de mata virgem nos povoados Caiçara, Boa Vista e Feição. -Há lagoas e riachos nos povoados Varjota, Feição e Baixio. -Há extração de areia, barro e pedra nos povoados Boa Vista e Baixio. -Há áreas de preservação ambiental, com pinturas rupestres nos povoados Morrinhos e Queimadas.	-Em todos os povoados, o lixo é jogado "à céu aberto", exceto no povoado São Francisco, onde algumas pessoas queimam o lixo. -Ainda há caça de animais silvestres como peba, tamanduá, avoantes e outros. -O mau cheiro pela falta do saneamento básico nos povoados incomoda os moradores.	-Criação de um aterro sanitário. -Criação de um projeto para a construção do saneamento básico.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-No povoado Boa Vista há descendentes de Quilombos.	-Existem pessoas que não têm título de propriedade de suas terras.	-Regularização dos títulos de terra.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 03 – Urbanismo		
-Existem áreas reservadas nos povoados para a construção de praças.	-Não há ordenamento das casas. Elas foram construídas aleatoriamente	-Construção de praça no povoado São Francisco (em frente à Igreja).
TEMA 04 – Habitação		
-As casas dos povoados são pequenas, de tijolos e cobertas de telhas.	-Existe uma casa no povoado Feição que estão com as paredes rachadas por conta de árvores plantadas em sua proximidade. -As casas do povoado Boa Vista foram construídas em área de risco, às margens do rio.	- Criação de projeto para construção de casas, com inspeção de profissional para analisar a área a ser construída.
TEMA 05 – Saneamento		
-Os povoados têm sistema de abastecimento de água, com carro-pipa e cisterna, sob a responsabilidade da Prefeitura. -No povoado São Francisco existem fossas sépticas em algumas casas. -No povoado São Francisco existe a utilização de dessalinizador no tratamento de água.	-Na maioria dos povoados, as casas não possuem fossas sépticas. -As pessoas bebem da pequena quantidade de água vinda das cacimbas. -Não existe rede de abastecimento de água nos povoados.	-Criação de um projeto que vise a melhoria no aproveitamento de água subterrânea. -Construção de poços tubulares e chafariz nos povoados. -Construção de uma rede de abastecimento de água. - Construção de banheiros com fossas sépticas em todos os povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Existe acesso através de estradas em todos os povoados.	-Não existe rede de energia elétrica nos povoados. -As estradas que dão acesso aos povoados estão em péssimo estado de conservação. -Não existem telefones públicos nos povoados.	-Criação de um projeto para a instalação da rede de energia elétrica. -Instalação de telefone público nos povoados. -Construção de uma barragem no povoado Boa Vista. -Construção de passagens molhadas nos povoados São Francisco e Baixio. -Melhoria nas estradas que dão acesso aos povoados.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A agricultura e a pecuária são as fontes de renda da região. É produzido nos povoados o feijão e o milho. Na pecuária há criação de caprinos e bovinos. -Existe a extração do mel de abelha nos povoados São Francisco, Baixio e Boa Vista. -Existem associações de moradores nos povoados Boa Vista, Baixio e São	- Não existem técnicos para dar apoio aos agricultores e pecuaristas. -O comércio local não atende às necessidades. As pessoas recorrem à Sede ou aos municípios de Jaicós e Picos. -Poucas pessoas recebem o Bolsa Família.	-Criação de Programas de Capacitação e Financiamento para o homem do campo. -Ampliação na entrega do Bolsa Família. -Melhoria na oferta de cursos oferecidos pelo SEBRAE e EMATER. -Contratação de técnicos para dar apoio aos agricultores e pecuaristas. -Criação de projetos que beneficie a população dos

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Francisco. -No povoado São Francisco as pessoas desenvolvem o artesanato com madeira. -Há um grupo de jovens no povoado São Francisco. -Existem algumas mercearias e bares nos povoados. -A maioria dos agricultores recebe a Aposentadoria Rural; algumas pessoas recebem o Bolsa Família. -Existe o apoio do SEBRAE no desenvolvimento da Caprinocultura.		povoados através de cursos de corte e costura e artesanato. -Criação de cursos através do PAC Família e do Bolsa Família.
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-Os povoados têm representantes na Câmara Municipal. -A prefeitura dá apoio nas festas culturais dos povoados. -Os equipamentos públicos são bem conservados. -Os pedidos ou queixas são feitos de forma individual ao Prefeito ou vereadores.	-A população dos povoados não tem conhecimento sobre o orçamento anual. -Não há incentivo de inclusão social e digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.	-Divulgação do orçamento anual para que haja uma maior participação da população. -Criação de projetos de inclusão social e digital para que os jovens possam ser inseridos no mercado de trabalho.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 09 – Educação		
-Existem vagas suficientes nas escolas. -Existem escolas nos povoados São Francisco e Boa Vista.	- O carro que faz o transporte dos alunos é aberto. -As instalações físicas das escolas estão irregulares. -Apenas metade dos alunos conseguem bons resultados. - Alguns professores não são qualificados.	-Aquisição de dois micro-ônibus para o transporte seguro dos alunos. -Aquisição de computadores para as escolas. -Ampliação e aquisição de novos equipamentos para a escola do povoado São Francisco. -Instalação do Ensino Fundamental II no período da tarde, na escola do povoado São Francisco. -Capacitação para os professores.
TEMA 10 – Saúde		
-Há um Posto de Saúde no povoado São Francisco. -Os povoados recebem atendimento da equipe do PSF, com médico e agente de saúde. -As pessoas ainda usam remédios caseiros como erva cidreira, malva do reino, etc. -Os povoados são atendidos pelas campanhas	-Os outros povoados buscam os postos de saúde, distante até 27 km. -As pessoas não estão satisfeitas com o atendimento recebido no posto de saúde.	-Construção de um posto de saúde no povoado Boa Vista. -Contratação de um dentista para compor a equipe do PSF e melhoria na frequência de atendimento do médico. -Construção de um hospital na Sede.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
de vacinação. -As doenças mais frequentes são diarreia, gripe, febre, dor de cabeça, gastrite, depressão, hipertensão e diabetes. -Os casos mais complicados são encaminhados para Teresina. -A maior causa de morte é o infarto e acidentes de trânsito.		
TEMA 11 – Lazer		
-A diversão das pessoas acontece nos bares ou nos jogos de futebol.	-Não existe um local adequado para o lazer das pessoas.	-Construção de uma quadra esportiva em todos os povoados. -Construção de um campo de futebol nos povoados. -Construção de uma área de lazer nos maiores povoados.
TEMA 12 – Cultura		
-As pessoas comemoram os festejos de São Francisco no povoado de mesmo nome. -Existe uma fazenda quilombola no povoado Juazeiro do Quitó.	-Falta incentivo do governo para a realização das manifestações culturais.	-Melhoria na infraestrutura das potencialidades dos povoados para despertar o turismo na região. -Criação de projetos para a exploração turística das cachoeiras existentes na região.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

POVOADOS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
SÃO FRANCISCO	X	X	X		X
VARJOTA					
BOA VISTA	X				
FEIÇÃO					
CHAPADA DOS ELIAS					
TABULEIRO DA VARJOTA					
QUEIMADAS					
SOBRADINHO					
MORRINHOS					

REGISTRO FOTOGRÁFICO



População assistindo o vídeo "Cidade para todos" na Leitura Comunitária.

PORTEIRAS, MANAÍBA, MORRO DOS CACHORROS, CHAPADA DOS ANÍSIOS E

ASSENTAMENTO CURRAL VELHO

LOCAL: COLÉGIO MUNICIPAL DE PORTEIRAS

DATA: 31/10/07

HORÁRIO: 10:00 às 12:30h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há uma pequena área de mata virgem nos povoados Porteiras e Monte dos Cachorros. -Há extração de barro em todos os povoados e o povoado de Porteiras extrai areia e pedras.	-Não há coleta de lixo, este é jogado “à céu aberto”. -Há caça de animais silvestres para consumo. -Há olhos d’água nos povoados, mas todos de difícil acesso. -Não há área de preservação ambiental nos povoados.	-Realização de coleta de lixo semanal nos povoados. -Conscientização das pessoas sobre a importância da preservação dos animais silvestres.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-O povoado de Porteiras foi fundado por Odilon Reis e levou esse nome por se situar entre duas porteiras. -O povoado Manaíba existe a cerca de 200 anos. -O povoado Morro dos Cachorros levou esse nome porque seus moradores criavam ovelhas e os cachorros costumavam	-O uso do solo para a agricultura ainda é feito de forma tradicional, sem o manejo adequado que vise a sua conservação. -Os moradores da maioria dos povoados não possuem títulos de propriedade de terra.	-Regularização dos títulos de propriedade de terra. -Capacitação e assistência técnica para um melhor uso e proteção do solo.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
atacá-las. -O povoado Chapada dos Anísios teve sua origem em uma chapada. -O povoado Curral Velho existe há dois anos. Levou esse nome porque nele foi construído um amansador, local usado para amansar animais. -No povoado Porteiras todos possuem título de propriedade de terra.		
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para construção de praças nos povoados.	-Não há praças nos povoados. -As ruas dos povoados não são calçadas e nem ordenadas.	-Construção de praças em todos os povoados.
TEMA 04 – Habitação		
-A maioria das casas dos povoados é de tijolo e coberta de telhas. -As casas do assentamento Curral Velho são alinhadas. -Há casas construídas pelo Projeto Sem Moradia em parceria da Caixa Econômica Federal com a	-As casas dos povoados são desalinhadas. -Há casas construídas em áreas de risco de alagamento no povoado Porteiras.	-Construção e reforma de casas por programas habitacionais do Governo.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Associação de Moradores dos povoados de Porteiras e Morro dos Cachorros.		
TEMA 05 – Saneamento		
-No povoado Porteiras o abastecimento d'água é feito através de chafariz. -No povoado Morro dos Cachorros há um poço e um chafariz. -No assentamento Curral Velho as casas possuem fossas sépticas. -A manutenção da rede de abastecimento d'água nos povoados Porteiras e Morro dos Cachorros é particular.	-Não há rede de abastecimento d'água nos povoados. -As casas dos povoados não possuem fossas sépticas.	-Construção de banheiros com fossas sépticas em todos os povoados. -Construção de poços tubulares em todos os povoados com rede de abastecimento d'água. -Construção de uma barragem no grotão de pedra do povoado Morro dos Cachorros.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica nos povoados Porteiras e Morro dos Cachorros. -Há um telefone público no povoado Porteiras.	-Não há energia elétrica na maioria dos povoados. -As estradas dos povoados não estão em bom estado de conservação. -Não há telefone público na maioria dos povoados.	-Melhoria das estradas de acesso aos povoados. -Construção de passagem molhada nas estradas de terra que ligam os povoados Porteiras e Curral Velho e Manaíba e Peixe. -Instalação de telefones públicos em todos os povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A principal fonte de renda dos povoados é a agricultura. -Os principais produtos da agricultura são feijão, caju e mandioca. -A pecuária é mista e se destaca com as criações de bode, ovelha, porco e gado. -Há prestação de serviços, como mercearias, serrarias e bares. -Há produção e comercialização de caju e castanhas em todos os povoados. -Há artesanato de madeira e fabricação de chinelos feitos com pneus velhos. -Há Associação de Desenvolvimento dos Moradores no povoado Porteiras. -Há extração de carnaúba e mel em todos os povoados. -Todos os povoados recebem Bolsa Família. -Há capacitações realizadas	-O comércio local não atende às necessidades dos povoados, a população recorre à Sede e a Jaicós. -Não há profissionais (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros) para dar apoio e ajuda técnica aos trabalhadores dos povoados. -Não existem áreas de perímetro irrigado nos povoados.	-Contratação de profissionais para dar apoio e ajuda técnica aos trabalhadores dos povoados. -Criação de projetos para desenvolver perímetros irrigados nos povoados. -Construção de um criatório de peixes nos povoados Porteiras e Manaíba.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
pela EMATER no assentamento Curral Velho.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-Os pedidos ou queixas dos povoados são feitos individualmente junto à Prefeitura.	-Os povoados não têm representante na Câmara Municipal. -Não existem projetos de inclusão social, digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.	-Realização de cursos para inclusão social, digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há uma escola no povoado Porteiras. -Há uma escola no povoado Manaíba que foi construída pelos moradores. -Há professores qualificados e o número deles é suficiente. -A maioria dos alunos está obtendo bons resultados.	-O número de salas de aula não é suficiente e as instalações físicas da escola não são boas.	-Ampliação no número de transporte escolar para levar os alunos de todos os povoados. -Ampliação e melhoria da escola. -Construção de quadra de esportes nas escolas.
TEMA 10 – Saúde		
-Há um posto de saúde no povoado Porteiras e seu atendimento é satisfatório. -O povoado Porteiras é atendido pelo PSF com uma equipe formada por	-A equipe do PSF não atende a todos os povoados.	-Realização de visitas da equipe do PSF a todos os povoados. -Construção de um posto de saúde no assentamento Curral Velho.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
médico, dentista e enfermeiro. -Todos os povoados são atendidos por um Agente de Saúde do PSF. -Há o uso de remédios caseiros. -Há campanhas de vacinação que atendem todos os povoados. -As doenças mais frequentes são vermes, gripes e diarreia. -Os casos mais graves são encaminhados para Jaicós.		
TEMA 11 – Lazer		
-A população dos povoados se diverte com jogos de futebol.	-Não existe uma área apropriada para o lazer ou prática de esportes.	-Construção de um centro de lazer para a realização de atividades com idosos, jovens e crianças.
TEMA 12 – Cultura		
-Há realização de novenas e cultos religiosos nos povoados.	-Não há incentivos por parte da Prefeitura às manifestações culturais e costumes locais.	-Maior apoio e incentivo do poder público às manifestações culturais e aos costumes locais.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
PORTEIRAS	X	X	X		X
MANAÍBA					
MORRO DOS CACHORROS			X		
CHAPADA DOS ANÍSIOS					
ASSENTAMENTO CURRAL VELHO					

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da J.L.J apresentando LC



População participando da LC

VILÃO DE CIMA, VILÃO DE BAIXO, CRAIBEIRA GRANDE, BAIXIO GRANDE, LAGOA DE DENTRO, OLHO D'ÁGUA E ROSSADO

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL GENÉSIO PEDRO RAMOS

DATA: 31/10/07

HORÁRIO: 15:55 às 18:00h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há olhos d'água e três riachos em Baixio Grande e Olho d'água. -Há pequenas áreas de mata virgem nos povoados. -Há extração de barro em Vilão de Baixo e de areia e pedra em Baixio Grande e Olho d'água.	-O lixo é queimado. -Há caça de animais silvestres como peba, tamanduá, lambru e codorniz. -Não existe área de preservação ambiental nos povoados.	-Exploração das fontes de água subterrânea como potencial de abastecimento para os povoados.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-O povoado Vilão de Cima data mais ou menos de 150 anos. -O povoado Olho d'água tem mais ou menos 80 anos de existência e leva esse nome por causa da nascente.	-Há famílias sem título de propriedade de terra.	-Regularização dos títulos de propriedade de terra dos povoados.
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para a construção de praças nos povoados.	-As ruas dos povoados não são calçadas. -Não existem praças nos povoados.	-Construção de calçamento nas ruas de acesso aos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
	povoados.	-Construção de uma praça em frente à Unidade Escolar Vilão de Cima.
TEMA 04 – Habitação		
-Nos povoados Vilão de Cima e Vilão de Baixo a maioria das casas possui de 4 a 5 cômodos. -No povoado Vilão de Baixo há 10 casas construídas e 22 reformadas por programas habitacionais do Governo.	-As casas dos povoados não foram construídas de forma ordenada.	-Implantação de programas habitacionais do Governo para construção de casas nos povoados.
TEMA 05 – Saneamento		
-O abastecimento é através de poços. -A Prefeitura é responsável pela administração e manutenção do poço de Vilão de Cima.	-Não existe rede de abastecimento d'água nos povoados. -As casas dos povoados não possuem fossas sépticas. Os dejetos são jogados 'a céu aberto'.	-Construção de poços tubulares em todos os povoados. -Construção de banheiros com fossas sépticas nas casas dos povoados.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica nos povoados Vilão de Cima, Vilão de Baixo e Baixo Grande.	-Não há telefone público em nenhum povoado. -As estradas de acesso aos povoados são carroçais e não estão em bom estado de conservação.	-Instalação de telefones públicos nos povoados. -Construção de uma passagem molhada no povoado Vilão de Baixo. -Restauração das estradas

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
		dos povoados.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A principal fonte de renda dos povoados é a agricultura e a pecuária. -A agricultura se destaca com a produção de feijão e milho. A pecuária com a criação de bode, carneiro, gado, galinha caipira e porco. -Existe artesanato de barro no povoado Vilão de Cima. -As terras onde as pessoas trabalham são próprias ou de parentes. -Há extração dos derivados da carnaúba para produção de vassouras e chapéus. -Nos povoados Vilão de Cima e Vilão de Baixo são confeccionados produtos artesanais. -Existe a Associação de Moradores de Vilão de Baixo e Associação de Craibeira Grande e Lagoa de Dentro. -Existe a extração de lenha	-O comércio local não atende as necessidades da população, essa recorre a Massapé e Jaicós. -Há famílias que não possuem documento de propriedade da terra. -A produção dos povoados não é suficiente para a população viver -Faltam profissionais (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros) para dar apoio aos povoados.	-Regularização dos títulos de propriedade de terra das famílias dos povoados. -Criação de projetos de hortas comunitárias nos povoados. -Contratação de profissionais (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros) para dar apoio e ajuda técnica à população.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
e mel em todos os povoados. -Existem algumas famílias dos povoados que recebem Bolsa Família e que realizam empréstimos do PRONAF. -Nos povoados Vilão de Baixo e Baixo Grande houve capacitações de apicultura e caprinocultura através da EMATER.		

TEMA 08 – Gestão Municipal

-Os povoados têm representante na Câmara Municipal. -A população dos povoados se dirige direto à Prefeitura para fazer pedidos ou queixas. -Os prédios públicos dos povoados estão bem conservados. -A administração municipal apoia as festas e manifestações culturais dos povoados.	-Os povoados não têm conhecimento do que está previsto no orçamento municipal. -Falta iniciativa de inclusão social, digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho na maioria dos povoados.	-Divulgação e esclarecimento do orçamento municipal para os moradores. -Criação de projetos para inclusão social, digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.
--	--	---

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 09 – Educação		
-Existe escola no povoado Vilão de Cima. -O número de professores é suficiente e os mesmos são qualificados. -A maioria dos alunos está obtendo bom aprendizado na escola do povoado.	-As instalações físicas das escolas não estão atendendo às expectativas dos alunos.	-Ampliação da escola do povoado Vilão de Cima. -Construção de uma escola próxima do poço tubular de Vilão de Cima.
TEMA 10 – Saúde		
-A população dos povoados está satisfeita com o atendimento dos postos de Saúde. -Os povoados são atendidos pelo PSF com médicos, enfermeiros e agentes de saúde. Estão satisfeitos com atendimento da equipe. -Existe o uso de remédios caseiros nos povoados como chá de cidreira, 'quebra-pedra', mostarda e 'barrigada'. -Existem campanhas de vacinação nos povoados. -As doenças mais comuns nos povoados são diarreia,	-Não há posto de saúde nos povoados. A população se desloca 6 km para o posto de saúde mais próximo.	-Construção de um posto de saúde no povoado Vilão de Cima. -Contratação de dentistas para prestar atendimento aos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
gripe, febre e dor de cabeça. -Nos casos mais graves as pessoas são encaminhadas para Jaicós, Picos e Teresina.		
TEMA 11 – Lazer		
-Existem forrós aos finais de semana que divertem a população dos povoados.	-Não existem áreas próprias para a prática de esporte e lazer. -Existe um mini-campo de futebol no povoado Vilão de Cima que não está apropriado para uso.	-Construção de quadras de esporte e áreas de lazer nos povoados. -Reativação do campo de futebol do povoado Vilão de Cima.
TEMA 12 – Cultura		
-Existe a comemoração dos "Caretas" no mês de janeiro na maioria dos povoados. -Existe a "dança de São Gonçalo" na maioria dos povoados. -Existe uma casa antiga no povoado Vilão de Cima pertencente ao Sr. Gregório.	-Não há apoio e incentivo da Prefeitura nas manifestações culturais locais.	-Maior apoio e incentivo da Prefeitura nas manifestações culturais locais. -Preservação da casa antiga do Sr. Gregório no povoado Vilão de Cima.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
VILÃO DE CIMA	X		X		
VILÃO DE BAIXO			X		
BAIXIO GRANDE			X		
CRAIBEIRA GRANDE					
LAGOA DE DENTRO					
OLHO D'ÁGUA					
ROSSADO					

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da JLJ apresentando LC



Grupo temático em discussão

**PEIXE, CABECEIRA, MORCEGO, ATORADO, CERCADINHO I, CHAPADA DO SENHOR,
BOI DE CARRO, BOM NOME, CHAPADA DO IABURU, SERRINHA, BAIXIO DO JUÁ, JUÁ
E SACO DA SERRA**

LOCAL: IGREJA DO PEIXE

DATA: 31/10/07

HORÁRIO: 19:40 às 22:30 h.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há áreas de mata virgem em todas as localidades. -Há olho d'água em Peixe, Cercadinho, Juá, Boi de Carga, Cabaceira e Saco Grande. - Há extração de areia em Baixio do Juá. -A lagoa Tanque (temporária) é visitada por pessoas da região.	-Não há coleta de lixo. Em todas as comunidades o lixo é queimado ou jogado em terreno baldio. -Há caça de animais silvestres, como ooba, tamanduá, gambá, avoantes e outros.	-Realização de coleta de lixo semanal para as comunidades da zona rural. -Preservação ambiental das lagoas e olhos d'águas.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-A localidade Peixe existe a cerca de 300 anos e pertencia ao Município de Jaicós. -A população possui títulos de propriedade de terra.	-Não foram feitas menções.	-Não foram feitas menções.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para a construção de praças nas localidades.	-Não há ordenamento e organização das ruas. -As ruas e vias de acesso não são calçadas.	-Construção de praças nas principais comunidades. -Construção do calçamento das principais ruas dos povoados.
TEMA 04 – Habitação		
-A maioria das casas é construída de tijolos e coberta de telhas. -Há casas construídas com financiamento do Governo.	-Há casas que possuem rachaduras devido à proximidade de árvores. -Há casas construídas de taipa na maioria das localidades.	-Criação de projeto para construção e reforma de casas populares financiadas pelo Governo.
TEMA 05 – Saneamento		
-Há rede de abastecimento d' água no povoado Peixe. -Nas localidades Chapada do Jaburu, Bom Nome e Baixo do Juá o abastecimento é através de chafariz. -A Prefeitura é responsável pela manutenção do sistema de abastecimento d'água e carros-pipa.	-Na maioria das localidades o abastecimento d'água acontece através de carro-pipa. -A maioria das casas não possui fossas sépticas. Os dejetos são jogados "à céu aberto".	-Implantação da rede de abastecimento d'água em todas as localidades. -Reativação de poços tubulares existentes e construção de novos poços. -Construção de fossas sépticas em todos os povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica na maioria das localidades. -Há telefone público na localidade Bom Nome.	-Não há energia elétrica nas localidades Cercadinho I, Boi de Carro, Juá e Saco da Serra. -Não há telefone público na maioria das localidades. -Não há calçamento nas estradas que dão acesso às localidades.	-Complementação e/ou implantação da rede de energia elétrica. -Instalação de telefones públicos em todas as localidades. -Construção do calçamento das estradas que dão acesso às comunidades.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A agricultura e a pecuária são as principais fontes de renda. Os principais produtos da agricultura são milho e feijão. Na pecuária há a criação de bovino, ovino, caprino e suíno. -Há extração de mel e palha da carnaúba para produção artesanal. -Há extração de barro e areia nas localidades Baixio do Juá e Bom Nome. -Existe associação de moradores nas localidades Peixe,	-O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas recorrem aos municípios de Jaicós e Picos. -A produção agrícola é insuficiente, servindo apenas para subsistência. -Não há apoio técnico de profissionais como agrônomos e veterinários para capacitação dos agricultores.	-Criação de cooperativa de artesãos que trabalham com cerâmica. -Contratação de profissionais como agrônomos e veterinários para capacitação dos agricultores. -Realização de cursos de capacitação na área da agricultura, culinária e artesanato.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Cabaceira e Bom Nome. -A comunidade recebe Bolsa Família e Aposentadoria Rural. -A pecuária bovina é de corte e de leite.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-A comunidade possui representante na Câmara Municipal. -As pessoas buscam apoio do Prefeito de forma individual. -A Administração Pública apóia as festas e manifestações culturais.	-A população não possui conhecimento sobre o orçamento anual. -Os prédios e equipamentos públicos não são bem conservados. -Não há incentivo para a inclusão social e digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.	-Reforma dos prédios e equipamentos públicos. -Criação de projeto de incentivo para a inclusão social e digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.
TEMA 09 – Educação		
-Há escolas nas localidades Peixe e Bom Nome. -A maioria dos professores é qualificada. -Há vagas suficientes para todos os alunos.	-Não há escolas na maioria das localidades. -Os alunos estão tendo dificuldades de aprendizagem por causa do sistema multisseriado. -Os alunos precisam percorrer de 2 a 3 km para frequentar a escola. -A quantidade de professores é insuficiente	-Construção e/ou reforma de escolas. -Melhoria do transporte e merenda escolar. -Contratação de professores. -Aquisição de computadores e outros equipamentos para as escolas. -Implantação do sistema

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
	para atender à demanda.	educacional normal e fim do sistema multiseriado.
TEMA 10 – Saúde		
-Há posto de saúde na localidade Peixe. -As pessoas são atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF) através de médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde. -Há campanhas de vacinação em todas as localidades. -Ainda há uso de remédios caseiros, como: chás de macela, alho, limão e casca de aroeira. -As doenças mais frequentes são dor de cabeça, verminoses, diarreia e outros. -Os casos mais complicados são encaminhados para Jaicós, Picos ou Teresina.	-Não há postos de saúde na maioria dos povoados. -Nas localidades Serrinha e Cabaceira só há atendimento pelo Agente de Saúde.	-Construção de postos de saúde nas localidades mais populosas. -Melhoria do atendimento da equipe do PSF.
TEMA 11 – Lazer		
-Os jovens se divertem através de bailes e futebol	-Não há locais suficientes e adequados para a prática de	-Construção de uma quadra de esportes para lazer de

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
de campo.	esportes.	todas as comunidades.
TEMA 12 – Cultura		
-Na localidade Peixe é realizado o Festejo de Nossa Senhora da Conceição. -Há Reisados e Cultos Evangélicos em todas as comunidades.	-Não há locais apropriados para as manifestações culturais.	-Construção de um Centro Cultural para as atividades com idosos e crianças.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
PEIXE	X	X	X	X	
CABACEIRA			X		
MORCEGO			X		
ATORADO			X		
CERCADINHO I					
CHAPADA DO SENHOR			X		
BOI DE CARRO					
BOM NOME	X		X		
CHAPADA DO JABURU			X		
SERRINHA					
BAIXIO DO JUÁ			X		

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Apresentação do Núcleo Gestor para a população Técnica da JIJ apresentando LC

ANGICAL I, ANGICAL II, JUREMA, RETIRO, CONSELHO, CONSOLAÇÃO, SOSSEGO E GANGORRA

LOCAL: ESCOLA MUNICIPAL SANCHO MARREIROS

DATA: 01/11/07

HORÁRIO: 16:00 às 18:00h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há pequenas áreas de mata virgem em todos os povoados.	-Alguns moradores queimam o lixo e a maioria joga "à céu aberto".	-Realização de coleta semanal do lixo nos povoados.
-Há um riacho no povoado Conselho e nos demais povoados passa o rio Boa Esperança.	-Há caça de animais silvestres, como peba, tamanduá, camaleão, avoantes e outros.	-Realização de campanhas para conscientizar a população sobre a importância da preservação dos animais silvestres.
-Nos povoados Angical, Consolação e Sucesso há extração de barro e areia.		

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Nos povoados Conselho e Retiro há extração de pedra e barro. -O rio Boa Esperança é uma atração turística para os visitantes.		
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-A população dos povoados mora em terrenos herdados de família.	-Em todos os povoados há pessoas em terras irregulares, sem a documentação.	-Regularização dos documentos de propriedade da terra dos moradores.
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para a construção de praças nas localidades.	-Não há praças nos povoados. -As ruas dos povoados são desalinhadas e não possuem calçamento.	-Construção de praças nos povoados. -Construção de calçamento nas principais ruas dos povoados.
TEMA 04 – Habitação		
-A maioria das casas dos povoados são de tijolos e telhas. -Há casas construídas pela COHAB nos povoados Angical II e Jurema.	-Existem casas de taipa em todos os povoados. -Há duas casas construídas próximas a um morro correndo risco de desabamento.	-Construção de casas por programas habitacionais do governo.
TEMA 05 – Saneamento		
-A principal fonte de abastecimento d'água dos povoados é o rio Boa	-As casas dos povoados não possuem fossas sépticas. Os dejetos são jogados "a céu	-Instalação de rede de abastecimento d'água nos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Esperança. -Há um chafariz no povoado Angical II. -A Prefeitura é responsável pela administração e manutenção do sistema de abastecimento d'água.	aberto". -As casas dos povoados não estão ligadas a uma rede de abastecimento d'água.	-Construção de banheiros com fossas sépticas em todos os povoados.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica na maioria das casas.	-As estradas dos povoados não estão em bom estado de conservação e são de areia. -Não há telefone público nos povoados. -A passagem molhada do povoado Jurema está mal conservada.	-Recuperação das estradas de acesso aos povoados. -Recuperação da passagem molhada do povoado Jurema. -Instalação de telefone público em todos os povoados. -Complementação da rede de energia elétrica.
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-A principal fonte de renda dos povoados é a agricultura. -Os principais produtos da agricultura são milho e feijão. As principais criações da pecuária são galinha, ovelha e gado (corte e leite). -Há pequenos comércios	-O comércio local não atende às necessidades da população que recorre à Sede e a Jaicós. -A produção agrícola não é suficiente para abastecer a população dos povoados. -Não existe apoio e ajuda técnica de agrônomos, veterinários ou técnicos	-Contratação de profissionais (agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas e outros) para dar apoio e ajuda técnica no desenvolvimento local. -Criação de áreas de irrigação. -Realização de capacitações por instituições do setor

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
nos povoados Angical I, Angical II e Gangorra. -O povoado Angical II desenvolve o artesanato de palha, confeccionando vassoura, chapéu e esteira. -A maioria da população é proprietária das terras onde trabalha. -Há a extração dos derivados da carnaúba por terceiros. -A maioria dos moradores dos povoados recebeu incentivos do Governo (PRONAF, CREDAMIGO) para cultivar. -A maioria das famílias dos povoados recebe Bolsa Família. -Os moradores dos povoados Jurema e Retiro foram contemplados por benefícios do PCPR. E o povoado Angical II foi beneficiado com energia elétrica pela CODEVASP. -A grande maioria dos idosos é beneficiada pela	agricolas na exploração do potencial local. -Não existem agroindústrias nos povoados. -Não há perímetro irrigado na região.	agropecuário com maior frequência nos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
Aposentadoria Rural. -Há apoio do SEBRAE e SENAI aos povoados Angical I e II, Retiro e Jurema.		
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-Há um representante do povoado Gangorra na Câmara Municipal. -Algumas pessoas procuram as secretarias municipais e outras procuram o vereador para fazerem suas queixas ou pedidos.	-A maioria da população não tem conhecimento sobre o orçamento municipal. -Os prédios e equipamentos públicos dos povoados não são bem conservados.	-Divulgação e esclarecimento do orçamento municipal à população dos povoados. -Conservação e reforma dos prédios públicos dos povoados.
TEMA 09 – Educação		
-Há escolas nos povoados Angical I e II. -Os alunos, em geral, estão obtendo bons resultados. -Os professores dos povoados são qualificados. -Os alunos dos povoados acompanham os estudos em outros municípios sem problemas. -Os alunos são transportados até as escolas através de carros de responsabilidade da Prefeitura.	-O sistema de ensino é multiseriado, prejudicando, em parte, o aprendizado. -O número de professores não é suficiente. -As instalações físicas da escola não estão em bom estado de conservação. -Não existe um transporte escolar adequado e seguro.	-Aquisição de um ônibus para realizar o transporte escolar dos alunos dos povoados. -Ampliação e reforma das escolas, com salas de aula arejadas, aquisição de ventiladores e computadores e construção de campo de futebol. -Contratação de mais professores para as escolas dos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 10 – Saúde		
-Não existem postos de saúde nas comunidades. -As pessoas dos povoados são atendidas pela equipe do PSF na escola do povoado Angical II. -Há uso de remédios caseiros, como lambedores e é costume dos moradores de tomar água em jejum ao acordar. -Há campanhas de vacinação em todos os povoados. -As doenças mais comuns são dores de coluna, nervos, gripe, garganta e pressão. E as causas das mortes mais frequentes são infarto e câncer. -Os casos mais graves são encaminhados para Jaicós, Picos e Teresina.	-Os moradores dos povoados têm que percorrer 27 km até o posto de saúde mais próximo (Sede).	-Construção de um posto de saúde para atender aos povoados.
TEMA 11 – Lazer		
-Há jogos de futebol para os jovens nos povoados Angical, Jurema e Sossego.	-Não existe um lugar adequado para a prática de esporte e lazer.	-Construção de campo de futebol nos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 12 – Cultura		
-Há a comemoração do Reisado, Dias dos Reis e São Francisco. -Há apoio da Prefeitura nas festas culturais escolares.	-O potencial turístico dos povoados não é explorado.	-Aproveitamento do potencial turístico do município.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
ANJICAL I	X				
ANJICAL II	X				
CONSOLAÇÃO					
CONSELHO					
SOSSEGO					
RETIRO					
JUREMA					
GANGORRA					

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Grupo temático em discussão



População participando da LC

ESPINHEIRO E POVOADOS DE GAMELEIRA, MORRO DO CHAPÉU E VÁRZEA GRANDE

LOCAL: CLUBE ACÁCIO DE ESPINHEIRO

DATA: 01/11/07

HORÁRIO: 20:20 às 23:30h

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 01 – Meio Ambiente		
-Há áreas de mata virgem na localidade Várzea Grande. -Há lagoas temporárias e olho d'água em Gameleira. -Há extração de areia e barro nas localidades Espinheiro e Gameleira. -Há área de preservação Ambiental na margem do riacho que corta as comunidades.	-Não há coleta de lixo. Em todas as comunidades o lixo é queimado ou jogado em terreno baldio. -Há caça de animais silvestres, como: peba, tamanduá, avoantes e outros. -Há um lixão na localidade Morro do Chapéu onde o mau cheiro de animais mortos incomoda todos.	-Retirada do lixão da localidade Morro do Chapéu. -Coleta de lixo semanal nas comunidades da zona rural.
TEMA 02 – Ocupação e Uso do Solo		
-A maioria da população possui títulos de propriedade de terra.	-Há pessoas em Espinheiro que não possuem o título de propriedade de terra.	-Regularização fundiária.
TEMA 03 – Urbanismo		
-Há áreas reservadas para a construção de praças nas localidades.	-Não há ordenamento nem organização das ruas. -As ruas e vias principais de acesso principais não são calçadas.	-Construção de praças nas comunidades mais populosas. -Construção do calçamento das principais ruas dos povoados.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 04 – Habitação		
- As casas são construídas de tijolos e cobertas de telhas. - Há casas nas localidades construídas através de financiamento do governo.	-Existem casas em áreas de risco de alagamento na localidade Gameleira.	-Criação de projeto para construção e reforma de casas populares financiadas pelo Governo em todas as comunidades.
TEMA 05 – Saneamento		
-As casas possuem fossas sépticas. -A Associação de Moradores e a Prefeitura são responsáveis pelo sistema de abastecimento d'água. -No período da seca, a população é abastecida por carro-pipa.	-Não há rede de abastecimento d'água. -A água das cacimbas é usada para beber, embora seja insuficiente. -Há poços tubulares nas comunidades, mas não atende às necessidades da população.	-Construção da rede de abastecimento d'água. -Construção de mais poços tubulares.
TEMA 06 – Infraestrutura		
-Há energia elétrica em Espinheiro, Gameleira e Várzea Grande. -Há telefone público em Espinheiro e Morro do Chapéu.	-Não há energia elétrica em Morro do Chapéu. -As estradas que ligam a Sede aos povoados não estão bem conservadas.	-Instalação da rede elétrica em Morro do Chapéu. -Construção de passagem molhada nas localidades Espinheiro e Gameleira. -Instalação da rede de telefonia pública em todas as localidades. -Reforma e alargamento das estradas.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 07 – Desenvolvimento Econômico e Social		
-Agricultura e Pecuária são as fontes de renda da população. Existe plantação de feijão, caju e milho. Criação de bovinos e caprinos. -Algumas pessoas recebem o Bolsa Família e Aposentadoria Rural. -A pecuária é mista: corte e leite. -Há associação de moradores de Espinheiro.	-O comércio local não atende às necessidades. A comunidade recorre a Massapé e Jaicós. -A produção é insuficiente para atender às necessidades da população. -Não existe um apoio técnico de profissionais como agrônomos e veterinários para orientar os agricultores. -Não há perímetro irrigado na região.	-Contratação de profissionais para dar apoio técnico aos agricultores. -Realização de cursos e capacitações para agricultores e pecuaristas.
TEMA 08 – Gestão Municipal		
-As pessoas buscam apoio de forma individual.	-A comunidade não tem representante na Câmara Municipal. -A população não possui conhecimento sobre o orçamento anual. -Os equipamentos públicos não são bem preservados. -Não há incentivo para a inclusão social e digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.	-Reforma dos equipamentos públicos. - Projeto de incentivo para a inclusão social e digital e inclusão do jovem no mercado de trabalho.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
TEMA 09 – Educação		
-Há vagas suficientes para todos os alunos.	-Não há escolas em Espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande. - Os alunos não obtêm bons resultados e não acompanham os estudos em outras cidades. -O número de professores é insuficiente. -As escolas não estão bem conservadas e os equipamentos não são suficientes. -O transporte escolar não está suprindo as necessidades da população.	-Construção de escolas nas principais localidades. -Contratação e capacitação de professores. -Aquisição de computadores e demais equipamentos para as escolas. -Melhora do Transporte Escolar.
TEMA 10 – Saúde		
-As pessoas são atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF), composta por médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde. -Há uso de remédios caseiros, como chás de malva do reino, boldo e erva cidreira.	-Não existem postos de saúde nas comunidades. A distância média do mais próximo é de 2 km. -A comunidade não está satisfeita com o atendimento do posto de saúde.	-Construção de posto de saúde na localidade Gameleira ou Várzea Grande. -Melhora do atendimento da equipe do PSF. -Distribuição de remédios à população carente.

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS	PROBLEMAS	ASPIRAÇÕES E DEMANDAS
-Há campanhas de vacinação para todas as comunidades. -As doenças mais frequentes são diarreia, gripe, febre, dor de cabeça, gastrite, depressão, hipertensão, diabetes, câncer de pele e problemas de coluna. -Os casos mais graves são levados para Picos, Jaicós e Teresina.		
TEMA 11 – Lazer		
-Os jovens se divertem através de futebol de campo.	-Não há locais adequados para a prática de esportes.	-Construção de uma quadra de esportes para lazer de todos das comunidades.
TEMA 12 – Cultura		
-Na localidade Várzea Grande é comemorado o Dia de Finados. -Há Reisados e Cultos Evangélicos em todas as comunidades.	-Não há locais apropriados para manifestações culturais. -Não há incentivo da Prefeitura para manifestações artísticas e culturais.	-Construção de um Centro Cultural para atividades voltadas para idosos e crianças.

LOCALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

BAIRROS	ESCOLA	POSTO DE SAÚDE	ENERGIA ELÉTRICA	ABAST. D'ÁGUA	TELEFONE (Orelhão)
ESPINHEIRO			X		X
GAMELEIRA			X		
MORRO DO CHAPÉU					X
VARZEA GRANDE			X		

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Técnica da JIJ apresentando LC



População participando da LC

6.4 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Após os resultados obtidos em cada leitura comunitária foi procedida a sistematização desses resultados por zonas, urbana e rural, destacando pontos em comum diagnosticados em cada encontro.

Considerando a necessidade do aprimoramento deste relatório, o retorno ao município para apresentar as informações sistematizadas ao Núcleo Gestor, a partir das leituras comunitárias, teve o objetivo de avaliar tudo o que foi pactuado nas leituras pela sociedade, de forma participativa, obtendo com isso o controle social preconizado para a elaboração do Plano Diretor. Desse modo, após a apreciação e

sugestões apresentadas, foram consignadas as devidas alterações sugeridas e de forma definitiva.

6.4.1 ZONA URBANA

1 MEIO AMBIENTE

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há vários poços com água subterrânea, dois públicos e diversos particulares.
- b) Há área de mata virgem nas localidades Calderão do Sapo e Areia Branca.
- c) Há coleta de lixo.

PROBLEMAS

- a) Ainda há caça de animais silvestres, como: gambá, tamanduá, peba, jacú, juriti, cordoniz, codorna, avoante e lambú.
- b) As pessoas se incomodam com a fumaça do lixo queimado nos quintais e com a poluição sonora.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Criação de projeto para a coleta de lixo e construção do aterro sanitário.
- b) Implantação de Campanhas educativas sobre o meio ambiente.
- c) Fiscalização do código de postura que prevê que animais não devem ficar soltos nas ruas.

2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Massapé tem cerca de 110 anos e recebe esse nome devido ao barro argiloso existente no local.
- b) A maioria da população é proprietária de suas terras.

PROBLEMA

- a) O uso e ocupação do solo ainda são feitos de forma tradicional, sem o manejo adequado que vise a sua conservação.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

- a) Capacitação e assistência técnica para melhor uso e proteção dos solos.

3 URBANISMO

CONSTATAÇÃO E PONTO POSITIVO

- a) *Há praças e locais reservados para construção de outras praças na Sede.*
- b) As principais ruas estão calçadas.

PROBLEMAS

- a) Não há planejamento e organização das ruas.
- b) A maioria das ruas não são calçadas.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção do calçamento das principais ruas.
- b) Construção e/ou ampliação das praças.

4 HABITAÇÃO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) A maioria das casas são construídas de tijolos e cobertas de telhas.
- b) *Na Sede, há casas construídas por Programas Habitacionais do Governo.*

PROBLEMAS

- a) No bairro Areia Branca e na localidade Calderão do Sapo não há casas construídas por Programas Habitacionais de Governo.
- b) Há casas na Sede que estão rachadas devido à proximidade de árvores.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

- a) Criação de projeto para construção e reforma de casas populares financiadas por Programas Habitacionais do Governo em todas as comunidades.

5 SANEAMENTO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) As casas possuem fossas sépticas.
- b) A Prefeitura é responsável pela administração do sistema de abastecimento.

PROBLEMAS

- a) A água encanada não chega a todas as casas da Sede e do bairro Areia Branca.
- b) A água não é potável, além de ser salobra.
- c) Na localidade Calderão do Sapo a água é retirada de poço particular e do olho d'água.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) *Conclusão da rede de abastecimento d' água.*
- b) Construção de poços tubulares na localidade Areia Branca.

6 INFRAESTRUTURA

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há energia elétrica na Sede e na localidade Calderão do Sapo.
- b) Há telefone público na Sede.
- c) *Há delegacia na Sede.*

PROBLEMAS

- a) Ainda existem muitas ligações ou gambiarras irregulares de energia elétrica.
- b) Não há telefones públicos na localidade Calderão do Sapo.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Instalação de um maior número de telefones públicos na Sede, no bairro Areia Branca e na localidade Calderão do Sapo.
- b) Melhoria na rede de energia elétrica para que não haja mais ligações clandestinas (gambiarras).
- c) Construção de Matadouro Público na Sede.

7 AGRICULTURA, PECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) A agricultura é a principal fonte de renda. Principais produtos: feijão, milho, abóbora e melancia.
- b) Há dois profissionais, um agrônomo e um veterinário que quando solicitados prestam serviços na Sede e na localidade Calderão do Sapo.
- c) Há pessoas na Sede, na localidade Calderão do Sapo e no bairro Areia Branca que trabalham com artesanato.
- d) Há Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areia Branca.
- e) Há pequenas hortas particulares na Sede, no bairro Areia Branca e na localidade Calderão do Sapo.
- f) Há pecuária bovina de corte e de leite.
- g) Houve treinamento através da EMA^{TER} e Secretaria de Desenvolvimento Rural e Agricultura.
- h) As pessoas recebem o Bolsa Família e a Aposentadoria Rural.

PROBLEMAS

- a) O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas recorrem aos municípios de Jaicós e Picos.
- b) A produção agrícola é insuficiente, serve apenas para subsistência.
- c) Não há agroindústrias na região.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Criação de agroindústria de doce de leite, caju, umbu e pó da carnaúba.
- b) Criação de hortas comunitárias.
- c) Criação de um projeto de desenvolvimento do artesanato de argila.

8 GESTÃO MUNICIPAL

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) As pessoas buscam apoio do Prefeito de forma individual.
- b) A Administração Pública apoia as festas e manifestações culturais.
- c) Há um telecentro.

d) Os prédios e equipamentos públicos são bem conservados.

PROBLEMAS

- a) A comunidade não possui representante na Câmara Municipal.
- b) A população não possui conhecimento sobre o orçamento anual.
- d) Não há incentivo para a inclusão social.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Reforma dos prédios e aquisição de equipamentos públicos.
- b) Criação de projetos de incentivo para a inclusão social do jovem no mercado de trabalho.

9 EDUCAÇÃO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há Escola Municipal, Estadual e Creche na Sede da cidade.
- b) Há vagas suficientes para todos os alunos.
- c) Em geral, os professores que lecionam nas escolas do município são qualificados.
- d) O número de professores é suficiente para atender à demanda.

PROBLEMAS

- a) Os alunos não conseguem bons resultados em concursos ou vestibulares.
- b) As salas de aulas e as instalações físicas das escolas não estão bem conservadas.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Ampliação e reforma da escola na Sede com a aquisição de computadores e a construção de uma biblioteca.
- b) Capacitação para os professores.
- c) Construção de uma creche na Sede.
- d) Criação de Centro Educacional com cursos de computação, dança, canto, música, marcenaria e na área da agricultura.

10 SAÚDE

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há Posto de Saúde na Sede.
- b) As pessoas são atendidas pelo Programa Saúde da Família (PSF), através de *médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários de saúde.*
- c) Há campanhas de vacinação na Sede.
- d) Ainda há uso de remédios caseiros: chás de macela, alho, limão e casca de aroeira.
- e) Doenças mais frequentes: hipertensão, diabetes, gastrite, diarreia, infecção urinária e intestinal.
- f) Os casos mais complicados são levados para o município de Jaicós ou de Picos

PROBLEMA

- a) A comunidade não está satisfeita com o atendimento da equipe do PSF.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção de uma Unidade Mista de Saúde na Sede.
- b) *Melhoria no atendimento da equipe do PSF.*
- c) Contratação de fisioterapeuta, geriatra e fonoaudiólogo, para fazer parte da equipe do PSF.
- d) *Realização de um curso para selecionar um profissional na área de fitoterapia.*

11 LAZER

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) As pessoas se divertem em bailes, jogos de futebol e de sinuca.
- b) Há campo de futebol no Centro.

PROBLEMA

- a) Não há locais suficientes para a prática de esportes.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção de área de lazer e estádio de futebol para a Sede e para localidade Calderão do Sapo.
- b) *Criação de projeto de incentivo para a realização das atividades esportivas para os idosos e crianças.*
- c) Construção de campo de futebol.

12 CULTURA

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há comemoração do aniversário da cidade, dia 14 de dezembro e o Festejo de São João Batista, de 15 a 24 de junho.
- b) As pessoas realizam o Reisado e a dança do São Gonçalo.

PROBLEMA

- a) Não há locais apropriados para manifestações culturais.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

- a) *Construção de um Centro Cultural para atividades voltadas para idosos e crianças.*

6.4.2 ZONA RURAL

1 MEIO AMBIENTE

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Existem áreas de mata virgem na maioria dos povoados.
- b) Em grande parte dos povoados há extração de areia, barro e pedra para *consumo próprio.*
- c) Há cachoeira nas localidades Lagoa Grande e Fraga.
- d) Existem olhos d'água e lagoas temporárias e riachos na maioria dos povoados.

e) Há áreas de preservação ambiental nas localidades Espinheiro, Gameleira, Morro do Chapéu e Várzea Grande; nas localidades Morrinhos e Queimadas existe um Sítio Arqueológico com pinturas rupestres.

f) O riacho Boa Esperança é uma atração turística na cidade.

g) Há coleta de lixo no povoado São Francisco.

PROBLEMAS

a) Não há coleta de lixo e aterro sanitário, a maioria das pessoas queima o lixo ou jogam em locais impróprios.

b) Ainda há caça de animais silvestres como: tatu, peba, tamanduá, gambá e outros.

c) Há um lixão na localidade Morro do Chapéu, onde o mau cheiro de animais mortos incomoda a população.

d) A população fica incomodada com a poluição sonora em Juazeiro do Quitó e Caraíbas.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

a) Criação de aterros sanitários e implantação da coleta de lixo semanal nas localidades.

b) Criação de uma Cooperativa para reciclagem do lixo.

c) Realização de campanhas para conscientizar a população sobre a importância dos animais silvestres e sobre os malefícios da poluição sonora e ambiental.

2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

CONSTATAÇÃO E PONTO POSITIVO

a) A maioria da população possui título de propriedade de terra.

PROBLEMA

a) Algumas pessoas não possuem título de propriedade de terra.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

a) Regularização fundiária.

3 URBANISMO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

a) Há áreas reservadas para a construção de praças na maioria dos povoados e localidades.

b) Há organização das casas nas localidades Abóbora, Beco, Deserto, Várzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Cercadinho I, Encanto, Ingazeira, Baixo do Deca, Baixas, Poço Redondo, Caiçara e Caldeirãozinho.

c) Há calçamento no povoado São Francisco.

PROBLEMAS

a) A maioria das ruas não possui ordenamento.

b) Na maioria das localidades e povoados as ruas não são calçadas.

c) Não há praças nos povoados e localidades.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

a) Construção de praças nos principais povoados.

b) Construção do calçamento das principais ruas dos povoados.

4 HABITAÇÃO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

a) A maioria das casas é construída de tijolos e cobertas de telhas.

b) Há casas construídas ou reformadas por Programas Habitacionais de Governo.

PROBLEMAS

a) Algumas localidades possuem casas rachadas devido à proximidade de árvores.

b) Há casas localizadas em áreas de risco de alagamento e encostas de morros.

c) Ainda há casas de taipa em algumas localidades.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

a) Ampliação do projeto de construção ou reforma de casas por Programas Habitacionais de Governo.

5 SANEAMENTO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) *O rio Boa Esperança banha grande parte dos povoados.*
- b) A maioria dos povoados é abastecida por poços tubulares e grande parte por chafarizes.
- c) Há rede de abastecimento d'água no povoado Peixe.
- d) *A manutenção do sistema de abastecimento d'água é realizada pela Prefeitura.*
- e) Durante o período das secas alguns povoados são abastecidos por carros pipas.

PROBLEMAS

- a) A maioria das casas dos povoados não possui fossas sépticas. Os dejetos são jogados "à céu aberto".
- b) Há poços tubulares nos povoados, mas não atendem às necessidades da população.
- c) Algumas casas dos povoados ainda não são ligadas à rede de abastecimento d'água.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção de banheiros com fossas sépticas em todos os povoados.
- b) Construção da rede de abastecimento d'água.
- c) Construção de mais poços tubulares.
- d) Construção de uma barragem no grotão de pedra da localidade Morro dos Cachorros.

6 INFRAESTRUTURA

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) *Há energia elétrica nos povoados: Abóbora, Gangorrinha, Encanto, Espinheiro, Gameleira, Várzea Grande, Juazeiro do Quito, Fraga, Caraíbas, Altinho, Cantinho, Taboleiro das Melancias, Lagoa Grande, Chupeirinho, Barro Vermelho, Porteiros, Morro dos Cachorros, São Francisco, Vilão de Baixo e Baixo Grande.*

b) Há telefone público nos povoados Espinheiro, Morro do Chapéu, Porteiras, Bom Nome, São Francisco, Lagoa Grande e Abóbora.

PROBLEMAS

- a) Em alguns povoados não há rede de energia elétrica.
- b) Não há telefone público na maioria das localidades.
- c) As estradas que dão acesso aos povoados não estão bem conservadas.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção de rede de energia elétrica em todos os povoados e localidades.
- b) Instalação de telefones públicos em todos os povoados e localidades.
- c) Reforma das estradas e vias de acesso.
- d) Substituição dos postes de madeira do povoado Olho D'água por postes de concreto da rede de energia elétrica.
- e) Aquisição de mais transformadores em todos os locais que não foram contemplados com o projeto Luz para Todos.

7 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) A principal fonte de renda dos povoados é a agricultura.
- b) Os principais produtos da agricultura são: feijão, milho, caju, abóbora e manga. Os da pecuária são: caprinos, suínos, ovinos e bovinos.
- c) Há extração de mel e dos derivados da carnaúba por terceiros.
- d) A maioria das famílias recebe Bolsa Família e Aposentadoria Rural.
- e) Há pecuária bovina de corte e de leite.
- f) A maioria da população é proprietária das terras onde trabalham.
- g) Há associações de moradores em alguns povoados.
- h) Alguns agricultores recebem financiamento do governo.
- i) Existem pequenos comércios e bares nos povoados.
- j) Algumas comunidades recebem apoio técnico do SEBRAE, SENAI e EMATER.

PROBLEMAS

- a) O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas dirigem-se à Sede ou às cidades de Jaicós e Picos.
- b) A produção agrícola é insuficiente para abastecer a população dos povoados.
- c) Não existem indústrias ou agroindústrias.
- d) Há uma casa de farinha desativada na localidade Baixa Branca.
- e) Na maioria das localidades não há apoio técnico de veterinários, agrônomos ou técnicos agrícolas.
- f) Há famílias que não possuem documento de propriedade de terra.
- g) Não existem perímetros irrigados nos povoados.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Contratação de profissionais para prestar apoio técnico aos agricultores e pecuaristas.
- b) Ampliação do Programa Bolsa Família.
- c) Criação de projetos para desenvolver perímetros irrigados nos povoados.
- d) Construção de um criatório de peixes nas localidades Porteiras e Manaíba.
- e) Reativação da casa de farinha existente na localidade Baixa Branca.
- f) Realização de cursos e capacitações para agricultores e pecuaristas em parceria com EMATER e SEBRAE.
- g) Implantação de hortas comunitárias nos povoados.

8 GESTÃO MUNICIPAL

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Algumas comunidades possuem representantes na Câmara Municipal.
- b) Em algumas localidades as pessoas possuem conhecimento sobre o orçamento municipal.
- c) Na maioria das localidades as pessoas se dirigem diretamente ao Prefeito para fazer queixas e reclamações.
- d) A Prefeitura apóia festas e manifestações culturais em algumas localidades.
- e) Há programas de inclusão digital na localidade São Francisco.

PROBLEMAS

- a) A maioria das comunidades não possui representantes na Câmara Municipal.
- b) Não há informações sobre o orçamento municipal na maioria das localidades.
- c) Na maioria das localidades não existem programas de inclusão digital e social para os jovens no mercado de trabalho.
- d) Na maioria dos povoados e localidades os equipamentos e prédios públicos não estão em bom estado de conservação.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Divulgação e esclarecimento do orçamento municipal à população dos povoados.
- b) Conservação e reforma de prédios e equipamentos públicos.
- c) Criação de projeto de inclusão digital e social para os jovens no mercado de trabalho.

9 EDUCAÇÃO

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Existem escolas nas localidades: Canabrava, São Francisco, Boa Vista, Vilão de Cima, Angical I e II, Lagoa Grande, Porteiras, Juazeiro do Quitó, Fraga, Caraíbas, Peixe, Bom Nome, Abóbora, Deserto, Várzea Bela, Gangorrinha, Passagem, Ingazeira, Vilão de Baixo Poço, Redondo e Manaíba.
- b) Na maioria dos povoados o número de professores é suficiente para atender à demanda e os mesmos são qualificados.
- c) Há oferta de vagas suficiente para todos os alunos na maioria dos povoados e localidades.
- d) Em algumas localidades, os alunos estão obtendo bom aprendizado e conseguem bons resultados em concursos e vestibulares.

PROBLEMAS

- a) Existem muitos povoados e localidades que não possuem escolas.
- b) O sistema de ensino é multiseriado, prejudicando em parte o aprendizado.

- c) As instalações e equipamentos das escolas estão em péssimo estado de conservação.
- d) O transporte escolar é ineficiente, inadequado e sem segurança.
- e) A merenda escolar não é de boa qualidade.
- f) Na maioria das escolas, a qualidade da educação não é boa e os alunos não estão obtendo bom aprendizado.
- g) Falta espaço em algumas escolas.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção, ampliação e/ou reforma de escolas e creches nos principais povoados.
- b) Contratação e capacitação de professores.
- c) Melhorias no transporte escolar e na merenda escolar.
- d) Aquisição de computadores e outros equipamentos para as Escolas Municipais.
- e) Construção de mais salas de aula nos povoados.

10 SAÚDE

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há Posto de Saúde nas localidades e povoados Porteirais, Lagoa Grande, São Francisco, Peixe, Baixo do Deco e Caraíbas.
- b) A maioria das comunidades é atendida por profissionais do Programa de Saúde da Família – PSF, através de médicos, enfermeiros, dentistas e agentes comunitários.
- c) A maioria dos povoados realiza campanhas de vacinação.
- d) Há uso de remédios caseiros: chá de malva do reino, boldo, erva cidreira, lambedor e outros.
- e) Os casos mais graves são encaminhados para as cidades de Jaicós, Picos ou de Teresina.
- f) As doenças mais frequentes são: diarreia, gripe, doenças relacionadas ao coração, depressão, gastrite, verminoses, diabetes e outras.

PROBLEMAS

- a) Na maioria das localidades não há Postos de Saúde.
- b) Não há campanhas de vacinação em algumas localidades.
- c) Em geral, a população não está satisfeita com o atendimento nos Postos de Saúde.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção e/ou ampliação dos Postos de Saúde nos principais povoados e localidades.
- b) Melhoria no atendimento da equipe do PSF.
- c) Contratação de profissionais da saúde, como: médicos, dentistas e enfermeiros.
- d) Realização de campanhas de vacinação em todos os povoados e localidades.
- e) Distribuição de remédios na população carente.

11 LAZER

CONSTATAÇÃO E PONTO POSITIVO

- a) As pessoas se divertem através dos jogos de futebol, dos banhos e de bailes.

PROBLEMA

- a) Não existem áreas próprias para a prática de esportes e lazer nos povoados.

ASPIRAÇÃO E DEMANDA

- a) Construção de campos de futebol, quadras de esportes e outras áreas de lazer nas localidades.

12 CULTURA

CONSTATAÇÕES E PONTOS POSITIVOS

- a) Há festas religiosas dos padroeiros de cada localidade.
- b) Há Reisados e Cultos Evangélicos.
- c) Há uma fazenda quilombola na localidade Juazeiro do Quito.

d) Existem casas antigas nos povoados Varjota (pertencente ao Sr. Raimundo José de Carvalho) e Malhada Vermelha.

PROBLEMAS

- a) Não há locais apropriados para manifestações culturais.
- b) Na maioria dos povoados não há incentivo da Prefeitura para manifestações culturais.

ASPIRAÇÕES E DEMANDAS

- a) Construção de locais para as manifestações culturais.
- b) Criação de projeto pela Prefeitura para o incentivo dos movimentos culturais.
- c) Preservação da casa antiga na localidade Varjota.

6.5 RESUMO DOS PONTOS FORTES E FRACOS DO MUNICÍPIO

	ÁREAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ZONA URBANA	Ambiental	- Há vários poços com água subterrânea, dois públicos e diversos particulares. - Há áreas de mata virgem.	- Não há coleta de lixo. Ele é jogado em terrenos baldios, algumas pessoas queimam. - Ainda há caça de animais silvestres. - As pessoas se incomodam com a fumaça do lixo e com a poluição sonora.
	Uso e Ocupação do Solo	- Massapé tem cerca de 110 anos e recebe esse nome devido ao barro argiloso existente no local. - A maioria da população	O uso e ocupação do solo ainda é feito de forma tradicional, sem o manejo adequado que vise a sua conservação.

		possui o título de propriedade de terra.	
	Urbanismo	Há praças já construídas e locais reservados para construção de outras na Sede.	- Não há planejamento e organização das ruas. - A maioria das ruas não é calçada.
	Habitação	- A maioria das casas é construída de tijolos e coberta de telhas e possui em média seis cômodos. - Na Sede, há casas construídas por Programa Habitacional de Governo.	- No bairro Areia Branca e na localidade Calderão do Sapo não há casas construídas por Programas de Governo. - Há casas na Sede que estão rachadas devido à proximidade de árvores.
	Saneamento Básico	- A Sede e o bairro Areia Branca possui sistema de abastecimento de água, chafariz. - As casas possuem fossas sépticas. - A Prefeitura é responsável pela administração do sistema.	- A água encanada não chega a todas as casas (Sede e Areia Branca). - A água não é potável. - Calderão do Sapo retira sua água de poço particular e olho d'água.
	Infraestrutura	- Há energia elétrica na Sede e na localidade Calderão do Sapo. - Há telefone público na Sede. - Há delegacia na Sede.	- Existem muitas ligações irregulares de energia elétrica (gambiarrras). - Não há telefones públicos na zona rural.

	Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Econômico	• A agricultura é a principal fonte de renda. • Há dois profissionais (agrônomo e veterinário) que prestam serviços aos agricultores. • Há pessoas que trabalham com artesanato. • Há Associação dos Pequenos Produtores Rurais. • Há pequenas hortas particulares. • Há pecuária bovina: de corte e de leite. • Houve treinamento através da EMATER e Secretaria de Desenvolvimento Rural. • As pessoas recebem Bolsa Família e Aposentadoria Rural.	• O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas recorrem aos municípios de Jaicós e Picos. • A produção agrícola é insuficiente, serve apenas para subsistência. • Não há agroindústrias na região.
	Gestão Municipal	• As pessoas buscam apoio do Prefeito de forma individual. • A Administração Pública apóia as festas e manifestações culturais.	• A comunidade não possui representante na Câmara Municipal. • A população não possui conhecimento sobre o orçamento anual. • Os prédios e equipamentos públicos

			não são bem conservados. • Não há incentivo para a inclusão social e digital do jovem no mercado de trabalho.
	Educação	• Há escola municipal na Sede da cidade. • Há vagas suficientes para todos os alunos. • Em geral, os professores que lecionam nas escolas do Município são qualificados. • O número de professores é suficiente para atender à demanda.	• Os alunos não conseguem bons resultados em concursos ou vestibulares. • As salas de aula e as instalações físicas das escolas não estão bem conservadas.
	Saúde	• Há Posto de Saúde na Sede. • As pessoas são atendidas pelo Programa de Saúde da Família (PSF). • Campanhas de vacinação. • Ainda há uso de remédios caseiros.	• Doenças mais frequentes: hipertensão, diabete, gastrite, diarreia, infecção urinária e intestinal. • Casos mais complicados são levados para Jaicós ou Picos. • A comunidade não está satisfeita com o atendimento da equipe do PSF.
	Lazer	• As pessoas se divertem em bailes, jogos de futebol	• Não há locais para a prática de esportes.

		e de sinuca.	
	Cultura	• Há comemoração do aniversário da cidade, dia 24 de junho. • Há Reisado e São Gonçalo.	• Não há locais apropriados para manifestações culturais.

	ÁREAS	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
ZONA RURAL	Ambiental	• Áreas de mata virgem. • Há extração de areia, barro e pedra para consumo próprio. • Há cachoeiras nas localidades Lagoa Grande e Fraga. • Existem olhos d'água, lagoas temporárias e riachos. • Há áreas de preservação ambiental e Sítio Arqueológico com pinturas rupestres. • O rio Boa Esperança é uma atração turística na cidade.	• Não há coleta de lixo e aterro sanitário, a maioria das pessoas queima o lixo ou o joga em locais impróprios. • Ainda há caça de animais silvestres. • Há um lixão na localidade Morro do Chapéu que incomoda a população. • Poluição sonora.
	Uso e Ocupação do Solo	• A maioria da população possui título de propriedade de terra.	• Algumas pessoas não possuem título de propriedade de terra.
	Urbanismo	• Há áreas reservadas para a construção de	• A maioria das ruas não possui

		praças na maioria dos povoados e localidades. • Há organização das casas nas localidades.	ordenamento. • As ruas das localidades e povoados não são calçadas. • Não há praças nos povoados e localidades.
	Habitação	• A maioria das casas é <i>construída de tijolos e cobertas de telhas.</i> • Há casas construídas ou reformadas por programas habitacionais do Governo.	• Algumas localidades possuem casas rachadas devido à proximidade de árvores. • Há casas localizadas em áreas de risco de alagamento e encostas de morros. • Ainda há casas de taipa em algumas localidades.
	Saneamento Básico	• O rio Boa Esperança banha grande parte dos povoados. • A maioria dos povoados é abastecida por poços tubulares e grande parte por chafarizes. • Há rede de abastecimento d'água no povoado Peixe. • A manutenção do sistema de abastecimento d'água é realizada pela Prefeitura.	• A maioria das casas dos povoados não possui fossas sépticas. Os dejetos são jogados "à céu aberto". • Há poços tubulares nos povoados, mas não atendem às necessidades da população. • Não há rede de abastecimento d'água nos povoados.

		• Durante o período das secas alguns povoados são abastecidos por carros pipas.	
	Infraestrutura	• Há energia elétrica em alguns povoados. • Há um posto telefônico no povoado Beco. • Há telefone público em alguns povoados.	• Não há rede de energia elétrica na maioria dos povoados. • Não há telefone público na maioria dos povoados. • As estradas que dão acesso aos povoados não estão bem conservadas. • Há gambiarras nos postes de energia elétrica no povoado Lagoa Grande.
	Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Econômico	• A principal fonte de renda dos povoados é a agricultura. • Há extração de mel e dos derivados da carnaúba por terceiros. • A maioria das famílias recebe Bolsa Família e Aposentadoria Rural. • Há pecuária bovina de corte e de leite. • A maioria da população é proprietária das terras onde trabalham.	• O comércio local não atende às necessidades da população. As pessoas dirigem-se à Sede ou às cidades vizinhas: Jaicós e Picos. • A produção agrícola é insuficiente para abastecer a população. • Não existem indústrias ou agroindústrias. • Há casa de farinha desativada.

		• Há associações de moradores em alguns povoados. • Alguns agricultores recebem financiamento do governo. • Existem pequenos comércios e bares nos povoados. • Algumas comunidades recebem apoio técnico do SEBRAE e do SENAI.	• Na maioria das localidades não há apoio técnico de veterinários, agrônomos ou técnicos agrícolas. • Há famílias que não possuem documento de propriedade de terras. • Não existem perímetros irrigados.
	Gestão Municipal	• Algumas comunidades possuem representantes na Câmara Municipal. • Em algumas localidades as pessoas possuem conhecimento sobre o orçamento municipal. • Na maioria das localidades as pessoas se dirigem diretamente ao Prefeito para fazer queixas e reclamações. • A Prefeitura apóia festas e manifestações culturais.	• A maioria das comunidades não possui representantes na Câmara Municipal. • Não há informações sobre o orçamento municipal. • Não existem programas de inclusão digital e social para inclusão dos jovens no mercado de trabalho. • Os equipamentos e prédios públicos não estão em bom estado de conservação.
	Educação	• Existem escolas em algumas localidades. • Na maioria dos	• Existem muitos povoados que não possuem escolas.

		povoados há professores suficientes para atender à demanda e os mesmos são qualificados. • Há oferta de vagas suficiente para todos os alunos. • Os alunos estão obtendo bom aprendizado e conseguem bons resultados em concursos e vestibulares.	• O sistema de ensino é multiseriado, prejudicando, em parte, o aprendizado. • As instalações e equipamentos das escolas estão em péssimo estado de conservação. • O transporte escolar é ineficiente. • A merenda escolar não é de boa qualidade. • Na maioria das escolas, a qualidade da educação não é boa e os alunos não estão obtendo bom aprendizado. • Faltam professores em algumas escolas.
	Saúde	• Há posto de saúde em algumas localidades. • A maioria das comunidades é atendida por profissionais do Programa de Saúde da Família (PSF). • A maioria dos povoados realiza campanhas de vacinação.	• Na maioria das localidades não há postos de saúde. • Os casos mais graves são encaminhados para Jaicós, Picos ou Teresina. • As doenças mais frequentes são: diarreia, gripe, doenças relacionadas ao coração,

		Há uso de remédios caseiros.	depressão, gastrite, verminoses, diabetes e outras. - Não há campanhas de vacinação em algumas localidades. - Em geral, a população não está satisfeita com o atendimento nos Postos de Saúde.
	Lazer	As pessoas se divertem através de futebol de campo, banhos e bailes.	Não existem áreas próprias para a prática de esportes e lazer nos povoados.
	Cultura	- Há festas religiosas dos padroeiros. - Há Reisados e Cultos Evangélicos. - Há uma fazenda quilombola - Existe uma casa antiga pertencente ao Sr. José Gregório.	- Não há locais apropriados para manifestações culturais. - Na maioria dos povoados, não há incentivo da Prefeitura para manifestações culturais.

PARTE II

LEITURA TÉCNICA

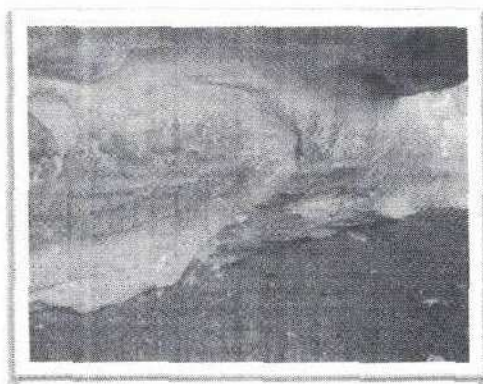
Esta parte do processo de elaboração tem por objetivo identificar e entender, ao olhar dos técnicos, a situação em que se encontra o município, seus problemas, seus conflitos e suas potencialidades.

A leitura técnica é auxiliada pela comparação de dados e informações socioeconômicas, culturais, ambientais e de infraestrutura existente. Ela revela as desigualdades entre a zona urbana e a zona rural ou entre bairros e povoados, e aponta soluções de acordo com as tendências de desenvolvimento local. Também, leva em conta os diferentes pontos de vista registrados pelas leituras comunitárias, ajudando a formar uma compreensão macro da realidade do município. Com isso, é possível dimensionar as principais evidências e estabelecer diretrizes e propostas voltadas para o crescimento e o ordenamento territorial urbano.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O município de Massapê do Piauí originou-se do município de Jaicós, do qual foi desmembrado pela Lei Estadual Nº 4.810, de 14.12.1994 e instalado, oficialmente como sede em 01.01.1995. Por apresentar terras férteis com grandes manchas de argila de coloração escura, a localidade foi denominada de Massapê, nome derivado do latim "maspêtum", que significa terra argilosa de cor escura.

A sua história começa com a ascensão da localidade Massapê para povoado, ocorrida no ano de 1964, quando ainda pertencia ao município de Jaicós. A sua povoação teve início com a chegada dos primeiros moradores, dentre eles o senhor João Manoel da Costa, natural da localidade Morro do Chapéu. Entretanto, os registros de inscrições rupestres na região, que constituem indícios da passagem dos índios *icós*, supostos descendentes da tribo tupi, considerados povos nômades habitaram a região



istres

há, aproximadamente, 300 anos, muito antes da chegada do homem branco. Com isso, o reconhecimento como os primeiros a habitar a região foram os indígenas da tribo *icós*. Mas, analisando a história recente relacionada ao surgimento e a evolução do povoado Massapê permanece a que foi descrita inicialmente quando houve a formação da comunidade que se instalou, desenvolveu-se e alcançou a condição de município através da lei acima mencionada, adotando o mesmo nome acrescido do nome do Estado a que pertence, Piauí, e tendo escolhido o gentílico como "massapêense".

Considerada uma população de tradição católica, no início as celebrações se realizavam à sombra de um frondoso pé de tamarindo, até hoje preservado e localizado na praça central, como marco histórico da cidade, pois a pequena população à época não dispunha de meios para construir um templo. Anos mais tarde, em 1973, foi construída a primeira capela do povoado que, por sugestão da população, recebeu o nome de São João Batista, em homenagem ao santo consagrado padroeiro do lugar.

O acesso ao município é feito pela PI – 461 que liga a cidade ao município de Jaicós, com uma distância de 12 km e pela BR – 316 que liga à cidade de Picos, distando cerca de 60 km.



indeiro

1 METODOLOGIA

O levantamento de dados e informações sobre o município constituiu o primeiro procedimento adotado pela equipe de consultoria realizado através de visita *in loco*,

pesquisa em publicações, sites na internet, instituições oficiais e na Prefeitura Municipal, para conhecer a realidade social, política, histórica, econômica, cultural, ambiental, institucional e administrativa de Massapê do Piauí. Passo seguinte é o processamento desses dados e informações acompanhado de análises que possibilitam a emissão de diagnósticos e prognósticos, concluindo com a geração dos mapas temáticos da realidade local onde são projetados a maximização das potencialidades, o enfrentamento dos conflitos e a minimização dos problemas, com vistas ao ordenamento territorial e ao desenvolvimento urbano.

2 ASPECTOS GEOGRÁFICOS

2.1 DADOS GERAIS

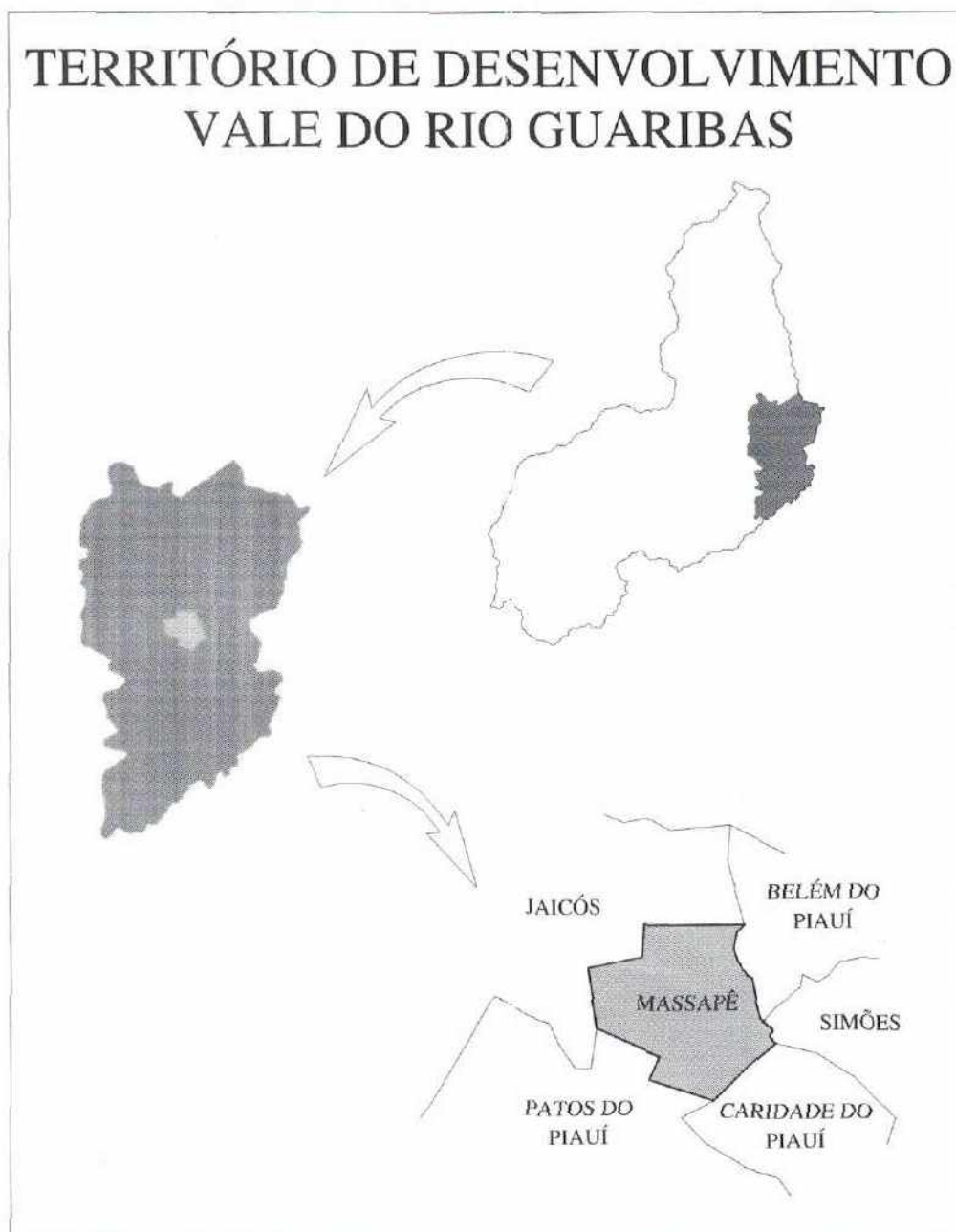
- Instalação: em 01.01.1995 através da Lei Estadual Nº 4.810, de 14.12.1994.
- Área: 553,53 Km²
- População censitária/IBGE/2000: 5.988 habitantes
- População estimada/IBGE/2007: 6.428 habitantes
- Município de origem: Jaicós
- Gentílico: massapêense
- Localização: Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas
- Altitude da Sede do Município: 270 m acima do nível do mar
- Distância da Capital: 364 km
- Acesso através da BR-316 e PI- 461

2.2 LIMITES E INSERÇÃO TERRITORIAL

O município de Massapê possui limites com os municípios de Jaicós e Belém do Piauí ao norte; Patos do Piauí e Caridade do Piauí ao sul; Belém do Piauí, Simões e Caridade do Piauí a leste e Patos do Piauí e Jaicós a oeste.

A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 07° 27' 46" de latitude sul e 41° 07' 32" de longitude a oeste de Greenwich e distando 364 km da Capital. O município está inserido no Território de Desenvolvimento Vale do Rio Guaribas, pertencente à Macrorregião do Semi-Árido e integra o Aglomerado – AG 13,

do qual fazem parte, além de Massapê do Piauí, os municípios de Belém do Piauí, Caldeirão Grande do Piauí, Francisco Macedo, Jaicós, Marcolândia, Padre Marcos e Simões. Esta nova definição territorial foi instituída pelo Governo do Estado do Piauí, através da SEPLAN.



3 ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

3.1 CLIMA

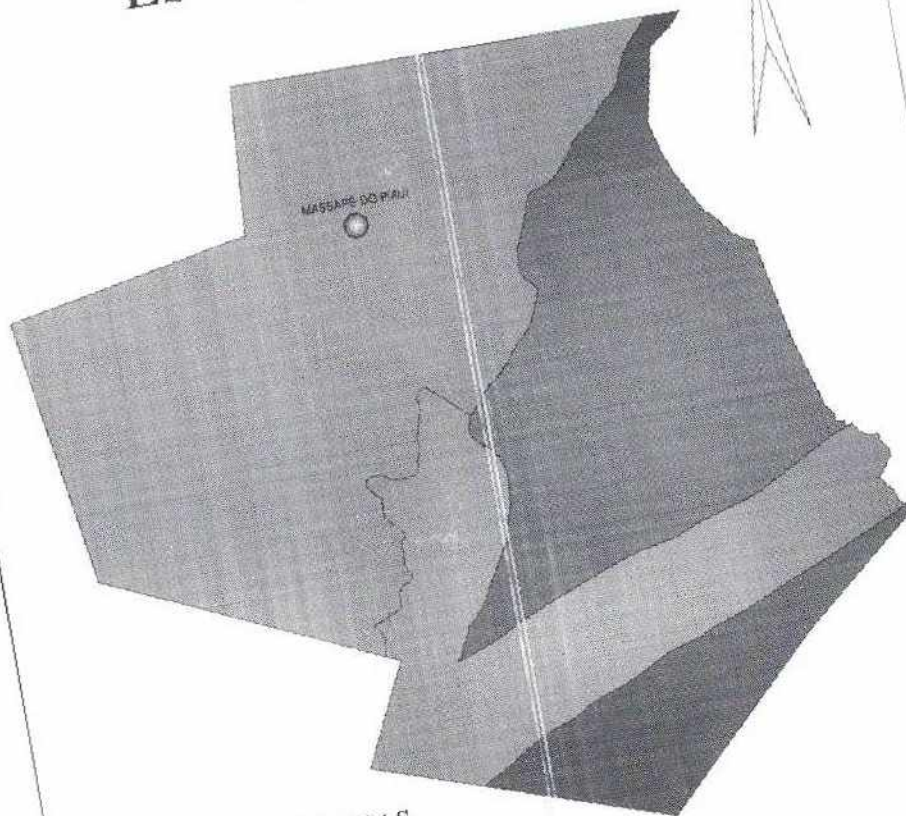
As condições climáticas do município de Massapê do Piauí caracteriza-se por temperaturas que variam entre 18°C (mínima) e 36°C (máxima), sinalizando uma média anual de 27°C, com clima semi-árido quente e seco.

O município apresenta uma precipitação pluviométrica média anual definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais de 500 mm, sendo os trimestres de *janeiro-fevereiro-março* e *dezembro-janeiro-fevereiro* os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido (IBGE, 1977).

3.2 GEOLOGIA

No contexto geológico o município de Massapê do Piauí apresenta porções equivalentes de suas coberturas sedimentares e embasamento cristalino as quais são representadas por arenitos (rocha sedimentar cujas partículas são predominantemente do tamanho de areia), siltitos (rocha composta por partículas minerais muito pequenas ou do tamanho do silte), conglomerados (junção de diferentes materiais) e folhelhos pertencentes ao grupo Serra Grande e rochas do embasamento cristalino agrupadas em duas unidades, sendo elas, os Granitos e o Complexo Jaguaretama.

ESBOÇO GEOLÓGICO



UNIDADES GEOLÓGICAS

-  COBERTURA SEDIMENTAR
-  Grupo Serra Grande: arenito, conglomerado, folhelho, siltito
-  COBERTURA SEDIMENTAR
-  Granitos
-  Complexo Jaguaretama: gnaiss, mármore, quartzito, xisto

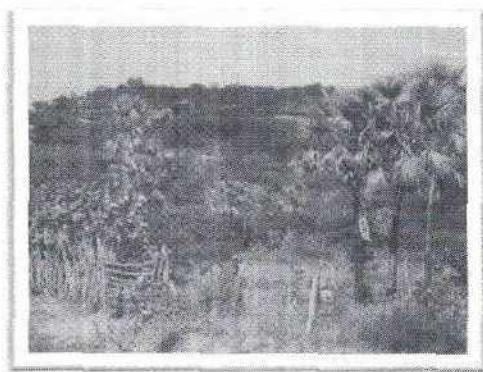
3.3 GEOMORFOLOGIA

O relevo do município de Massapê do Piauí, a exemplo do relevo da maioria dos municípios da região, compreende, principalmente, superfícies tabulares reelaboradas (chapadas baixas), relevo plano com partes suavemente onduladas e

altitudes variando de 150 a 300 metros; superfícies tabulares cimeiras (chapadas altas), com relevo plano, altitudes entre 400 a 500 metros, com grandes mesas recortadas e superfícies onduladas com relevo movimentado, encostas e prolongamentos residuais de chapadas, desníveis e encostas mais acentuadas de vales, elevações (serras, morros e colinas), com altitudes de 150 a 500 metros (JACOMINE *et al.*, 1986, in CPRM, 2004).

3.4 VEGETAÇÃO

Massapê do Piauí apresenta um misto no seu extrato vegetal com a presença de floresta caatinga hipoxerófila com campos grameados e/ou caatinga/cerrado



ica

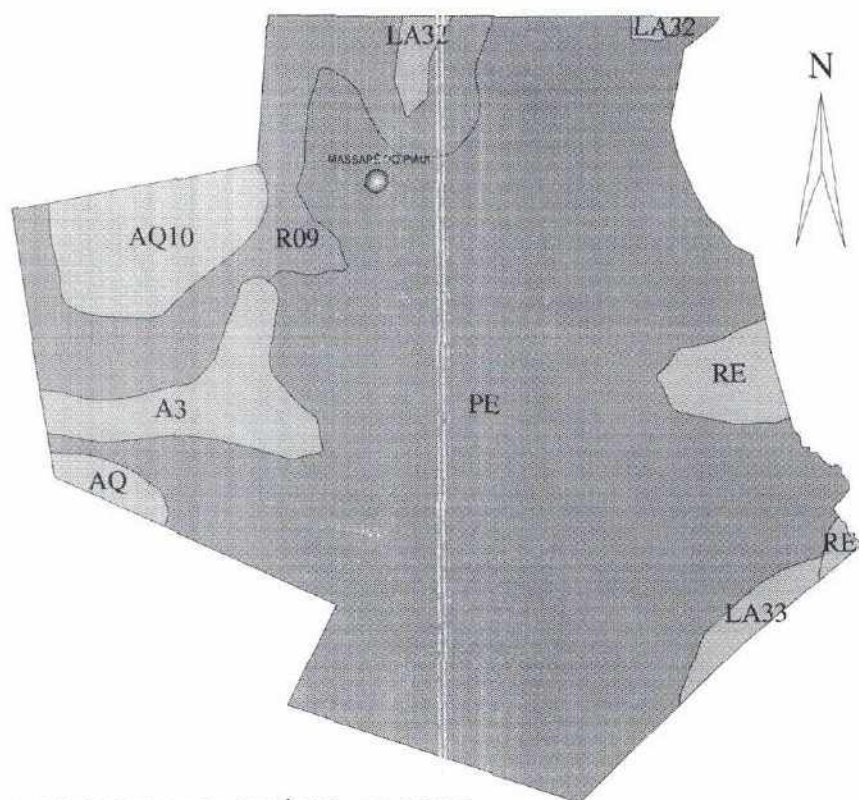
caducifólio, além de floresta subcaducifólia/caatinga (JACOMINE *et al.*, 1986). Dentre as espécies mais comuns encontradas no extrato vegetal do município podemos citar árvores, como: Aroeira (madeira utilizada para construção de casa e outros fins), Marmeleiro (utiliza-se como varas para cercas e outros fins),

Caneleiro ou Canela de Velho (utiliza-se a madeira para cerca), Angico Branco (utiliza-se a madeira), Pereiro de Tinto (utilizado como caibro para teto de casas), Juazeiro (utilizado na higiene pessoal), Quebra-faca (medicinal contra febre), Braúna, Umburana de Cheiro, Jatobá (utiliza-se a madeira), Ingá (madeira para cancela), Jurema Preta, Jurema Branca, Unha-de-Gato e Ipê Roxo, Xique-xique (alimentação animal), Mufumbo (utilizado com vara), Quina (medicinal contra febre), Carnaubeira (utilização da madeira na construção de currais e extração do pó utilizado para fabricação da cera, bem como seus frutos considerados ricos nutrientes para alimentação animal), Pau-mocó, Craibera (utiliza-se a madeira). Observa-se que as áreas ocupadas com carnaubeiras são dispersas, mas que são utilizadas para a extração do pó mediante o sistema de arrendamento realizado pelos proprietários.

3.5 SOLOS

Os solos da região são provenientes da alteração de arenitos, siltitos, conglomerado (junção de vários materiais), folhelhos, granitos, gnaisses, mármore, quartzitos e xistos, sendo na sua grande maioria jovens, o que os torna rasos e pouco espessos. Predominam na região do município **Latossolos Álicos** de textura média a argilosa (solos bem desenvolvidos, porém com teor de alumínio médio a alto, apresentando fertilidade baixa ou média e fisicamente propícia ou não, dependendo do teor de argila, ao cultivo). Secundariamente, os **Argilossolos Vermelho-Amarelos** com textura média a argilosa (solos bons para serem trabalhados, dependendo do teor de argila presente) com fase pedregosa e não pedregosa, ou seja, podendo ou não apresentar pedregosidade, o que acarretaria em impedimento físico para utilização do mesmo. Encontram-se também na região os **Neossolos Quartzarênicos** (areias quartzosas) e **Litólicos** (solos arenosos com afloração de rochas e pedaços de rochas). Os Quartzarênicos são solos arenosos essencialmente quartzosos, profundos, bastante drenados, desprovidos de minerais primários (minerais menos resistentes ao intemperismo), sendo de baixa fertilidade. Pelo fato das areias quartzosas serem solos bastante porosos, praticamente não existindo agregados (solo solto) em sua formação, os mesmos necessitam de maior atenção quanto ao manejo durante sua utilização, pois são bastante susceptíveis ao processo de erosão, tanto hídrica quanto eólica (vento) (JACOMINE, et. al, 1986). Associando-se aos Litólicos, em pequena faixa, estão os solos Aluviais (solos de margens de rios e riachos com fertilidade efêmera pela matéria orgânica depositada nas margens dos rios e riachos durante as cheias). Estes solos são típicos das margens de rios, sendo utilizados, principalmente, durante o período de pós-cheia. Os mesmos apresentam as mesmas características físicas e químicas dos solos Quartzarênicos.

RECONHECIMENTO DE SOLOS



LEGENDA DE DOMÍNIO DE SOLO

	LATOSSOLO AMARELO		PODZÓLICO VERMELHO AMARELO
	SOLOS ALUVIAIS		REGOSSOLO
	SOLOS LITÓLICOS		AREIAS QUARTZOSAS

3.6 RECURSOS HÍDRICOS

3.6.1 ÁGUAS SUPERFICIAIS

Quanto aos recursos hídricos superficiais, Massapê do Piauí caracteriza-se, como a maioria dos municípios da região semi-árida do Estado, com riachos intermitentes dependentes de bons invernos para se manter um fluxo mínimo de água

durante esse período. Dentre os recursos fluviais do município, podem ser citados como principais o riacho Gangorra e os rios Boa Esperança e Boa Vista, estando também presentes no município o rio Boa Esperança (perene) e o riacho do Conselho.



Diniz

Além das águas fluviais, o município conta também com águas superficiais represadas na forma de barragem. Essa importante fonte alternativa de suprimento de água para o município, ainda subutilizada, está representada pelas seguintes barragens:

Palmas, Ingazeira, São Francisco, Zé Loreno, Abóbora e a Dr. Wildo Diniz, situada

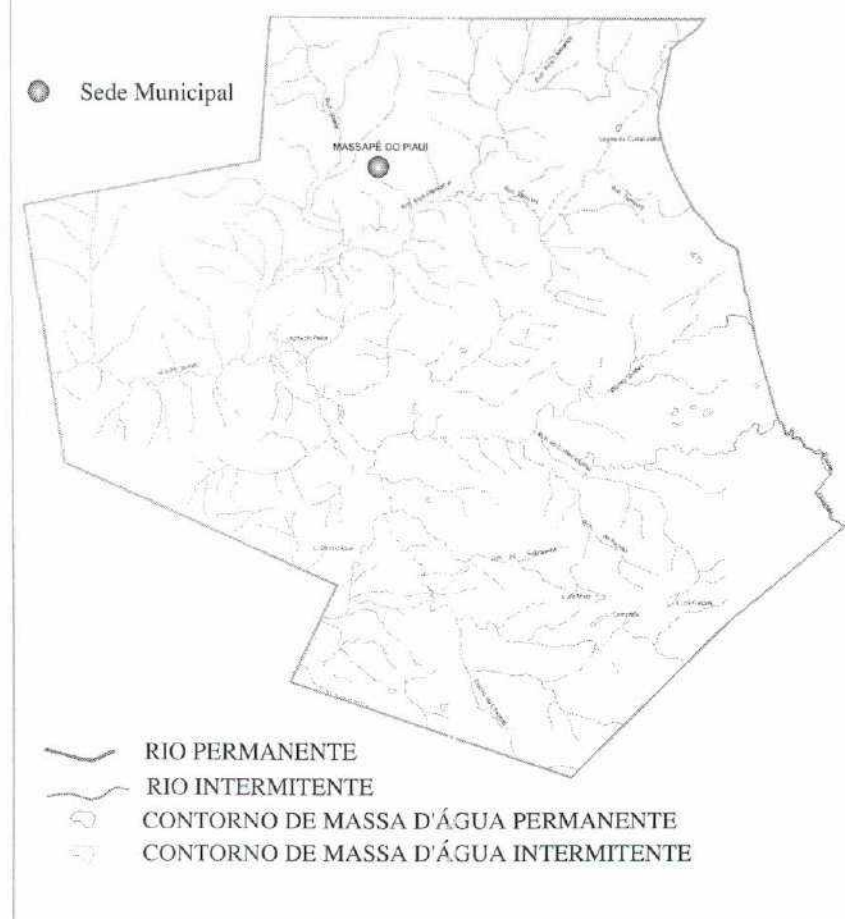
na localidade Caraíba, a mais importante do município pelo fato de apresentar o maior volume de água acumulada (8.480m^3 de água) e de ser alimentada pelo rio Boa Esperança. Além disso, esta barragem apresenta características propícias ao lazer e turismo como também, à criação de peixes em cativeiro.

3.6.2 ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Dois domínios hidrogeológicos são distinguidos no município, sendo eles as **rochas cristalinas** e **rochas sedimentares**. As rochas cristalinas representam o “aquífero fissural” (aquiífero em que a porosidade se deve ao fraturamento ou falhamento das rochas), representando aproximadamente a metade da área total do município. Ocorre também uma variedade de **rochas pré-cambrianas**, representadas por granitos e o Complexo Jaguaretama, constituído por gnaisses, mármore, quartzitos e xistos. Devido à pouca porosidade primária nesse tipo de rocha, a ocorrência de água subterrânea é condicionada por uma porosidade secundária representada por fraturas e fendas. Nesse aspecto, em geral, as vazões produzidas por poços são pequenas e a água, em função da falta de circulação, dos efeitos do clima semi-árido (altas temperaturas com consequente elevado índice de evapotranspiração) e do tipo de rocha, é, na maior parte das vezes, salinizada, tornando-a muitas vezes imprópria para o consumo humano, com serventia apenas

para o consumo animal. Essas condições definem um potencial hidrogeológico baixo para as rochas cristalinas, sem, no entanto, diminuir sua importância como alternativa de abastecimento nos casos de pequenas comunidades ou como reserva estratégica em períodos prolongados de estiagem. Com relação às rochas sedimentares, as mesmas pertencem à Bacia do Parnaíba, que corresponde ao Grupo Serra Grande, constituído litologicamente de arenitos e conglomerados. Seu potencial normalmente apresenta uma referência média do ponto de vista da ocorrência de água subterrânea, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo. No aspecto quantitativo isso acontece pela grande porosidade característica desse tipo de rocha e no aspecto qualitativo pela filtração e pouca interação química desse material com relação à água que infiltra e se acumula no arenito.

HIDROGRAFIA



4 ASPECTOS POPULACIONAIS

4.1 DINÂMICA POPULACIONAL

Em função da inexistência de dados censitários recentes, fundamentaram-se as análises sobre a distribuição e o comportamento populacional, excetuando a sua evolução, em dados publicados pelo IBGE relativos ao censo de 2000.

População - Número de Domicílios e Famílias dos Municípios Limítrofes/Ano 2000

Município	População/2000	Domicílios/2000	Famílias/2000
-----------	----------------	-----------------	---------------

Simões	13.621	2.951	3.236
Jaicós	15.859	3.790	4.140
Belém do Piauí	2.429	589	673
Patos do Piauí	5.634	1.397	1.513
Caridade do Piauí	4.062	819	900
Massapê do Piauí	5.988	1.335	1.504

FONTE: IBGE/2000

Com relação à distribuição espacial o município, a de Massapê ocupa a 3ª posição de maior população dos municípios limítrofes, tendo a sua maioria concentrada na zona rural com 87,12%, enquanto a população urbana correspondendo a apenas 12,88% do total de 5.988 habitantes, podendo-se afirmar que é possuidor de um contingente predominantemente rural.

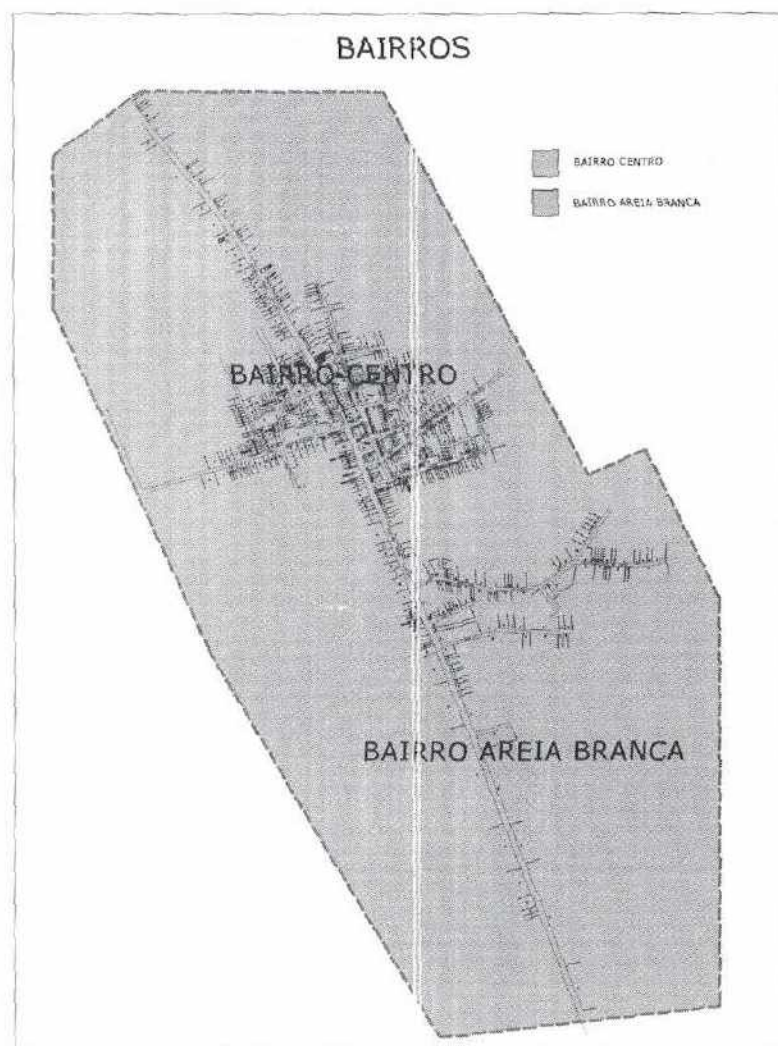
Estimativa da população residente de Massapê do Piauí								
Massapê do Piauí	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	6.035	6.126	6.191	6.326	6.400	6.474	6.492	6.613

Fonte: IBGE/2000

5 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO

O município de Massapê apresenta uma distribuição espacial com a seguinte divisão territorial: zonas, urbana e rural, e estas subdivididas em bairros e povoados. Para visualizar melhor essa divisão territorial do município e suas subdivisões, são apresentadas, através de mapas e tabelas, a localização geográfica das respectivas áreas e as denominações correspondentes, conforme a seguir:

5.1 ZONA URBANA



BAIRROS	
Centro	Areia Branca

5.2 ZONA RURAL

POVOADOS	
Lagoa Grande	Vilão (de Cima e de Baixo)
Porteiras	Peixe
São Francisco	Abóbora

DIVISAO RURAL EM POVOADOS

The map illustrates the rural division of the Municipality of São José do Piauí. The municipal seat (Sede Municipal) is marked with a large circle and labeled 'MASSAPE DO PIAUÍ'. Other neighborhoods are marked with smaller circles and labeled. The map is oriented with North (N) at the top. A legend at the bottom left identifies the symbols used: a large circle for 'Povoado' (Neighborhood) and a small circle for 'Localidade' (Locality).

Legend:

- Povoado
- Localidade

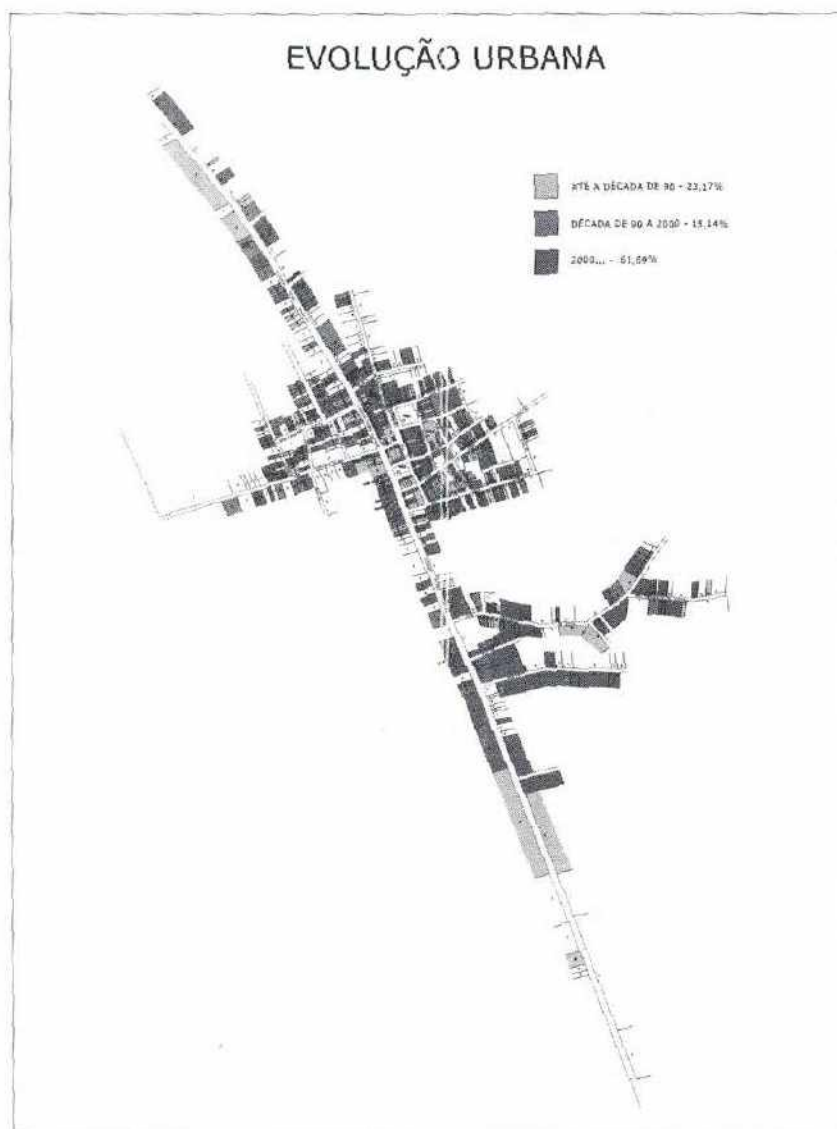
Neighborhoods (Povoados) and Localities (Localidades) shown on the map:

- MASSAPE DO PIAUÍ (Sede Municipal)
- LAGOA GRANDE
- IBEMA
- FRAGA
- UNIAO
- CAPIBAZINHO DO LACER
- CARLINHO
- MONTE DE ANTONIO
- RELA VILA
- COQUELINA
- VARZEA GRANDE
- JOIA VIVA
- CABEZEIRA
- CABEZEIRA
- MONTE DOS MORCOSO UNICO
- RETIRO
- ENCARTELO
- ABACORA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE
- CHAPADA VERDEVELA
- VIAO
- CRABEIRA
- BOA VISTA
- NOVA CONQUISTA
- PASSAGEM
- POÇO REDONDO
- INGAZEIRO
- BAIXO
- ALDEIAOZINHO
- MOURADA NOVA
- CAICARA
- SAO JOSE
- ALTO VISTOSO
- ESTADO
- SÃO JOSE

6.1 EVOLUÇÃO URBANA

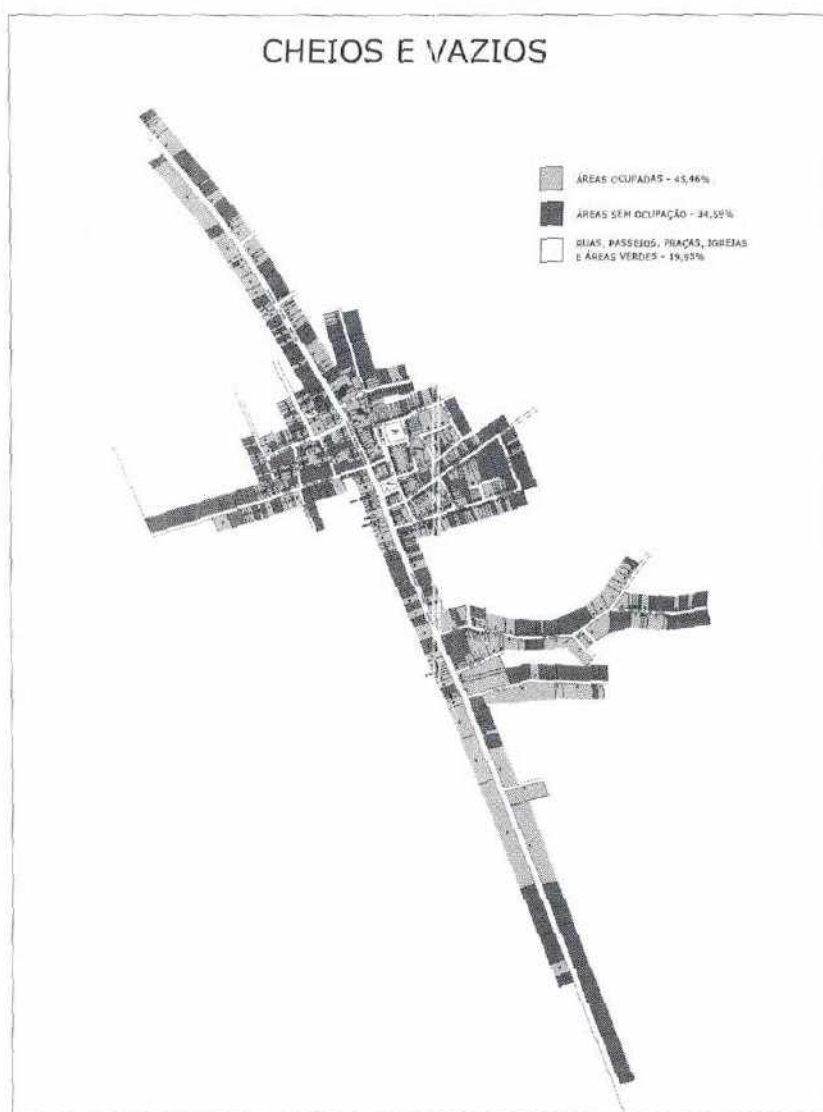
149

aceleração da ocupação urbana, apresentando um índice de 61,69% da área total ocupada.



6.2 CHEIOS E VAZIOS

O Mapa Temático de Cheios e Vazios, apresenta vazios urbanos como sendo os espaços não ocupados pela urbanização e que não constituem óbices (barreiras) para ocupação.

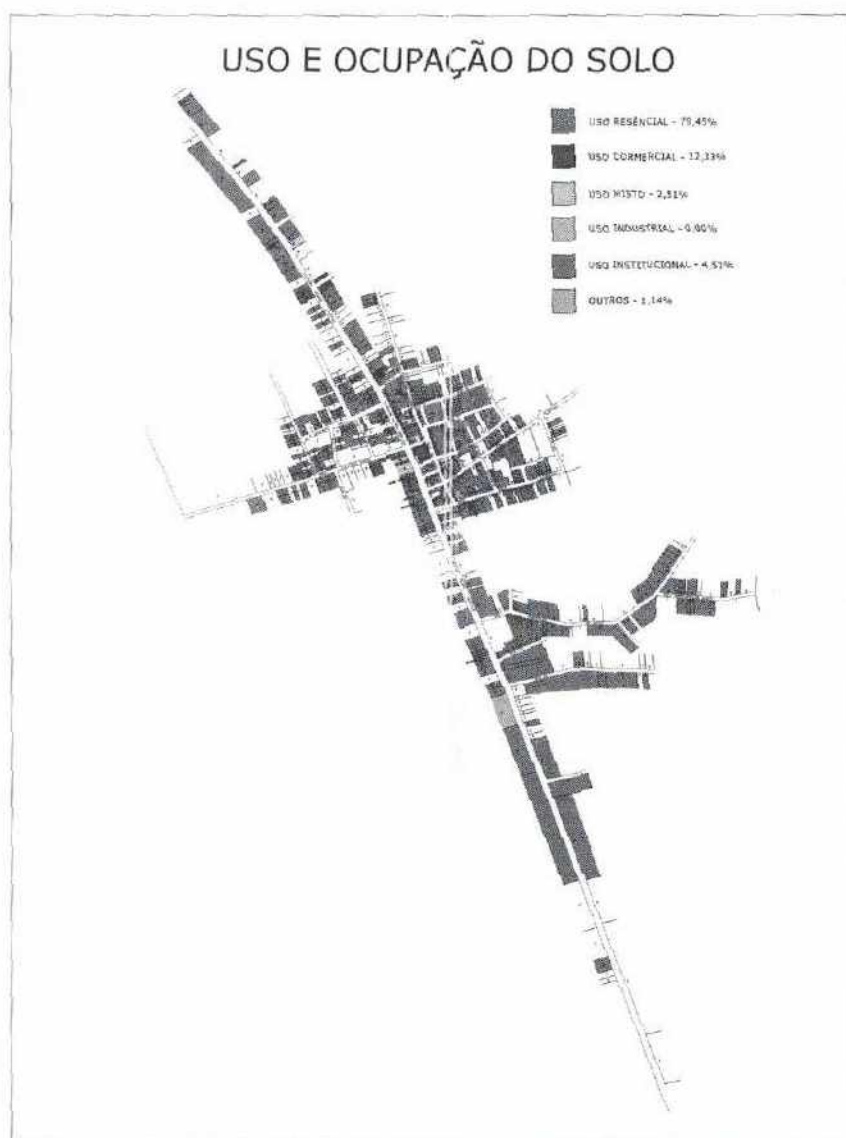


Em Massapé do Piauí, atualmente, o índice de ocupação urbana é de aproximadamente 45,46%, restando 34,59% de áreas sem ocupação e 19,25% de áreas ocupadas por verdes, praças, ruas e passeios. As ocupações dos bairros, em sua maioria, são de lotes pequenos, com grande quantidade de casas geminadas e sem os recuos adequados para iluminação e ventilação, além de construídas de forma discordante com o alinhamento das vias.

6.4 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A zona urbana de Massapé do Piauí possui uso predominantemente residencial com 79,45% de ocupação, seguido do uso comercial com 12,33%, do institucional com

4,57%, do uso misto (comercial e residencial) com 2,51%, e por fim o uso industrial sem representatividade, com 0,00%. Além destes existem outros usos que contabilizam 1,14%. Os usos comercial, misto e institucional estão, em sua maioria, concentrados às margens das vias de maior circulação, tirando proveito da localização mais visível e do fluxo mais intenso.



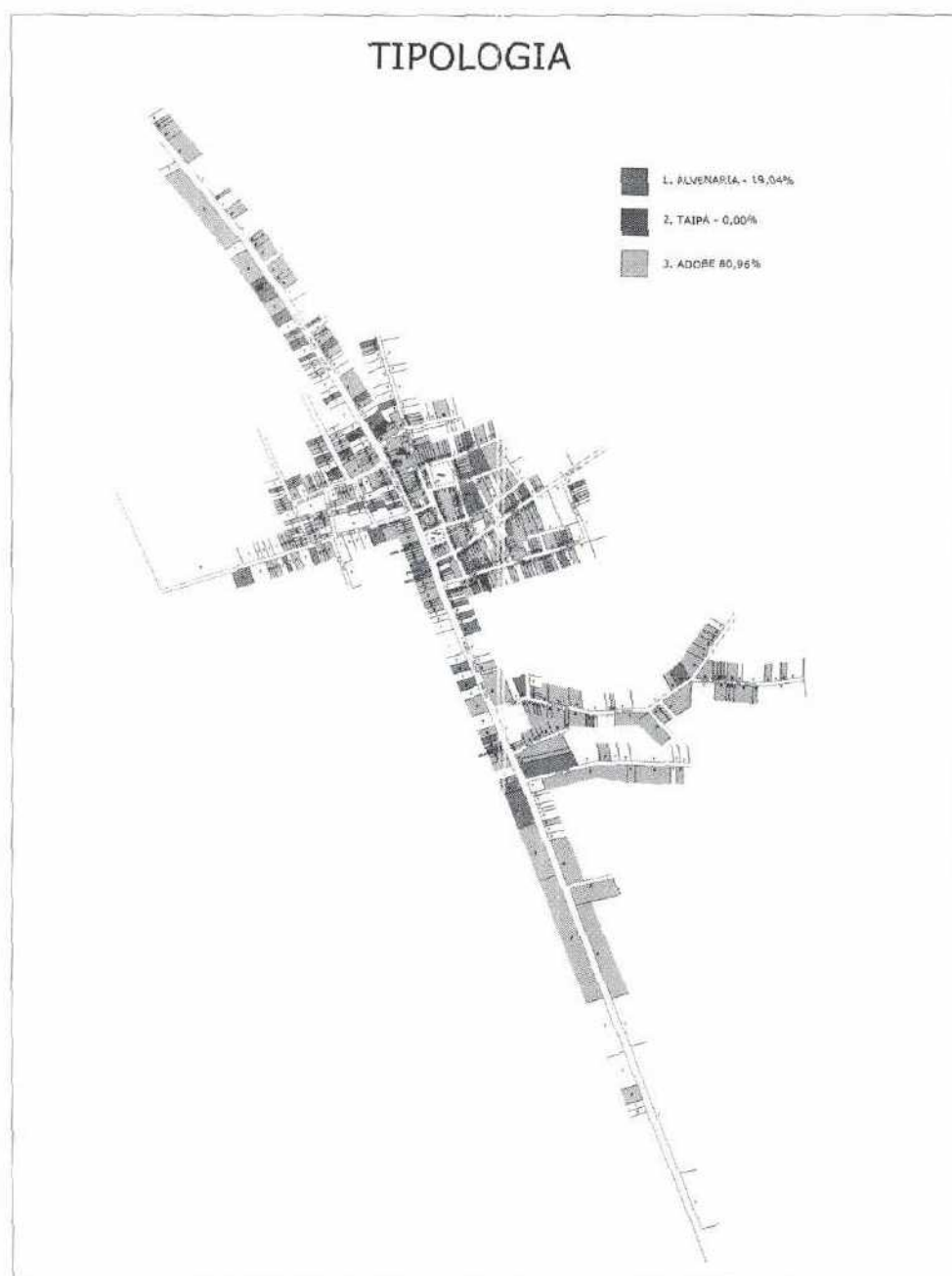
6.4 GABARITO

A cidade apresenta gabarito horizontal e com média densidade ocupacional. Da totalidade das edificações 99,31% são térreas, 0,69% são compostas por térreo e primeiro pavimento.



6.5 TIPOLOGIA

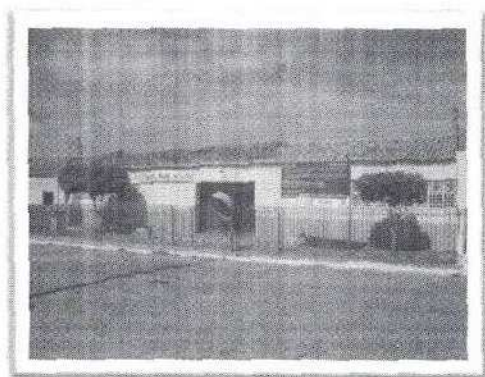
Observando o mapa de tipologia da zona urbana de Massapé do Piauí, percebe-se um padrão construtivo bom se comparado aos demais municípios do Piauí, com edificações bem conservadas, sem nenhuma construção em taipa e um grande número de construções em adobe, correspondendo a 80,96%, e a 19,14% de alvenaria (tijolo de furos).



7 POLÍTICAS SOCIAIS

7.1 EDUCAÇÃO

O município é contemplado por todos os níveis de educação: **Infantil**, **Fundamental** e **Médio**, além do programa **EJA** – Educação para Jovens e Adultos.



Escola Municipal

O Ensino Infantil faz parte da rede de Educação Municipal; o Ensino Fundamental, em sua grande maioria é de responsabilidade do município, porém há uma parcela de alunos que frequentam Escolas Estaduais (de 1 a 6ª série), e o Ensino Médio é de responsabilidade do Estado.

A estrutura educacional do município está apoiada nos estabelecimentos públicos de ensino. A rede de ensino, nestes termos, conta com 07 Creches e 26 escolas, sendo 25 municipais (localizadas na zona rural e na zona urbana) e 01 estadual (zona urbana), conforme tabela a seguir.

Nível de Educação		Ensino Infantil (Creches)	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Zona Urbana	Municipal	01	01	-
	Estadual	-	-	01
Zona Rural	Municipal	06*	24**	-
	Estadual	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

*Funcionam no prédio das Escolas Municipais.

**02 dessas escolas funcionam em casas alugadas.

Os alunos do Ensino Fundamental, que moram na zona rural, estudam na escola mais próxima à sua residência. Já os alunos do Ensino Médio deslocam-se para a escola estadual localizada na sede do município. Na zona rural, devido à dispersão das

casas e à distância destas às escolas, a Prefeitura garante o transporte dos alunos, disponibilizando-se de 39 transportes em bom estado de conservação, sendo apenas um deles, carro fechado.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, indicador de qualidade educacional do governo federal que combina informações de desempenho nas Provas Brasil e do rendimento escolar, foi de 2,6 no ano de 2007; valor inferior à média estadual que foi de 3,2 (Ensino Fundamental). A meta projetada pelo IDEB é de que este índice seja de 4,6 em 2021, o que representará maior qualidade no ensino do município.

O número de alunos, por nível de educação, está representado no gráfico a seguir, podendo-se observar que o Ensino Fundamental é o que possui um maior número de alunos, mesmo com uma redução de alunos no decorrer dos anos, fato que se repete também na EJA.

NÚMERO DE ALUNOS POR NÍVEL DE EDUCAÇÃO

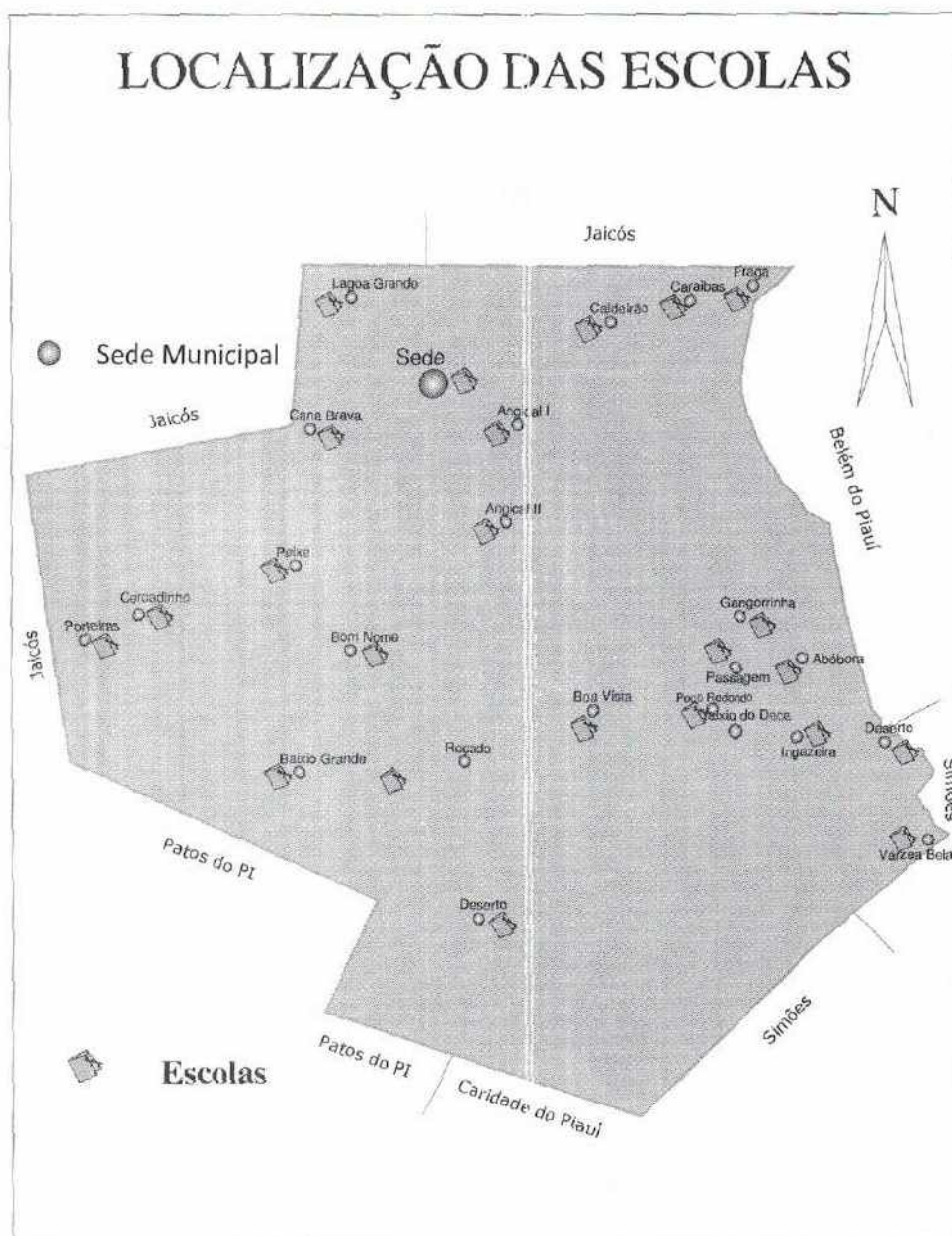
	Creche e Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA
2006	235	1.600	232	173
2007	261	1.422	286	166
2008	254	1.392	290	139
2009	276	1.357	267	34

Fonte: INEP/Censo Escola

O Índice de Desenvolvimento Humano - IDH na dimensão Educação cresceu entre os anos de 1990 e 2000, passando de 0,245 para 0,548, um aumento devido a redução da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência escolar, além do reflexo de ações integradas de vários Programas, que contribuíram não só para o aumento do IDH Municipal – Educação, mas também para a melhoria da qualidade do ensino e da presença mais efetiva dos alunos.

Os principais programas de incentivo à educação no município de Massapê do Piauí são: o Programa Nacional de Transporte Escolar - **PNATE**, o Programa Nacional de

Alimentação Escolar - **PNAE**, o Programa de Informática - **PROINFO** (com uma sala), o Programa de Aceleração da Aprendizagem - **PAA**, Caminho da Escola, a Educação de Jovens e Adultos - **EJA**, **Brasil Alfabetizado**, dentre outros.



Os professores, em sua grande maioria, possuem curso superior. Periodicamente, participam de cursos de aperfeiçoamento e reciclagem de metodologia de trabalho, contribuindo também para melhorar o nível de ensino e apresentar uma educação de qualidade.

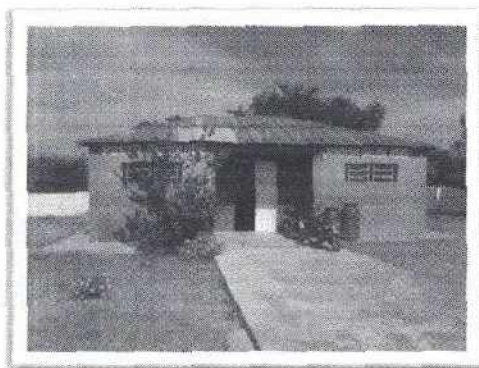
Através de dados sistematizados (comunitários e técnicos) observa-se que não há alunos que deixam de frequentar a escola por falta de vagas, porém a evasão escolar ainda possui um alto índice, 8% (ano de 2009), principalmente nos alunos do Ensino Médio, a maioria com mais de 18 anos, que em busca de emprego abandonam a escola e vão para outras cidades (nos estados de São Paulo, Bahia e outros), procurando oportunidades de trabalho.

Quando concluem o Ensino Médio, e decidem dar continuidade aos estudos, os alunos deslocam-se para cidades que dispõem de centros universitários (faculdades e universidades), principalmente Jaicós – PI, pela proximidade.

Na sede municipal há uma Biblioteca Pública com 1.277 livros para consultas. Em relação ao Transporte Escolar, o município dispõe de 39 veículos, sendo 38 carros abertos e somente 01 fechado, todos em bom estado de conservação. Quanto à merenda escolar, esta é de boa qualidade.

7.2 SAÚDE

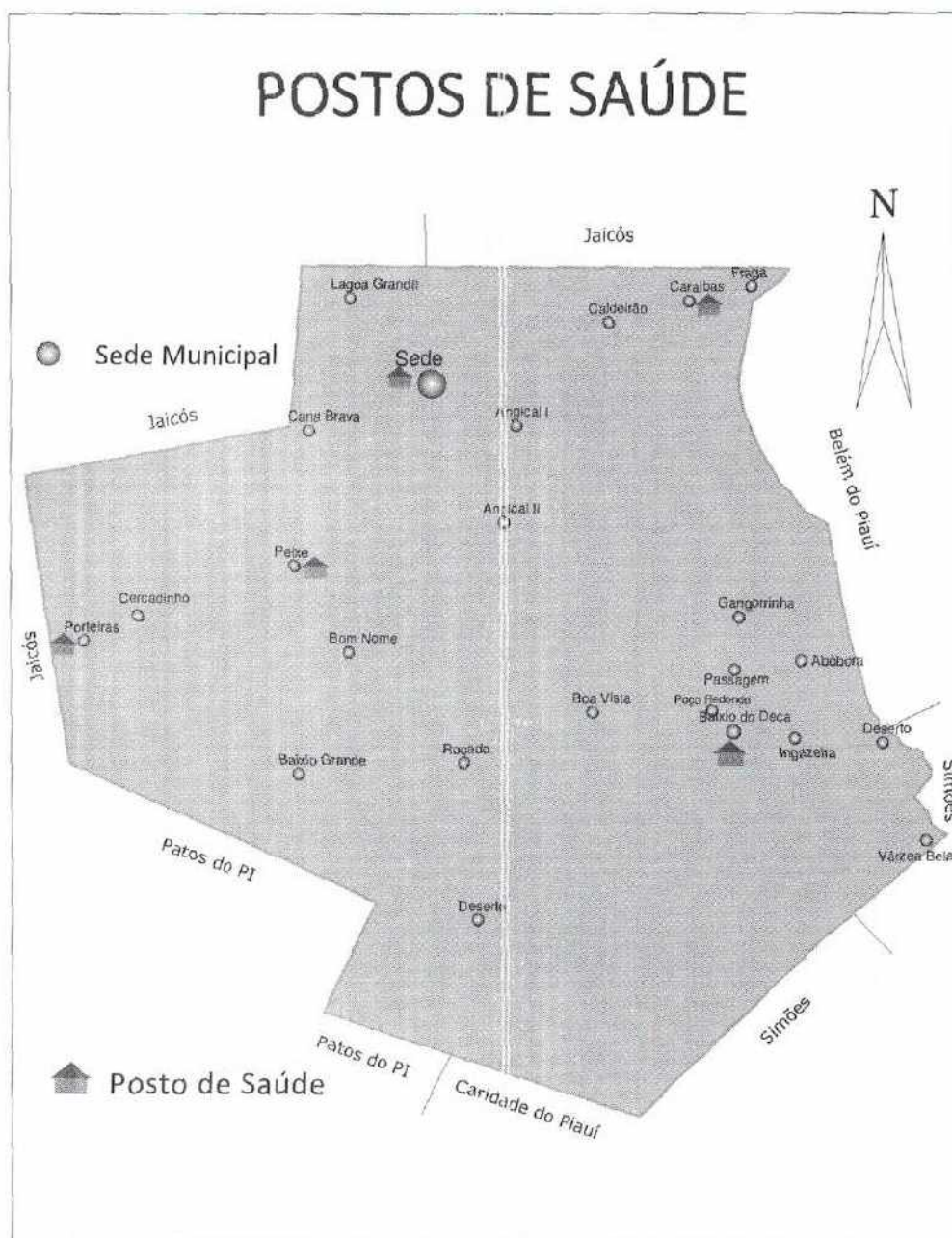
O Sistema Único de Saúde – SUS, responsável pela prevenção de doenças e a cura destas, atua no município de Massapê do Piauí através do nível primário, que envolve a prevenção, a educação, o acompanhamento da saúde da população e o pronto-atendimento das emergências, conduzidos por meio das Unidades Básicas de Saúde (Postos de Saúde), do Pronto-Atendimento Médico e Odontológico e do Programa Saúde da Família (PSF), atualmente denominado Estratégias de Saúde da Família (ESF).



ide

São sete os Postos de Saúde disponibilizados, seis dos quais estão localizados na zona rural e um na zona urbana, bairro Centro, que dispõe de mais equipamentos e de multiprofissionais em número ainda insuficiente para atender a demanda de todo o município. No mapa a seguir é possível localizar onde estão instalados os Postos e a

Unidade Mista. No povoado Abóbora o prédio para o funcionamento do Posto está em construção.



Todos os Postos de Saúde funcionam em prédios próprios e possuem os equipamentos necessários para prestar atendimento básico à população.

As três equipes de Estratégias de Saúde da Família - ESF são compostas por médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem, dentista, auxiliar de consultório dentário

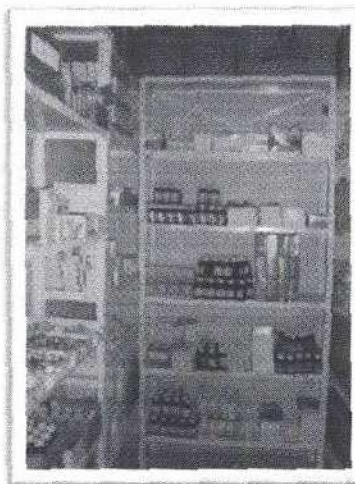
e agente comunitário de saúde que atuam na zona urbana e rural. Além desses profissionais são contratados pela Prefeitura 01 nutricionista, 01 psicólogo e 01 bioquímico.

Os principais serviços realizados pelas equipes ESF são atendimentos aos diabéticos, aos hipertensos e às gestantes através de diagnóstico, cadastro e atendimento mensal; o planejamento familiar com atendimento onde são entregues preservativos masculinos, contraceptivos orais, injetáveis e orientações sobre o uso correto, bem como prevenção das DST's; exames citopatológicos em mulheres; visitas domiciliares aos pacientes que não podem se deslocar até aos Postos; atendimento odontológico com serviços curativos e preventivos, além de palestras educativas realizadas nas Escolas Municipais; Campanhas de Vacinação; dentre outros.

Os casos de média complexidade são encaminhados à Picos e alta complexidade à Teresina. Para o deslocamento desses pacientes da zona rural para a Sede e desta para outros municípios há disponível uma ambulância básica, em bom estado de conservação, e equipada de forma adequada.

O Conselho Municipal de Saúde de Massapê do Piauí tem como objetivo de deliberar sob a melhor forma de utilizar os recursos municipais para a saúde, definindo as prioridades de sua aplicação, seja na aquisição de novos equipamentos ou em atendimentos diferenciados.

Visando melhorar a assistência e o atendimento à população através da ampliação da área de cobertura da saúde no município, são implantados programas e projetos através de alguns sistemas, como: HIPERDIA (Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos), SISHIPERDIA (Sistema de Informação de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos), SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), SINAN (Sistema de Informações sobre Agravos de Notificação), SINASC (Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos), SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade), SISCOLO (Sistema de Informação no Combate ao

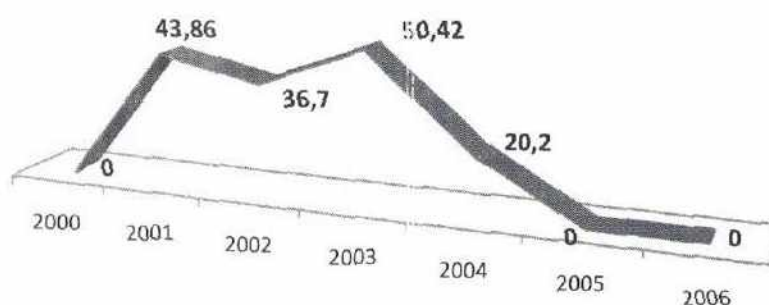


io Gratuita

Câncer do Colo de Útero), SISPRENATAL (Sistema de Informação do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento), dentre outros.

Esses sistemas aliados à construção de novos Postos de Saúde ampliam a rede de atendimento e acompanhamento médico às famílias carentes, através do ESF, resultando em uma melhor qualidade auxiliada pela área da saúde, que pode ser observada através da redução significativa da mortalidade infantil nos anos de 2005 e 2006, como mostra o gráfico a seguir.

Coefficiente de Mortalidade Infantil de Massapê do Piauí



Fonte: DATASUS

7.3 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os programas e projetos sociais de iniciativa dos governos federal e municipal que atuam em Massapê do Piauí abrangem diversas áreas das políticas sociais.

Em relação aos projetos produtivos, destacam-se, na área de **emprego e renda**: capacitação e cursos sobre as áreas de interesse local, além das potencialidades como na área da **agricultura** onde são promovidos por órgãos como: SEBRAE, SENAR e EMATER.

PROGRAMAS E PROJETOS		ÁREA
SOCIAIS	Bolsa Família (Programa de Transferência de Renda), PETI (Programa de Erradicação do Trabalho	ASSISTÊNCIA

	Infantil), CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), Programa de Atenção ao Idoso (Grupo Renascer), Projovem Adolescente, BPC (Benefício de Prestação Continuada), Passe Livre Intermunicipal, Caminhada de Combate à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, Gincana da Juventude, Acompanhamento de Gestantes, dentre outros.	SOCIAL
PRODUTIVOS	Cursos de biscoito, decorações de sandálias, crochê, bordado, corte e costura, maquiagem, pintura em tela, pintura em telha, flores artesanais em EVA para mães e alunos do PETI.	EMPREGO E RENDA

Fonte: Prefeitura Municipal/2010

A sede do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS funciona em prédio alugado, cuja extensão territorial de atendimento abrange a zona urbana e rural do município. A sua implantação ocorreu em 2009, seguindo ao padrão nacional que visa contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, fortalecendo vínculos familiares e comunitários. A execução das atividades da Proteção Básica Social no âmbito do CRAS é realizada na unidade referenciada através de uma equipe multidisciplinar, constituída por um coordenador da equipe (com formação em Psicologia), Psicólogo, Assistente Social e auxiliar administrativo que trabalham em parceria na execução das atividades diretamente relacionadas aos projetos comunitários, de reabilitação psicossocial e outras citadas no quadro acima.

A assistência social a nível municipal está sob a coordenação e o apoio da Secretária Municipal de Assistência Social.

7.4 SEGURANÇA

O município possui uma delegacia que funciona em prédio alugado, com apenas um compartimento prisional disponível. O contingente policial é formado por um delegado, um tenente e três policiais militares, vinculado à Secretaria de Segurança Pública do Estado e subordinado ao Batalhão de Paulistana. Existe uma viatura recém



3

adquirida (veículo tipo automóvel) e duas motos, em bom estado de conservação, para atender às ações de Segurança Pública desenvolvidas pela Delegacia. Ressalta-se, no entanto, que a estrutura é insuficiente para dar cobertura a todo o município.

Nos últimos meses, a média de ocorrências foi de 4 a 8 por mês, e o motivo estando relacionado à lesão corporal devido ao consumo de bebidas alcoólicas e brigas entre parentes por motivo de disputa de terras e aposentadorias.

São realizadas rondas noturnas diariamente. No Povoado Chupeiro, devido à grande quantidade de festas, as rondas se fazem com maior frequência principalmente nos finais de semana.

7.5 ESPORTE E LAZER

A atividade esportiva que mais se destaca é o futebol, com jogos nos finais de semana na sede do município e campeonatos da Copa Piauí duas vezes ao ano.



1 Local

A estrutura existente se restringe a um campo bem conservado, localizado no Centro. Na zona rural, há apenas campos de futebol improvisados ou de particulares.

O lazer em Massapê do Piauí está relacionado ao esporte, aos rodeios e corridas de jegues, que já fazem parte da cultura local; além do carnaval de rua, realizado pela Prefeitura Municipal, através das Secretarias Municipais de Cultura e Turismo e da Juventude, Esporte e Lazer. O evento cultural intitulado "Carnamassa" é o de maior destaque atraindo centenas de foliões à avenida, uma festa composta por blocos acompanhados de bandas musicais.

8 ORGANIZAÇÕES FORMAIS

De acordo com as informações obtidas *in loco*, as organizações formais existentes ainda atuam de forma precária em busca de seus objetivos, sem uma segura conscientização dos direitos e benefícios que o associativismo pode gerar, principalmente quando o trabalho conta com o apoio de seus membros e o incentivo do poder público. Na forma de



ores Rurais

associações, sindicatos e conselhos as que foram identificadas encontram-se a seguir relacionadas. Observou-se, entretanto, que em determinadas organizações faltam aos seus membros maior integração no sentido de fortalecê-las para poderem agir em defesa do interesse comum e não do individual. É nesse momento que deve haver mobilização dos associados não só na busca por espaços democráticos de luta pelos direitos e pela conquista de novos pleitos, como também procurando mediar uma relação de proximidade entre a sociedade e o poder público, tendo em vista que os benefícios cheguem a todos.

Segundo a Prefeitura Municipal, o município conta com as seguintes organizações formais:

- Associação de Pequenos Produtores e Moradores Rurais de Baixo
- Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Lagoa Grande
- Associação de Produtores Rurais de Angical
- Associação Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais de Vilão
- Associação Agropecuária da Fazenda Bom Nome
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cabaceiras

- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Tabuleiro das Melancias
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Massapê do Piauí
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Gangorrinha
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Roça da Baixa
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Abóbora
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Deserto
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Chuperinho
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Juazeiro
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Peixe
- Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Baixa Branca, Chapada da Cabeceira e Morro dos Cachorros
- Associação do Desenvolvimento Comunitário dos Moradores da Localidade Curral Velho
- Associação de Apicultores da Data Boa Vista – ABOMEL
- Associação Comunitária de Angical
- Conselho em 11 Escolas Municipais da zona urbana e zona rural
- Conselho Tutelar
- Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
- Conselho do FUNDEB
- Conselho de Merenda Escolar
- Conselho de Assistência Social
- Conselho de Saúde
- Conselho Gestor do Fundo Municipal e de Interesse Social
- Conselho Gestor do Telecentro Comunitário

9 PERFIL ECONÔMICO

O perfil da economia de Massapê do Piauí revela uma característica comum a maioria dos municípios piauienses, ou seja, de subsistência. Apesar de apresentar um crescimento do Produto Interno Bruto - PIB e de uma renda *per capita* em ascensão, no período de 2002 a 2006, verifica-se, na contra mão, índices de desigualdades cada vez mais elevados tornando a classe rica 10% mais rica comparativamente a uma classe pobre 40% mais pobre. O índice de Gini, usado para calcular a distribuição da renda, revela um aumento do grau de desigualdade no município, passando de 0,42% em 1991 para 0,56% em 2000. Esse indicador tem reflexo no IDH Municipal de 0.504, considerado baixo, ocupando o 215º lugar na classificação estadual.

Como as atividades econômicas interferem no desempenho dos setores básicos da economia e no desenvolvimento desta, houve por bem analisar a participação de cada um desses setores e o seu grau de importância na formação do PIB municipal.

9.1 SETOR PRIMÁRIO

Caracterizado por atividades agropecuárias, o município de Massapê do Piauí possui propriedades rurais que sobrevivem da exploração da pecuária e da agricultura. Segundo levantamento censitário de produção, as principais atividades produtivas da pecuária são hoje, a criação de bovinos, ovinos, caprinos, galináceos e suínos.

PECUÁRIA – EFETIVO DE REBANHOS (CABEÇA)

	2003	2004	2005	2006	2007
Asinino	1.597	1.602	1.606	1.612	1.618
Bovino	5.258	5.284	5.310	5.347	5.384
Caprino	4.261	4.176	4.109	4.027	3.946
Equino	820	821	822	823	824
Galinha	10.006	10.216	10.379	10.403	10.642
Galo	18.583	18.973	19.276	19.320	19.764

Muar	129	129	128	128	127
Ovino	13.679	13.953	14.176	14.204	14.488
Suíno	6.353	6.327	6.295	6.261	6.227

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

A agricultura se faz presente de forma tradicional através da exploração de culturas temporárias como o milho, a mandioca, a melancia e o feijão. Mudanças na dinâmica do trabalho rural começaram a ocorrer a partir da substituição da cultura do algodão que cedeu espaço para outras culturas como o caju, atualmente bastante difundido na região. Essa mudança foi causada pelo fraco desempenho relacionado às condições climáticas desfavoráveis e baixas na produção e produtividade.

LAVOURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES – QUANTIDADE PRODUZIDA

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Algodão Arbóreo	80	40	40	16	45	45	-	10
Castanha de Caju	369	369	399	379	479	485	500	-
Arroz	6	6	6	6	6	6	-	-
Feijão	1.400	660	920	950	1.000	1.250	1.250	1.250
Mandioca	20	25	30	20	30	30	35	-
Milho	1.485	1.424	1.551	1.710	1.900	2.420	2.400	2.400

FONTE: IBGE /Produção Agrícola Municipal – Quantidade por tonelada

Com isso, a participação deste setor na composição do PIB foi de 26,18%. O extrativismo relacionado à extração do pó cerífero da carnaúba juntamente com as outras atividades agrícolas são fontes de renda e ocupação para a maioria dos habitantes da zona rural, representada por 87,12% da população total, garantindo a fixação do homem no campo. (inserir gráfico do PIB).

9.2 SETOR SECUNDÁRIO

Não há representatividade deste setor sob o ponto de vista econômico. A presença da agroindústria está restrita a poucas casas de farinha. Observa-se a ausência de estímulo por parte do poder público, de capacitação e assistência técnica e de fontes de financiamento para fomentar o desenvolvimento das atividades que compõem o setor, principalmente aquelas relacionadas ao aproveitamento da cera de carnaúba, do mel e da castanha de caju. A participação do setor na formação do PIB é insignificante, com um índice de 8,37%, em 2000, de acordo com o IBGE. Neste percentual está incluso o item impostos, pois a atividade indústria, isoladamente, participaria com apenas 6,10%.

9.3 SETOR TERCIÁRIO

Analisando o desempenho deste setor no contexto da economia municipal observa-se que as atividades que o representam, comércio e serviços juntos, são as que mais contribuem para a formação do PIB com uma participação, em termos percentuais, de 65,45, tornando este setor o de maior destaque. Ressalta-se que deste percentual de participação, a atividade que mais contribuiu foi a administração pública, com um índice de 50,72%.



SCD

10 ESTRUTURA FUNDIÁRIA

A estrutura fundiária municipal não se apresenta com a mesma similaridade à que predominava no início no processo de colonização, onde a distribuição de terras se caracterizava por extensas propriedades nas mãos de poucos. Índices do censo agropecuário/IBGE demonstram que um grande contingente da população rural tem posse de pequenas áreas de terras, o que configura predominância de minifúndios.

Além do mais, durante as leituras não foi constatado nenhum conflito de terra existente no município. Dessa forma, e com base nos dados censitários verificados, há um bom indício de que o cumprimento da função social da propriedade se evidencia de uma forma que vem sendo preenchida às expectativas da população rural do município.

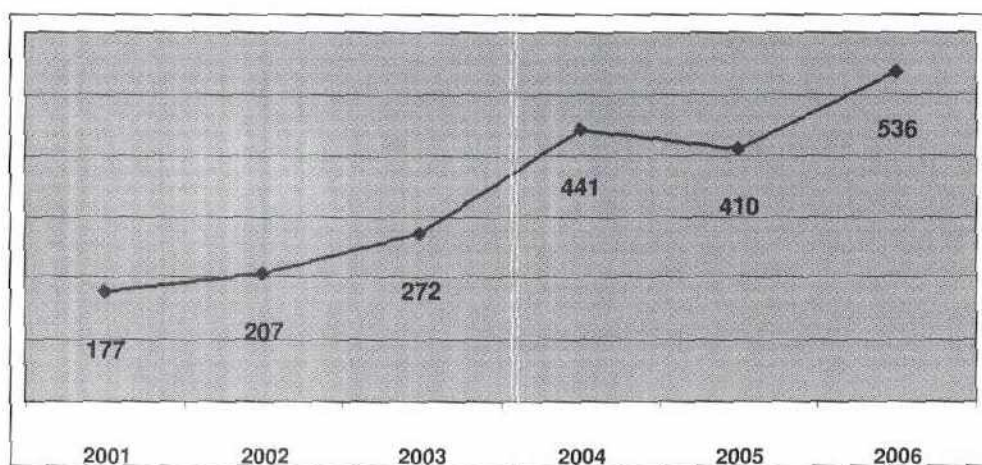
11 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS

11.1 ENERGIA ELÉTRICA

O abastecimento da rede de energia elétrica em Massapé do Piauí é feito pela Companhia Energética do Piauí S.A (CEPISA) e sua distribuição processada através da linha de transmissão da Subestação de Jaicós, dispondo de um escritório para atendimento aos consumidores. A falta de energia é frequente no período chuvoso.

Na zona urbana, a população beneficiada por energia elétrica corresponde a 100% de cobertura, mas na zona rural de, aproximadamente, 65%.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA



Fonte: CEPISA/2008

Verificando o gráfico acima, embora tenha ocorrido uma queda do número de consumidores de energia entre os anos de 2004 e 2005, o número de consumidores no

município tem aumentado a cada ano, destacando-se 2006 como o ano que registrou maior índice. A razão desse comportamento se deve à ampliação da rede de energia elétrica, instalação de novos equipamentos públicos e expansão do comércio tanto na zona urbana como rural.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA EM MWH
PERÍODO DE 2001 A 2006

Monsenhor Hipólito	ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	MWH	177	207	272	441	410	536

Fonte: CEPISA/2008

Fazendo uma análise comparativa sobre o comportamento do consumo de energia elétrica por classe, entre 2005 e 2006, observa-se que a maioria apresentou um crescimento, com exceção da classe industrial que registra um decréscimo de 3,62%. O serviço público aumentou 97,04%, o poder público 46,74%, o Rural com 35,63%, o Residencial com 20,86% e o comercial com 20,33%. As demais classes não sofreram variação neste período. Ver quadro a seguir.

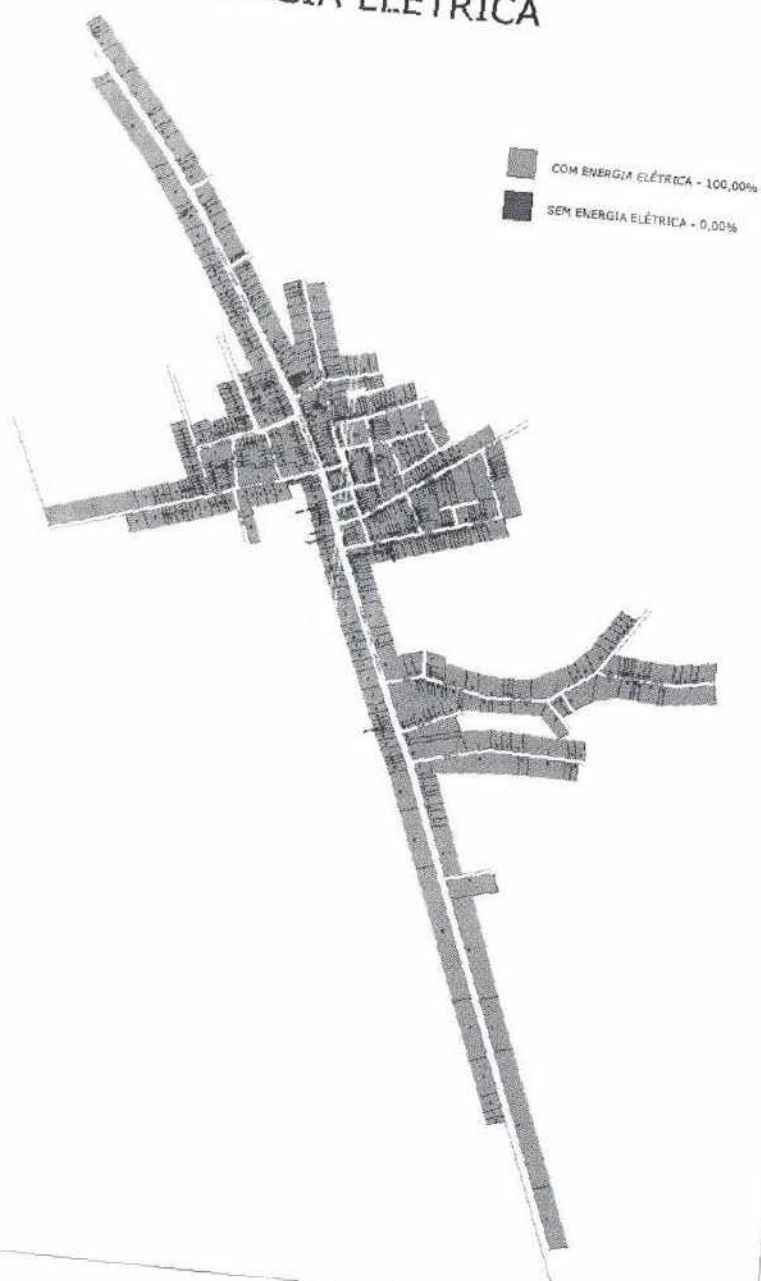
CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE

CONSUMO-KWH	2005	2006	VARIAÇÃO (05/06)
RESIDENCIAL	319.879	404.224	20,86%
INDUSTRIAL	1.380	1.330	- 3,62%
COMERCIAL	40.687	51.070	20,33%
RURAL	2.507	3.895	35,63%
PODER PÚBLICO	15.676	29.438	46,74%

ILUMINAÇÃO PÚBLICA	29.004	29.004	0%
SERVIÇO PÚBLICO	490	16.560	97,04%
PRÉDIO PRÓPRIO	0	0	0%
TOTAL	409.623	535.521	23,50%

Fonte: CEPISA

ENERGIA ELÉTRICA



11.2 SISTEMA VIÁRIO E TRANSPORTES

O transporte intermunicipal é feito por empresas concessionárias desse serviço e que utilizam ônibus, como meio de transporte.

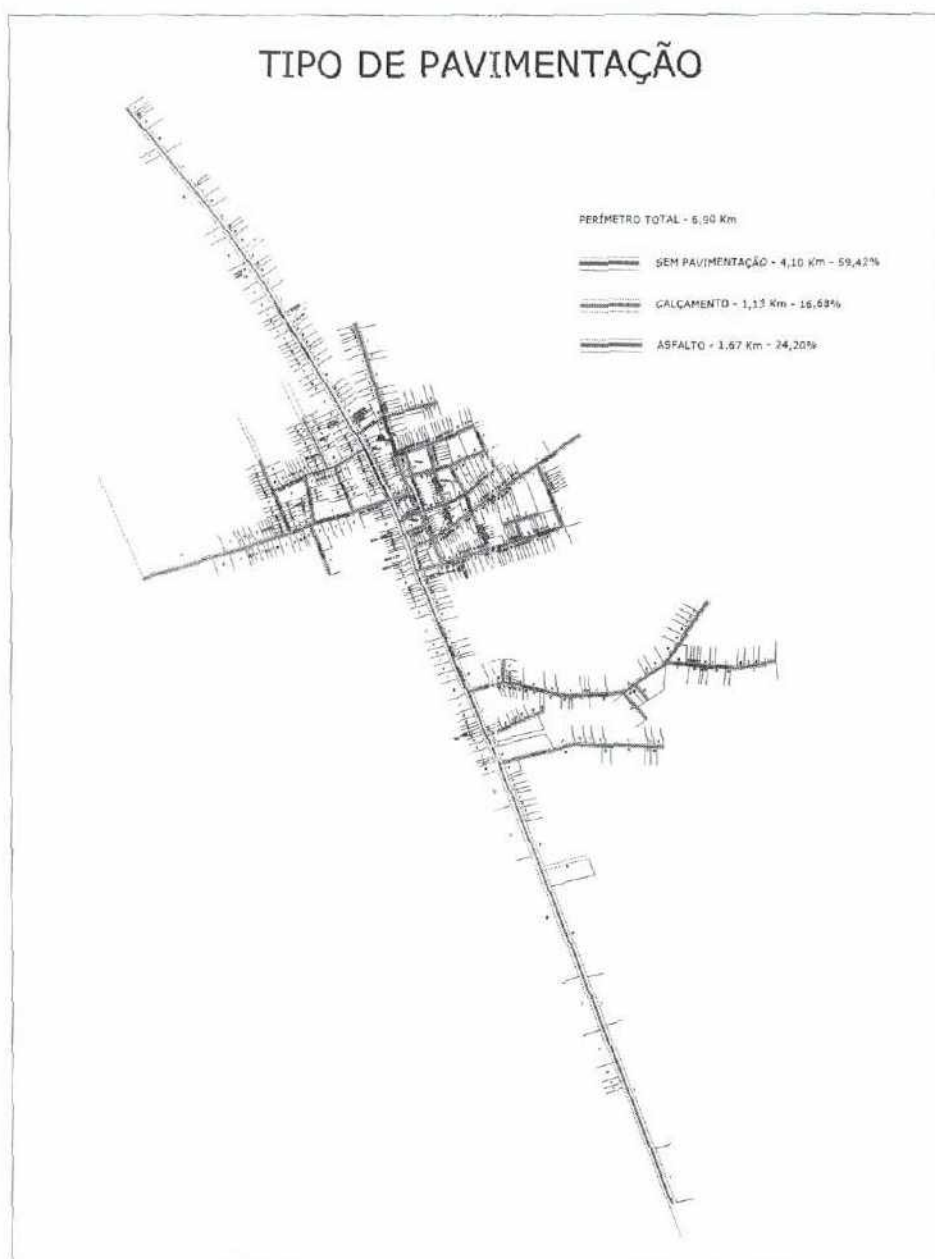
Existem outros meios de transportes que servem à população do Município, tais como: camionetas tipo Van, motos e bicicletas. Segundo dados do DENATRAN-2008, a frota cadastrada de veículos motorizados era de 122, onde a maior parte se constituía de motocicleta com 83 unidades, seguida de 17 automóveis e 17 caminhonetes, 2 caminhões, 2 motonetas e 1 microônibus.

TIPO DE VEÍCULO	QUANTIDADE
Automóvel	17
Caminhão	2
Caminhão trator	0
Caminhonete	17
Micro-ônibus	1
Motocicleta	83
Motoneta	2
Ônibus	0
TOTAL	122

Fonte: DENATRAN/2008

11.2.1 ESTRUTURA VIÁRIA URBANA

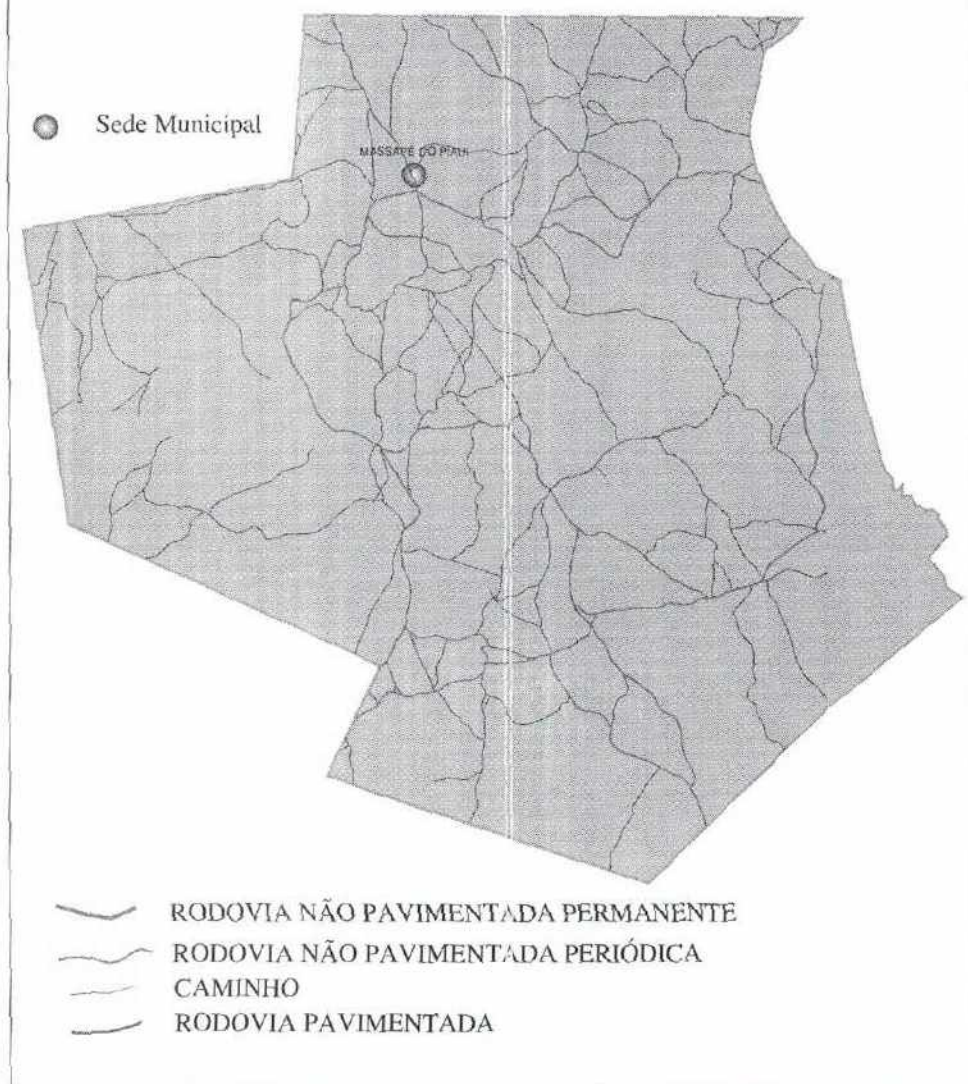
A estrutura viária do município de Massapé do Piauí é precária. Na zona urbana somente parte da via que dá acesso a cidade é asfaltada, correspondendo a 24,20% das vias. A maior parte possui pavimentação em paralelepípedo, correspondente a 16,68%. Já o percentual de ruas não pavimentada, ou seja, que não possuem um revestimento além do primário é de 59,42% do total da malha viária urbana.



11.2.2 ESTRUTURA VIÁRIA MUNICIPAL

A malha viária da zona rural apresenta pouca infraestrutura, pois o Município só tem uma rodovia pavimentada, a PI-461. As vias não pavimentadas são ainda mais precárias, principalmente no período chuvoso quando as estradas tornam-se intrafegáveis, requerendo, desta forma, investimentos em infraestrutura e manutenção.

MALHA VIÁRIA



11.2.3 HIERARQUIZAÇÃO DE VIAS

A hierarquização das vias pode ser representada pela classificação decorrente de suas funções prioritárias. São operacionalizadas por diversas intervenções físicas e de controle que buscam dar a eficiência ao sistema. Na classificação viária mais usual, temos **dois sistemas**: o **estrutural** (vias expressas e arteriais) e o **complementar** (vias coletoras e locais).

11.2.3.1 SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURAL

Neste sistema predominam os fluxos de passagem, ou seja, aqueles que atendem grandes deslocamentos.

a) **Vias expressas:** Controlam o acesso e segrega o fluxo que entra/sai da via; são vias de trânsito rápido, sendo caracterizadas por ausência de interseções em nível e a existência de acessos especiais que garantam condições de trânsito livre e também pela ausência de travessias de pedestres em nível e de acessibilidade direta aos lotes lindeiros, tendo o limite geral de velocidade mantido em 80 km/h, agora apenas para vias urbanas, cujo percentual em relação ao total de vias do Município é de 16,69%.

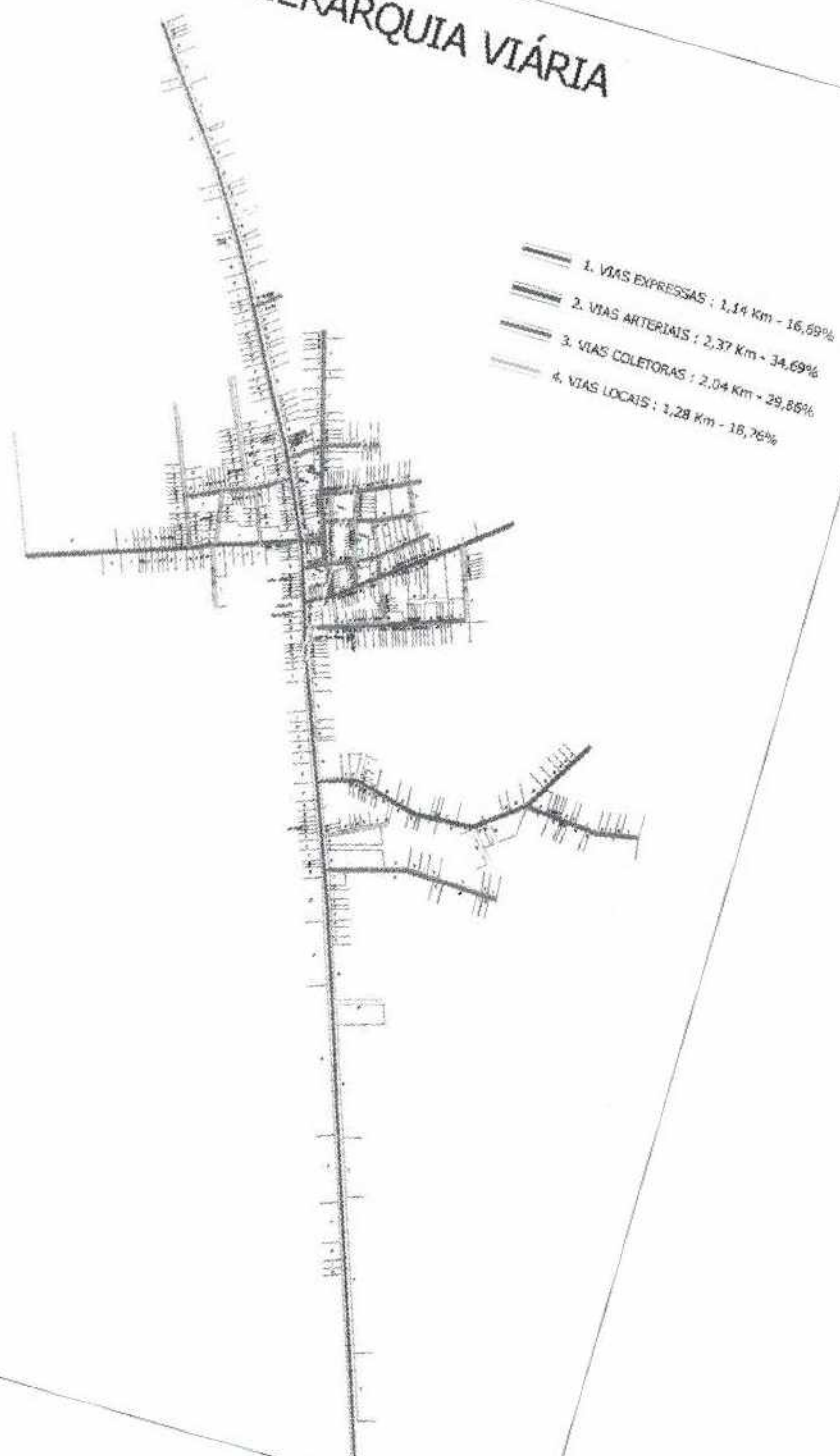
b) **Vias arteriais:** Privilegiam deslocamentos ao longo da via, sem controle de acesso; possibilitam o trânsito entre regiões da cidade, caracterizadas por interseções em nível, geralmente controladas por semáforos, com acessibilidade às vias coletoras e locais e aos lotes lindeiros, que correspondem às vias preferenciais do CNT/1966, tendo o limite geral de velocidade mantido em 60 km/h, agora apenas para vias urbanas, com um índice correspondente a 34,69% do total das vias.

11.2.3.2 SISTEMA VIÁRIO COMPLEMENTAR

a) **Vias Coletoras:** Ligam vias locais às arteriais e possibilitam o trânsito dentro das regiões da cidade com a função de coletar e distribuir o trânsito que, ao entrar ou sair das vias arteriais ou de trânsito rápido, correspondem às vias secundárias do CNT/1966 (caracterizadas também pela função de interceptar, coletar e distribuir o trânsito em demanda das vias preferenciais e de trânsito rápido), tendo o limite geral de velocidade mantido em 40 km/h, agora apenas para vias urbanas, representando estas vias 29,86 % do sistema viário local.

b) **Vias Locais:** Restringem o fluxo de passagem, sendo caracterizadas por possibilitar apenas o acesso local e a áreas restritas por interseções em nível não semaforizados, e o limite geral de velocidade foi elevado de 20 para 30 km/h, estando representadas por 18,76% das vias locais.

HIERARQUIA VIÁRIA



11.3 SANEAMENTO

11.3.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O abastecimento d'água na zona urbana de Massapé do Piauí é feito através da Prefeitura, tendo como fontes de captação poços tubulares com água de má qualidade, pois apresenta elevado grau de salinização, contendo minerais que lhe confere um sabor desagradável e a torna inadequada para diversos usos, principalmente, para o consumo humano.

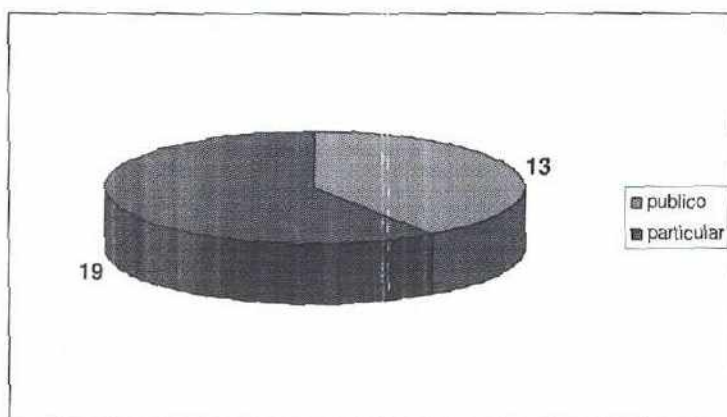
A água destinada ao consumo pela população é originária de Jaicós e sua distribuição feita através de carros-pipa.

Somente 30% das residências são abastecidas com água encanada, cuja captação é feita de poços particulares.

Segundo dados da Companhia de Recursos Minerais – CPRM, as fontes de abastecimento estão representadas por 35 pontos d'água, sendo três fontes naturais, 13 poços escavados (cacimba ou amazonas) e 19 poços tubulares. Quanto à propriedade do terreno onde se encontram 13 públicos, quando estão em terrenos de servidão pública e; 19 particulares, quando estão em propriedades privadas, conforme gráfico abaixo:



a Zona Rural



Fonte: CPRM

Com relação à situação dos poços cadastrados, foram identificadas quatro situações distintas: poços em operação, paralisados, não instalados e abandonados.

Os poços em operação são aqueles que funcionavam normalmente. Os paralisados encontram-se sem funcionar, temporariamente, devido a problemas relacionados à manutenção ou quebra de equipamentos. Os não instalados representam aqueles poços que foram perfurados, mas não foram ainda equipados com sistemas de bombeamento e distribuição. E por fim, os abandonados, que incluem poços secos e poços obstruídos, representando os que não têm possibilidades de produção.

SITUAÇÃO DOS POÇOS CADASTRADOS NO MUNICÍPIO

Natureza do Poço	Abandonado	Em operação	Não Instalado	Paralisado
Público	00	10	02	01
Particular	00	03	16	00
Total	00	13	18	01

Fonte: CPRM/2004

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

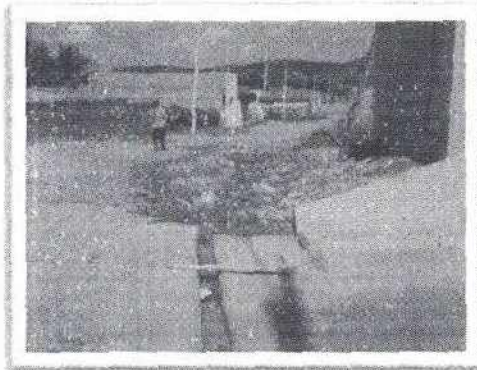


11.3.2 ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Não há rede de esgotamento sanitário implantada em Massapé do Piauí. As águas pluviais e servidas correm "à céu aberto". O esgotamento das águas não passa

causando poluição e risco para a saúde da população.

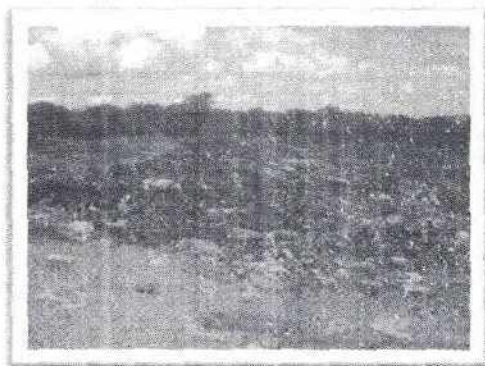
A drenagem urbana encontra-se bastante comprometida e constituindo um grave problema devido à existência de muitas vias sem pavimentação. Na época das chuvas formam-se pontos de alagamento, que junto aos resíduos domésticos e sem o devido controle sanitário contribuem para o surgimento de vetores que comprometem a saúde da população.



berto"

11.3.3 COLETA DE LIXO

Mesmo com a ausência de pavimentação em algumas vias, todas são



o"

beneficiadas pela coleta de lixo da Prefeitura, alcançando 100% de cobertura. O lixo coletado é levado ao lixão, localizado a 2 km do perímetro urbano, com cerca de proteção, porém não possuindo uma preocupação com o isolamento do acesso.

Durante o percurso é possível perceber parte dos resíduos que deveriam ser depositados, em sua totalidade, no local de destino. O lixão recebe os resíduos, jogados "à céu aberto" e sem o tratamento adequado. Não há campanhas educativas sobre o lixo como fator impactante, como também não existe coleta seletiva ou reciclagem.

11.4 COMUNICAÇÃO

O meio de comunicação utilizado é o sistema móvel, GSM, através da operadora Claro, na zona urbana; em algumas localidades da zona rural os moradores possuem cobertura da operadora TIM. O acesso à Internet é ofertado à população por

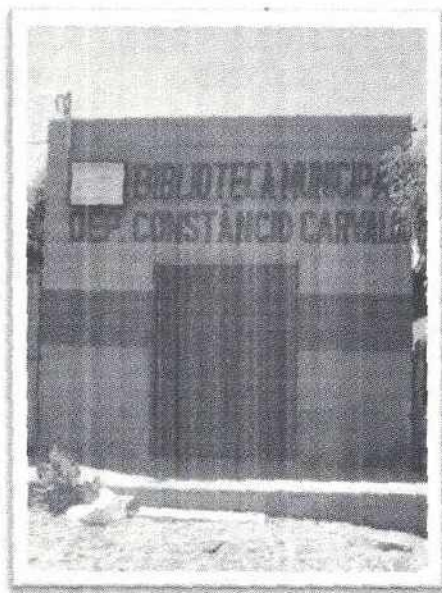
duas Lan house's, localizadas no bairro Centro; no povoado São Francisco alguns moradores também têm acesso à Internet. Foi identificada uma construção em andamento para servir de sede da futura rádio comunitária.



reios

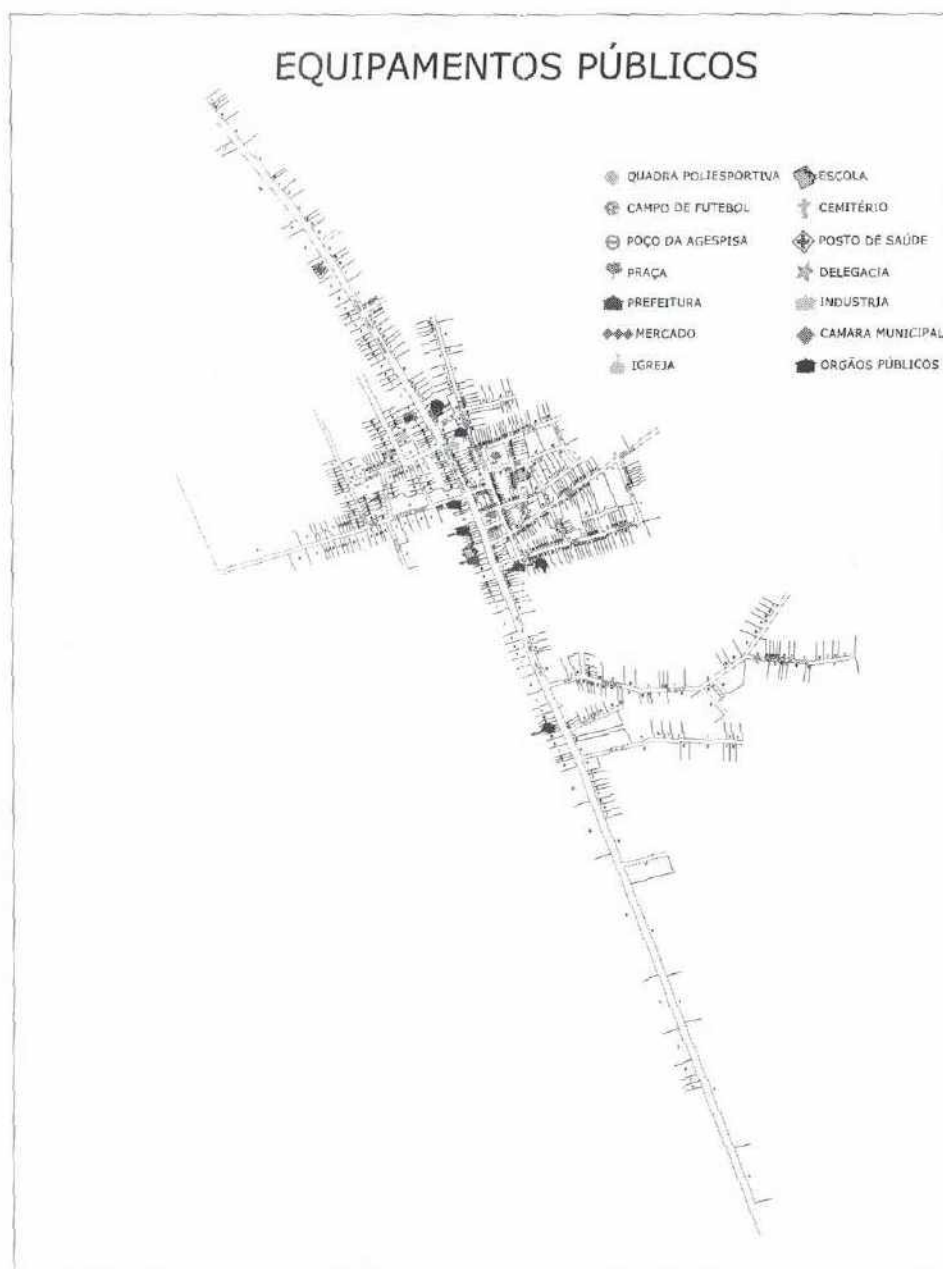
12 EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

Os equipamentos públicos existentes no Município são os seguintes: Posto de Saúde, escolas, creches, biblioteca, delegacia, quadra esportiva, telefones públicos, chafariz, poço, campo de futebol e praça. Estes equipamentos são insuficientes para atender às demandas da população, principalmente na zona rural, os quais não são encontrados em todos os povoados.



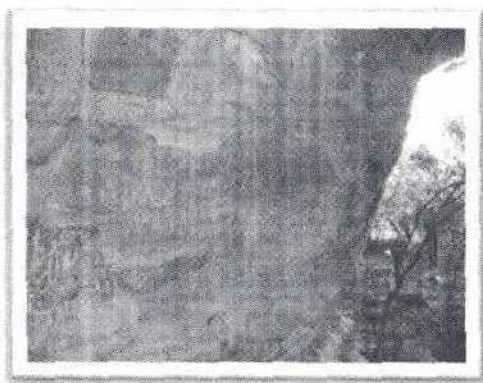
pal

Foi observado durante as leituras comunitárias e técnica que na zona rural existe uma carência de telefones públicos, escolas e postos de saúde, havendo a necessidade da ampliação da área de cobertura desses equipamentos para melhor atender à população. No mapa abaixo pode ser observado a localização desses equipamentos.



13 PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Há um rico patrimônio histórico e cultural em Massapé do Piauí, formado por vestígios de povos nômades primitivos, provavelmente indígenas que habitaram a região em um período distante. Fazem parte desse acervo patrimonial e histórico as inscrições rupestres, em áreas distintas do território.



lorrinhos

No sítio arqueológico de Morrinhos, destaque em alguns artigos científicos, ainda não foi realizado nenhum estudo de arqueologia. Encontra-se em estado de degradação, proveniente de determinados fatores naturais ou antrópicos, que agem acelerando a destruição das rochas e das pinturas. Além destes, alguns animais como morcegos, abelhas e cupins, também provocam a destruição do sítio.

Os massapêenses preservam sua cultura quando da realização de festejos religiosos (representados pelo festejo do Padroeiro São João Batista), feiras culturais e da comemoração do Aniversário da Cidade.

14 MEIO AMBIENTE

O município de Massapê do Piauí lida com problemas ambientais associados ao desmatamento de sua vegetação nativa, às queimadas, à caça predatória de animais silvestres, ao destino inadequado do lixo, à falta de esgotamento sanitário e à degradação do patrimônio arqueológico e dos recursos hídricos existentes. Na verificação *in loco* desses recursos naturais observou-se que o estágio de degradação permite uma recuperação condicionada a ações e políticas públicas bem definidas.

Em relação à fauna, as espécies mais afetadas pela caça são as dos gêneros *Euphractus* (tatu), *Tamandua* (tamanduá), *Mazama Rafinesque* (veado) e *Didelphis Linnaeus* (gambá).

Os recursos hídricos estão formados por rios, açudes, olhos d'água, lagoas e riachos, que, no período chuvoso, formam cachoeiras que são frequentadas por banhistas. Caracterizados como potenciais intermitentes, suas margens estão ameaçadas pelo processo de assoreamento, em decorrência do desmatamento das matas ciliares.

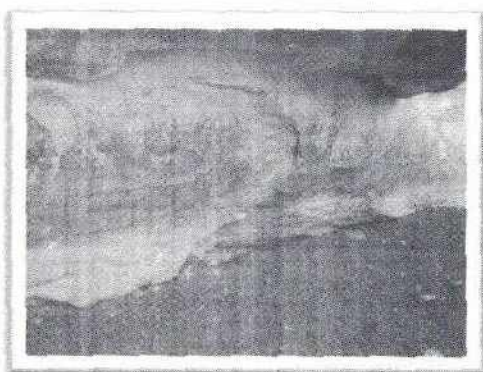
O solo e o ar sofrem pelo inadequado manuseio do lixo, pela fumaça das caieiras e queimadas. Uma constatação negativa na cidade foi a ausência de um matadouro público, o abate de animais destinados ao consumo é realizado em quintais das residências ou em terrenos baldios sem a devida higiene e sem inspeção sanitária. Um forte mau cheiro é provocado pelos resíduos fecais e vísceras jogados “à céu aberto”, contaminando o solo e expondo a população à doenças.

Não há registros da existência de áreas de preservação ambiental na região, mesmo havendo a comprovação da existência de sítios arqueológicos nas localidades Queimadas e Morrinhos que estão ameaçados pelo elevado estágio de degradação e, há muito tempo, deveriam estar compilados como patrimônio a ser preservado e estudado pelas instituições oficiais.

A ausência de legislação específica ambiental sobre a conservação e proteção das potencialidades do município, bem como de campanhas educativas de iniciativa pública ou da sociedade, contribuem para o agravamento dos problemas mencionados.

15 POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO

As potencialidades locais não estão representadas somente pelas atividades econômicas produtivas como a pecuária, a agricultura temporária e permanente, a extração do pó cerífero, a exploração da cajucultura com grandes possibilidades de expansão, mas também pelo ecoturismo que constitui um forte potencial a ser explorado.



sítes

A diversificação de atrativos turísticos está representada pelo conjunto arqueológico formado pelas inscrições rupestres, nas localidades Morrinhos e Queimadas; as cachoeiras; Morro do Chapéu, no bairro Espinheiro; Morro Chapada do Jaburu, na localidade Peixe;

Morro do Pico, na localidade Saco; Caldeirão Rio Boa Vista, na localidade Abóbora; Morro do Morcego, na localidade Morcego; Encosto de Pedra, nas localidades Cercadinho e Encosto de Pedra e o açude Dr. Wildo Diniz.

Pela proximidade desses atrativos à Sede municipal, é propícia a formação de trilhas, tornando viável o turismo ecológico e contemplativo. Desse modo, o município reúne condições para se fazer uma exploração racional dessa atividade, preservando os recursos naturais.

16 RELAÇÕES INTERMUNICIPAIS

Existe uma dependência no que se refere ao abastecimento de produtos e à prestação de serviços (médicos, financeiros, etc...), em relação a outros municípios, principalmente, a Jaicós e Picos. Não só a proximidade justifica essa relação de dependência, mas e, principalmente, por serem estes municípios possuidores de condições e estrutura adequadas para ofertar produtos e serviços.

Essa relação de dependência revela a falta de planejamento relacionada à infraestrutura e a criação de mecanismos que atraíam investimentos, visando ofertar serviços de qualidade em áreas de interesse da população, tornando, assim, desnecessário o deslocamento das pessoas para outros centros urbanos.

PARTE III

PERFIL INSTITUCIONAL E FINANCEIRO

1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

GABINETE DO PREFEITO

Chefe de Gabinete

Assessoria

Controladoria

Comissão de Defesa Civil

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento

Secretaria Municipal de Educação

Secretaria Municipal de Saúde

Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Secretaria Municipal de Agricultura

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal de Obras

Secretaria Municipal de Juventude, Desporto e Lazer

Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

PARTE IV
LEGISLAÇÃO

Dentre os instrumentos reguladores de desenvolvimento urbano previsto pela Lei 10.257/01 (Estatuto da Cidade), o município de Massapê dispõe dos seguintes:

Lei Orgânica do Município – Dispõe sobre a organização, destacando a ordem econômica, social e política, atribuindo competência aos Poderes Executivo e Legislativo, e enfatizando a independência e a harmonia entre eles. Disciplina sobre o funcionamento do Executivo especificando as competências de suas unidades administrativas, como também se refere ao Legislativo quanto às suas atribuições, seus procedimentos e forma de atuação, e aos direitos e deveres do funcionalismo público municipal.

Código de Posturas (Lei nº 056) – Regulamenta medidas de ordem administrativa que diz respeito à limpeza pública, ao bem estar social, à localização e ao funcionamento dos estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços, bem como às correspondentes relações jurídicas entre o Poder Público Municipal e os munícipes.

Código Tributário (Lei nº 059) – Dispõe sobre o sistema tributário municipal, regulando matéria de competência exclusiva do Município (impostos, taxas e contribuição de melhoria), bem como prevendo o fato gerador, as alíquotas a serem aplicadas e as formas de incidência dos tributos de acordo com as especificidades e os casos previstos neste instrumento.

PARTE V

CONCLUSÕES DA LEITURA DA CIDADE

A leitura da realidade municipal permite apontar as principais evidências constatadas nos meios urbano e rural, com relevância para o planejamento territorial de que trata o Plano Diretor Participativo de acordo com a discriminação a seguir.

1 PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS NA ZONA URBANA

- Município sob influência econômica de Jaicós;
- A economia é de subsistência e voltada para atividades agropecuárias e extrativistas;
- Estrutura organizacional da Prefeitura deficiente;
- Grande índice de desemprego;
- Renda *per capita* baixa;
- Há demanda por programas de inclusão digital e social;
- Demanda por ensino profissionalizante vocacionado para as potencialidades existentes;
- Necessidade de ampliação da rede de ensino fundamental e médio;
- Existência de um zoneamento por bairro reconhecido;
- Infraestrutura urbana precária;
- Passeios construídos com larguras e forma irregulares, com obstáculos que impedem a livre circulação e mobilidade urbana para portadores de necessidades especiais;
- O abastecimento d'água não é satisfatório;
- Não há canalização e tratamento de esgotos,
- Não há esgotamento sanitário;
- Boa qualidade do fornecimento de energia elétrica;
- A limpeza pública de ruas e avenidas é satisfatória;

- Não há aterro sanitário, coleta seletiva e fábrica de reciclagem do lixo;
- Há coleta de lixo;
- Existência de um “lixão” em local impróprio, sem proteção e tratamento adequado;
- Há carência de áreas verdes, lazer, esporte e cultura;
- Há bastante vazios urbanos;
- Necessidade do reconhecimento do bairro projetado, com a denominação de Pinheiros;
- Carência de habitação destinada às pessoas de baixa renda;
- A telefonia não atende às necessidades da população;
- Não há áreas de preservação ambiental;
- Ausência de programas de educação ambiental;
- Existência de queimadas e caças ilegais.
- As instalações físicas e os equipamentos da saúde não atendem satisfatoriamente às necessidades da população;
- Existência de um rico patrimônio histórico constituído por sítios arqueológicos, cachoeiras e morros;
- Ausência de legislação para preservar o patrimônio histórico e cultural;
- Inexistência de legislação que proteja a fauna e a flora;
- Há preocupação com a preservação cultural das festividades e das manifestações.

2 PRINCIPAIS EVIDÊNCIAS NA ZONA RURAL

- Existência de um zoneamento territorial reconhecido;
- Dispersão espacial das comunidades;
- Município possui condições hídricas suficientes para o desenvolvimento da agropecuária;
- Predomínio da agricultura e pecuária de subsistência;

- Produtores não têm incentivos e tecnologia para fomentar o desenvolvimento das atividades agrícolas;
- Baixa produção;
- Carência de assistência técnica e capacitação;
- Escolas, creches e postos de saúde não estão suficientemente adequados para atender a toda demanda municipal;
- Povoados carentes de infraestrutura e equipamentos públicos;
- Programas de melhorias habitacionais são insuficientes;
- Carência de fossas sépticas para atender à população;
- Energia elétrica de má qualidade;
- Em alguns povoados, há necessidade de ampliação e/ou instalação de redes de energia elétrica e telefonia;
- Ausência de áreas para lazer, esporte e cultura;
- Ausência de regulamentação de títulos de terra;
- Não há campanhas de conscientização para a preservação ambiental por parte da população;
- Potencialidades ambientais depredadas e sem infraestrutura para a exploração do ecoturismo;
- Lixo jogado "à céu aberto";
- Ausência de legislação para a preservação do patrimônio histórico e ambiental, relacionadas às inscrições rupestres e à caça ilegal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Técnica Legislativa*. Del Rey, 2003.

CEPRO, Fundação. *Anuário do Piauí*. Ano I. Teresina. Gráfica e Editora Junior Ltda, 2006.

CEPRO, Fundação. *Perfil dos Municípios Piauienses*. 1992.

CEPRO, Fundação. *Atlas da Exclusão Social no Piauí*. Teresina. Editora Fundação, 2003.

CEPRO, Fundação. *Piauí em Números*. 7ª edição revisada. Teresina, 2006.

CNM – Confederação Nacional dos Municípios. Disponível em:

<http://www.cnm.org.br/dado_geral/mumain.asp>

Coletânea de experiências bem sucedidas no Brasil – para serem aplicadas no âmbito da atuação do PCPR no Piauí. Teresina: PCPR, 2002

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea, Estado do Piauí*. Fortaleza, 2004.

CREA-SP – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo. *Patrimônio Histórico: Como e Por Que Preservar*. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

www.biblioteca.ibge.gov.br/

IPEA/PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano (IDH-M)*. 1991-2000. Disponível em:

www.ipea.gov.br

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Disponível em: www.inep.gov.br/basica/censo

BRASIL. Ministério das Cidades. *Plano Diretor Participativo: Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos*. 2ª edição - Brasília, 2005.

PAULA, Alexandre Sturion de. *Estatuto da Cidade e o Plano Diretor Municipal*. São Paulo: Lemos e Cruz Publicações Jurídicas, 2007.

PCPR – Projeto de Combate à Pobreza Rural. *Iniciativas municipais para o desenvolvimento sustentável*. Teresina, 2002.

SANT'ANA, Ana Maria de. *Plano Diretor Municipal*. São Paulo: Livraria e Editora Universitária de Direito, 2006.

SOARES, Nildomar da Silveira. *Leis Básicas do Estado do Piauí: coletânea*. Teresina: Jolene Gráfica e Editora, 2000.

Sistema Único de Assistência Social/SUAS

2 ASPECTOS FINANCEIROS

ANÁLISE FINANCEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSAPÊ DO PIAUÍ

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS PRINCIPAIS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

CONTAS	2007	2008	2009
Receita Total	6.128.402,21	7.075.490,91	7.982.679,02
Receitas Correntes	6.098.402,21	7.000.963,28	7.982.679,02
Receitas de Capital	30.000,00	74.527,63	
Deduções das Receitas Correntes	536.565,03	689.917,52	725.966,55
Receita Líquida	5.591.837,18	6.385.573,39	7.256.712,47
Receita Corrente Líquida	5.561.837,18	6.311.045,76	7.256.712,47
Total das Despesas	5.304.555,22	5.950.911,72	6.452.813,94
Despesa com Pessoal e Encargos Sociais	2.120.670,78	2.586.147,53	3.010.813,83
FPM	3.093.163,21	-	3.560.200,29
ICMS	161.555,67	184.050,56	219.110,93
ISSQN	55.094,99	-	83.902,93
Transferência SUS	629.023,90	-	761.096,09
Transferência Assistência Social	99.721,66	-	71.420,39
Transferência do FUNDEB	1.581.817,95	1.937.532,74	2.275.239,45
Transferências de Convênios	30.000,00	12.000,00	-
Transferências do FNDE	194.532,58	-	190.916,74

Fonte: Demonstrativos Contábeis PM Massapê do Piauí
Elaborado por Francisco Aldo CRC PI 008697/O-0

Diante dos dados expostos com base nos demonstrativos contábeis da Prefeitura de Massapê do Piauí, apresentamos as seguintes afirmações:

➤ Fazendo uma comparação dos demonstrativos contábeis entre os anos de 2007 e 2009 verifica-se uma variação aumentativa das Receitas na ordem de 30,26%. Já as Despesas aumentaram em 21,65% havendo, portanto, uma maior representatividade percentual em relação às receitas.

➤ O Município enquadrou-se dentro do percentual estabelecido no art. 19 da lei 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2007 comprometeu 41,49%; em 2008 40,98% e em 2009 atingiu 38,13%. Ressalta-se que o limite da despesa com pessoal estabelecido pela lei referenciada é de 60% das Receitas Correntes Líquidas. Vide quadro:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAL
1	2007	PESSOAL E ENCARGO/REC. CORRENTE LÍQUIDA	41,49%
2	2008		40,98%
3	2009		38,13%

➤ Como na maioria dos municípios piauienses, a principal fonte de recursos da Prefeitura é a Cota-Parte do FPM – Fundo de Participação dos Municípios que contribuiu em relação a Receita Corrente com os seguinte percentual, anualmente; em 2007 com 50,72% e em 2009 com 44,60%. Vide quadro abaixo:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	FPM/RECEITA CORRENTES	52,33%
2	2009		43,97%

➤ A receita própria do município referente ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza obteve em relação às Receitas Correntes os seguintes percentuais nos anos analisados. Vide quadro abaixo:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	ISSQN/RECEITA CORRENTES	0,90%
2	2009		1,05%

➤ A receita de Transferência Estadual referente a Cota-Parte do ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual,

Intermunicipal e de Comunicação, obteve os seguintes percentuais em relação à Receita Corrente. Vide quadro abaixo:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	ICMS/RECEITA CORRENTES	2,65%
2	2009		2,74%

➤ As transferências federais do SUS - Sistema Único de Saúde e Assistência Social mantiveram-se os seguintes percentuais em relação à Receita Corrente, conforme os anos analisados. Vide quadro:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	TRANSFERÊNCIA SIJS/RECEITA CORRENTE	10,31%
2	2009		9,53%

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	TRANS. ASSIS. SOCIAL/RECEITA CORRENTES	1,64%
2	2009		0,89%

➤ As transferências do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação representou a segunda maior receita do município nos anos em análises. Vide quadro abaixo:

ORDEM	ANO	RELAÇÕES	PERCENTUAIS
1	2007	FUNDEB/RECEITA CORRENTE	25,94%
2	2008		27,68%
3	2009		28,50%

Registra-se uma dependência de recursos federais, mas admitindo que os gastos encontram-se dentro dos limites de tolerância da Prefeitura, não impedindo que pequenos investimentos possam ser realizados. Recomenda-se, apesar das poucas informações disponibilizadas, um planejamento das ações prioritárias e maior rigor no acompanhamento e controle orçamentário dos recursos municipais.

APRESENTAÇÃO

O presente relatório refere-se à Etapa II do processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, fundamentado na realidade do município a partir das Leituras Comunitárias e Técnica, incorporando diagnósticos e prognósticos formulados e pactuados com a participação da comunidade. Trata-se de um trabalho que propõe mudanças em uma realidade, apresentando diretrizes e propostas e definindo instrumentos que viabilizem as ações apresentadas. Os procedimentos utilizados na sua elaboração cumprem com o estabelecido no Contrato de Assessoria Técnica, firmado entre a Associação das Prefeituras da Microrregião de Picos - AMPICOS e a JLI Auditoria, Consultoria e Projetos S/C Ltda., para prestar serviços de assessoria técnica na formulação de Planos Diretores aos Municípios associados e que aderiram ao contrato.

Por uma questão de método e para facilitar o entendimento, o presente relatório está dividido em quatro partes: a primeira aborda os fatores condicionantes do desenvolvimento, em que são analisadas as condições físicas, ambientais, urbanísticas, econômicas, sociais e institucionais, identificando dificuldades, potencialidades e apresentando alternativas referentes à administração territorial, bem como sugerindo a implementação de políticas correlacionadas; a segunda esboça um quadro com a seleção dos temas prioritários a serem contemplados, apontando as evidências constatadas no município e os instrumentos a empregar; a terceira apresenta as ações e os projetos correspondentes para o desenvolvimento urbano, idealizado e desejado pela população de acordo com as peculiaridades locais e, finalmente, a quarta parte diz respeito à instrumentalização do Plano que acena para a importância da legislação urbanística a ser criada e/ou revista e para a criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, cuja função principal é monitorar a implantação do Plano Diretor Participativo para garantir o controle social, devendo compor o texto do projeto de Lei.

Com a conclusão desta etapa, e do projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Massapê do Piauí, encerra-se o processo de elaboração do Planejamento Urbano Municipal e inicia-se uma nova fase de mudanças.

PARTE I

FATORES CONDICIONANTES DO DESENVOLVIMENTO

Promover o desenvolvimento de um município voltado para a inclusão e participação da sociedade - objetivos fundamentais do Plano Diretor - está condicionado a uma série de fatores físico-ambientais, urbanísticos, econômico-sociais e institucionais que podem se mostrar favoráveis ou não. Conhecer e avaliar esses fatores, através da leitura técnica, ajuda entender a realidade do município de Massapê do Piauí e identificar tendências de desenvolvimento, definir diretrizes e propostas e construir um novo modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de compatibilizar geração de emprego e renda, igualdade social e respeito ao meio ambiente, mediante processos participativos com o fortalecimento da gestão social.

1 FÍSICO-AMBIENTAIS

As peculiaridades físicas e ambientais do município se mostram favoráveis ao desenvolvimento de atividades econômicas produtivas, como a pecuária, a agricultura temporária e permanente e a extração do pó cerífero. Uma atividade recente é a cajucultura que encontra-se em fase de expansão, necessitando de infraestrutura, capacitação e assistência técnica. Esta cultura está sendo desenvolvida em substituição à do algodão, antes cobiçada pela sua produtividade e pela qualidade do seu fio comparado ao de outras regiões do país.

O plantio do algodão deixou de ser atrativo sob o ponto de vista econômico para os produtores do município em função das pragas, da falta de recursos financeiros e de apoio governamental. Atualmente, o plantio do caju está apresentando melhores resultados e despertando interesse junto aos produtores, principalmente pelo fato da existência da agroindústria (BR caju) localizada no município de Jaicós, que já compra toda a produção do município de Massapê do Piauí.

Desse modo, a tradicional vocação agrícola do município requer meios e infraestrutura, principalmente hídrica, emprego de modernas tecnologias, a fim de

viabilizar outras atividades de maior rentabilidade, fomentando o desenvolvimento do município com a geração de trabalho e renda.

Em se tratando dos recursos naturais, o município detém um potencial ecológico e cultural representado por sítios arqueológicos e afloramento de rochas de rara beleza. Inscrições rupestres foram identificadas e reconhecidas pelo IFAN, porém ainda não pesquisadas por antropólogos. Entretanto, sinalizam indícios da presença de povoações antigas com datação desconhecida. A área visitada está localizada em terras particulares, sem a devida proteção por parte do poder público municipal. Este potencial, se bem estruturado, propicia o desenvolvimento do turismo ecológico, alternativa capaz de contribuir para melhorar a economia local, servindo, inclusive, de incentivo ao surgimento de outras atividades complementares como o comércio, prestação de serviços de hospedagem, restaurantes, artesanato e outros.

Nesse contexto, o capital humano é fundamental, pois a qualificação da mão-de-obra é de extrema importância na transformação desse potencial em riqueza para o município. A incorporação de tecnologia, a mais simples que seja em qualquer atividade a ser fomentada, requer um nível mínimo de instrução e de cultura. O despreparo da mão-de-obra urbana ou rural faz com que o atraso se transforme numa grave restrição ao desenvolvimento do município.

Assim, deve-se pensar em cursos, treinamentos, capacitação para qualificar e habilitar pessoas que, direta ou indiretamente, estarão envolvidas com o turismo, consolidando-se com a realização de parcerias entre as esferas públicas e o setor privado alicerçado nas potencialidades existentes.

As condições climáticas mostra-se característico aos outros municípios da região onde se encontra (semi-árido), apresentando temperaturas que variam entre 18°C (mínima) e 36°C (máxima), e uma temperatura média anual de 27,0°C, com clima semi-árido quente e seco.

O município apresenta uma precipitação pluviométrica média anual definida no Regime Equatorial Continental, com isoietas anuais de 500 mm, sendo os trimestres de janeiro-fevereiro-março e dezembro-janeiro-fevereiro os mais chuvosos. Os meses de janeiro, fevereiro e março constituem o trimestre mais úmido.

Apesar dos recursos hídricos superficiais se mostrarem satisfatórios dependem das chuvas para se manter perenes. A realidade indica que o manancial é insuficiente,

seja para o abastecimento urbano ou para suprir as necessidades das atividades produtivas, a sugestão é a perfuração de poços tubulares de alta vazão como a construção de reservatórios tipo açudes, para armazenar as águas pluviais no período das chuvas e, dessa forma, poder garantir o abastecimento humano, animal, irrigação de áreas agricultáveis, bem como motivar a exploração da piscicultura em cativeiro, atividade capaz de movimentar a economia local.

As cachoeiras localizadas nos povoados Lagoa Grande e Fraga, próximas à cidade, e o Rio Boa Esperança representam além de um potencial hídrico local de uso comum para o lazer. Entretanto, as margens desses recursos naturais estão desmatadas e o rio passa por um grave processo de assoreamento, o que permite sugerir a criação de áreas de preservação permanente nessas margens e, conseqüentemente, a manutenção desses recursos hídricos naturais. Com isso, esse potencial também pode integrar o roteiro da atividade turística proposta neste relatório.

Com relação aos solos, encaminhamentos são apresentados como sugestões diante das aptidões identificadas nos três tipos de solos identificados e que são predominantes no município de Massapê do Piauí: LATOSSOLOS Álicos, ARGISSOLOS vermelho-amarelo e NEOSSOLOS Quartzarênicos. Todos apresentam certas limitações quanto a sua utilização em face às suas características próprias, porém, se corrigidos, efetuando-se manejo e utilizando técnicas adequadas, estes podem fornecer bons resultados de produção.

Os Latossolos Álicos apresentam características positivas como o de ser bastante desenvolvido, profundo, permitindo o bom desenvolvimento das raízes das plantas. Por outro lado, apresentam limitações quanto à acidez (pH alto) e fertilidade. Problemas estes que podem ser corrigidos com a aplicação de corretivos e com a adubação. Para tal tipo de solo culturas como a soja, citros, milho, feijão, cana-de-açúcar, melancia, girassol, dentre outras, são apropriadas desde que, sejam observadas as necessidades hídricas de cada cultura, bem como a correção química ideal para as mesmas (mediante análise do solo e recomendação de adubação).

Os Neossolos Quartzarênicos pelo fato de apresentarem baixa fertilidade química e baixo teor de M.O (matéria orgânica), além de serem bastante porosos

(número de macroporos maior do que o de microporos, resultando na grande perda de nutrientes por lixiviação e baixa retenção de água), necessitam tanto de adubação química quanto orgânica para melhoria de suas características químicas e físicas. Quanto ao aspecto físico, estes solos possuem estrutura frágil (presença de torrões poucos consistentes pela baixa relação entre areia e argila e/ou matéria orgânica), não devendo ser muito mexidos (práticas mecanizadas) pela razão de sua fácil erodibilidade. Por apresentar tais características, o melhor é mantê-los preservados com sua vegetação natural. Porém, se ocorrer a sua exploração, a mesma deve ocorrer com práticas de manejos conservacionistas, como manter os restos culturais sobre ele (forma de melhoria de sua estrutura evitando erosão) e exercer consorciação de culturas e implantação de adubação verde, bem como aplicação de adubos e fertilizantes. Em caso de utilização destas áreas para efetuar cultivos perenes (fruticultura, forragem para pastejo), sendo essa sua melhor utilização, deve-se atentar para os cuidados de manejo.

Em relação aos ARGISSOLOS Vermelho-amarelos, estes apresentam características físicas (dependendo do grande grupo que se encontra) quanto químicas excelentes. Porém, a principal característica dos Argissolos Vermelho-amarelos é o grande aumento de argila em profundidade, ou seja, na superfície do solo o teor de argila é muito baixo, mas em subsuperfície é médio/alto. Por esse motivo a velocidade de infiltração de água é muito rápida na superfície e lenta na subsuperfície, podendo causar erosão severa. Em detrimento desse fato, estes solos podem ser utilizados apenas em casos especiais, com culturas perenes (ex.: fruticultura), exigindo-se o máximo de manejo, sendo mais apropriados para a manutenção e conservação da vegetação nativa.

De acordo com levantamento feito *in loco* foi constatado que os recursos hídricos (águas superficiais barradas) do município são subutilizados, não havendo praticamente nenhum projeto ou produtor utilizando sistemas de irrigação com aproveitamento destes recursos. Nem mesmo hortaliças, apesar da disponibilidade de águas superficiais, são produzidas no município.

Também, recomenda-se o fortalecimento da agricultura com a implantação de projetos em parceria com órgãos estaduais e federais através de programas

específicos. A irrigação de pequenas áreas destinadas à produção de frutíferas e olerícolas (hortaliças folhosas, tubérculos, raízes, condimentos e aromáticas) pode estar sendo executada com intuito, principalmente, de melhorar os hábitos alimentares, além de agregar valores e incrementar a economia.

Além disso, a piscicultura é uma atividade que pode e deve ser implantada nas barragens presentes no município. Em se tratando da Barragem das Caraíbas, com capacidade de 8.480 m³, representa um reservatório ideal tanto pelo volume de água armazenada como pela sua extensão.

O criatório não só beneficiaria a população como mais uma opção alimentar, como constituiria fonte de emprego e renda às famílias que vivem, em sua maioria, dependendo da agricultura, como também movimentaria a economia local mediante a comercialização do excedente.

Como parte ambiental, a vegetação sofre com o desmatamento e queimadas para a exploração agrícola e pastoril. Para minorar essa situação é necessária uma orientação técnica de como produzir mais e melhor, conscientizando os produtores da necessidade de uma exploração sustentável e o uso de medidas coercitivas contra a caça ilegal. As espécies mais afetadas pela caça predatória são as dos gêneros *Euphractus*, *Tamandua*, *Mazama Rafinesque*, *Didelphis Linnaeus*, respectivamente denominadas de tatu, tamanduá, veado e gambá.

A assistência técnica mais frequente é importante para o meio rural, pois, evita a utilização de práticas inadequadas e melhora o aproveitamento das áreas, empregando modernas tecnologias e um manejo adequado. Dessa forma a agressão à flora e à fauna certamente diminuirá, podendo inclusive ocorrer incentivos para o reflorestamento das áreas degradadas, com plantas naturais da região. Deve ser desenvolvido um trabalho de conscientização junto às comunidades rurais, com vistas à preservação das espécies nativas. As formas de exploração devem estar submetidas a um controle permanente da exploração desse extrato vegetal.

Observa-se que a exploração da vegetação natural é feita de forma incorreta, aonde espécies como Pereiro de Tinto, Jatobá, Craibera, Aroeira, Carnaúba, Xique-xique, Quebra-faca e Quina aos poucos são eliminadas, podendo provocar desequilíbrio do ecossistema.

Em razão disso, devem-se buscar alternativas menos agressivas ao ambiente, explorando atividades comedidamente e de forma sustentável. Um exemplo a ser citado é o incentivo ao artesanato ecológico que, através de cursos de capacitação para confecção de pulseiras, colares, brincos, dentre outras peças, e utilizando sementes de plantas nativas da região, gera trabalho e complementa a renda familiar sem agredir a natureza.

A respeito dessa atividade, o SEBRAE é referência com trabalhos que deram resultados positivos em muitos municípios do estado.

Na dimensão ambiental, um dos principais fatores impactantes identificados na cidade além da falta de abastecimento e do esgotamento sanitário, é o lixo sólido, resultante de uma sociedade que a cada dia cresce e consome mais. Esse processo decorre da acumulação dos dejetos que nem sempre possui um lugar e um tratamento adequado. Também, a matança de animais nos quintais ou em terrenos próximos às residências sem nenhum procedimento de higiene, para armazenar as vísceras e resíduos fecais dos animais abatidos é um agravante para o meio ambiente, sendo necessária a construção de um matadouro municipal.

A periodicidade da coleta de lixo, na zona urbana semanal e na zona rural quinzenal, além de insuficiente para recolher todo o lixo produzido, prejudica a qualidade do meio ambiente. A cobertura da coleta deve abranger todos os bairros de maneira que não coloque em risco a saúde da população.

Em referência ao lixão, o mesmo está localizado próximo à zona urbana, não correspondendo às exigências sanitárias e colocando em risco o meio ambiente pela infiltração do chorume, como também, devido ao livre acesso, expondo as pessoas e os animais a doenças.

O processo adotado para amenizar o mau cheiro é queimar, o que produz fumaça suficiente para incomodar os moradores próximos ao local. No caso específico, a sugestão é realocação do atual lixão para outra área que diste, no mínimo, 5km do perímetro urbano, devidamente protegido e dado o tratamento adequado.

Observa-se o esforço da prefeitura municipal para amenizar o problema do lixo, mas a sociedade almeja que ela seja mais atuante e, se for o caso, envolver a

iniciativa privada como parceira das ações municipais. A instalação de coletores nas principais vias da cidade é uma forma simples de educar a população para absorver os corretos procedimentos quanto ao manuseio do seu lixo doméstico, colocando em local adequado e, com isso, facilitar a coleta pública. Recomenda-se a realização de campanhas educativas além da adoção de medidas que possam disciplinar a população no sentido de colaborar quanto aos procedimentos adequados de armazenamento e destino do lixo.

Sabe-se que o município sofre diante da responsabilidade como titular desses serviços, principalmente com relação ao local de destino (lixão), e da escassez de recursos financeiros para uma solução efetiva.

A instalação e a manutenção de um aterro sanitário representam alto custo, o que impõe aos municípios de pequeno porte como o de Massapê do Piauí a se consorciarem. Esta alternativa talvez seja a melhor solução para resolver esse crucial problema, que é comum a qualquer município.

No entanto, em face às dificuldades aduzidas para a construção de uma obra desse porte, algo tem que ser feito. Desse modo, as sugestões apresentadas visam não só minorar os efeitos sobre a qualidade de vida das pessoas, mas tornar a cidade de Massapê do Piauí mais atraente do ponto de vista de habitabilidade.

Com referência ao potencial arqueológico, o município possui dois sítios que foram identificados e situados em locais distintos dentro do território. Um situado na localidade Queimadas e outro na localidade Morrinhos, ambos em estado avançado de degradação pela ausência da proteção e conservação do poder público.

Verificou-se que o sítio da localidade Morrinhos foi um dos últimos sítios arqueológicos catalogados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 2008, "É um sítio raro de se ver", atestou a pesquisadora arqueóloga Conceição Lages. "Só tem inscrições do Estilo Agreste", revelou em entrevista concedida à revista Mais Foco. As suas gravuras apresentam formatos de homens, animais e plantas. Os sítios distam, aproximadamente, 18 quilômetros do centro da cidade, em uma área de difícil acesso na estação de inverno.

Nacionalmente conhecido e destaque em revistas pela importância de suas pinturas rupestres, o sítio arqueológico de Morrinhos está visivelmente deteriorado

pela ação de determinados fatores naturais ou antrópicos, que agem acelerando o desgaste das rochas e das inscrições. Além disso, alguns animais como morcegos, abelhas e cupins, também provocam a descaracterização das figuras, que até a presente data nenhuma pesquisa foi desenvolvida.

Além de transformar e reconhecer legalmente como áreas de proteção e preservação ambiental, o poder público deve aproveitar esse potencial natural para desenvolver o turismo ecológico na região com a utilização de trilhas como acesso, proporcionando também o lazer contemplativo de outros recursos naturais que o município possui.

Uma população conscientizada de como cuidar bem do meio em que vive consegue mais facilmente manter as potencialidades preservadas e, por outro lado, ter uma melhor qualidade de vida. O papel da sociedade é de suma importância nesse processo, como o da iniciativa privada e do poder público, cada qual agindo e provendo os meios necessários para que todos sejam beneficiados.

Enfim, recomenda-se que o espaço urbano seja mais humanizado em todos os seus aspectos inclusive quanto à arborização, que reduz a sensação térmica provocada pela alta temperatura, tornando o ambiente mais ameno e com uma melhor qualidade do ar.

2 URBANÍSTICOS

A evolução da mancha urbana de Massapê do Piauí demonstra que a cidade cresceu de forma dispersa. No bairro Centro é onde se registrou as edificações mais antigas. Até a década de 90, a cidade cresceu 23,17%. Da década de 90 a 2000, a cidade continuou a crescer, com maior adensamento dos bairros já criados, com 15,14%. A partir do ano 2000 observa-se uma aceleração da ocupação urbana, apresentando um índice de 61,69% da área total ocupada.

Massapê do Piauí apresenta, atualmente, um índice de ocupação urbana de aproximadamente 45,46%, ficando 34,59% de áreas sem ocupação e 19,25% ocupada por áreas verdes, raças, ruas e passeios. A zona urbana possui lotes pequenos, com grande quantidade de casas geminadas.

A cidade apresenta gabarito horizontal e uma média densidade ocupacional. Da totalidade das edificações 99,31% são térreas, 0,69% são compostas por térreo e primeiro pavimento. Não há ordenamento territorial nem fiscalização, o que gera edificações sem os devidos recuos, ventilação e orientação adequada para o clima quente do Piauí. É imprescindível a implantação de um código de obras e uma melhor organização e fiscalização por parte da prefeitura municipal.

Há uma carência muito grande de praças, áreas para lazer, cultura e esportes. Existe a necessidade de arborização e paisagismo urbano.

A zona urbana de Massapé do Piauí possui uso predominantemente residencial com 79,45% de ocupação, seguido do uso comercial com 12,33%, do institucional com 4,57%, do uso misto (comercial e residencial) com 2,51%, e por fim o uso industrial sem representatividade com 0,00%. Além destes existem outros usos que contabilizam 1,14%. Os usos comercial, misto e institucional estão, em sua maioria, concentrados às margens das vias de maior circulação, tirando proveito da localização mais visível e do fluxo mais intenso.

Observando o mapa de tipologia da zona urbana de Massapé do Piauí, percebe-se um padrão construtivo bom se comparado aos demais municípios do Piauí, com edificações bem conservadas, sem nenhuma construção em taipa e um grande número de construções em adobe, correspondendo a 80,96%, e a 19,14% de alvenaria (tijolo de furos).

Antes de promover o crescimento rumo à periferia, convém ocupar melhor os espaços vazios das áreas urbanas que já têm melhor infraestrutura. Imóveis desocupados e situados na chamada "cidade formal", geralmente se beneficiam da infraestrutura urbana, como esgoto, água, luz, pavimentação de vias, entre outros, custeados pelo poder público e, portanto, pela sociedade. Quanto maior a área urbana, maior é o custo de implantação e manutenção destas redes e vias. Mantê-los subutilizados representa um alto custo social, acarretando ônus à administração pública e prejuízos à coletividade. Exercer a função social da propriedade não é nada além do que proporcionar o seu uso adequado.

É preciso criar mecanismos que incentivem a dinâmica urbana e aprimorem atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes no município

e tirando partido de suas potencialidades, com assessoria, cursos técnicos e ecológicos especializados para capacitação da população local.

A estrutura viária urbana do município de Massapé do Piauí é precária, na zona urbana apenas 11,95% das vias são asfaltadas, 16,76% são pavimentadas com paralelepípedo e 71,29% são vias não pavimentadas. A malha viária da zona rural apresenta baixa infraestrutura com apenas a PI 229 que dá acesso a cidade asfaltada. As vias não pavimentadas são ainda mais precárias, principalmente no período chuvoso, quando as estradas tornam-se intrafegáveis, requerendo desta forma, investimentos em infraestrutura e manutenção. Apesar da modesta frota de veículos motorizados existente no município de Massapé do Piauí, há de se prever um aumento desta frota e com isso um estudo de hierarquização de vias e estruturação física. Os passeios das vias urbanas são precários, apresentam diferenças de nível, não tem rampas de acesso e, na grande maioria, sem pavimentação adequada, contrariando, assim, as normas de acessibilidade da ABNT. Obviamente trata-se de questões de solução difícil e cara, mas que podem muito bem serem evitadas daqui por diante nas áreas de expansão e por ocasiões de eventuais reformas nas edificações e quadras já consolidadas.

A maioria dos equipamentos comunitários e urbanos encontra-se no bairro Centro, sendo preciso estruturar melhor os demais bairros, realizando uma distribuição mais igualitária dos recursos e equipamentos. A zona urbana apresenta boa cobertura da rede de energia elétrica, pois 100% das edificações são beneficiados por ela. Porém, a energia elétrica é de má qualidade em todo o município e há frequentes quedas e oscilações. Há carência de melhorias em iluminação pública, tanto na zona urbana, quanto na rural.

2.1 ZONEAMENTO

Constitui um instrumento necessário a elaboração do PDP, mediante o qual o território é dividido em compartimentos levando em conta o diagnóstico das condições físicas ambientais, econômicas e sociais do município.

O zoneamento busca alcançar os seguintes objetivos:

- . ordenar o crescimento urbano, compatibilizando com a oferta de serviços e a capacidade de investimentos do município;
- . harmonizar o uso e a ocupação do solo com a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural;
- . separar usos incompatíveis, evitando conflitos de vizinhança;
- . otimizar a infraestrutura instalada;
- . proteger áreas inadequadas à ocupação urbana;
- . orientar a implantação de novas atividades com vistas ao melhor aproveitamento das vocações ambientais, da infraestrutura e a economia de recursos;
- . otimizar a mobilidade urbana e a acessibilidade para integrar o território municipal;
- . promover a inclusão territorial e a moradia digna.

O detalhamento do zoneamento refere-se à divisão em:

Macrozonas - áreas caracterizadas pela amplitude e pelos aspectos morfológicos e econômicos diferenciados do território no município;

Zonas de uso - representam parcelas do território dimensionadas em função de áreas definidas, cujos locais necessitam de parâmetros urbanísticos específicos, pois têm características, finalidades e necessidades diferenciadas na cidade;

Zonas especiais - são parcelas do território destinadas dentre outras coisas à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social para população de baixa renda;

Áreas especiais - são áreas que necessitam de políticas direcionadas, através de programas e projetos de iniciativa do poder público de acordo com sua finalidade (preservação ambiental, reurbanização, promoção do lazer, áreas verdes, preservação do patrimônio histórico e cultural), como demandas complementares à habitação e demais atividades não residenciais controladas quanto a incômodo e impacto.

2.1.1 Macrozoneamento Municipal

O macrozoneamento define diretrizes e objetivos gerais para grandes áreas do município, de acordo com o interesse coletivo e a capacidade de gestão da cidade.

I - Macrozona Urbana

Parcela do território delimitada pelo contorno do perímetro urbano, a ser melhor subdividida e detalhada no zoneamento urbano a seguir.

II - Macrozona das Chapadas

Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte e ao oeste com o município de Jaicós; ao sul e ao leste com a Macrozona dos Carnaubais, caracterizada pela presença de latossolo amarelo e da produção de feijão, mandioca, caju e criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

Objetivos

- Melhorar a infraestrutura viária do município, que é precária, principalmente no período das chuvas;
- Ampliar e melhorar os serviços de telefonia, eletrificação rural, abastecimento de água (poços, reservatórios, adutora e cisternas), manejo dos resíduos sólidos e saneamento (construção de fossas sépticas);
- Manter, incentivar e aprimorar atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes na macrozona, com assessoria e cursos técnicos especializados para capacitação da população local;
- Promover e incentivar a irrigação rural com suporte técnico especializado, visando maior produção e produtividade.

III - Macrozona dos Carnaubais

Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com a Macrozona das Chapadas; ao sul com o município de Patos do Piauí; ao leste com a Macrozona Boa Esperança e a Macrozona Boa Vista; ao oeste com o município de Jaicós, caracterizado pela presença de um solo mais arenoso e pela produção de feijão, milho e criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

Objetivos

- Melhorar a infraestrutura viária do município, que é precária, principalmente no período das chuvas;

- Ampliar e melhorar os serviços de telefonia, eletrificação rural, abastecimento de água (poços, reservatórios, adutora e cisternas), manejo dos resíduos sólidos e saneamento (construção de fossas sépticas);
- Manter, incentivar e aprimorar atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes na macrozona, com assessoria e cursos técnicos especializados para capacitação da população local;
- Promover e incentivar a irrigação rural com suporte técnico especializado, visando maior produção e produtividade.

IV - Macrozona Boa Esperança

Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com o município de Jaicos; ao sul com a Macrozona Boa Vista; ao leste com o município de Belém do Piauí; ao oeste com a Macrozona dos Carnaubais, caracterizado pela presença de um solo mais argiloso e pedregoso e pela produção de feijão, milho e criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

Objetivos

- Melhorar a infraestrutura viária do município, que é precária, principalmente no período das chuvas;
- Ampliar e melhorar os serviços de telefonia, eletrificação rural, abastecimento de água (poços, reservatórios, adutora e cisternas), manejo dos resíduos sólidos e saneamento (construção de fossas sépticas);
- Manter, incentivar e aprimorar atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes na macrozona, com assessoria e cursos técnicos especializados para capacitação da população local;
- Promover e incentivar a irrigação rural com suporte técnico especializado, visando maior produção e produtividade.

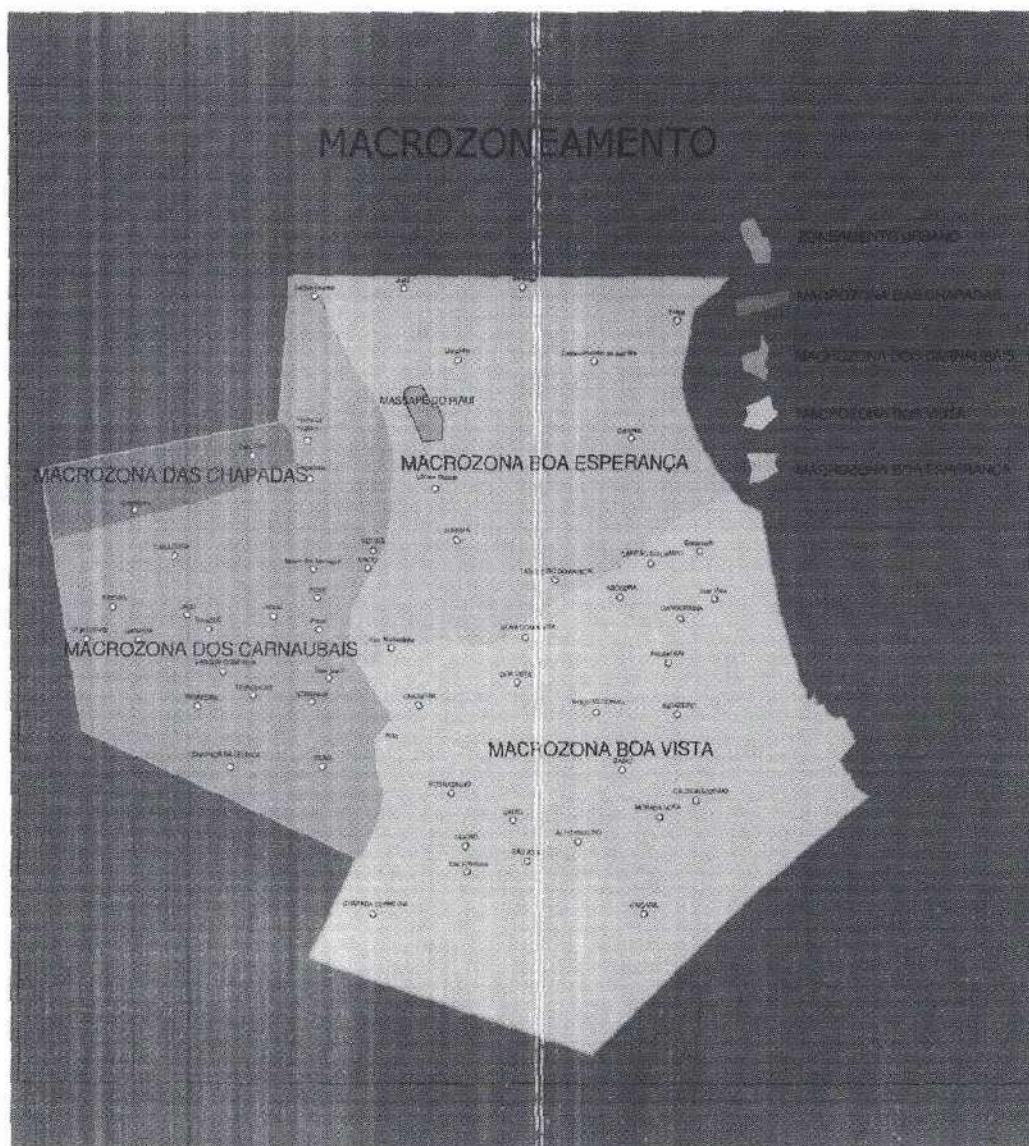
V - Macrozona Boa Vista

Parcela do território municipal, cujo contorno geográfico está definido pelos limites ao norte com Macrozona Boa Esperança; ao sul com os municípios de Patos do Piauí e Caridade do Piauí; ao leste com o município de Simões; ao oeste com a Macrozona dos

Carnaubais, caracterizado pela presença de um solo mais fértil, terra de vazantes e baixões, produção de feijão, milho e criação de bovinos, caprinos, ovinos e suínos.

Objetivos

- Melhorar a infraestrutura viária do município, que é precária, principalmente no período das chuvas;
- Ampliar e melhorar os serviços de telefonia, eletrificação rural, abastecimento de água (poços, reservatórios, adutora e cisternas), manejo dos resíduos sólidos e saneamento (construção de fossas sépticas);
- Manter, incentivar e aprimorar atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes na macrozona, com assessoria e cursos técnicos especializados para capacitação da população local;
- Promover e incentivar a irrigação rural com suporte técnico especializado, visando maior produção e produtividade.



2.1.2 Zoneamento Urbano

O zoneamento urbano é um instrumento através do qual a cidade é dividida em pequenas áreas sobre as quais incidem diretrizes diferenciadas para o uso e a ocupação do solo, especialmente com relação aos índices urbanísticos. O zoneamento busca alcançar esses objetivos através do controle de dois elementos principais: o uso e o porte (ou tamanho) dos lotes e das edificações. Com isso, espera-se que os resultados, através de intervenções individuais, estejam de acordo com os objetivos do município que incluem proporcionalidade entre a ocupação e a infraestrutura, necessidade de proteção de áreas frágeis e de interesse cultural, harmonia do ponto de vista volumétrico, etc.

Para minimização dos conflitos de uso do solo optou-se pela metodologia de limitações pelo sistema viário combinada com a metodologia tradicional de limitações por zonas (onde usos e atividades são divididos em categorias - residencial, comercial, industrial, etc.) e cada zona possui diretrizes quanto à possibilidade ou não de abrigar cada uma delas, por entender ser o município uma cidade de pequeno porte, mas que necessita separar usos incompatíveis, resolvendo conflitos de vizinhança já existentes.

As limitações pelo sistema viário classificam os usos e atividades em categorias, e definem para estas, níveis de incomodidade usando a seguinte lógica:

- Vias expressas, arteriais e coletoras são mais tolerantes à incomodidade;
- Vias locais são menos tolerantes à incomodidade.

Dessa forma, incentiva-se o uso misto em todas as zonas, menos na zona industrial e ao mesmo tempo é possível evitar que usos muito incompatíveis instalem-se lado a lado, com um bom nível de resolução, com estudos de impacto de vizinhança.

I - Zona Urbana Consolidada 01 - ZUC 01

Parcela consolidada do território municipal com pior infraestrutura, destinada ao adensamento, à renovação urbana e a uma urbanização mais igualitária (se comparada à zona urbana consolidada 02). Maior carência de equipamentos públicos, áreas para lazer e cultura.

Objetivos

- Melhorar a precária infraestrutura existente, com pavimentação de vias e eliminando gambiarras elétricas existentes;
- Requalificar urbanística e ambientalmente a malha existente;
- Induzir a ocupação de imóveis não utilizados ou subutilizados;
- Orientar a convivência adequada de usos e atividades diferentes;
- Introduzir novas dinâmicas urbanas;
- Garantir a proteção e a preservação do patrimônio ambiental e cultural;
- Realocar fábricas com incompatibilidade de uso com o residencial para a futura zona industrial;

- Conscientizar a população sobre a problemática do lixo, criando campanhas educativas através de diferentes formas inclusive via rede de ensino público e também infraestruturar, de forma adequada, as vias públicas com lixeiras e placas educativas.

Índices urbanos

-Lote mínimo: 10,00m x 30,00m = 300,00 m²

-Recuos mínimos: FRENTE = 3,00m

LATERAIS = 1,20m

FUNDO = 2,00m

-Índice de ocupação (I.O.) = 70%

-Índice de aproveitamento (I.A.) = 4,00

-Índice de permeabilidade (I.P.) = 0,20

II - Zona Urbana Consolidada 02 - ZUC 02

Parcela consolidada do território municipal com melhor infraestrutura (bairro Centro), destinada ao adensamento, à renovação urbana e a urbanização. Carência de áreas para lazer e cultura.

Objetivos

- Melhorar infraestrutura existente;
- Requalificar urbanística e ambientalmente a malha existente;
- Induzir a ocupação de imóveis não utilizados ou subutilizados;
- Orientar a convivência adequada de usos e atividades diferentes;
- Introduzir novas dinâmicas urbanas;
- Garantir a proteção e preservação do patrimônio ambiental e cultural.
- Realocar fábricas com incompatibilidade de uso com o residencial para a futura zona industrial.
- Conscientizar a população sobre a problemática do lixo, criando campanhas educativas através de diferentes formas inclusive usando a rede pública de ensino para esse fim e também instalar nas vias públicas lixeiras e placas educativas.

Índices urbanos

- Lote mínimo: $10,00 \text{ m} \times 30,00 \text{ m} = 300,00 \text{ m}^2$
- Recuos mínimos: FRENTE = 3,00 m
 LATERAIS = 1,20 m
 FUNDO = 2,00 m
- Índice de ocupação (I.O.) = 70%
- Índice de aproveitamento (I.A.) = 4,00
- Índice de permeabilidade (I.P.) = 0,20

III - Zona de Ocupação Prioritária - ZOP

Parcela não consolidada do território municipal, destinada ao adensamento e à urbanização, visto que esta é a área urbana mais propícia à ocupação futura devido à ausência de barreiras físicas naturais, à proximidade de acesso à estrutura urbana consolidada e por direcionar o crescimento rumo ao centro do Estado, já que o lado oposto, compreendendo a área ocupada pela zona urbana, encontra-se limitado pela divisa entre os estados do Piauí e de Pernambuco.

Objetivos

- Qualificar urbanística e ambientalmente a futura malha;
- Infraestruturar e colocar em funcionamento serviços básicos;
- Fazer a ocupação do território obedecendo a um plano de ocupação urbana, previamente elaborado, a ser executado pela prefeitura e elaborado por uma equipe técnica habilitada, de acordo com as diretrizes do Plano Diretor Participativo;
- Dar continuidade ao tecido urbano existente, dimensionando as vias de acordo com o estudo de hierarquização de viária.

Índices urbanos

- Lote mínimo: $10,00 \text{ m} \times 30,00 \text{ m} = 300,00 \text{ m}^2$
- Recuos mínimos: FRENTE = 3,00 m
 LATERAIS = 1,20 m
 FUNDO = 2,00 m
- Índice de ocupação (I.O.) = 60%
- Índice de aproveitamento (I.A.) = 3,00

- Índice de permeabilidade (I.P.) = 0,20

IV - Zona Urbana não Consolidada e Controlada - ZUNCC

Parcela não consolidada do território municipal, destinada ao controle de ocupação e à restrição da expansão urbana, devido à proximidade dos limites físicos das encostas de morros.

Objetivos

- Garantir a predominância de uso residencial e a baixa densidade;
- Conter a expansão urbana;
- Limitar o parcelamento urbano.

Índices urbanos:

- Lote mínimo: 20,00 m x 30,00 m = 600,00 m²

- Recuos mínimos: FRENTE = 4,00 m

LATERAIS = 1,50 m

FUNDO = 2,50 m

- Índice de ocupação (I.O.) = 50%
- Índice de aproveitamento (I.A.) = 2,00
- Índice de permeabilidade (I.P.) = 0,35

V - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS

Parcela não consolidada do território municipal, destinada à regularização fundiária, à urbanização e à produção de habitação de interesse social para a população de baixa renda.

Objetivos

- Viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;
- Implementar políticas e programas de investimento e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à moradia digna voltada para a população de baixa renda;
- Qualificar urbanística e ambientalmente a futura malha;

- Infraestruturar e colocar em funcionamento os serviços básicos.

Índices urbanos

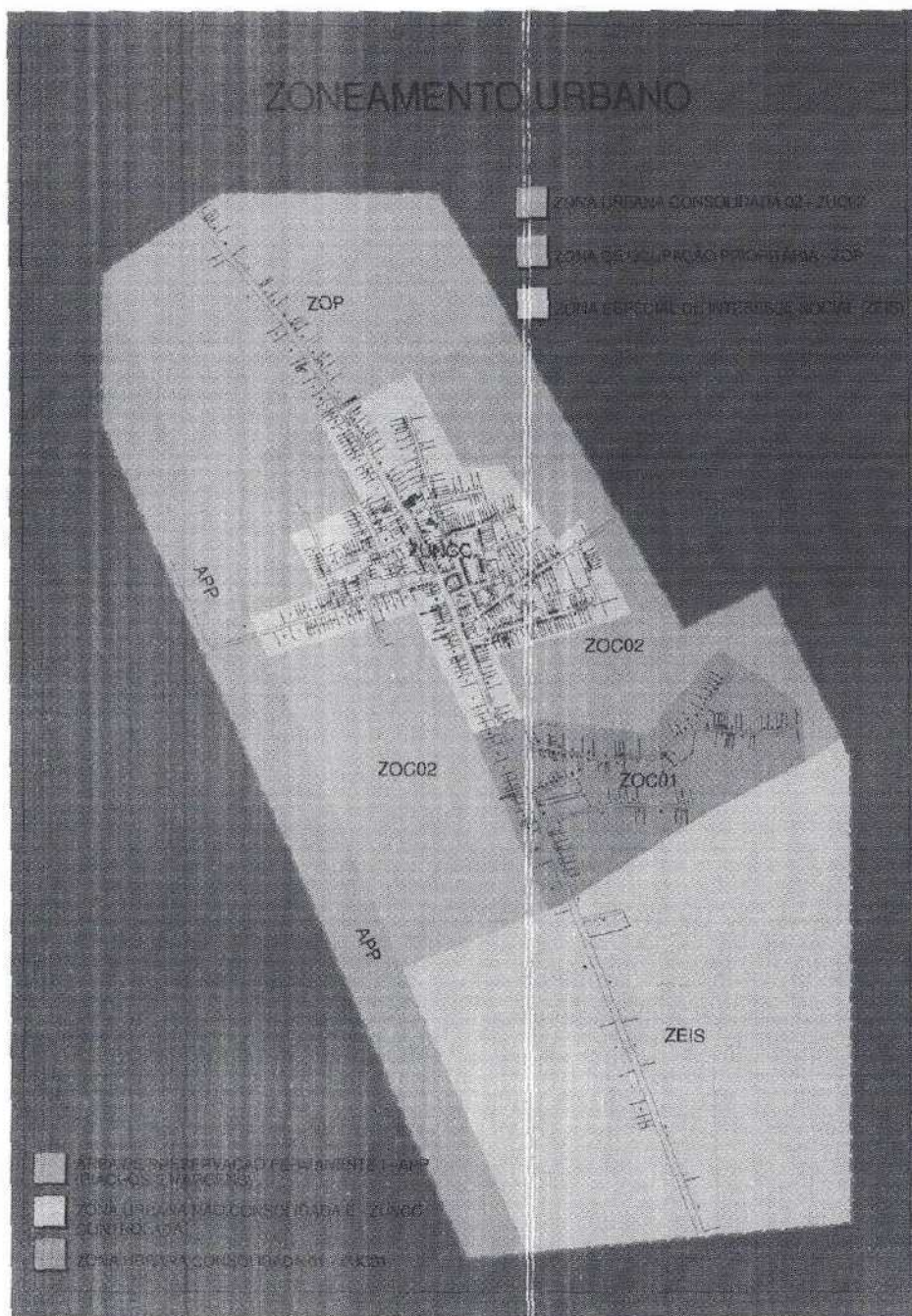
- Lote mínimo: 7,00 m x 20,00 m = 140,00 m²
- Recuos mínimos: FRENTE = 2,00 m
LATERAL 01 = 1,00 m
LATERAL 02 = ZERO
FUNDO = 1,00 m
- Índice de ocupação (I.O.) = 75%
- Índice de aproveitamento (I.A.) = 2,00
- Índice de permeabilidade (I.P.) = 0,20

VI - Área de Preservação Permanente 01 (açudes) - APP 01

Parcela do território municipal de domínio público ou privado, onde é fundamental a proteção e a conservação dos recursos hídricos naturais, com sua adequada utilização visando à preservação do meio ambiente.

Objetivos

- Consolidar a reserva com a reposição das espécies vegetais nativas na área degradada (platô da serra);
- Proteger as encostas e a vegetação em seu entorno, servindo para drenagem natural das águas pluviais;
- Conciliar a preservação com atividades de lazer ecológico e contemplativo;
- Proporcionar uma melhor qualidade de vida à população residente nas proximidades da reserva.



3 INSTITUCIONAIS

A estrutura organizacional da Prefeitura não está adequadamente preparada para absorver as mudanças e executar as ações propostas pelo Plano Diretor. Uma reavaliação é fundamental, pois ajustes devem ocorrer na sua estrutura, como também e, concomitantemente, a capacitação de servidores, a fim de que eles estejam

habilitados a executar atividades de uma gestão mais participativa e descentralizada, prevista para a administração pública municipal. Com isso, os serviços prestados pelo poder público tornar-se-ão mais céleres e eficientes, apresentando qualidade e excelência para a satisfação da população.

A gestão pública que conta com a participação popular na elaboração do planejamento de suas ações, a exemplo do Orçamento Participativo, reflete o exercício da cidadania e da democracia. No caso do Orçamento ou de outro instrumento de gestão elaborado de forma participativa (Governo e Sociedade) ajuda ao gestor público administrar melhor a sua cidade, levando em conta que as necessidades de cada bairro ou povoado são discutidas e pactuadas pela população.

Na dimensão político-institucional, as relações entre o poder público e as organizações sociais devem estar próximas e fortalecidas, pois essas organizações são instrumentos de luta e de conquistas de direitos, que participam de debates e de discussões relevantes, através dos espaços institucionalizados, como fóruns, conferências, audiências públicas e outras formas de participação popular, agindo em defesa do interesse comum.

Como parte desse contexto os instrumentos reguladores são peças fundamentais para se efetivar mudanças na realidade econômica e social do município, fazendo com que o espaço urbano municipal cresça de forma ordenada. Dentre eles destacam-se a Lei do Perímetro Urbano, o Código Tributário, o Código de Obras e de Posturas, a Lei do Uso e Ocupação do Solo, a Lei do Parcelamento do Solo, a Lei do Meio Ambiente e outros, que devem ser criados ou revistos de acordo com a necessidade, além da Lei do Plano Diretor.

Sem esse aparato normativo torna difícil a execução das ações propostas inclusive a relativa à tributação, como é o caso do IPTU que somente é exequível com a elaboração do Cadastro Imobiliário. Vale ressaltar, que esse cadastro visa não somente o aumento da capacidade tributária, mas também auxiliar o crescimento ordenado do território urbano municipal.

Com os ajustes sugeridos, relacionados à reestruturação organizacional e administrativa da Prefeitura, requiere-se a qualificação dos servidores, técnicos e administrativos, assim como a implantação de uma administração compartilhada com a sociedade, a fim de que a gestão pública municipal tenha os meios e as condições

necessárias para transformar Massapê do Piauí em uma cidade planejada, na qual todos tenham acesso aos espaços coletivos e a serviços públicos de qualidade.

4 ECONÔMICOS - SOCIAIS

O município de Massapê do Piauí possui um contingente populacional (IBGE/2000) de 5.988 habitantes, com uma densidade de 10,65 hab./km². Com base na população censitária IBGE/2000, o contingente rural é mais representativo com 5.217 habitantes, correspondendo a 87,12% do total, enquanto na zona urbana o número de habitantes soma 711, equivalente a 12,88%, considerado, desse modo, baixo grau de urbanização.

Com relação à variação do crescimento médio da população residente por estimativa, entre 2000 a 2008, foi de, apenas, 0,1%, variação considerada relativamente baixa, para um período de 08 anos.

Não obstante apresentar o IDH-M/2000 de 0,504, considerado regular, tendo a Educação participado com o maior índice de contribuição para o aumento do IDH Municipal, tendo o fator Renda demonstrado pouca relevância na composição deste índice, levando a população, principalmente da zona urbana, a conviver com o problema do desemprego.

Para mudar esta situação o poder público deve implantar políticas públicas com objetivos voltados para a geração de emprego e renda. Para tanto, o fomento ao desenvolvimento das atividades como a agropecuária, o extrativismo e o turismo é importante para a economia municipal. A cajucultura e o turismo ecológico devem assumir caráter de prioridade, pois representam as melhores alternativas diante das potencialidades, sem esquecer as atividades tradicionais como a agricultura e a pecuária que mantêm a sobrevivência da economia local.

Também, é importante o estabelecimento de políticas públicas que propiciem a abertura de espaços à economia solidária, pois ela assegura uma melhor distribuição

da produção e comercialização de forma associativa e caracterizada pela autogestão. Esse sistema tem aflorado com excelentes resultados no meio da agricultura familiar, que deve ser vista como eixo aglutinador de ações estratégicas, pois, dessa forma, há o fortalecimento do setor primário com melhoria do nível da renda dos produtores.

Os produtores precisam de incentivos como isenções fiscais, acesso às linhas especiais de crédito, dentre outros, devendo tal iniciativa partir do poder público que tem a missão de fomentar o desenvolvimento rural, para, com isso, haver aumento da produção com qualidade e, conseqüentemente, tornar os produtos competitivos para um mercado cada vez mais exigente, além de fortalecer a economia local.

Na dimensão educação, a prioridade é o investimento na erradicação do analfabetismo e na manutenção e ampliação dos estabelecimentos de ensino, garantindo ensino de qualidade e gratuito, nos níveis de ensino Infantil, Fundamental e Médio. Sugere-se a implantação do ensino profissionalizante, ofertando à população mais opção de qualificação para competir no mercado de trabalho, colocando-se nesse contexto, a inclusão digital e social.

O transporte escolar é requisito básico para estimular e melhorar a frequência escolar. Garantir o transporte escolar significa dar dignidade e elevar a auto-estima daqueles alunos que não possuem condições de locomover-se para concretizar o sonho do saber.

No que se refere à saúde, verifica-se uma precária estrutura física hospitalar na zona urbana como também na zona rural. Com isso, o grau de dependência é bastante elevado em relação ao município de Picos. Há necessidade de uma ampliação da rede municipal de saúde com equipamentos básicos e de profissionais da área para atender melhor à população. Procedimentos de pequena complexidade, serviços ambulatoriais e exames de rotina são condições que devem ser oferecidas à população, tornando o município e a população menos dependente.

Há necessidade de melhoria habitacional, construção de estradas, ampliação da rede de energia, abastecimento d'água de boa qualidade, saneamento básico, pavimentação e implantação do sistema de telefonia móvel, visando estruturar melhor o município para atrair investimentos e proporcionar uma qualidade de vida digna a seus habitantes.

A estrutura fundiária é caracterizada, principalmente, pela predominância de minifúndios, havendo poucas grandes propriedades, estando a terra distribuída entre pequenos e médios proprietários. Dessa forma, existe uma distribuição fundiária, onde a maioria dos produtores rurais participa da formação da riqueza do município produzindo e retirando dela o sustento familiar com dignidade e, assim, tendo a oportunidade de uma vida melhor.

A partir da função social da propriedade e da cidade está se promovendo o homem, incentivando a sua participação e concedendo-lhe oportunidades para trabalhar e ter uma renda digna.

Com uma tradicional vocação para agropecuária, o município se ressente de uma infraestrutura que propicie condições para o aproveitamento desse potencial e de políticas para fomentar o desenvolvimento das atividades produtivas. Além de investimentos, a educação é uma alavanca fundamental na transformação dessa e de outras potencialidades existentes. A este aspecto, especialmente, preocupa a extensão da desinformação e do grau de exclusão da população.

À nova realidade que se desenha para o desenvolvimento econômico do município, que possa gerar trabalho e renda, é fundamental o respaldo da administração municipal, no sentido de implantar, dentre outras coisas, instrumentos reguladores como o Cadastro Imobiliário, o qual ajuda a regulamentar de forma justa a cobrança do IPTU e, com isso, melhorar a receita própria para poder, com maior folga financeira, realizar os investimentos e atender às demandas sociais mais urgentes.

Como a maioria dos municípios piauienses, as receitas municipais de Massapê do Piauí dependem dos repasses constitucionais do Tesouro Nacional. As maiores transferências são oriundas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, do Fundo para o Desenvolvimento da Educação Fundamental - FUNDEF, de convênios e de outras receitas, caracterizando, assim, uma submissão financeira aos recursos da União.

Diante das sugestões apresentadas neste Plano Diretor Participativo do município de Massapê do Piauí, com a previsão de que sejam realizadas ao longo de dez anos, compete ao gestor fazer a avaliação e priorizar a execução de cada uma de acordo com a capacidade de financeira e o interesse do município.

É necessário que o acompanhamento das receitas e o controle das despesas sejam realizados efetivamente, de modo que os recursos previstos no orçamento possam suprir, suficientemente, os gastos com a materialização das ações imprescindíveis ao crescimento ordenado do território urbano do município.

SÍNTESE DOS TEMAS PRIORITÁRIOS A SEREM CONTEMPLADOS

QUADRO SINTÉTICO DOS TEMAS PRIORITÁRIOS A SEREM CONTEMPLADOS

TEMAS PRIORITÁRIOS	EVIDÊNCIAS QUE OS RESPALDAM	INSTRUMENTOS A EMPREGAR
SANEAMENTO BÁSICO INSUFICIENTE	As águas servidas domésticas e pluviais escoam "à céu aberto"; não existe rede de saneamento básico. O lixo coletado é depositado e/ou queimado em um lixão "à céu aberto", sem proteção e tratamento adequado, localizado próximo à zona urbana. Não há campanhas educativas.	✓ Código de Obras e Postura. ✓ Cadastro Imobiliário. ✓ Provimento dos serviços. ✓ Implantação da rede de esgotamento sanitário e da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE. ✓ Uso da coleta seletiva. ✓ Construção de um aterro sanitário ou realocação do atual lixão. ✓ Criação ou revisão da Lei Ambiental. ✓ Promoção de campanhas educativas ambientais.
TERRENOS VAZIOS EM ÁREAS URBANAS	Mapa de cheios e vazios.	✓ Cadastro Imobiliário. ✓ Delimitação do perímetro urbano. ✓ IPTU progressivo no tempo. ✓ Lei de Desapropriação

		com pagamentos em títulos. ✓ Direito de preempção.
HABITAÇÃO	Ausência de infraestrutura básica, de bons serviços urbanos, de construção de casas destinadas às famílias de baixa renda e regularização dos terrenos não titulados.	✓ Código de Obra e Postura. ✓ Zona Especial de Interesse Social - ZEIS. ✓ Usucapião. ✓ Programas de melhorias e construções habitacionais. ✓ Titulação de aforamentos e regulação fundiária.
ENTRAVES À MOBILIDADE RURAL	Precariedade das vias rurais, principalmente no inverno.	✓ Investimento em infraestrutura e manutenção de vias.
MEIO AMBIENTE E PATRIMÔNIO HISTÓRICO AMEAÇADO DE DEGRADAÇÃO	Depósito de lixo e dejetos em locais inadequados, principalmente na zona rural; falta de fossas sépticas (zona rural) e falta de saneamento básico adequado (zona urbana); Ausência de áreas de preservação ambiental, patrimonial e cultural (sítios arqueológicos). Caça ilegal, desmatamento sem controle; insuficiência de abastecimento de água.	✓ Código Florestal. ✓ Lei de Incentivo à Preservação. ✓ Zoneamento (urbano e rural). ✓ Código Ambiental. ✓ Código de Obras e Posturas. ✓ Lei de Incentivo à Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural. ✓ Lei de N° 9.985, de 18 de Julho de 2000, que institui o Sistema Nacional

de Unidades de
Conservação da Natureza.

✓ Lei N° 6.938/81 que
dispõe sobre a Política
Nacional do Meio
Ambiente, Leis Ambientais
Federais e Conselho
Nacional do Meio
Ambiente.

✓ Lei Federal N°
11.445/07 que estabelece
diretrizes nacionais para o
saneamento básico.

✓ Criação de um museu
com a finalidade de
recolher, conservar,
pesquisar e valorizar as
inscrições rupestres que
são elementos de valor
cultural e ambiental.

✓ Criação de APA's (Áreas
de Preservação
Ambiental).

✓ Criação de RPPN's
(Reservas Particulares do
Patrimônio Natural).

✓ Criação de Unidades de
Conservação da Flora e
Fauna.

✓ Combate ao
desmatamento ilegal.

DESESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

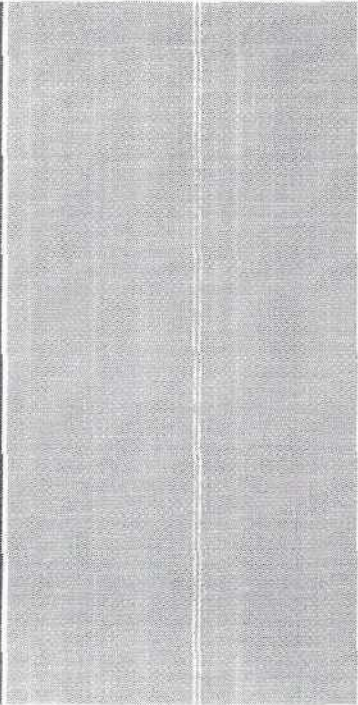
A estrutura organizacional da administração municipal requer melhor organização; adequação jurídico-normativas ao novo modelo de gestão participativa; revisão e/ou criação dos instrumentos tributários e de indução ao desenvolvimento sustentável e instituição de mecanismos que permitam a integração das ações de planejamento propostas pelo Plano Diretor.

✓ Curso de capacitação para os servidores municipais.

✓ Reformulação da atual estrutura organizacional adequando-a ao modelo de gestão participativa, prevista pelo Plano Diretor.

✓ Instituição de instrumentos reguladores necessários à implementação do Plano Diretor como:

- Cadastro Imobiliário.
- Código de Obras e Postura.
- Código Tributário.
- Lei do Perímetro Urbano.
- Lei do Meio Ambiente.
- Código de Postura.
- Direito de Preempção.
- Direito de Superfície.
- Utilização, parcelamento ou edificações compulsórias.
- IPTU progressivo.
- Outorga onerosa do direito de construir.
- Operações urbanas consorciadas.



- Zoneamento municipal, ambiental e urbano.
- Desapropriação.
- Zonas Especiais de Interesse Social.
- Usucapião.
- Regularização fundiária.
- Estudo de impacto de vizinhança.
- Instituição de planos, programas e projetos contemplando as diversas áreas.

AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO

O direito à cidade inclui, necessariamente, a acessibilidade aos serviços públicos, como: trabalho, habitação, educação, saúde, saneamento e lazer, sem os quais não sendo possível falar em cidadania. Desse modo e diante do exposto, podem-se projetar ações de uma configuração que se deseja e que se mostra razoável para a cidade de Massapê do Piauí, conforme a seguir mencionadas:

1 URBANO

Ação 01 - Consolidar a atual zona urbana, ocupando os terrenos vazios, regularizando as parcelas informais da cidade e promovendo um melhor aproveitamento da infraestrutura existente.

Ação 02 - Garantir à comunidade o acesso e uso dos espaços coletivos, priorizando o pedestre e oferecendo serviços de qualidade na orientação, sinalização e tratamento urbanístico de áreas preferenciais relacionadas ao deslocamento.

Ação 03 - Construir praças, áreas verdes, espaços para cultura, esporte e lazer e estruturar os passeios públicos, de acordo com as normas de acessibilidade da ABNT.

Ação 04 - Distribuir melhor os equipamentos públicos, beneficiando os bairros com menor infraestrutura.

Ação 05 - Implantar obras de pavimentação, melhoria e manutenção das vias.

Ação 06 - Criar e por em prática instrumentos reguladores e de indução ao desenvolvimento, para que as ações possam ser concretizadas.

Ação 07 - Capacitar servidores municipais, tornando-os habilitados para as mudanças e ajustes a serem implementados.

Ação 08 - Planejar a melhor forma de aproveitar as potencialidades, minimizando os problemas relacionados à administração territorial urbana mediante à adoção das seguintes providências:

A) Promover a reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal;

B) Criar ou revisar instrumentos reguladores como o Código de Obras e Postura, o Código Tributário, Lei do Perímetro Urbano, Lei do Meio Ambiente, Lei de Uso e Ocupação do Solo; do Parcelamento Urbano, Cadastro Imobiliário, etc..., com a finalidade de facilitar a fiscalização e o controle da expansão urbana, tendo como referencial a Lei do Plano Diretor;

C) Prover a Administração Municipal de instalações e equipamentos, a fim de que os servidores possam dispor de melhores condições de trabalho e de poder prestar serviços de qualidade à população.

Ação 09 - Melhorar a qualidade da energia elétrica, do abastecimento de água e telefonia.

Ação 10 - Construir a rede de esgotamento sanitário e a estação de tratamento de esgoto.

Ação 11 - Realocar o atual "lixão" para área adequada e protegida, evitando o risco de doenças para os animais e a população.

Ação 12 - Consorciar-se com outros municípios para a construção de aterro sanitário e a implantação da coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.

Ação 13 - Promover campanhas de educação ambiental.

Ação 14 - Colocar lixeiras em pontos estratégicos da cidade.

Ação 15 - Criar programas de construção e melhoria habitacional destinada às famílias de baixa renda.

Ação 16 - Promover geração de emprego e renda.

Ação 17 - Implantar o ensino profissionalizante direcionado para áreas com potencial e de interesse do município.

Ação 18 - Promover a manutenção e expansão da rede de ensino, com vistas a assegurar a oferta do Ensino Fundamental e da Educação Infantil, de 0 a 5 anos, em creche e pré-escola.

Ação 19 - Qualificar e aperfeiçoar o corpo docente, técnico e administrativo da rede de ensino municipal, para oferecer uma educação de qualidade;

Ação 20 - Ampliar a estrutura física e de pessoal da área da saúde, para melhor atender à população.

Ação 21 - Criar a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e de Controle dos Recursos Naturais.

Ação 22 - Instituir mecanismos para reduzir o consumo de bebidas alcoólicas, drogas e cigarros.

Ação 23 - Criar Áreas de Preservação Ambiental e Patrimonial (APAS). Esses espaços, além de áreas de preservação e proteção ambiental e patrimonial de possíveis agentes impactantes naturais ou antrópicos, servirão para o lazer contemplativo, visitação turística, prática de atividades esportivas, bem como local para encontros e eventos culturais e científicos.

Ação 24 - Incrementar e divulgar o potencial turístico e a exploração do ecoturismo.

Ação 25 - Incentivar a produção do artesanato, tendo como finalidade a reprodução, divulgação e preservação da identidade arqueológica municipal, suplementando a renda da população local e alimentando o turismo cultural.

PROJETOS

Projeto 01 (Ação 01) - Consolidação da Zona Urbana

Descrição: Adensar os espaços vazios e subutilizados com habitações de interesse social, equipamentos públicos e comunitários e espaços destinados ao lazer e à cultura, aproveitando a infraestrutura existente antes de promover a expansão rumo à periferia.

Fonte: Prefeitura, Ministérios: Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Urbano, Esporte, Cidades, Turismo e Cultura.

Projeto 02 (Ação 02) - Inclusão Social

Descrição: Garantir aos massapêenses o amplo acesso aos espaços coletivos com respeito ao pedestre, promovendo a orientação, sinalização e tratamento urbanístico adequado nas áreas preferenciais de deslocamento.

Fonte: Prefeitura, Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Projeto 03 (Ação 03) - Construção de Equipamentos Públicos e Infraestrutura Urbana

Descrição: Construir praças, áreas verdes e espaços para a cultura, esporte e lazer e a estruturação dos passeios públicos, conforme as normas de acessibilidade da ABNT, a serem utilizados pela população.

Fonte: Prefeitura, Ministério das Cidades, do Esporte e do Planejamento Orçamento e Gestão.

Projeto 04 (Ação 04) - Distribuição Espacial Urbana dos Equipamentos Públicos

Descrição: Distribuir de forma igualitária os equipamentos públicos, através de novas construções, beneficiando os bairros com menor infraestrutura (Carcará e Trizidela).

Fonte: Prefeitura, Ministérios das Cidades, da Cultura e do Esporte.

Projeto 05 (Ação 05) - Estruturação da Malha Viária Urbana

Descrição: Construir vias urbanas pavimentadas e sinalizadas, com passeios de conformidade com as normas vigentes de acessibilidade, tendentes a facilitar o tráfego e a mobilidade das pessoas.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério das Cidades.

Projeto 06 (Ação 06) - Instituição e Revisão de Instrumentos Reguladores

Descrição: Criar ou revisar instrumentos reguladores relacionados ao desenvolvimento e ao ordenamento territorial urbano, de modo que as ações propostas possam ser concretizadas.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Projeto 07 (Ação 07) - Capacitação dos Servidores Municipais

Descrição: Promover cursos e treinamentos nas diversas áreas da Administração Municipal, habilitando os servidores para desempenhar, com eficiência, as atividades e poder prestar ao público serviços de qualidade.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Governo Federal (Ministério da área pretendida).

Projeto 08 - A, B e C (Ação 08 - A, B e C) - Modernização da Administração Pública Municipal

Descrição: Modernizar a Administração Pública Municipal, reestruturando-a e reformulando procedimentos, visando atender às reais necessidades e executar, adequadamente, as ações propostas respaldadas em instrumentos reguladores a serem criados ou revisados.

Fonte: Prefeitura Municipal

Projeto 09 (Ação 09) - Ampliação e Melhoria da Rede de Energia Elétrica, Abastecimento D'água e Telefonia.

Descrição: Disponibilizar meios e condições à população de Massapê do Piauí, para melhorar a sua qualidade de vida com abastecimento d'água potável suficiente, telefonia fixa e móvel e estender a todos os bairros e povoados energia elétrica de qualidade, procedendo à instalação de rede adequada com ligações regulares nas edificações, para, dessa maneira, eliminar as ligações clandestinas e, nos momentos de pico, a energia se manter estável.

Fonte: Prefeitura, Ministério das Minas e Energia - CEPISA, Ministério das Cidades, Governo do Estado, Iniciativa Privada.

Projeto 10 (Ação 10) - Construção da Rede de Esgotamento Sanitário e da Estação de Tratamento de Esgotos

Descrição: Implantação da rede de esgotamento sanitário na zona urbana e da estação de tratamento de esgoto, objetivando melhorar as condições sanitárias e a saúde da população.

Fonte: Prefeitura, Ministério da Saúde (FUNASA) e Ministério das Cidades.

Projeto 11 - Realocação do Atual Lixão

Descrição: Realizar a remoção do atual lixão para outra área, que diste, no mínimo, 05 (cinco) quilômetros da zona urbana e que apresente condições sanitárias adequadas. Desse modo, o armazenamento dos resíduos sólidos deve ser submetido a procedimentos como aterramento e o local devidamente protegido, a fim de evitar a contaminação de animais silvestres, domésticos e da própria população.

Fonte: Prefeitura, Ministério da Saúde (FUNASA).

Projeto 12 - Construção de Aterro Sanitário com a Implantação da Coleta Seletiva e da Reciclagem do Lixo.

Descrição: Melhorar o armazenamento dos resíduos e o sistema da coleta, selecionando o lixo e realizando o reaproveitamento através da reciclagem, gerando emprego e renda, além de proporcionar qualidade de vida à população. Entretanto, para viabilizar esse empreendimento somente é possível através do sistema de

consórcio, pois os custos de construção e instalação são bastante onerosos para uma Prefeitura do porte de Massapê do Piauí.

Fonte: Prefeitura, Ministérios das Cidades ou da Saúde.

Projeto 13 (Ação 13) - Campanhas de Conscientização Ambiental

Descrição: Promover campanhas permanentes de esclarecimento à população sobre questões ambientais voltadas para o desmatamento, queimadas, poluição dos rios, degradação das encostas dos morros e o armazenamento inadequado do lixo, evitando com isso o desequilíbrio ambiental, a contaminação dos recursos naturais e a proliferação de doenças transmissíveis.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado, Ministério do Meio Ambiente e Iniciativa Privada.

Projeto 14 (Ação 14) - Instalação de Lixeiras na Zona Urbana

Descrição: Colocar à disposição da população lixeiras, para que o lixo não seja jogado nas vias públicas e facilitando a coleta.

Fonte: Prefeitura Municipal e Iniciativa Privada.

Projeto 15 (Ação 15) - Habitação e Melhoria Habitacional para Famílias de Baixa Renda.

Descrição: Construir e/ou promover uma melhoria habitacional destinada às famílias de baixa renda, tendo como parâmetro a faixa de renda até 05 salários mínimos, o que com isto, significa proporcionar moradia digna e qualidade de vida.

Fonte: Prefeitura, Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Projeto 16 (Ações 16) - Geração de Emprego e Renda.

Descrição: Desenvolver ações de interesse e tendência do município, utilizando as potencialidades existentes e criando alternativas, como o fomento às atividades produtivas através da exploração das culturas agrícolas temporárias e permanentes.

Fonte: Prefeitura, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades

Projeto 17 (Ação 17) - Implantação do Ensino Profissionalizante

Descrição: Proporcionar mais opções à população, no que se refere à qualificação nas áreas de potencial e que demandam mão-de-obra especializada para atender ao mercado local ou regional.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Projeto 18 (Ação 18) - Expansão e Manutenção da Rede Municipal de Ensino

Descrição: Atender à demanda dos níveis de Ensino Fundamental e Infantil, de 0 a 5 anos, com a construção e a manutenção adequada de creches e pré-escolas, assegurando, assim, um maior número de vagas e a melhoria do nível da educação, sendo importante para o desenvolvimento do município.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Educação.

Projeto 19 (Ação 19) - Qualificação Profissional, Técnico e Administrativo da Rede de Ensino Municipal

Descrição: Possibilitar que a atualização dos servidores da educação seja permanente, através de cursos e/ou treinamentos com vistas à aquisição de novos conhecimentos pedagógicos, de inovações tecnológicas e de gestão na área da educação, fazendo com que, além de estimular alunos e professores, cresça a qualidade do ensino e com ela o aprendizado.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Educação

Projeto 20 (Ação 20) - Ampliação de Rede Física e de Profissionais da Saúde

Descrição: Ampliar as instalações físicas da Unidade Mista de Saúde e a aquisição de equipamentos essenciais, além de contratar profissionais com especialidades nas áreas mais demandadas pela população, possibilitando um melhor atendimento e redução do grau de dependência de outros municípios.

Fonte: Prefeitura e Ministério da Saúde.

Projeto 21 (Ação 21) - Criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Controle dos Recursos Naturais

Descrição: Reestruturar de forma organizacional a Prefeitura, previsto na Ação 08 sendo complementada com a criação da Secretaria Municipal de Controle dos Recursos Naturais, a qual servirá não só para administrar a questão ambiental, mas também apoiar as ações do poder público e da iniciativa privada com vistas à exploração racional das jazidas de pedra e argila.

Fonte: Prefeitura Municipal.

Projeto 22 (Ação 22) - Combate ao Consumo de Bebidas Alcoólicas, Drogas e Cigarro

Descrição: Desenvolver campanhas esclarecedoras sobre os efeitos maléficos provocados pelo consumo do álcool, drogas e cigarro, além de por em prática instrumentos legais na tentativa de coibir a venda ilegal e o consumo, principalmente, de drogas ilícitas.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministérios da Justiça, da Ação Social e da Saúde.

Projeto 23 (Ação 23) - Criação de Áreas de Preservação Ambiental

Descrição: Preservar áreas consideradas importantes para o meio ambiente, além de melhorar a qualidade de vida da população, podendo estas áreas serem usadas como espaços para o lazer, atividades esportivas e culturais.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério do Meio Ambiente.

Projeto 24 (Ação 24) - Divulgação do Potencial Turístico

Descrição: Promover encontros, palestras, conferência, procurando mostrar o potencial turístico de Massapé do Piauí, com o intuito de incrementar o ecoturismo como fonte alternativa para o desenvolvimento do município.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério do Turismo.

Projeto 25 (Ação 25) - Incentivo ao artesanato Turístico.

Descrição: Incentivar o desenvolvimento do artesanato local, como meio de divulgar as potencialidades turísticas existentes e reproduzir, preservar e manter a identidade

arqueológica, constituindo uma atividade capaz de gerar ocupação e complementar a renda familiar.

Fonte: Prefeitura, Governo do estado e Ministério do Turismo.

2 MUNICIPAL

Ação 01 - Melhorar a infraestrutura viária do município, que é precária, principalmente no período chuvoso.

Ação 02 - Ampliar e melhorar os serviços de telefonia, eletrificação rural, abastecimento de água (poços) e saneamento (construção de fossas sépticas).

Ação 03 - Construir nos povoados áreas adequadas para o armazenamento do lixo, obedecendo às mínimas exigências sanitárias.

Ação 04 - Manter, incentivar e aprimorar atividades produtivas e fontes de trabalho, ocupação e renda existentes no município, com assistência e cursos de capacitação técnica para os agentes produtivos da região.

Ação 05 - Promover a assistência técnica e permanente aos produtores rurais.

Ação 06 - Manter e ampliar adequadamente com equipamentos e pessoal qualificado as unidades de saúde, para atender à população rural.

Ação 07 - Manter os edifícios escolares em condições suficientes para o bom desempenho das atividades do Ensino Fundamental e Infantil.

Ação 08 - Melhorar o sistema do transporte escolar de modo a atender adequadamente os alunos da zona rural.

Ação 09 - Criar áreas de preservação ambiental.

Ação 10 - Incentivar o turismo ecológico implantando a infraestrutura necessária, para se constituir mais uma fonte geradora de emprego e renda, além de dinamizar a economia municipal.

Ação 11 - Criar Áreas de Preservação Ambiental e Patrimonial (APAS), as quais servirão para o lazer contemplativo e prática de atividades esportivas, como também locais para encontros e eventos culturais.

Ação 12 - Promover parcerias, auxílios e financiamentos para criação de RPRNs (Reservas do Patrimônio dos Recursos Naturais), como forma de preservar o

patrimônio arqueológico identificado, oferecendo alternativas de renda como o turismo ecológico, pousadas, hotéis e artesanatos.

Ação 13 - Promover campanhas educativas, principalmente sobre a questão da preservação do meio ambiente, envolvendo o patrimônio dos recursos naturais e o lixo.

Projeto 01 (Ação 01) - Pavimentação de Vias Rurais

Descrição: Melhorar a malha viária municipal, pavimentando as vias e mantendo-as conservadas principalmente no período das chuvas, quando o tráfego torna-se precário.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado (DER), Ministério das Cidades e Ministério dos Transportes.

Projeto 02 (Ação 02) - Telefonia, Eletrificação, Saneamento Básico

Descrição: Instalar rede de telefonia, de energia elétrica, abastecimento d'água e construir fossas sépticas nos povoados onde não possuem, tendo como objetivo melhorar a qualidade de vida da população.

Fonte: Iniciativa Privada, Ministério das Cidades, Ministério da Integração nacional, Ministério das Comunicações, Ministério das Minas e Energia (CEPISA) e Governo do Estado (AGESPISA).

Projeto 03 (Ação 03) - Construção de Lixões

Descrição: Localizar áreas apropriadas para o armazenamento do lixo doméstico nos povoados, obedecendo às mínimas condições sanitárias e de proteção, para impedir a entrada de animais silvestres e domésticos e a contaminação e proliferação de doenças.

Fonte: Prefeitura, Ministério da Saúde (FUNASA).

Projeto 04 (Ação 04) - Uso da Tecnologia nas Atividades Produtivas

Descrição: Utilizar modernas tecnologias na exploração das atividades produtivas, principalmente no que diz respeito ao cultivo e beneficiamento da mandioca, à exploração da castanha do caju (amêndoa) e a extração do mel.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado, Ministério da Agricultura e Abastecimento e Ministério das Cidades.

Projeto 05 (Ação 05) - Capacitação e Assistência Técnica aos Produtores

Descrição: Realizar cursos de capacitação e treinamentos direcionados aos produtores rurais, a fim de que a tecnologia possa ser utilizada em benefício de uma maior produção, produtividade e qualidade dos produtos e, com isso, poder competir no mercado.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Projeto 06 (Ação 06) - Ampliação da Rede Física da Saúde

Descrição: Dotar o município de uma rede de saúde ajustada às reais necessidades da população, com equipamentos e profissionais qualificados.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério da Saúde.

Projeto 07 (Ação 07) - Manutenção e Instalação de Equipamentos dos Prédios Escolares.

Descrição: Manter a estrutura física e os equipamentos das escolas municipais em condições adequadas de funcionamento, proporcionando um melhor desempenho das atividades ligadas ao Ensino Fundamental e Infantil.

Fonte: Prefeitura, Secretaria Estadual de Educação e Ministério da Educação.

Projeto 08 (Ação 08) - Transporte Escolar

Descrição: Oferecer aos alunos da zona rural meios de transporte adequados, para que haja motivação e frequência escolar.

Fonte: Prefeitura e Ministério da Educação.

Projeto 09 (Ação 09) - Criação de Áreas de Preservação Ambiental

Descrição: Criar áreas de conservação e proteção ambiental, o que constitui uma necessidade fundamental para o município em razão da identificação de áreas degradadas que tem prejudicado a fauna e a flora da região.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministério do Meio Ambiente.

Projeto 10 (Ação 10) - Conscientização Ambiental

Descrição: Promover a conscientização ambiental, através de campanhas educativas, quanto ao correto uso do solo, armazenamento e destino do lixo e da manipueira, de forma que seja visto como necessidade fundamental à preservação e à reposição das espécies nativas do extrato vegetal, à proteção e à manutenção dos animais silvestres no seu *habitat* natural, ao manejo adequado dos resíduos sólidos (lixo) e ao beneficiamento da manipueira, em prol da saúde ambiental e da população.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado e Ministérios do Meio Ambiente e da Saúde.

Projeto 11 (Ação 11) - Criação de Áreas de Preservação Ambiental

Descrição: Formar áreas de preservação ambiental nas encostas de formações rochosas e cachoeiras, com intenção de manter preservados esses recursos naturais podendo ser aproveitados como atrativos turísticos e áreas de lazer.

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente.

Projeto 12 (Ações 12 e 13): Criação de Reservas do Patrimônio dos Recursos Naturais e Educação Ambiental

Descrição: Estabelecer as áreas que devem formar as ARPRN's, visando preservar e conservar inscrições e figuras rupestres localizadas em terras privadas, cujos proprietários não dispõem de apoio logístico para mantê-las preservadas. Também, a necessidade de uma ação conjunta de educação ambiental através de campanhas educativas, no sentido de instruir a população sobre o valor histórico e humanístico das inscrições arqueológicas, conscientizando que as inscrições são um Patrimônio Nacional e devem ser preservadas, contemplando também a questão do lixo (coleta, armazenagem e tratamento adequado).

Fonte: Prefeitura, Governo do Estado, Ministério do Turismo e Ministério do Meio Ambiente.

INSTRUMENTALIZAÇÃO DO PLANO

1 LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA

A implantação do Plano Diretor precisa estar apoiada em instrumentos legais que garantam e norteiam suas ações. Para tanto, há de se prever leis complementares à lei do Plano Diretor e que estejam em consonância com o estabelecido pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), ou seja, os instrumentos que regulem o uso e ocupação do solo, o seu parcelamento, as edificações, a paisagem urbana, o sistema tributário do município, o meio ambiente, dentre outros.

Dessa forma, a administração municipal precisa adequar e organizar os seus órgãos para um melhor acompanhamento e controle de suas ações a serem executadas, como propõe o Estatuto da Cidade a criação de um colegiado para assessorar o Administrador Municipal na implantação do Plano Diretor e monitoramento de sua execução.

2 CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO

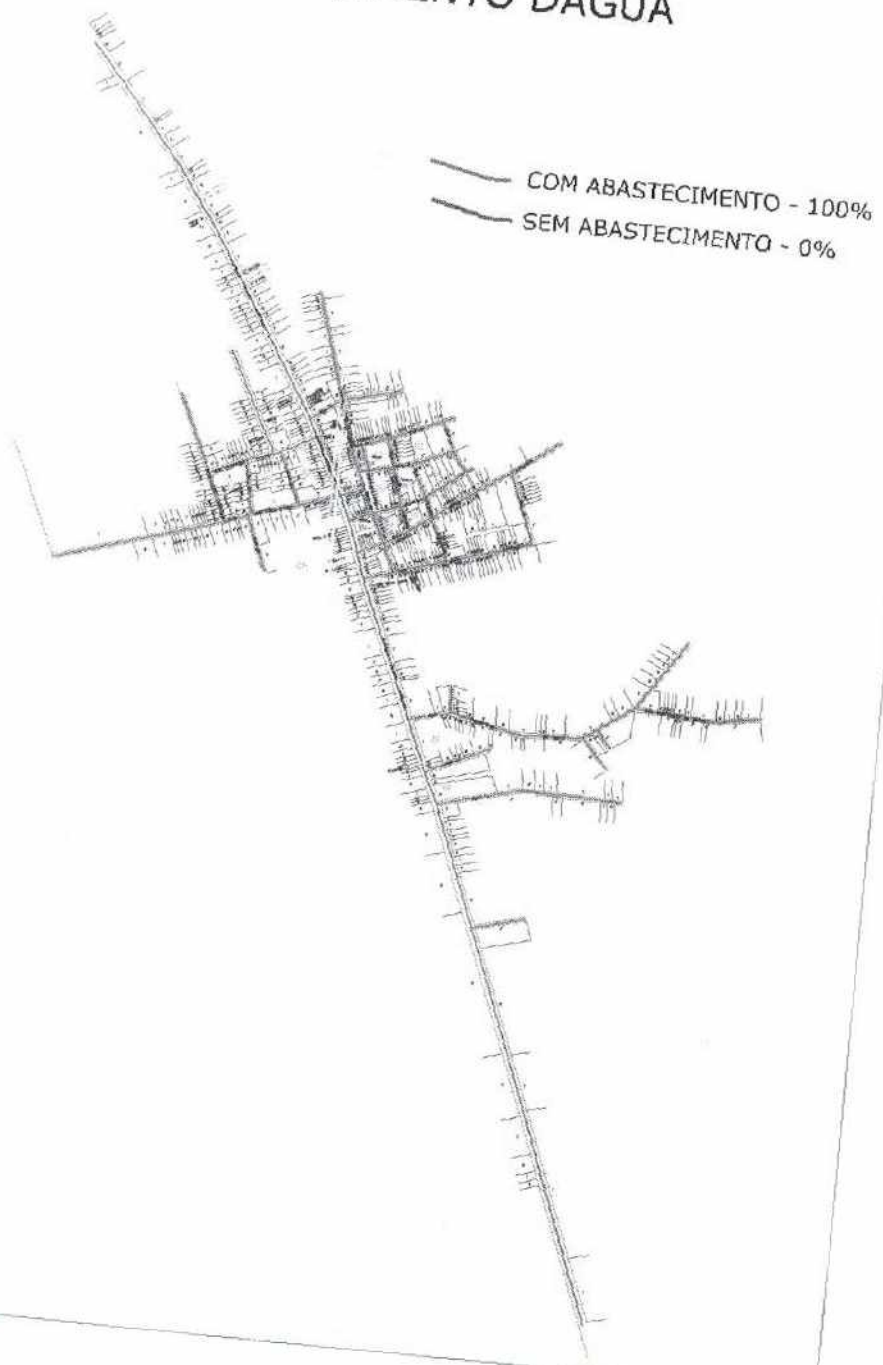
A gestão participativa na concepção jurídica atual impõe que os cidadãos passem a ocupar funções de direção e assessoramento, controle e avaliação das políticas públicas urbanas. Com isso, a efetivação da gestão democrática representa a forma única de garantir que os instrumentos de política urbana não se transformem em meras ferramentas burocráticas ou mesmo técnicas, mas que sejam aparelhos a serviço da inclusão e da participação.

Surge, então, a necessidade de se instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, podendo este fazer parte do escopo da Lei do Plano Diretor, prevendo a sua composição, duração dos mandatos dos seus membros, forma de indicação ou eleição, com a definição de seu papel consultivo e deliberativo, além de ser feita menção aos meios efetivos para o seu pleno funcionamento.

Dessa forma, para que tudo isso seja concretizado, a Administração Municipal e a população do município enfrentarão grandes desafios: o de instituir formas de planejamento e controle do território; utilizar as potencialidades dentro dos limites do seu meio físico; aproveitar as possibilidades abertas pela existência de redes de transporte e logística, levando em conta os impactos do desenvolvimento e crescimento da região, e procurar conciliar o que de melhor possa ser retirado das potencialidades, utilizando, para tanto, formas adaptáveis, inovadoras e complementares.

Planejar o município de Massapê do Piauí, com propostas de mudança para uma nova realidade no prazo de 10 (dez) anos, significa celebrar um compromisso entre o Governo Municipal e a população para a construção de um amplo projeto de participação e inclusão social, o que, a partir de agora, constitui o maior desafio para todos os cidadãos massapêenses.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA



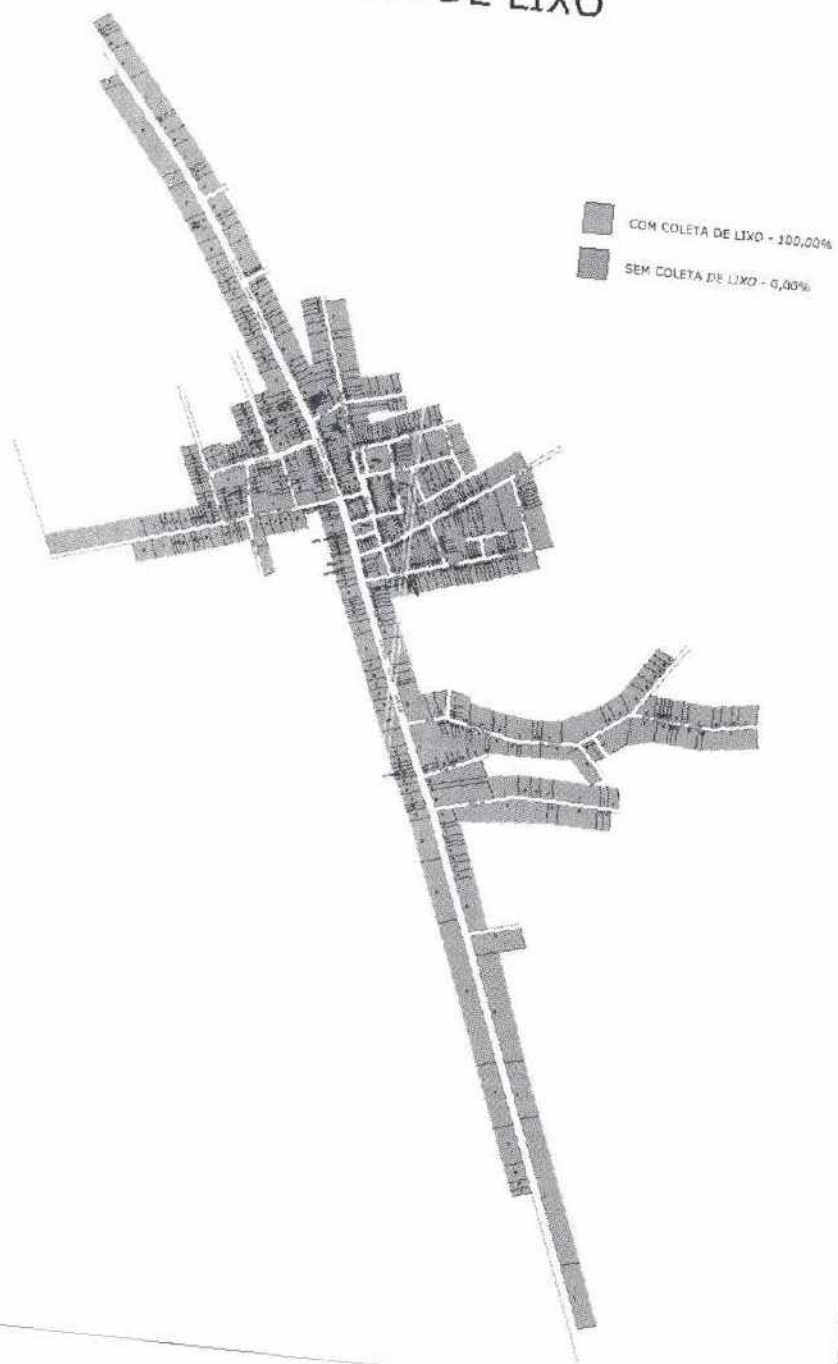
BAIRROS



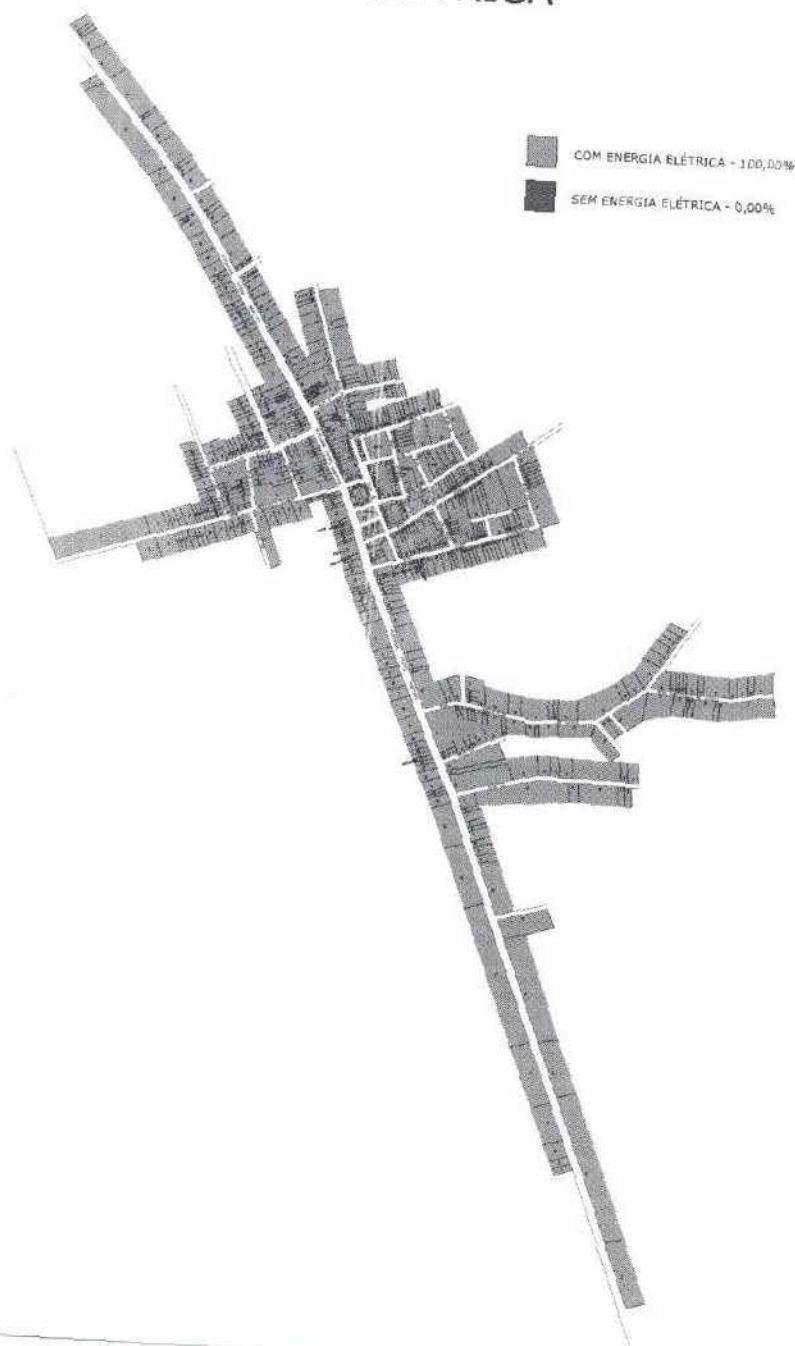
CHEIOS E VAZIOS



COLETA DE LIXO



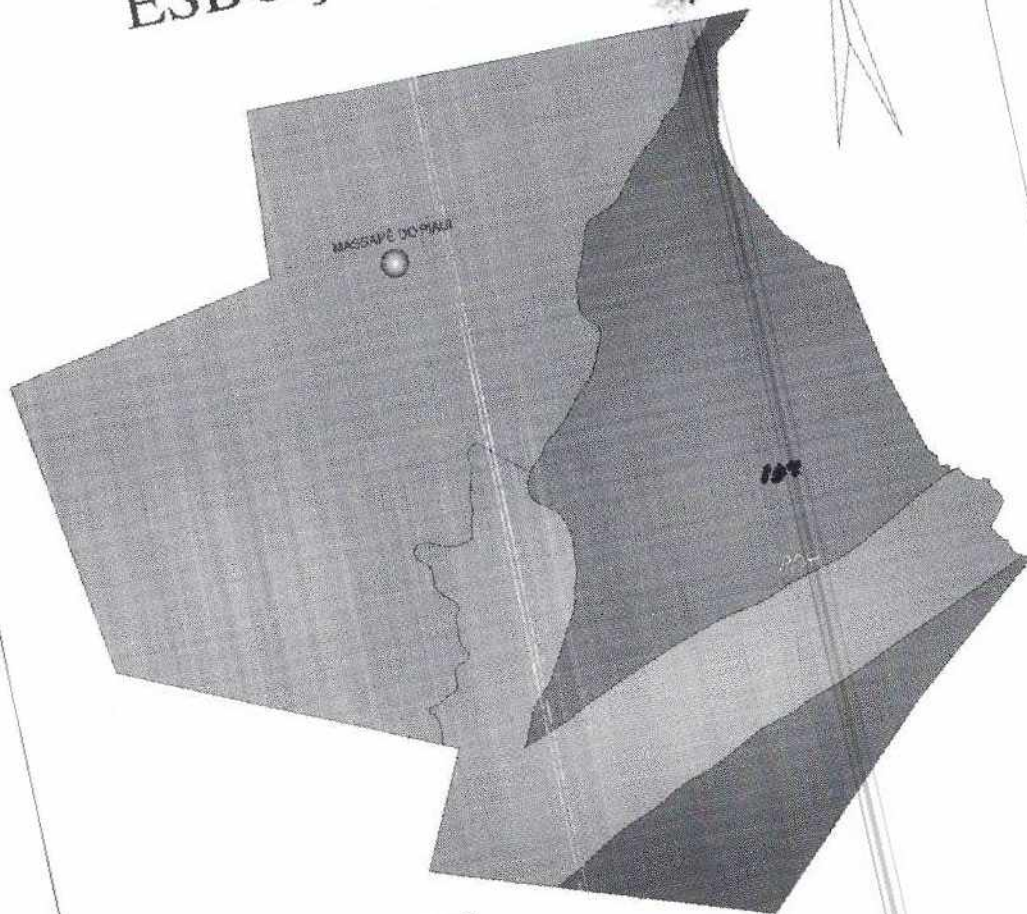
ENERGIA ELÉTRICA



EQUIPAMENTOS PÚBLICOS



ESBOÇO GEOLÓGICO



UNIDADES GEOLÓGICAS

COBERTURA SEDIMENTAR



Grupo Serra Grande: arenito, conglomerado, folhelho, siltito

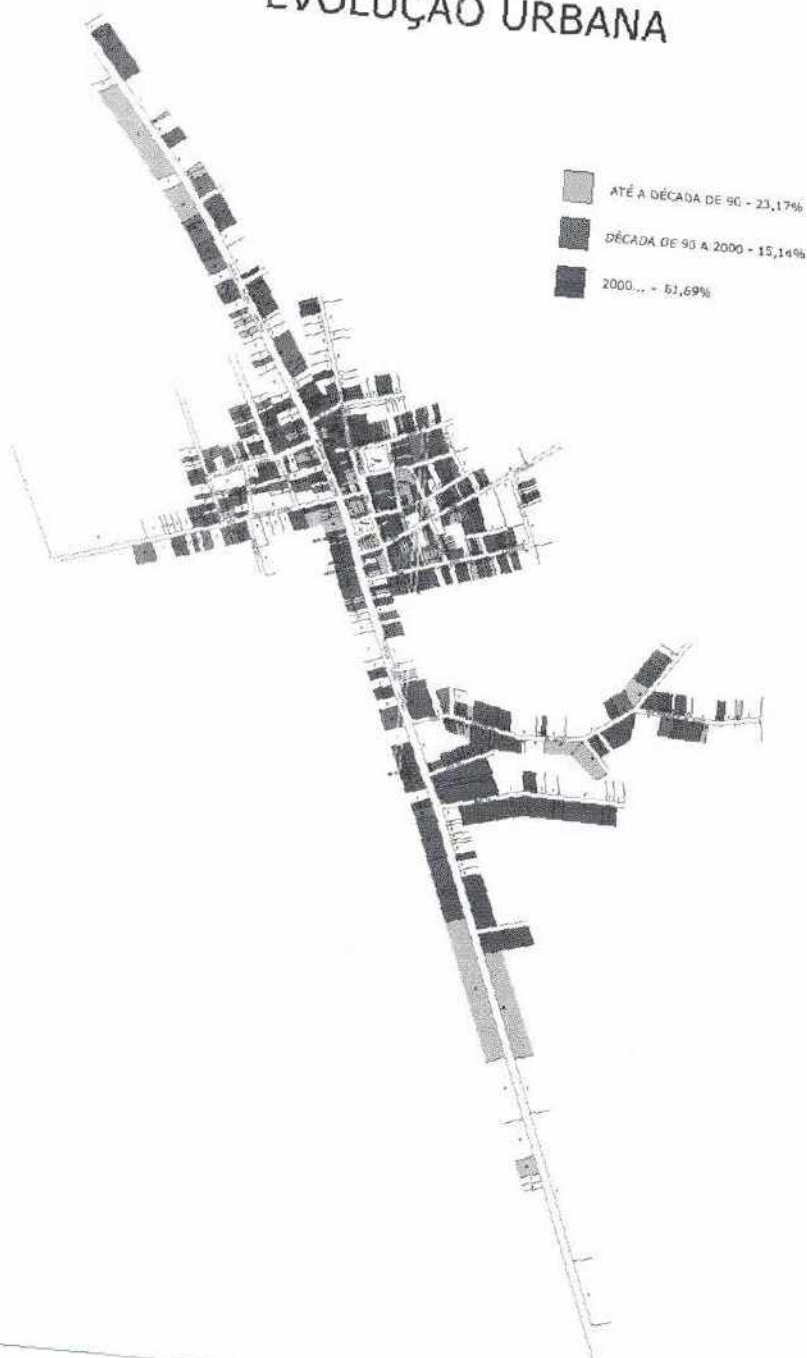


Granitos

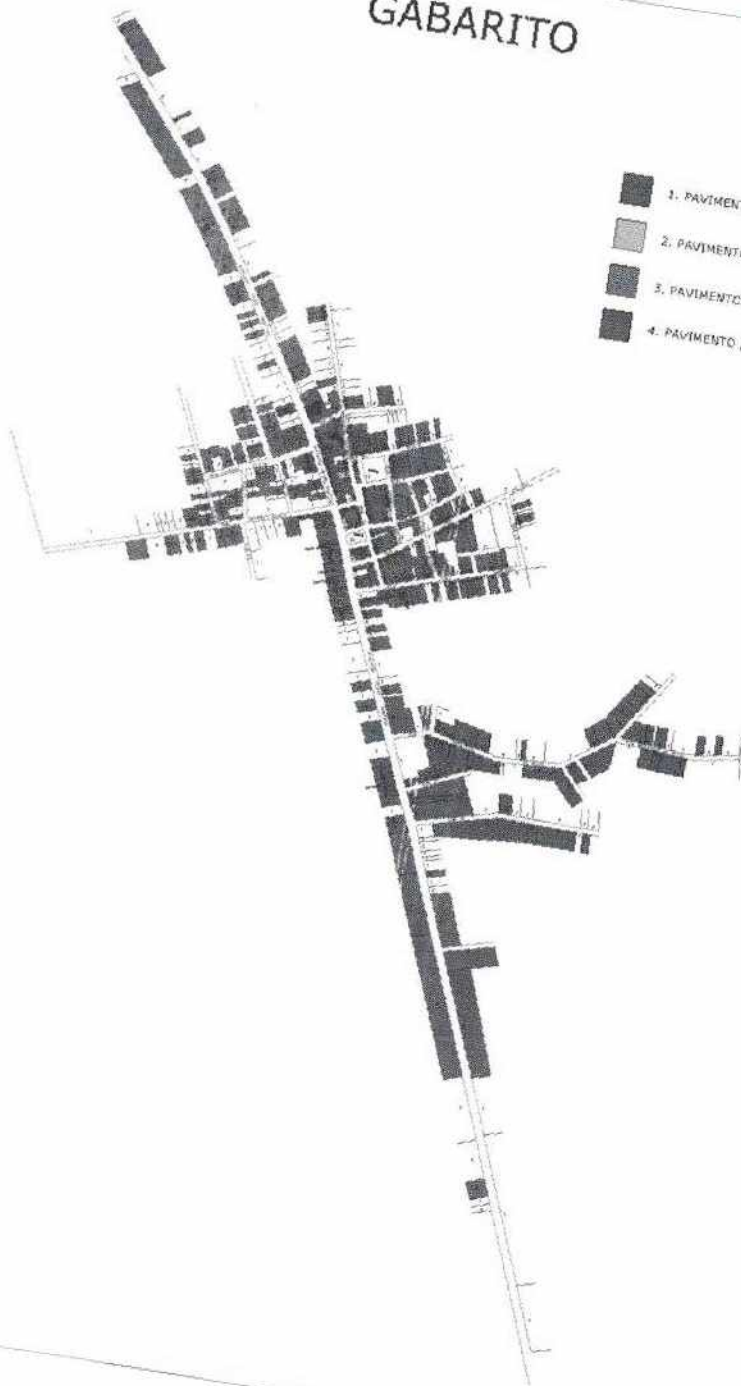


Complexo Jaguaretama: gnaiss, mármore, quartzito, xisto

EVOLUÇÃO URBANA



GABARITO



HIDROGRAFIA

● Sede Municipal

MASSAPÉ DO PIAUÍ

RIO PERMANENTE

RIO INTERMITENTE

CONTORNO DE MASSA D'ÁGUA PERMANENTE

CONTORNO DE MASSA D'ÁGUA INTERMITENTE

 Sede Municipal

MASSAPÉ DO PIAUÍ

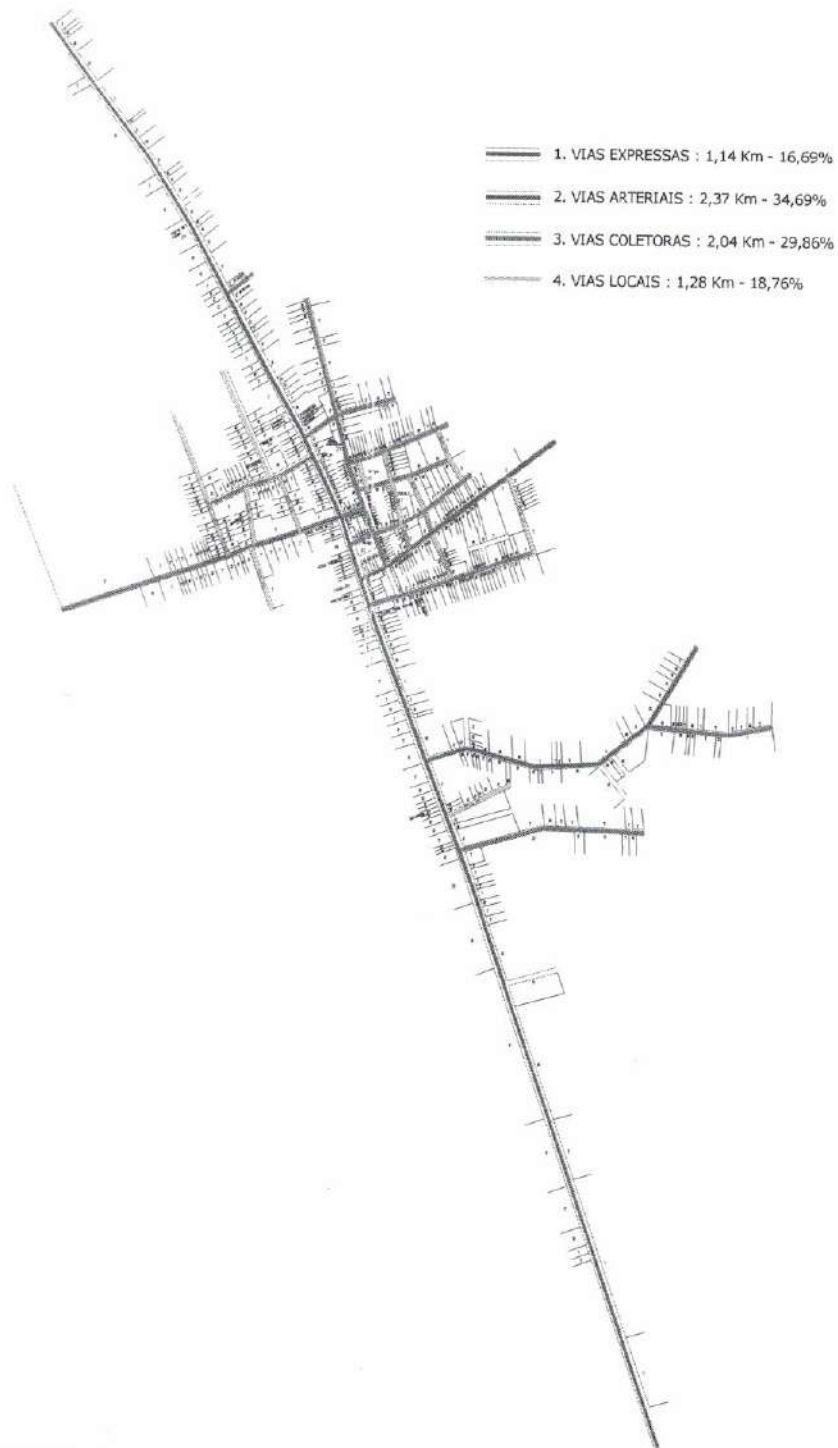
RIO PERMANENTE

RIO INTERMITENTE

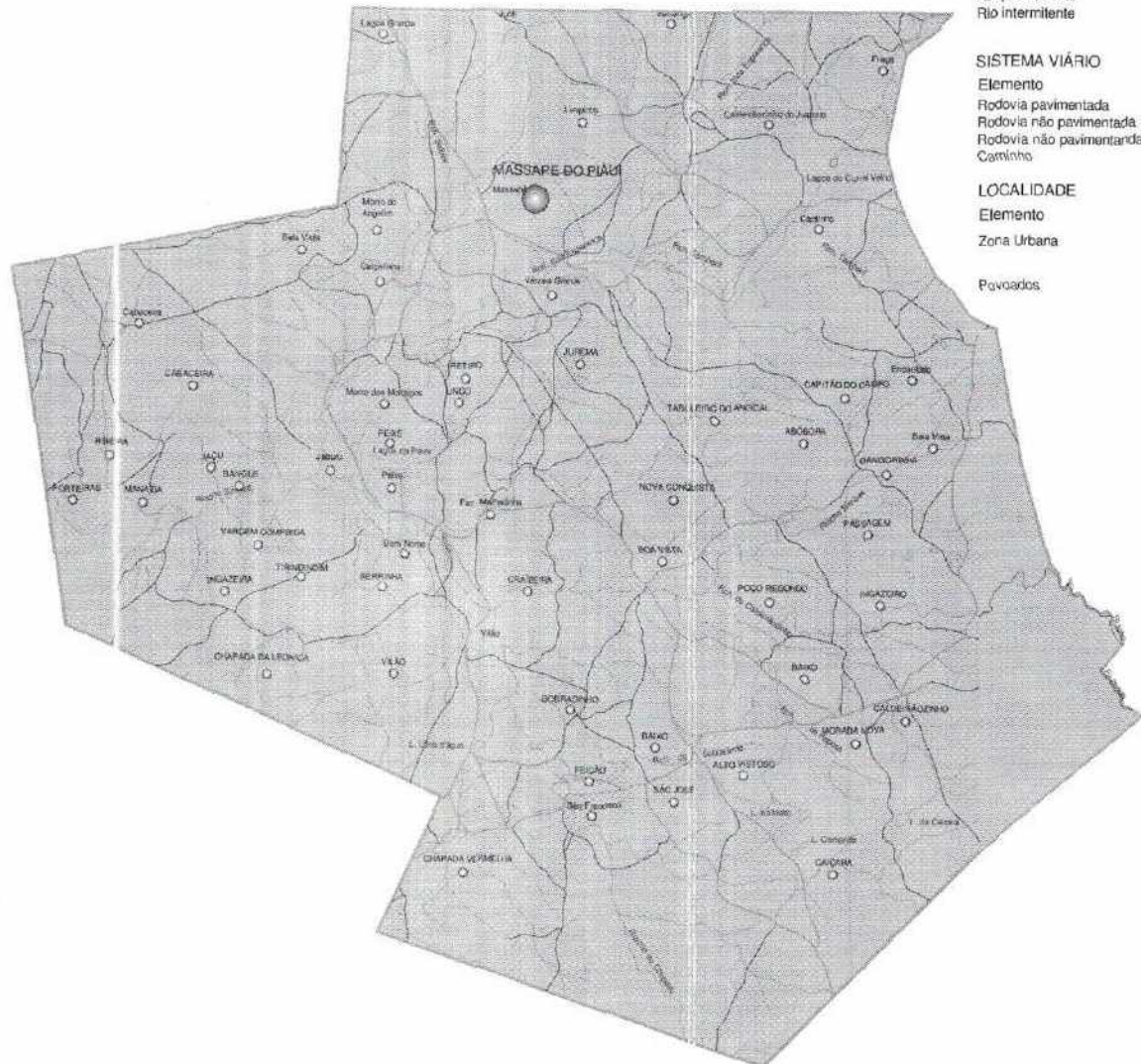
CONTORNO DE MASSA D'ÁGUA PERMANENTE

CONTORNO DE MASSA D'ÁGUA INTERMITENTE

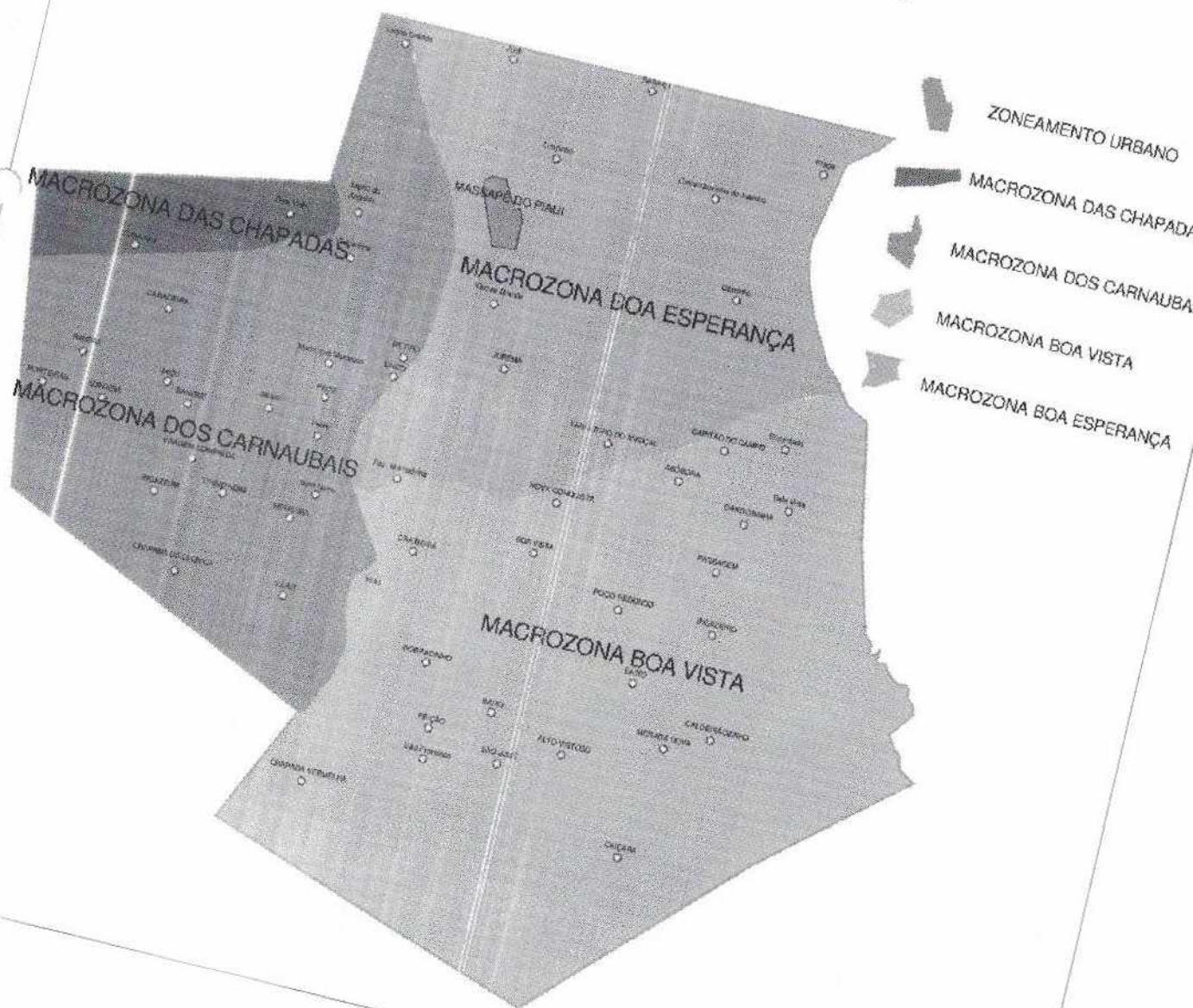
HIERARQUIA VIÁRIA



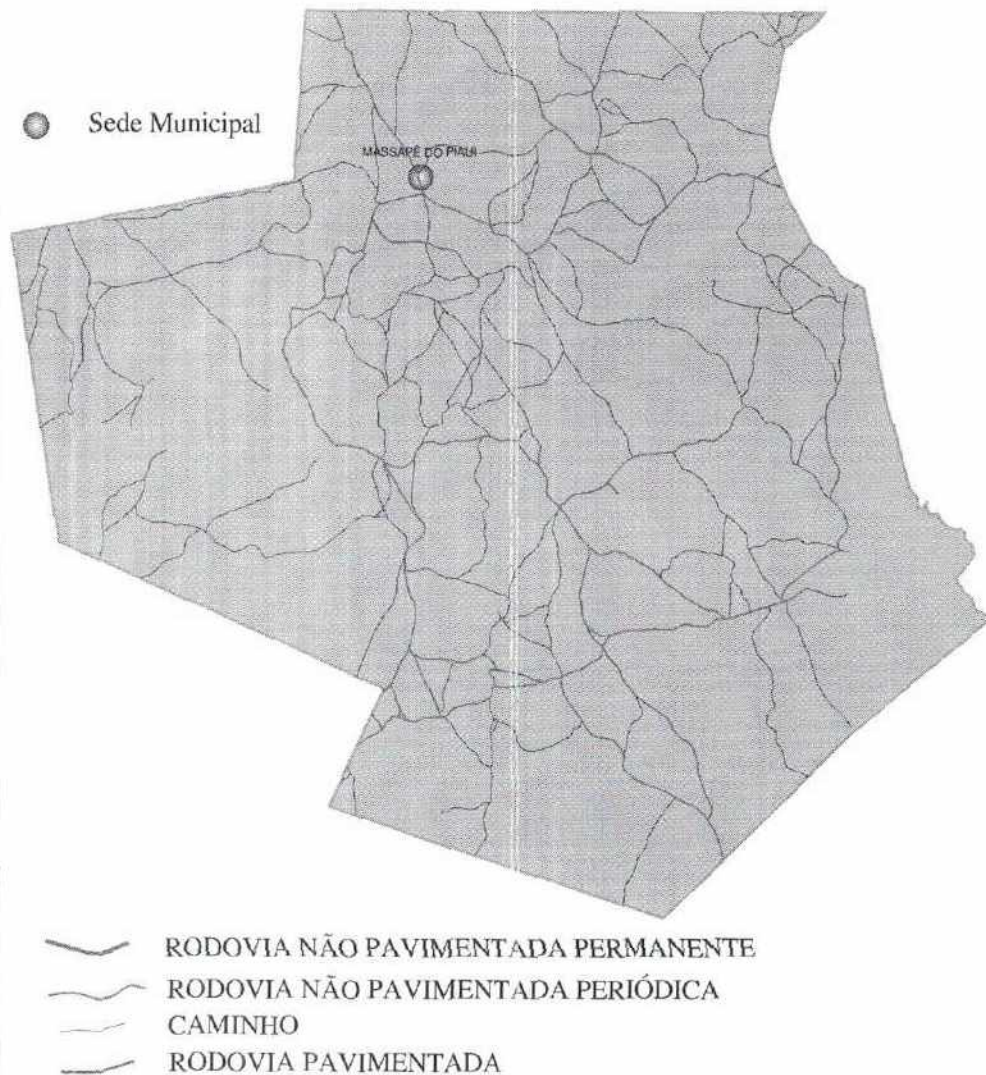
LOCALIZAÇÃO



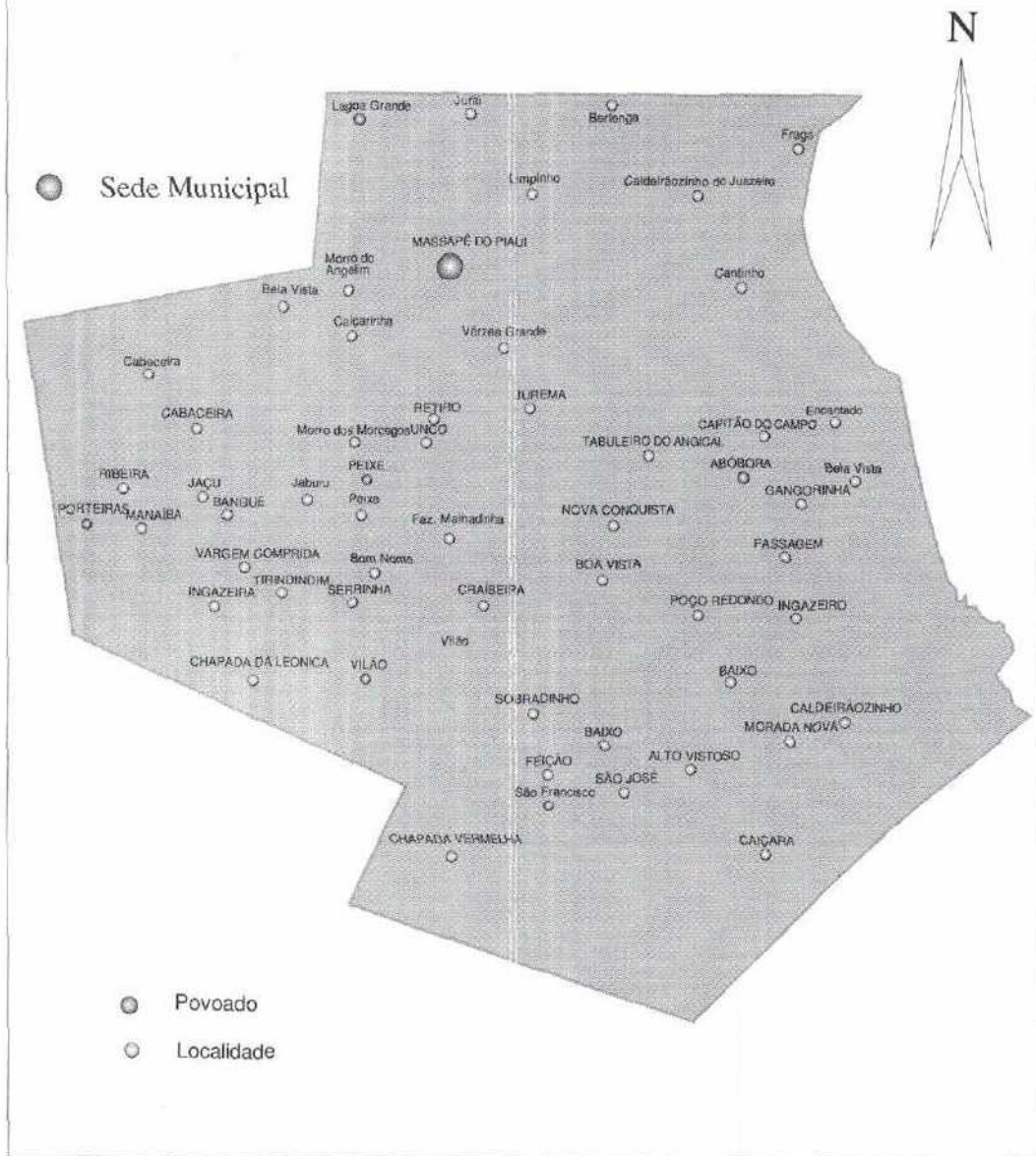
MACROZONEAMENTO



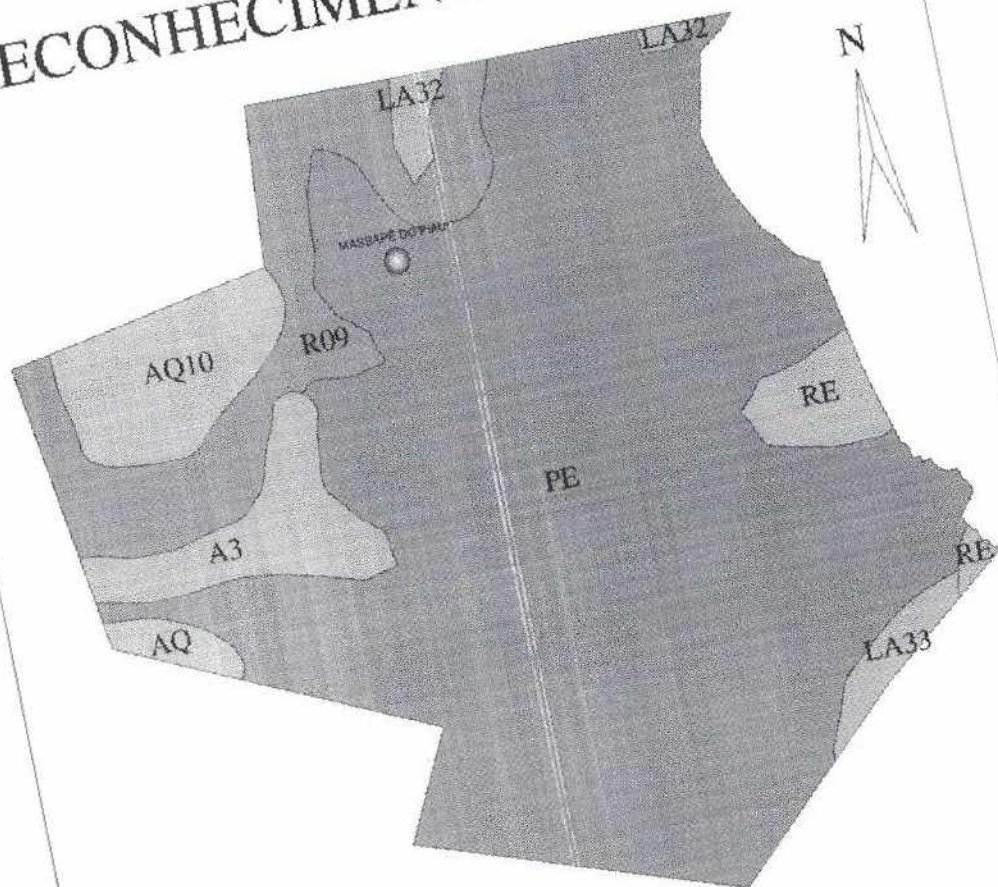
MALHA VIÁRIA



DIVISAO RURAL EM POVOADOS



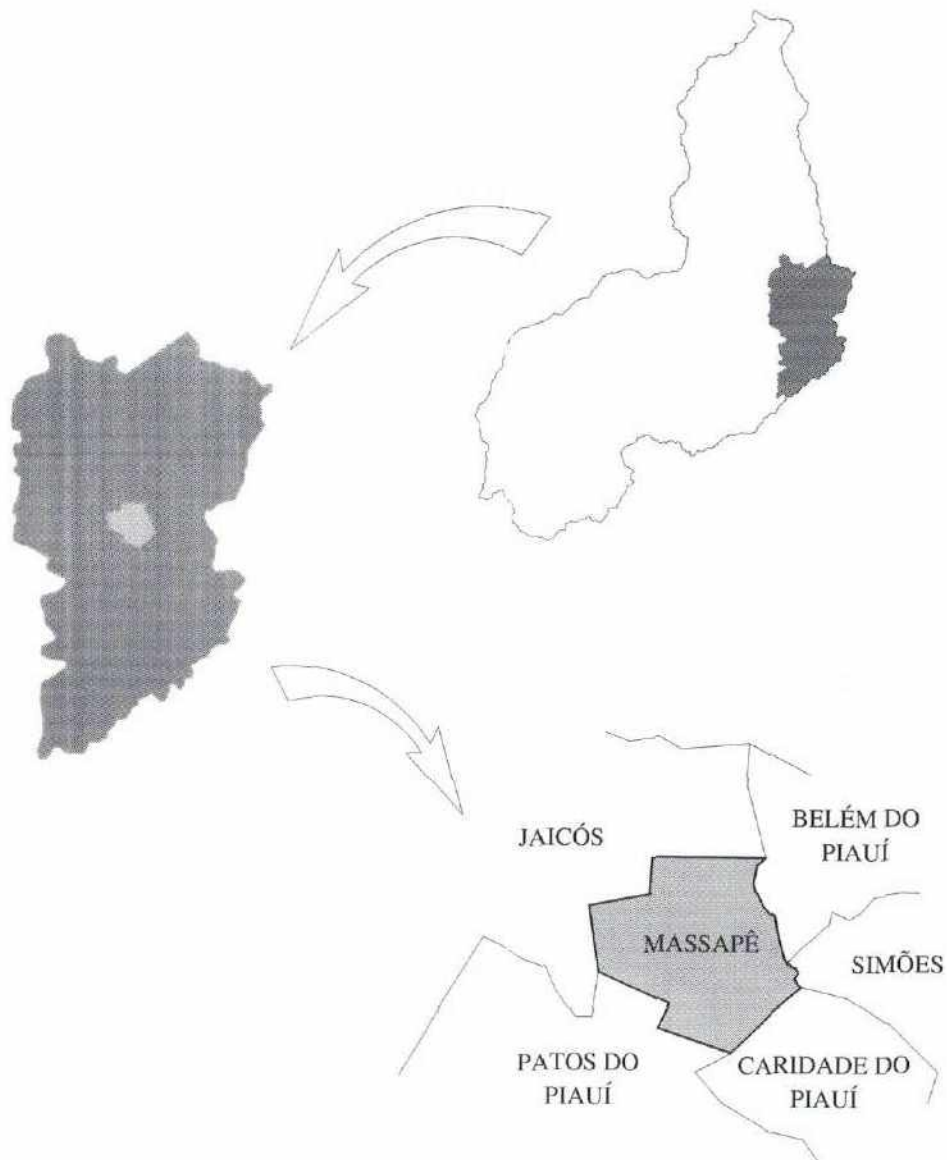
RECONHECIMENTO DE SOLOS



LEGENDA DE DOMÍNIO DE SOLO

- | | | | |
|---|-------------------|---|----------------------------|
|  | LATOSSOLO AMARELO |  | PODZÓLICO VERMELHO AMARELO |
|  | SOLOS ALUVIAIS |  | REGOSSOLO |
|  | SOLOS LITÓLICOS |  | AREIAS QUARTZOSAS |

TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO VALE DO RIO GUARIBAS



TIPO DE PAVIMENTAÇÃO



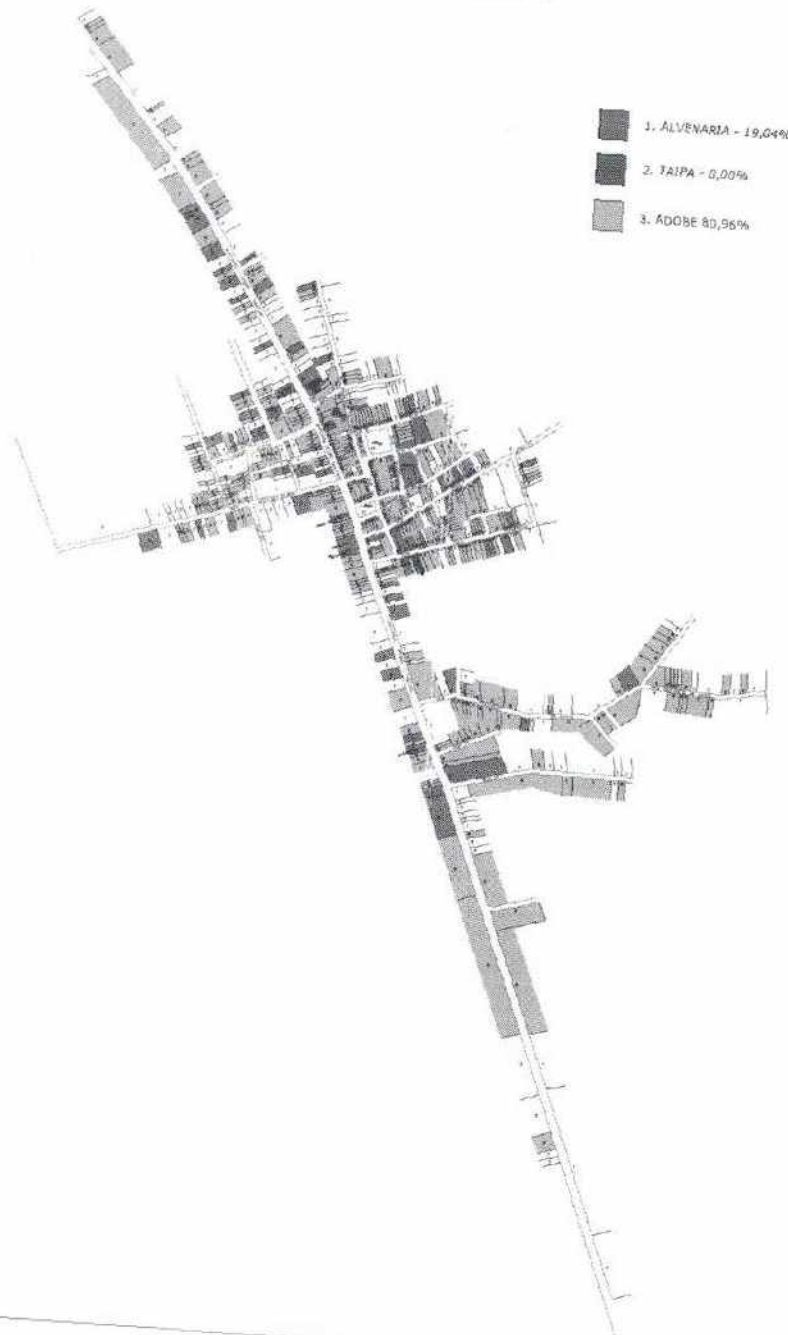
PERÍMETRO TOTAL - 6,90 Km

SEM PAVIMENTAÇÃO - 4,10 Km - 59,42%

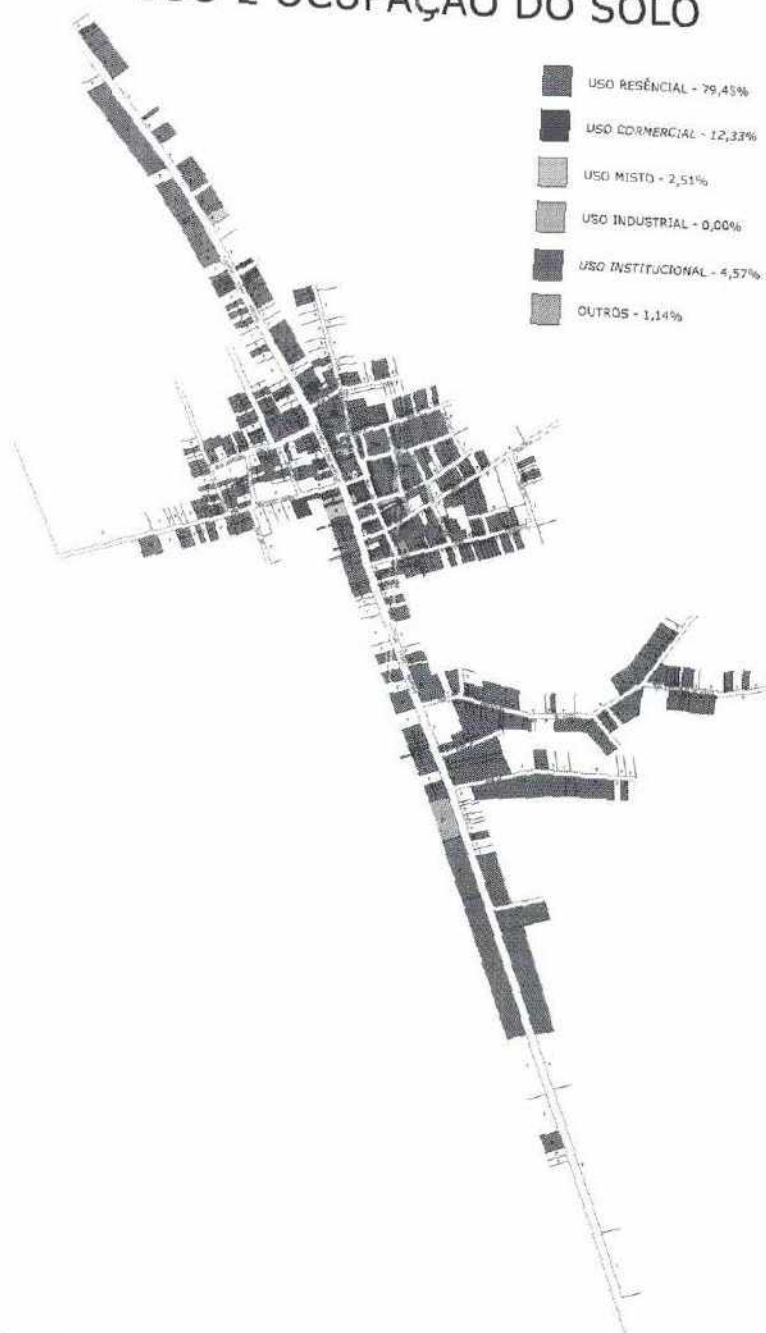
CALÇAMENTO - 1,13 Km - 16,38%

ASFALTO - 1,67 Km - 24,20%

TIPOLOGIA



USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



ZONEAMENTO URBANO

